

IDÉIAS

v. 9, n. 2

jul./dez. 2018

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

DOSSIÊ RELAÇÕES BRASIL - CHINA



UNICAMP

Análise das relações sino-brasileiras a partir da prisão de nove chineses no início do governo militar (1964)

Celiane Ferreira da Costa¹

Resumo: O artigo visa abordar o momento de aproximação e afastamento nas relações políticas entre Brasil e República Popular da China no início da década de 1960. Tomando como referência o caso de nove chineses que foram presos no Brasil quando os militares assumiram o governo, em 1964, é possível traçar um panorama de como se desenvolveram as relações sino-brasileiras no referido período. Esse momento de aproximação foi de extrema importância na construção das relações sino-brasileiras, que seriam estabelecidas em 1974. A análise baseia-se documentos emitidos pelo Ministério das Relações Exteriores e bibliografia sobre o tema.

Palavras-Chave: Brasil. China. Relações Políticas. Prisão de chineses.

Analysis of Chinese-Brazilian relations starting with the arrested of nine Chinese at the beginning of the military government (1964)

Abstract: The article aims to approach the moment of approximation and distance in political relations between Brazil and People's Republic of China in the early 1960's. Taking as reference the case in which nine Chinese were arrested in Brazil when the

¹ Mestrado em andamento na Universidade Federal do Paraná, departamento de História, linha de pesquisa Cultura e Poder. Pesquisadora discente no Núcleo de Estudos Mediterrânicos (NEMED/UFPR). Especialista em História Contemporânea e Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2012). Licenciada em História pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2010). E-mail: celi_cwb@hotmail.com

military took over the government in 1964, it is possible to outline a picture of how Sino-Brazilian relations developed in that period. This moment of approximation was of extreme importance in the construction of Sino-Brazilian relations, which would be established in 1974. The analysis is based on documents issued by the Ministry of Foreign Affairs and bibliography on the subject.

Keywords: Brazil. China. Political Relations. Chinese prisoners.

Análises de las relaciones chino-brasileñas a partir de la prisión de nueve chinos al inicio del gobierno militar (1964)

Resumen: El artículo busca abordar el momento de aproximación y alejamiento en las relaciones políticas entre Brasil y la República Popular de China a principios de la década de 1960. Tomando como referencia el caso de nueve chinos que fueron arrestados en Brasil cuando los militares asumieron el gobierno, en 1964, es posible trazar un panorama de cómo se desarrollaron las relaciones sino-brasileñas en el referido período. Este momento de aproximación fue de extrema importancia en la construcción de las relaciones sino-brasileñas, que serían establecidas en 1974. El análisis se basa en documentos emitidos por el Ministerio de Relaciones Exteriores y bibliografía sobre el tema.

Palabras-clave: Brasil. China. Relaciones políticas. Prisión de los chinos.

Introdução

A China é atualmente o maior parceiro comercial do Brasil e o estudo das relações sino-brasileira vem se tornando mais recorrente no meio acadêmico brasileiro. Há vários estudos que se ocupam de abordar o tema seja no campo da Economia, do Direito, Meio Ambiente, Sociologia, Antropologia e/ou Relações Internacionais. O estudo das relações sino-brasileiras no campo da História, se dedicam a analisar, grosso modo, o período posterior ao estabelecimento das relações diplomáticas, em 1974. O período que antecede o estabelecimento das relações diplomáticas ainda é pouco estudado. Sendo assim, esse artigo visa analisar um importante período das relações entre Brasil e China, no início da década de 1960.

O Brasil não reconheceu a República Popular da China, instaurada por Mao Tsé-tung em 1949, pois mantinha relações diplomáticas com a República da China² desde 1912. Após a proclamação da República Popular da China, o governo nacionalista, liderado por Chiang Kai-shek foi transferido para Taiwan e o Brasil retirou a Embaixada que havia sido transferida para Xangai.

Nesse período o Brasil era governado pelo general Eurico Gaspar Dutra, na presidência do país desde 1946. Durante seu governo (1946-1951), início da Guerra Fria, Dutra mantém o Brasil alinhado com os interesses estadunidenses, mantendo-se na esfera do capitalismo e afastando-se de qualquer influência socialista/comunista. No campo externo, o Brasil rompeu suas relações diplomáticas com a URSS, em 1947 e não reconheceu o governo comunista de Kim Il-sung instaurado na Coreia do Norte em 1948.

O artigo versa sobre a aproximação e o brusco rompimento das relações sino-brasileiras a partir da prisão de nove chineses que se encontravam no Brasil quando os militares assumiram o poder, em 1964. A prisão dos chineses teve repercussão mundial, sendo noticiado por vários jornais estrangeiros como o primeiro caso de violação dos direitos humanos do governo militar (GUEDES; MELO, 2014, p. 119). Vejamos de que forma se deu a aproximação entre o Brasil e a China.

² Com a proclamação da República Popular da China, em 1º de outubro de 1949, a China se divide em República Popular da China (RPC) e República da China, resultado da polarização das forças políticas que disputavam o controle do país (os comunistas e os nacionalistas). Liderados por Mao Tsé-tung, os comunistas assumiram o controle da China dando início à RPC, com capital em Pequim. Outros termos como China Popular, China Continental, China Comunista e governo de Pequim, são usados como sinônimos à RPC. No tocante à República da China, sediada em Taiwan, existem também os sinônimos: China Nacionalista, Taiwan, governo de Taipé e Formosa. Optou-se por utilizar ao longo deste artigo a sigla RPC, ou apenas China, para referir-se à República Popular da China e China Nacionalista ou Taiwan quando se referir à República da China.

A Política Externa Independente e a aproximação com a China

Foi durante o período em que adotou a Política Externa Independente – doravante PEI – de 1961 à 1964, que o Brasil buscou aproximar as relações com a RPC. Nesse período o Brasil era governado por Jânio Quadros, que em seu breve mandato, apresentou ao Congresso Nacional uma mensagem sobre a PEI, onde colocava o Brasil em posição de negociação do estabelecimento ou restabelecimento de relações diplomáticas com países socialistas.

San Tiago Dantas³, no seu livro *Política Externa Independente*⁴, destaca os pontos que nortearam a PEI: “contribuição à preservação da paz através, da prática da coexistência e do apoio ao desarmamento geral e progressivo” (2011, p. 10), que pode ser percebido, com o posicionamento do Brasil na Conferência do Desarmamento em Genebra, realizada em março de 1962, onde o Brasil aparece como país não-alinhado e se posiciona contra os testes nucleares realizados pela União Soviética; “reafirmação e fortalecimento dos princípios de não intervenção e autodeterminação dos povos” (Ibidem, loc. cit), princípio que foi defendido pelo Brasil na Conferência de Punta del Este⁵,

³ San Tiago Dantas foi Ministro das Relações Exteriores no período de setembro de 1961 à julho de 1962, sendo precedido e sucedido por Afonso Arinos. É considerado um dos principais formuladores da Política Externa Independente.

⁴ O livro *Política Externa Independente* foi originalmente publicado em 1962 e há uma versão disponível no site: <http://www.santiagodantas.com.br> e que pode ser acessado pelo link: http://www.santiagodantas.com.br/wp-content/uploads/politica_externa_independente.pdf. Acesso em: 20 jun. 2018. A Fundação Alexandre de Gusmão publicou uma versão atualizada do livro em 2011, disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/839-Politica_Externa_Independente.pdf. Acesso em: 20 jun. 2018. Optou-se, para este artigo, por utilizar a versão da FUNAG de 2011.

⁵ Denominação pela qual ficou conhecida a VIII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores da Organização dos Estados Americanos (OEA), realizada em Punta del Este, Uruguai, entre 22 e 31 de janeiro de 1962.

quando votou contra a expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA); “ampliação do mercado externo brasileiro mediante o desarmamento tarifário da América Latina e a intensificação das relações comerciais com todos os países, inclusive os socialistas” (DANTAS, 2011, p. 10), ponto sobre o qual San Tiago Dantas destaca:

Com relação aos países socialistas, o Ministério das Relações Exteriores fez tudo que se achava ao seu alcance para criar uma linha de intercâmbio, que deve adaptar-se, para lograr pleno êxito, ao tipo de transações característico dos sistemas de economia centralmente planificada. Nenhuma possibilidade de crescimento existe nessa área se o Brasil desejar esquivar-se às regras do comércio bilateral, planejando com as autoridades dos países socialistas, ao mesmo tempo, a compra e a venda de seus respectivos produtos. (DANTAS, 2011, p. 15).

Conforme visto anteriormente, durante a vigência da PEI o Brasil buscou estreitar relações com países socialistas. O presidente Jânio Quadros mostrava-se favorável a discussão sobre a inclusão RPC na Organização das Nações Unidas (ONU) (GARCIA, 2008, p. 504). Jânio Quadros, ainda solicitou ao Ministério das Relações Exteriores, que fosse organizado um grupo de trabalho que se designasse, com exclusividade a examinar os problemas internacionais do Brasil com relação, entre outras coisas, à China Popular (GARCIA, 2008, p. 511). Ainda durante seu breve mandato, foi organizada a Missão Comercial do Brasil à República Popular da China, em agosto de 1961, que se fez para retribuir a visita da uma Missão chinesa feita ao Brasil em maio de 1961, “que aqui esteve com a finalidade de explorar as possibilidades de

Fonte: FGV. Conferência de Punta del Este. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** - DHBB. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC (Verbete). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/punta-del-este-conferencia-de>. Acesso em: 21 jun. 2018.

intercâmbio comercial Brasil-República Popular da China (DINIZ, 1962, p. 1)⁶.

Em bilhete enviado ao Ministério das Relações Exteriores e ao Ministério da Indústria e Comércio, no dia 19 de maio de 1961, o presidente Jânio Quadros pede que seja organizada uma “missão de alto nível” e sugere que o embaixador João Augusto de Araújo Castro, creditado em Tóquio, seja incluído como conselheiro (BILHETES..., 2006, p. 408). Em memorando enviado ao Secretário Geral das Relações Exteriores, no dia 24 de julho de 1961, o Chefe do Departamento Político e Cultural, Carlos S. de Ouro Preto destaca que a Missão deve manter o caráter estritamente comercial e econômico, evitando abordar, assuntos políticos com os chineses. (OURO PRETO, 1961). A partir desses dois documentos é possível concluir que o presidente do Brasil queria organizar uma Missão notória, de reconhecida importância. Para tal, nomeou o vice-presidente da República, João Goulart, para chefiá-la. Já o Itamaraty canalizava seus esforços para que a Missão mantivesse seu caráter comercial, sem adotar tons políticos, uma vez que o Brasil ainda mantinha relações diplomáticas com a China Nacionalista e qualquer missão de caráter político poderia ser visto como um desrespeito à autoridade de Taiwan.

O embaixador João Augusto de Araújo Castro, subchefe da Missão Comercial brasileira à China, redigiu um relatório onde apresenta os bastidores da viagem à China. Araújo Castro deixa transparecer em seu relatório a dificuldade em manter o caráter comercial da Missão, pelo fato dela ser chefiada pelo vice-presidente do Brasil, o que dava a Missão caráter cada vez mais político. Ao chegar em Pequim, a Missão brasileira foi recebida pelo vice-presidente Pi-Wu. Araújo Castro destaca que eram os chineses que buscavam dar a maior solenidade possível à abertura das negociações comerciais, enquanto ele tentava, em vão, manter o caráter comercial da Missão:

⁶ Quanto à utilização das fontes, serão feitas as transcrições tais quais os documentos, utilizando os grifos originais, e respeitando a grafia comum à época, para garantir a fidedignidade do documento.

Fiz, sem qualquer êxito, o impossível para levar o Vice-Presidente a pedir aos chineses que evitassem dar forma tão solene a coisa tão simples: a negociação de um acôrdo de pagamentos, entre o Banco do Brasil e o Banco Popular da China. [...] E, assim, as conversações foram abertas com a presença de um Vice-Presidente da República e de um Vice-Primeiro Ministro. Poucos Tratados internacionais receberam tratamento tão exaltado (CASTRO, 1961b, p. 17-18).

A viagem resultou na assinatura do Ajuste Interbancário entre o Brasil e a China, que apresenta os fatos relativos à possibilidade e viabilidade de um fluxo regular de comércio entre China e Brasil, através do Banco Popular da China e o Banco do Brasil. De acordo com Vizentini (1995, p. 215), o Brasil exportaria matérias-primas como café, cacau, algodão, couro e lã; óleos vegetais, madeira, bens industriais de consumo e a China, em contrapartida, exportaria máquinas-ferramentas, perfuratrizes, carvão, chumbo, zinco, aço, matérias-primas farmacêuticas, bens industriais de consumo, artesanato, etc.

A viagem de João Goulart à China teve de ser interrompida pois Jânio Quadros renunciou justamente no período em que Goulart, visto como adepto dos ideais comunistas, visitava a República Popular da China. Jânio Quadros acreditava que sua renúncia não seria aceita, e isso ampliaria seus poderes. No entanto a renúncia foi aceita, e a direita civil e militar, que almejava conquistar o poder desde 1954, manifestou-se contrária à posse do vice, João Goulart (VIZENTINI, 2008, p. 25-26).

Para resolver o impasse sobre a posse ou não de João Goulart, foi adotado o sistema parlamentarista e Tancredo Neves assumiu o cargo de Primeiro-Ministro. Com essa solução a direita esperava limitar os poderes de João Goulart e evitar que o Brasil caminhasse rumo ao socialismo. Durante o governo de Goulart, a PEI passou a sofrer cada vez mais limitações. Mas as relações com a China, ainda que tímidas, eram mantidas. Segundo Cervo (1994, p. 334) em 1962 o Brasil recebeu a visita de uma delegação do Banco da China e em 1963, foi autorizada a abertura de um escritório comercial chinês no Brasil.

A prisão dos chineses e o afastamento das relações sino-brasileiras

O golpe militar de 1964, que depôs João Goulart, significou a interrupção no processo de aproximação das relações sino-brasileiras. Em setembro de 1964 o Congresso Nacional rejeitava o acordo comercial com a RPC, assinado durante a Missão Comercial de agosto de 1961. Mas o ponto mais crítico nas relações com a China foi a prisão de nove chineses, no dia 3 de abril de 1964, dois dias depois do golpe militar. Os nove chineses que estavam aqui no Brasil, eram: dois jornalistas, Wang Wei-Chen e Chu Ching-Tung, que estavam no Brasil desde 29 de dezembro de 1961; quatro membros da Missão encarregada de organizar uma exposição de objetos chineses, Su Tzu-Ping, Hou Fa-Tseng, Wang Chih e Chang Pao-Sheng, que chegaram em junho de 1963; e três membros de uma missão comercial, Wang Yao-Ting, Mao Yao-Tseng e Sung Kuei-Pao, que chegaram ao Brasil em janeiro de 1964.

A vinda dos jornalistas chineses foi negociada durante a viagem de João Goulart à China. Um dia antes de encerrar a visita oficial à RPC, no dia 23 de agosto de 1961, João Goulart solicitou que Araújo Castro enviasse um telegrama a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, para que fossem tomadas as medidas necessárias para a concessão dos vistos para Wang Wei-Chen e Chu Ching-Tung (CASTRO, 1961a).

No dia 26 de agosto de 1961, a Secretaria de Estado das Relações Exteriores enviou um telegrama para o Consulado Geral em Zurique concedendo visto oficial válido por 30 dias para os jornalistas Wang Wei-Chen e Chu Ching-Tung (VISTO..., 1961). Em decorrência da renúncia do presidente Jânio Quadros, o Itamaraty solicitou ao Conselho Geral de Zurique que aguardasse novas instruções quanto ao visto dos jornalistas. Por fim, no dia 26 de novembro de 1961, a Secretaria de Estado envia novas instruções para o Consulado de Paris, para que seja concedido aos jornalistas chineses visto temporário, válido por um ano (OLIVEIRA; CAVALCANTI; FRIEDRICH, 1964, p. 3-4). Os vistos foram autorizados pelo então Ministro das Relações Exteriores, San Tiago Dantas.

Os jornalistas desembarcaram no Brasil no dia 29 de dezembro de 1961, e tão logo chegaram foram ao encontro do assessor de imprensa do Itamaraty, Dario de Castro Alves, no início de janeiro de 1962, requerer a credencial de jornalistas estrangeiros. Essa credencial era normalmente concedida aos jornalistas apresentados pelas Embaixadas dos países de onde eram naturais. Seguindo essa regra a credencial não poderia ser concedida aos jornalistas, uma vez que o Brasil e a China não mantinham relações diplomáticas. Dario de Castro Alves, apresenta uma exceção à regra, o caso do correspondente da Agência Telegráfica da União Soviética (TASS, sigla em russo), sr. Artiushenkov, que recebeu a credencial antes do restabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e União Soviética. Mas no caso dos chineses, conceder as credenciais poderia prejudicar as relações com a China Nacionalista. Posto isso, Castro Alves argumenta que seria ilógico conceder visto de um ano e não conceder as credenciais de jornalistas para os chineses atuarem no país. O mais sensato teria sido negar os vistos a esses jornalistas (ALVES, 1962, p. 1-2). Em resposta, o Ministro Paulo Leão de Moura, Secretário Geral Adjunto para Assuntos de Europa Oriental e Ásia argumenta:

5. A meu ver, a um representante de Agência noticiosa oficial de um país com o qual não mantemos, nem, como tudo indica, esperamos estabelecer relações diplomáticas, deveria ser negada a credencial solicitada, que certamente poderia servir a seus beneficiários como primeiro passo ao estabelecimento de tal agência em território nacional, que me parece indesejável por motivos políticos óbvios (Ibidem, p. 3-4).

O Ministro do MRE, San Tiago Dantas concordou em não conceder as credenciais aos jornalistas, para evitar imbróglis com a China Nacionalista. A presença dos jornalistas chineses passa a ser monitorada pelo Conselho de Segurança Nacional, conforme sugere Celso Diniz, chefe da DAO, em memorando do dia 7 de agosto de 1962 (AIDE-MEMÓIRE, [1962?]). No tempo em

que estiveram no Brasil, mesmo sem as credenciais de trabalho, os jornalistas escreveram por volta de 2.500 reportagens sobre o Brasil. As reportagens eram enviadas por telégrafo para Londres, de onde eram retransmitidas para Pequim (GUEDES; MELO, 2014, p. 56).

A Embaixada em Berna encaminhou à Secretaria de Estado, no dia 4 de abril de 1963, o pedido de concessão de visto para o segundo grupo de chineses que vieram ao Brasil, encarregados de organizar a Exposição Comercial da China no Brasil. O grupo era composto por Hou Fa-Tseng, líder da comitiva, Su Tzu-Ping, Wang Chih e Chang Pao-Sheng, intérprete do grupo, pois falava fluentemente o português. A Secretaria de Estado respondeu no dia seguinte, 5 de abril, que a exposição era considerada inoportuna, portanto os vistos deveriam ser negados (EXPOSIÇÃO..., 1963a).

Inconformados com a decisão, outro telegrama foi enviado à Secretaria de Estado solicitando a concessão dos vistos. Outra resposta negativa: o telegrama, do dia 3 de maio de 1963, informava que não havia se alterado a posição do governo brasileiro quanto a exposição. Na terceira tentativa, sem saber como negar novamente os vistos, uma vez que a Exposição havia sido autorizada tanto por Jânio Quadros, como por João Goulart, a Secretaria de Estado do MRE tomou uma medida incomum. Em telegrama enviado para a Embaixada de Berna, no dia 22 de maio de 1963, o Itamaraty concedia vistos temporários aos chineses, mas ainda mantinha a posição contrária à realização da Exposição (EXPOSIÇÃO..., 1963b). Ou seja, os membros do grupo encarregado de organizar a Exposição Comercial de produtos da China, poderiam vir ao Brasil, mas não poderiam montar a Exposição. Esse segundo grupo chegou ao Brasil no dia 6 de junho de 1963.

Foi evocando o acordo Interbancário, assinado durante a viagem de João Goulart à China, que o jornalista Wang Wei Chen procurou o Chefe da Divisão de Ásia e Oceania (DAO), Armindo Branco Mendes Cadaxa, para interceder em favor da realização da exposição comercial de produtos da China, rogando que a realização da exposição seria de grande valia para fomentar o comércio entre os dois países. Além disso, as autoridades chinesas

tinham a intenção de manter um representante do comércio exterior chinês, para facilitar os contatos entre importadores e exportadores. O Chefe da DAO mostrou-se favorável à realização da exposição, bem como à manutenção de um representante comercial chinês no Brasil, conforme o memorando enviado para Aluysio Regis Bittencourt, Secretário Geral Adjunto para Assuntos da Europa Oriental e Ásia, em 14 de junho de 1963:

5. No tocante à Exposição comercial e industrial como é do conhecimento de Vossa Excelência, superiores autoridades brasileiras haviam considerado inoportuna, por enquanto, a sua realização. Permite-me opinar no sentido de que, uma vez desaperecebida tal inoportunidade, seria útil que a Exposição tivesse lugar [...]. Essa ordem de razões seria aplicável à permanência de um agente comercial das organizações chinesas de comércio exterior (CADAXA, 1963, p.2).

Considerada inoportuna diversas vezes, a Exposição foi autorizada pelo presidente João Goulart no dia 31 de janeiro de 1964. O Ministro do MRE, João Augusto de Araújo Castro, envia ao Ministro da Indústria e do Comércio um memorando informando que o presidente autorizará a realização da Exposição, que poderia ser nas cidades Niterói-RJ e/ou Belo Horizonte-MG (CASTRO, 1964). A Exposição, que deveria acontecer em maio do mesmo ano, não foi realizada em decorrência do Golpe Militar, deflagrado em abril de 1964.

Em 20 de novembro de 1963, a Embaixada do Brasil em Londres concedeu os vistos para Wang Yao-Ting, vice-diretor da Companhia Chinesa para Exportação e Importação de Têxteis (China Tex), chefe da equipe, Mao Yao-Tseng, classificador de algodão e Sung Kuei-Pao, intérprete fluente em inglês. Esse último grupo seria responsável por comprar algodão no Brasil (GUEDES; MELO, 2014, p. 65-66). Wang Yao-Ting já tinha estado no Brasil em 1956 para comprar um lote de algodão de uma empresa paulista, mas a transação não chegou a se concretizar. Em 1964 a compra do algodão esbarrou num problema cambial:

O acordo interbancário assinado em agosto de 1961, em Pequim, havia estabelecido uma taxa de câmbio fixa para as trocas comerciais em libras esterlinas que, por conta da inflação, se desvalorizou rapidamente. Em 1964, o preço negociado pela taxa do câmbio convênio, como relata Wang Yoating em seu depoimento à Justiça Militar, era 50% menor do que o do câmbio livre da libra esterlina na época, o que inviabilizou as negociações com as empresas privadas (Ibidem, p. 66).

Os chineses conseguiram negociar a compra de 4 toneladas de algodão, mas para finalizar a transação faltavam 20 mil dólares, para fazer o transporte do algodão para o porto de onde seria embarcado o produto. Wang Yao-Ting solicitou ao jornalista Wang Wei-Chen que trouxesse o dinheiro, uma vez que este se encontrava na China e retornaria ao Brasil no início de março de 1964 (Ibidem, loc. cit). Assim como a Exposição dos produtos chineses, a compra do algodão não chegou a se concretizar em decorrência do golpe civil-militar de 1964.

Os militares assumiram o governo do Brasil em de abril de 1964. João Goulart havia se retirado de Brasília em direção à Porto Alegre. O presidente da Câmara do Deputados, Ranieri Mazzilli assumiu a presidência do Brasil. Em pouco dias, cerca de 4 mil pessoas foram presas sob a suspeita de serem comunistas. Acusados de atividades subversivas, os chineses foram presos no dia 3 de abril de 1964.

O prédio em que vivam os jornalistas Wang Wei-Chen e Chu Ching-Tung, e os comerciantes Mao Yao-Tseng e Su Tzu-Ping começou a ser vigiado no dia 2 de abril. Os policiais cercaram o prédio e no início do dia 3 de abril invadiram o apartamento e prenderem os quatro chineses (GUEDES, MELO, 2014, p. 19-21). Em entrevista concedida aos autores Ciza Guedes e Murilo Fiuza de Melo em 2013, o jornalista Chu Ching-Tung relata que os chineses foram espancados pelos policiais ainda no apartamento (Ibidem, p. 227). Concomitantemente, outra equipe policial seguia para o prédio onde moravam os outros cinco chineses, que foram presos e levados às dependências do DOPS. Numa coletiva de imprensa,

realizada ainda no dia 3 de abril, o secretário de Segurança da Guanabara, coronel Gustavo Borges, dava detalhes dos planos dos chineses:

Para subverter a ordem política do país, os chineses contavam, dizia ele, com armas pouco usuais: agulhas envenenadas, comprimidos letais e pipas com “bombas teleguiadas em forma de pássaros”. As tais pipas, apelidadas por Borges de “Dragão de Fogo”, eram montadas com “pequenos foguetes levando bananas de dinamite” (GUEDES; MELO, 2014, p. 92).

No dia seguinte à prisão dos chineses, o jornal *Diário de Notícias*⁷, do Rio de Janeiro, dava informações mais detalhadas de como se daria a atuação dos chineses no plano de tomar o controle político do Brasil e implementar o comunismo:

A China de Mao Tsé mandou ao Brasil nove homens com a incumbência de assassinar o sr. Carlos Lacerda e os generais Amauri Krueel e Castelo Branco. Iam usar no crime o chamado “processo chinês”: uma injeção indolor que fulmina instantaneamente, e que seria aplicada no momento em que o criminoso se aproximasse da vítima simulando um encontrão.

As “armas” descritas pelos policiais do DOPS, eram na verdade agulhas de acupuntura e o “Dragão de Fogo” era um desenho antigo de um foguete chinês. Na mesma edição do dia 4 de abril, do jornal *Diário de Notícias*, era informado que os chineses possuíam a quantidade de Cr\$110 milhões em dólares e libras⁸. O

⁷ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. MAO TSE MANDOU MATAR À CHINESA. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 4 abr. 1964. p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093718_04/37684. Acesso em: 28 jun. 2018.

⁸ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. ESPÍÕES CHINESES IAM ASSASSINAR LACERDA, KRUEEL E CASTELO BRANCO. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 4 abr. 1964. p.10. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093718_04/37693.

valor informado na guia de recolhimento ao Banco do Brasil, no entanto, era bem menor. Um mês depois do recolhimento do valor, os valores informados ao Banco do Brasil foram assim descritos: “189.022 cruzeiros, 49.277 dólares americanos, 2.260 francos suíços, 138 libras, 3 rublos, e 3 kopekas, além de um cheque da Union Bank of Switzerland de 2.500 francos suíços. Corrigido, o dinheiro representaria hoje R\$ 877.756,61” (GUEDES; MELO, 2014, p. 93-94). Os chineses contestaram, alegando que eles possuíam mais dinheiro do que o valor discriminado. Segundo eles, a diferença seria de pouco mais de R\$ 40.000,00. Descontando cerca de R\$ 12.000,00, usado para cobrir despesas de alimentos, cigarros e medicamentos dos chineses presos, e parte da hospedagem das esposas dos chineses que vieram visitá-los, o restante do valor não foi devolvido para os chineses (GUEDES; MELO, 2014, p. 94).

No dia 13 de abril, Hou Fa-Tseng, Su Tzu-Ping e Mao Yao-Tseng foram transferidos para o 1º Batalhão de Guardas, em São Cristóvão; Wang Wei-Chen, Wang Yao-Ting, Chang Pao-Sheng e Wang Chih foram levados ao 1º Batalhão de Polícia do Exército; Chu Ching-Tung e Sung Kuei-Pao permaneceram no DOPS (Ibidem, p. 101). No dia 22 de abril, os presos chineses receberam a visita do Embaixador paquistanês, Syed Mawbuli Murshed, do presidente da OAB, Carlos Povina Cavalcanti, e o representante da Cruz Vermelha no Brasil, Eric Haegler, para constatar as condições físicas dos chineses, que confirmaram não haver indícios de maus-tratos aos presos. Após essa visita os chineses ficaram juntos no 1º Batalhão de Guardas, por quase sete meses, até serem separados em três grupos novamente em 11 de novembro de 1964.

Os chineses realizaram, durante o período de detenção, duas greves de fome. A primeira foi feita logo no início da detenção, no dia 4 de abril e durou três dias. Essa greve começou quando um general anunciou que os chineses seriam enviados no dia 6 de abril para Taiwan (Ibidem, p. 99). A greve terminou quando foi anunciado publicamente que os chineses não seriam enviados para Taiwan. A segunda greve de fome durou do dia 13 ao dia

16 de novembro. Essa greve decorre da separação dos presos que aconteceu, conforme dito anteriormente, no dia 11 de novembro. Para acabar com a greve, o advogado Heráclito Sobral Pinto se comprometeu a fazer protestos junto às autoridades e mobilizar os meios de comunicação. A greve de fome não deu resultados positivos e os nove chineses ficaram separados até o momento que foram expulsos do Brasil.

Durante o período em que ficaram detidos no Brasil, as esposas de alguns dos chineses puderam visitá-los, em duas ocasiões. O Auxiliar do Chefe do Departamento de Assuntos Jurídicos, Guido Fernando Silva Soares, redigiu um relatório sobre o período em que aconteceram as primeiras visitas. De acordo com o relatório, o primeiro grupo de visita era composto por esposas de três chineses, acompanhadas pelo representante da Sociedade Chinesa da Cruz Vermelha, senhor Yi Chengsin. Os chineses chegaram ao Brasil em 24 de agosto de 1964, dia em que foi realizada a primeira visita. As visitas eram acompanhadas por Eric Haegler, representante do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, Guido Fernando Silva Soares, representante do Departamento de Assuntos Jurídicos, e autoridades do Exército. Foram realizadas no total 10 visitas, sendo 8 dos casais individualmente e 2 de conjunto com os outros 6 presos. As visitas aconteceram entre os dias 24 de agosto e 8 de setembro, dia em que os chineses partiram do Aeroporto do Galeão com destino a Genebra. Guido Soares conclui o relatório da seguinte maneira:

132. [...] pode dizer-se que as visitas tiveram os resultados queridos: deixar às claras, tanto em relação à Cruz Vermelha Chinesa quanto à Cruz Vermelha Internacional, que o tratamento dos detidos é, no Brasil, conforme as regras de qualquer país civilizado do mundo, o que vem a desmentir, de frente, os boatos tendenciosos e distorsivos da imprensa internacional (SOARES, 1964, p. 21).

Guido Soares ainda ressalta que a neutralização das notícias “falaciosas” poderiam, de alguma maneira, acarretar resultados positivos para as relações internacionais do Brasil, uma vez que os próprios representantes da Cruz Vermelha atestaram as boas condições em que se encontravam os presos chineses.

O segundo grupo chegou para visitar os chineses no dia 29 de janeiro de 1965. Eram as esposas de quatro prisioneiros, o representante da Sociedade Chinesa da Cruz Vermelha, Wang Min, e um intérprete. Guido Soares também redigiu um relatório sobre as visitas. Foram um total de onze visitas, em todas elas estavam presentes Eric Haegler, representante do Comitê Internacional da Cruz Vermelha e o próprio Guido Soares, como representante do Itamaraty. Das onze visitas, os senhores Wang Min e o intérprete só participaram de cinco visitas. Isso, devido ao acontecido na terceira visita, realizada no dia 4 de fevereiro, quando Wang Min fez um discurso que não agradou as autoridades presentes. Em um dos trechos do discurso, que depois de ser traduzido⁹ foi enviado ao Itamaraty, Wang Min afirmava que o tratamento dispensado aos chineses detidos era injusto e ilegal, por estes serem inocentes. Dado o tom político do discurso e das acusações proferidas por Wang Min, ele e o intérprete foram impedidos de participar das demais visitas. Guido Soares finaliza o relatório buscando mostrar a benevolência do governo brasileiro, conforme segue:

61. De seis visitas previstas, foram realizadas onze, a fim de atender ao pedido do representante da Cruz Vermelha Chinesa. Da duração de meia hora, estendeu-se o prazo para uma hora inteira, igualmente para aceder [sic] a pedido daquela pessoa. E de tudo isso foi informado o Senhor Wang Min, que o que se fazia era por liberalidade, e em atenção à Cruz Vermelha, cujas finalidades o Brasil muito respeitara (SOARES, 1965, p. 17).

⁹ As visitas eram gravadas e depois enviadas para um tradutor indicado pelo DOPS.

O segundo grupo que viera visitar os presos chineses, deixou o Brasil em 12 fevereiro de 1965. O Itamaraty havia concedido visto de mais quinze dias para as esposas dos chineses detidos, mas o mesmo não foi concedido ao intérprete nem à Wang Min. As quatro chinesas optaram por não permanecer no Brasil sem a presença do intérprete e do representante da Sociedade Chinesa da Cruz Vermelha.

O julgamento do caso começou no dia 21 de dezembro de 1964 mas sem esperanças de conseguir a liberdade dos chineses. O julgamento foi acompanhado por juristas de várias partes do mundo. Sobre tal aspecto do julgamento, o jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, noticiava no dia 22 de dezembro:

[A]conteceu o que nunca ainda acontecera no Brasil – comissões de juristas estrangeiros assistem ao processo para observar o funcionamento da justiça militar brasileira, assim como juristas estrangeiros assistiram a processos políticos na Rússia czarista ou em países coloniais despoticamente governados.¹⁰

Após 15 horas e meia de julgamento, às 6h30 do dia 22 de dezembro de 1964 a sentença foi finalmente anunciada: dez anos de prisão pelo crime de subversão. Sobral Pinto recorreu alegando inconsistência jurídica ao enquadrar os chineses no artigo 2º da Lei de Segurança Nacional, sobre subversão. “Segundo o artigo, o crime constituía-se em ‘tentar mudar a ordem política e social estabelecida pela Constituição’[...]. Em suas ‘Razões da Apelação’, Sobral mostra que em nenhum momento houve uma ação dos chineses nesse sentido” (GUEDES; MELO, 2014, p. 164-165). O pedido foi negado.

No dia 16 de janeiro de 1965, o ministro da Justiça, Milton Campos, enviou ao presidente da República um parecer

¹⁰ CORREIO DA MANHÃ. LEGALIDADE USURPADA - GOVERNO. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 22 dez. 1964. p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_07/58852. Acesso em: 24 jun. 2018.

que concluía pela expulsão dos nove chineses. Castelo Branco assinou o decreto de expulsão, no dia 26 de fevereiro de 1965. Em telegrama enviado à Embaixada do Brasil em Berna, no dia 19 de abril de 1965, a Secretaria de Estado das Relações Exteriores comunicou que “partiram dia 18 do corrente, [...] os nove chineses integrantes da suposta missão comercial, condenados pela Justiça militar brasileira, e expulsos do Território nacional” (PARTIDA..., 1965, p. 1). Os chineses foram recebidos na China pelo então vice-primeiro-ministro Li Xianninan, que se desempenharia mais tarde as funções de presidente da República.

Alguns dos chineses ocuparam posições de destaque nos anos seguintes. Conforme Guedes e Melo (2014, p. 179-180), Wang Wei-Chen se tornou diretor-geral da agência Xinhua; Wang Yao-Ting virou presidente do Conselho Chinês para Promoção do Comércio Internacional; Hou Fa-Tseng foi nomeado diretor-geral adjunto do gabinete do Ministério do Comércio Exterior; e Chang Pao-Sheng se tornou Embaixador da China em Moçambique. Em 2014, ano em que o livro *O caso dos nove chineses*, foi publicado, dos nove chineses, cinco ainda estavam vivos, todos com mais de 80 anos. Apesar da repercussão internacional do caso dos nove chineses, atualmente esse episódio não é conhecido pelas novas gerações de chineses.

Conclusão

Com a adoção da Política Externa Independente, no início do governo do Presidente Jânio Quadros, em 1961, houve a aproximação entre Brasil e China. O Brasil recebeu em maio de 1961, uma equipe chinesa que buscava explorar as possibilidades de intercâmbio comercial entre Brasil e China. Em retribuição a essa visita, o presidente Jânio Quadros, organizou uma missão comercial, enviada a China em agosto de 1961 e chefiada pelo vice-presidente João Goulart. Nessa viagem, foi assinado o Ajuste Interbancário entre o Brasil e a China, para viabilizar o fluxo regular de comércio entre os dois países.

Para facilitar as transações comerciais entre Brasil e China, os chineses postularam organizar uma exposição de produtos chineses, para tal vieram ao Brasil, em junho de 1963, quatro chineses. Em janeiro do ano seguinte chegou ao Brasil um grupo de três chineses, membros de uma missão comercial. Já estavam aqui no Brasil, desde dezembro de 1961, dois jornalistas, que enviavam para a China notícias sobre o Brasil.

Os nove chineses tiveram suas atividades monitoradas desde que chegaram ao Brasil. Quando os militares assumiram o governo do Brasil, em abril de 1964, os nove chineses foram presos, acusados de espionagem e subversão. Ainda em 1964, o Brasil rejeitava o Ajuste Interbancário assinado com a China. A relação de proximidade com a China foi então rompida. Os chineses ficaram presos por um ano. Segundo relato do jornalista Chu Ching-Tung, eles sofreram torturas durante o período de detenção. No entanto, o representante do Comitê Internacional da Cruz Vermelha atestou que os chineses estavam sendo mantidos em boas condições, e que nas visitas que fez, não identificou indícios de maus-tratos.

O julgamento dos chineses aconteceu em dezembro de 1964. Eles foram acusados de crime de subversão e condenados a dez anos de prisão. Em fevereiro de 1965, o presidente Castelo Branco decretou a expulsão dos chineses, que deixaram o Brasil no dia 18 de abril de 1965.

O episódio da prisão dos chineses foi um momento de tensão nas relações sino-brasileiras. Acusação de torturas, o dinheiro dos chineses que não foi devolvido, a condenação, tudo isso deixou por muito tempo a percepção de um imbróglio mal resolvido. Em dezembro de 2014, depois de 50 anos, o governo brasileiro reconheceu o erro histórico cometido contra os nove chineses. Uma portaria do Ministério da Justiça revogou o decreto de março de 1965 e no dia 12 de agosto de 2015, os nove chineses foram condecorados com a medalha da Ordem do Cruzeiro do Sul, a mais alta insígnia do Brasil.

Referências

BILHETES DO PRESIDENTE JÂNIO QUADROS AO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. In: **Cadernos do CHDD**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, ano V, n. 8, p. 313-484, 2006. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/333-Cadernos_do_CHDD_N_08.pdf. Acesso em: 21 jun. 2018.

CERVO, A. L. (org.). **O Desafio Internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

DANTAS, S. T. **Política externa independente**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/839-Politica_Externa_Independente.pdf. Acesso em: 20 jun. 2018.

FGV. Conferência de Punta del Este. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** - DHBB. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC (Verbete). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/punta-del-este-conferencia-de>. Acesso em: 21 jun. 2018.

GARCIA, E. V. (org.). **Diplomacia brasileira e política externa: documentos históricos (1493-2008)**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

GUEDES, C.; MELO, M. F. de. **O caso dos nove chineses: O escândalo internacional que transformou vítimas da ditadura militar brasileira em heróis de Mao Tsé-tung**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2014.

VIZENTINI, P. F. **Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente 1951-1964**. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

VIZENTINI, P. F. **Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

Documentos - Arquivo do Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty) Brasília-DF.

AIDE-MEMÓIRE. Rio de Janeiro, [jul. 1962?]. Seção de Correspondência Confidencial, Caixa 5, Estante 581, Prateleira 2.

ALVES, D. de C. **Memorandum para o Sr. Chefe do Gabinete.** Rio de Janeiro, 3 jan. 1962. Seção de Correspondência Confidencial, Caixa 5, Estante 581, Prateleira 2.

CADAXA, Armino Branco Mendes. **Relações econômicas Brasil-República Popular da China.** Brasília, 14 jun. 1963. Seção de Correspondência Especial, Memoranda Confidencial, 1963.

CASTRO, J. A. de A. **Visto em passaporte. Wang Wei Shung. Chu Cing Sung.** Pequim, 23 ago. 1961a. Seção de Correspondência Confidencial, Caixa 5, Estante 581, Prateleira 2.

CASTRO, J. A. de A. **Relatório Político da Missão Comercial do Brasil à República Popular da China.** Hong Kong, 4 set. 1961b. Seção de Correspondência Especial, Ofícios: Consulados e Delegações (1950/59), Ano: 1950/63, Caixa nº 18

CASTRO, J. A. de A. **Exposição da República Popular da China.** Rio de Janeiro, 31 jan. 1964. Seção de Correspondência Confidencial, Caixa 5, Estante 581, Prateleira 2.

DINIZ, Celso. **Vinda ao Brasil de Missão comercial da República Popular da China.** Rio de Janeiro, 28 ago. 1962. Seção de Correspondência Especial, Memoranda Confidencial, 1962 (jul a dez).

EXPOSIÇÃO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NO BRASIL. PEDIDO DE VISTOS. Rio de Janeiro, 5 abr. 1963a. Seção de Correspondência Confidencial, Caixa 5, Estante 581, Prateleira 2.

EXPOSIÇÃO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NO BRASIL. PEDIDO DE VISTO. Rio de Janeiro, 22 mai. 1963b. Seção de Correspondência Confidencial, Caixa 5, Estante 581, Prateleira 2.

OLIVEIRA, A. C. de; CAVALCANTI, T. B.; FRIEDRICH, L. da C. **Missões comerciais e jornalistas da China Continental (Comunista). Relatório.** Rio de Janeiro, 17 jun. 1964. Seção de Correspondência Confidencial, Caixa 5, Estante 581, Prateleira 2.

OURO PRETO, Carlos S. de. **Missão Comercial à China.** Rio de Janeiro, 24 jul. 1961. Seção de Correspondência Especial, Circulares, Despachos, Notas, Ofícios Expedidos, Pareceres e Memoranda. Embaixadas, Consulados, Diversos no Brasil. Ano: 1961/62. Caixa^o 33.

PARTIDA DOS 9 CHINESES CONDENADOS PELA JUSTIÇA MILITAR. Rio de Janeiro, 19 abr. 1965. Seção de Correspondência Confidencial, Caixa 5, Estante 581, Prateleira 2.

SOARES, G. F. S. **Visita de 3 senhoras chinesas que, acompanhadas de um representante da Cruz Vermelha chinesa vieram ver seus maridos, presos e à disposição da Justiça Militar.** Rio de Janeiro, 14 set. 1964. Seção de Correspondência Confidencial, Caixa 5, Estante 356, Prateleira 1.

SOARES, G. F. S. **Visita de 4 senhoras chinesas acompanhadas de um representante da Sociedade chinesa da Cruz Vermelha e um intérprete.** Rio de Janeiro, 8 mar. 1965. Seção de Correspondência Confidencial, Caixa 5, Estante 356, Prateleira 1.

VISTO OFICIAL. WANG WEI SHUNG. CHU CING SUNG. Rio de Janeiro, 26 ago. 1961. Seção de Correspondência Confidencial, Caixa 5, Estante 581, Prateleira 2.

Fontes de Imprensa

CORREIO DA MANHÃ. LEGALIDADE USURPADA - GOVERNO. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 22 dez. 1964. p. 6. <Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_07/58852>. Acesso em: 24 jun. 2018.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. MAO TSE MANDOU MATAR À CHINESA. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 4 abr. 1964. p. 1. <Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093718_04/37684>. Acesso em: 28 jun. 2018.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. ESPIÕES CHINESES IAM ASSASSINAR LACERDA, KRUEL E CASTELO BRANCO. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 4 abr. 1964. p. 10. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093718_04/37693>. Acesso em: 28 jun. 2018.

Uma etnografia da comunidade Chinesa na cidade de São Gonçalo, Rio de Janeiro

Edivan de Azevedo Silva da Costa¹

Resumo: A pesquisa da qual resulta este artigo deriva do aprofundamento das minhas investigações ao longo de seis anos sobre a imigração chinesa no estado do Rio de Janeiro, nas quais busco analisar a comunidade chinesa. O presente trabalho, através das Ciências Sociais, teve como objetivo compreender as redes migratórias e comerciais na região metropolitana do Rio de Janeiro dando destaque a cidade de São Gonçalo. Foram realizadas pesquisas bibliográficas, documentais e etnográficas e a principal conclusão foi que os imigrantes chineses na cidade de São Gonçalo relacionam-se com diversos outros grupos da diáspora chinesa e pensam na sua imigração como temporária.

Palavras-chave: Imigração Chinesa. Redes Migratórias. China.

An ethnography of the Chinese community in the city of São Gonçalo, Rio de Janeiro

Abstract: The research that results from this article derives from the deepening of my investigations over six years on Chinese immigration in the state of Rio de Janeiro, in which I seek to analyze the Chinese community. The present work, through the Social Sciences, aimed to understand the migratory and commercial networks in the metropolitan area of Rio de Janeiro highlighting the city of São Gonçalo. Bibliographical, documentary and ethnographic research was carried out and the

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) / Linha de Pesquisa: “Estudo das Relações Brasil-China” da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Graduado em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) (2014). É mestre em Ciências Sociais, área de concentração: Antropologia Social pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) (2018). E-mail: costa.edivan5@gmail.com

main conclusion was that Chinese immigrants in the city of São Gonçalo are related to several other groups in the Chinese diaspora and think of their immigration as temporary.

Keywords: Chinese Immigration. Migration Networks. China.

Una etnografía de la comunidad China en la ciudad de São Gonçalo, Río de Janeiro

Resumen: La investigación de la que resulta este artículo deriva de la profundización de mis investigaciones a lo largo de seis años sobre la inmigración china en el estado de Río de Janeiro, en las que busco analizar la comunidad china. El presente trabajo, a través de las Ciencias Sociales, tuvo como objetivo comprender las redes migratorias y comerciales en la región metropolitana de Río de Janeiro dando destaque a la ciudad de São Gonçalo. Se realizaron investigaciones bibliográficas, documentales y etnográficas y la principal conclusión fue que los inmigrantes chinos en la ciudad de São Gonçalo se relacionan con diversos otros grupos de la diáspora china y piensan en su inmigración como temporal.

Palabras clave: Inmigración Chino. Redes Migratorias. China.

Este artigo será dedicado ao resultado da(s) pesquisa(s) de campo que foram realizadas na cidade de São Gonçalo com o objetivo de entender e analisar a constituição das redes migratórias de chineses no leste metropolitano fluminense. Também, por meio da etnografia, entrevista aberta e observação participante – ferramenta da etnografia – compreender as sociabilidades e os processos identitários de chineses naquele território. Nesse momento, o diário de campo como ferramenta de trabalho dos antropólogos e também de outros cientistas sociais foi uma peça fundamental para o registro de ideias, notas e observações de pertinência para desenvolvimento da pesquisa. Além disso, foi feito um breve levantamento bibliográfico e discussão teórica entre autores de trabalhos dedicados às mobilidades chinesas. Os estudos em campo foram realizados entre abril de 2016 e novembro de 2017 com observação e entrevistas com colaboradores do grupo étnico chinês.

No decorrer da pesquisa percebi que os depoentes chineses tinham receio de identificarem-se com seus nomes. Alguns

preferiram não mencionarem os nomes, alguns pediram para que suas identidades não fossem reveladas na pesquisa e outros optaram por se identificarem por nomes popularmente brasileiros para que não fossem reconhecidos. Assim, os nomes que aparecem na dissertação são fictícios em respeito aos pedidos de preservação das identidades dos depoentes.

2 - Etnografia e o diário de campo

Minha retomada ao campo ocorreu como participante da Primeira Mostra de Kung Fu e Cultura Chinesa², que teve participação de grupos de kung fu da cidade e também de chineses. O evento teve baixa participação de espectadores e pequena presença de chineses. Assim, a mostra de Kung Fu foi mais um enaltecimento por parte dos organizadores do que apresentação da cultura chinesa. Ao longo dos dias percebi a pouca participação de chineses residentes em São Gonçalo na plateia. Os chineses não tiveram espaço para fala e estiveram em segundo plano. Meses após a Primeira Mostra de Kung Fu e Cultura Chinesa através de minha participação no campo, foi relatado pelos depoentes que aquele evento não representou a China, sua cultura e os chineses em São Gonçalo. De acordo com eles, a Mostra se ateve à exibição da arte marcial Kung Fu.

Não gostei daquilo [Primeira Mostra de Kung Fu e Cultura Chinesa] não estava nos representando. Eu não tinha interesse sobre aquilo. Achei bom trabalhar. Achar que chineses só sabem Kung Fu é como falar que vocês [brasileiros] só sambam. (Yi, chinês, aproximadamente 25 anos)³

² Ocorreu entre os dias 27 de novembro a 06 de dezembro de 2016 na Casa de Villa Real organizado pela Prefeitura Municipal de São Gonçalo.

³ Depoimento obtido no dia 30 de janeiro de 2017 por um chinês após as comemorações do Ano Novo Chinês em São Gonçalo.

Durante o evento reencontrei com dois chineses: Ena e Yi, que conheci em minha pesquisa monográfica. Eles me apresentaram a outros chineses que tinham chegado ao Brasil nos meses anteriores. Através das conversas consegui estabelecer contato que proporcionou maior inserção no grupo chinês de São Gonçalo. Expliquei que voltara a estudar a China e suas migrações no estado do Rio de Janeiro. Percebi que Ena ficou entusiasmada com minha pesquisa e disse *Eu converso de novo* (Ena, filha de chineses, 28 anos), todavia, Yi ficou desconfiado do motivo pelo que eu queria compreender a imigração chinesa. Durante minha pesquisa de monografia percebi que Ena não tinha muitos amigos fora da comunidade chinesa e, por ser a gerente da lanchonete de sua família, o trabalho a mantinha ocupada por muito tempo, o que de certo modo a impedia de ampliar sua rede social fora do ambiente familiar e contrerrâneo. Ela era muito esperta e hábil, conhecia a comunidade chinesa em São Gonçalo e chineses em outras cidades da região metropolitana fluminense. Dessa maneira, ela passou a ser minha referência para minha inserção no campo. Diante dessas condições, eu era visto como o amigo brasileiro⁴ que afinal havia procurado a aproximação com ela.

Passei a ir uma vez por semana na lanchonete que Ena trabalha no Centro de São Gonçalo para observar as interações entre os chineses com os brasileiros e conversar sobre as experiências dela no Brasil, mas acabávamos conversando sobre outros assuntos do interesse dela – músicas, filmes, novelas e séries de televisão. Algumas vezes, ela comentava que tinha ido para China visitar os tios e que sentia falta do país. Ela não gostava de comentar sobre essa viagem devido às brigas de família.

Ena disse que haveria uma pequena comemoração do Ano Novo Chinês nos dias 28 e 29 de janeiro de 2017 e que já estava convidada. Percebi que aquele evento poderia ser importante em minha pesquisa por estarem presentes chineses que eu

⁴ Mesmo sendo considerado amigo por ela, eu precisava consumir algo em sua lanchonete para que pudesse ficar sentado nas cadeiras e, quando ela tinha disponibilidade, conversava comigo.

poderia analisar em relação às suas sociabilidades em grupo e performances. Até aquele momento, eu não tinha conhecimento que os chineses se reuniam em São Gonçalo para comemorações do Ano Novo Chinês. Manifestei meu interesse na possibilidade de ir, ela disse que eu não estaria autorizado participar, mas deixou que eu a acompanhasse até a festa que aconteceria no bairro do Alcântara, São Gonçalo.

Encontramo-nos na Praça Zé Garoto e fomos juntos de ônibus até ao Alcântara. Quando estávamos no ônibus, Ena disse que durante a comemoração do Ano Novo é costume que os chineses viajem para suas cidades na China para passar os dias das comemorações com familiares. *[O Ano Novo] é quando eles [chineses] voltam para China visitar os parentes e mostrar os filhos nasceram e que ainda não tinha sido conhecido pela família. Nessa época você não falará com eles porque não estão aqui* (Ena, filha de chineses, 28 anos). No trajeto da viagem, olhei pela janela e fui percebendo que várias lanchonetes e lojas de chineses estavam fechadas⁵. Durante toda a viagem ela comentava sobre o desejo de quando morrer fosse enterrada na China, pois não queria ser enterrada no Brasil. Ela dizia: *Sou até brasileira no documento, mas sou muito mais chinesa* (Ena, filha de chineses, 28 anos). Questionei o interesse em ir para China para viver por lá e, ao indagar sobre o intuito da imigração dela e dos outros chineses, me referindo ao projeto de conseguir dinheiro trabalhando no Brasil, voltar para China e trocar o *hukou*⁶ para viver em uma cidade, ela foi enfática.

⁵ No período de comemorações no Ano Novo Chinês que ocorreu nos anos de 2017 e 2018 observei que estabelecimentos de proprietários chineses estiveram fechados. Além disso, através de depoimentos soube que os chineses viajam para China para participar com familiares das comemorações do Ano Novo.

⁶ Registro de residência que pode ser familiar ou individual. O *hukou* é o sistema de registro, identificação e mobilidade geográfica. Consiste em um livreto de registro domicílio municipal com variedades em cada província chinesa. Além disso, controla a mobilidade por meio da autorização obrigatória individual ou familiar da residência entre as áreas rurais para urbana. Esse sistema foi criado em 1958 pelo Partido Comunista governado por Mao Zedong (1949-

Para que voltar para lá? Nós somos da China, mas alguns de nós não queremos voltar. A maioria já é daqui. Ir para lá vai ser problema porque somos chineses, mas somos brasileiros. Os que voltaram para China e trocaram o hukou não são felizes e não têm emprego bom como tem aqui. (Ena, filha de chineses, 28 anos).

Devido ao engarrafamento que teve duração de mais de uma hora pudemos conversar sobre o *hukou*. Confesso que percebi que Ena ficou irritada quando quis saber sobre o registro domiciliar chinês de alguns membros da família dela e também de chineses em São Gonçalo, mas, quis tentar a sorte e instigá-la. Fui direto e perguntei sobre o que ela achava do *hukou* e o motivo de viver em São Gonçalo. Ela me olhou e disse:

Eu não entendo! Confesso que acho estranho ser brasileira e ser chinesa ao mesmo tempo. [...] Já tentei, mas consigo ser apenas uma ou outra. Eu até sei que sou as duas coisas, mas não sei se sou primeiramente chinesa e depois brasileira, ou, sou primeiramente brasileira e depois chinesa. [...] eu posso ser o que eu quiser dependendo do que será bom no momento. Ser chinesa ou brasileira vai depender do que pode ser melhor. Não acredito que terei um hukou, até acho que não quero. Ter hukou é ser chinesa e eu já sou! Mas ser chinesa com documento acho que pode ser complicado. Lá no futuro... [pensativa] Eu for chinesa com documentos,

1954) com finalidade de impedir o grande êxodo rural e também perseguir os adversários do regime comunista. Como medida para coibir as maciças migrações para as cidades, o Partido Comunista atribuiu para cada cidadão um *hukou* que permite que cada pessoa apenas acesse serviços básicos como saúde e educação na cidade em zonas urbana ou rurais do registro de nascimento. Ademais, o sistema *hukou* possibilita o controle da população pelo governo com informações pessoais, tais como religião, escolaridade, estado civil, dados sobre nascimento, profissão, endereço residencial, ficha criminal e registro de mobilidade. Entre as décadas de 1950 a 1970 esse sistema de controle da população impediu movimentos migratórios sem autorização da população pelo Partido Comunista.

passaporte e tal... Devo herdar o hukou da minha família. Eu não sei se quero viver como eles no interior ou viver em Guangdong como uma morta viva. Viver como uma morta viva parece que é ser invisível? Já presenciei várias pessoas nessa situação. Posso dizer que não quero. Minha mãe fala para eu voltar para Guangdong e viver com ela, só que fico pensando... Viverei como uma morta viva igual minha mãe e aos outros. Edivan, eu sou brasileira, tenho passaporte daqui. Não quero ir para China e viver assim. Mas se eu for... [pensativa] Não poderei viver como estrangeira e deixar minha família do jeito que estão. É muito errado, seria uma traição muito grande. Prefiro viver com meu pai aqui. Viver aqui não vai me fazer traidora da minha mãe e tios lá na China. Não moraria com eles e morarei aqui no Brasil. Olha que em São Gonçalo não é o melhor lugar, mas é o que tenho. Se tudo der certo vou ter minha loja no Alcântara, né? Aqui é muito bom para ter algum negócio... Já tive muitos problemas por causa do hukou e não quero passar... Na verdade isso nem é meu. Eram dos meus pais que nem moram aqui, são deles [familiares] e por isso estou me fudendo nessa merda de briga de família. Meu sonho é juntar dinheiro, chegar na casa da minha mãe dar o dinheiro nas mãos dela para comprar um novo hukou (Ena, filha de chineses, 28 anos).

O depoimento emocionado de Ena dentro do ônibus me fez refletir sobre as condições e condicionantes da sua vida. Em setembro de 2012, o seu irmão mais novo, chamado Lucas, de 21 anos, após sair do banco foi seguido por dois rapazes de motocicleta, anunciaram o assalto e roubaram o celular e o alvejaram com três tiros. Eu me lembro dessa história quando iniciei minhas pesquisas na graduação e soube do assassinato do Lucas. Ena ainda vive o luto da morte do irmão e o medo constante de ser assaltada e

⁷ Referência ao contingente de chineses oriundos do interior da China que trabalham em cidades localizadas nas ZEEs sem autorização do Partido Comunista. Essa população é conhecida como “população flutuante”.

desde aquele crime evita andar na rua sozinha. Nas conversas que tivemos nas semanas anteriores, Ena comentou que a morte do irmão foi a causa do divórcio de seus pais. O pai dela não quis voltar para China decidindo viver em São Gonçalo. Já a mãe, não aguentou morar no Brasil por achar que o País tirou a vida do filho e por isso voltou para China. Ena não gosta de comentar esse assunto pessoal e sente ter os pais morando em países diferentes e não poder cuidar deles na velhice.

Durante as conversas que tive com Ena ao longo da pesquisa de mestrado, soube que o corpo do seu irmão foi enterrado na China. Como pesquisador e principalmente por estar próximo dela ao longo da pesquisa, evitei comentar o assunto que a deixava triste. A opção de enterrar o corpo de Lucas na China se deve à ideia de retornar às origens familiares e também nacionais. Através das minhas observações e participação em conversas, soube que os chineses que decidem viver por definitivo no Brasil ou em outros países pedem, antes de morrerem, aos filhos e netos que enviem seus corpos para a China com intuito de serem cremados ou enterrados. Essa escolha se baseia na ideia de que é preciso que voltem para casa onde estão as origens dos ancestrais. Em uma breve conversa que tive sobre o falecimento de Lucas, Ena declara, em aparente contradição às declarações anteriores: *É preciso voltar para casa, a China sempre será nossa mãe* (Ena, filha de chineses, 28 anos).

Ela ainda relatou que alguns brasileiros perguntaram se a família dela não tinha vontade de realizar algum culto pelo óbito do irmão, entretanto, eles não quiseram por serem ateus. A decisão de que o irmão mais novo de Ena fosse enterrado na China era baseada na esperança de que as futuras gerações lembrassem dele, mas não estava vinculada a nenhuma religião. “O culto aos ancestrais é central na família e na sociedade chinesa e estende para além da morte o sentimento de solidariedade que une diferentes gerações” (TREVISAN, 2014, p. 160).

Em minhas observações descobri que a maioria dos chineses não são adeptos a nenhuma religião, no entanto alguns são filiados à Igreja Evangélica localizada em Nova Iguaçu. Os chineses que

optam em se denominarem pertencentes a alguma religião o fazem apenas por interesse de socialização com os brasileiros. Pude notar ainda que a maioria cultua os ancestrais em caráter de respeito e a eles pedem proteção e sorte nas decisões ao longo da vida.

A morte de Lucas, entre os chineses nas cidades de São Gonçalo e Niterói foi encarada com medo e revolta. O medo na comunidade sínica se deveu à consciência de que a vítima poderia ser qualquer um de seu coletivo. Eles ficaram indignados com a morte de um jovem, mas preferiram não chamar atenção e manter discrição. Devido à morte de Lucas, o receio dos chineses de que as autoridades brasileiras descobrissem os chineses que estavam com documentação irregular, ou mesmo sem autorização de residência no País, aumentou a tensão entre eles. Ademais, a desconfiança dos chineses em relação aos brasileiros também aumentou significativamente.

Durante minhas experiências etnográficas com chineses pude observar que os brasileiros são vistos como trapaceiros, ladrões e mentirosos. Ao longo da minha vivência com o grupo sínico do leste metropolitano fluminense tive conhecimento de muitos casos de furtos de produtos em lojas de chineses e assaltos realizados por brasileiros. Ainda soube de breves relatos por parte dos chineses que foram vítimas de golpes de clonagem de cartões de crédito e celulares. Ao longo da pesquisa pude perceber os estigmas que os brasileiros sofrem quando entram nas lojas e lanchonetes de chineses em São Gonçalo, contudo esses não percebem. Os brasileiros são atentamente observados nas lojas e lanchonetes dos chineses por serem tomados como possíveis ladrões interessados em roubar o dinheiro do caixa ou os produtos à venda. Já os brasileiros que são contratados pelos chineses para trabalharem em seus estabelecimentos em cargos de segurança, atendente de balcão, cozinheiro, auxiliar de serviços gerais e repositor de produtos são também vigiados pelos chineses com receio de serem furtados durante o trabalho.

Nas lanchonetes, os chineses possuem conhecimentos da língua portuguesa para atenderem brasileiros em seus pedidos, contudo, optam em contratar brasileiros para atrair clientes.

Segundo relatos obtidos no campo, mesmo com os estigmas que os brasileiros têm por serem conhecidos como trapaceiros, eles são contratados pelos chineses. Os depoentes relataram que têm conhecimentos que os brasileiros têm receio dos hábitos de higiene dos chineses e que evitam consumir os alimentos das lanchonetes. Dessa maneira, para atrair clientes brasileiros, contratam outros brasileiros para serem atendentes das lanchonetes. De acordo com os depoentes, os brasileiros aparentam ser mais limpos e por isso são bem-vistos por outros brasileiros por acreditarem que são eles que preparam os alimentos. *Os brasileiros quando ver um brasileiro na vitrine vendendo aceita comer do que quando somos nós. Isso é bom podemos ganhar mais dinheiro* (Ena, filha de chineses, 28 anos).

Em minhas participações nas cozinhas das lanchonetes, observei que os brasileiros que são contratados para atenderem os clientes também preparam os alimentos junto com os chineses⁸. Dessa maneira, essa estratégia étnica dos chineses em empregar brasileiros como atendentes evita perda de consumidores. Ainda observei que os brasileiros trabalham de atendentes, preparam os alimentos e são responsáveis pela limpeza, mas não são permitidos que recebam o dinheiro dos clientes e não podem ficar responsáveis pelo caixa que na opinião dos chineses são compreendidos como trapaceiros. De acordo com Ena: *os brasileiros podem ficar na cozinha, limpar chão e falar com outro brasileiro para comer. Brasileiro não pode guardar dinheiro* [sic] Ena, filha de chineses, 28 anos).

Devido minhas primeiras experiências na juventude e em seguida acadêmicas ao longo dos anos com chineses tentei me despir dos estereótipos que pesquisadores brasileiros têm ao estudarem chineses, buscando a possibilidade de me inserir no grupo estudado de maneira mais legítima sem preconceitos. Contudo, passei a conhecer os estereótipos que os chineses têm dos brasileiros.

⁸ Nas cozinhas das lanchonetes em que entrei, observei que os chineses dormiam sobre os sacos de trigos e que tinham pertences pessoais. Em duas situações presenciei camas e esteiras nas quais os chineses dormiam.

O campo das sensibilidades é, sem dúvida, o que gera maior estranhamento, porque toca no âmago da diversidade cultural e da intersubjetividade. Relacionar-se com o Outro é muito mais denso e dramático do que comer um exótico prato de ensopado de cachorro. Longe de casa, sentir-se acolhida (e não solitária) na companhia de um nativo é, em meu ponto de vista, o principal desafio do campo. Isso remete a uma questão fundamental no estudo dos chineses por brasileiros, a qual versa sobre dois estereótipos culturais que, como muitos estereótipos são baseados em traços concretos: a ideia de um povo aberto, de um lado; e de um povo fechado, de outro (PINHEIRO-MACHADO, 2009, p. 29).

Ao longo da pesquisa pude sentir a desconfiança dos chineses em relação aos brasileiros, afinal, eu sou brasileiro. Em minhas tentativas em estabelecer contato com os chineses fui tratado de maneira ríspida e grosseira. Sempre com desconfiança sobre o que eu estava fazendo naquele lugar. Quando me apresentava como pesquisador muitos não sabiam o significado da palavra (“pesquisador” e similares, tais como “pesquisa”, investigação”), mesmo após a minha explicação continuavam sem compreensão. Houveram momentos que percebia que eles compreendiam o que eu falava e fingiam que tinham pouco conhecimento na língua portuguesa, como estratégia para evitar conversar comigo e forçar minha partida. É preciso ainda destacar que a timidez dos chineses foi uma barreira para a aproximação, o que inicialmente dificultou estabelecer o contato. Como pesquisador, tive vergonha em abordar os chineses e estabelecer contato. Em minhas tentativas eu era observado por chineses e brasileiros, que estranhavam minhas tentativas em querer conversar.

De acordo com Pinheiro-Machado (2009, p. 28): “Trata-se de uma experiência plena, em que a barreira do pré-conceito só é vencida se estamos abertos a passar por experiências novas, mesmo as mais difíceis, tolas ou desconcertantes”. Houveram situações, após minha apresentação e explicação do meu objetivo, em que

fui tratado de maneira agressiva. Algumas vezes fui expulso com gritos, palavras de ordem e empurrado para fora da loja⁹ e até jogaram refrigerante em minha cabeça quando entendiam que não compraria nada. Devido às minhas experiências como pesquisador, sabia das dificuldades que teria de inserção no grupo étnico chinês por ser brasileiro e pertencer a outro grupo étnico. Meus contatos com chineses podem ser compreendidos através das leituras de Barth (2000) ao analisar as diferenças entre os grupos étnicos – eu na categoria de pesquisador brasileiro e os depoentes chineses – estabelecemos modos de divergentes entre grupos, a importância se baseia na consideração das culturas atreladas ao modo organizacional étnico. Ao longo da pesquisa, houveram dias em que pensei em abandonar a pesquisa devido ao tratamento grosseiro recebido pelos chineses e até dos colaboradores. Em outras circunstâncias fui chamado de vagabundo e ladrão pelos chineses e até funcionários brasileiros que me viam como perigo por acharem que eu tinha interesse em ocupar os empregos deles. Nas leituras dos trabalhos da antropóloga Rosana Pinheiro-Machado (2009) que investigou a rede formal e informal de circulação dos produtos chineses no comércio entre a China, Paraguai e Brasil relata as mesmas impressões que tive ao longo da pesquisa¹⁰.

No Paraguai e na China, eu buscava proximidade e afetividade nos relacionamentos [com chineses]. Almejava a facilidade da comunicação que eu tinha tido com os camelôs – comunicação esta que vai muito além da linguagem e diz respeito ao entendimento interpessoal. No entanto, era percebida com desconfiança por parte de muitos informantes,

⁹ Certa vez, fui empurrado, caí no meio-fio da calçada, o que me deixou machucado.

¹⁰ PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Made in China: Produção e circulação de mercadorias no circuito China-Paraguai-Brasil**. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2009. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/16895>. Acesso em: 15 de março de 2016.

que ressaltavam a maneira imediatista com que os brasileiros lidavam com a vida. Amizade instantânea era vista como cinismo, pois o vínculo construído rapidamente podia ser reverter em briga, também rapidamente. Encontrei muitas caras fechadas, recebi muitos “nãos”. Levei empurrões tentando entrar em trens ou atravessar a rua, bem como fui expulsa algumas vezes de lojas quando o vendedor via que eu não compraria nada. Enfim, briguei, chorei de raiva. Encontrava um mundo que se mostrava áspero e frio: essa sim era a diferença intransponível (PINHEIRO-MACHADO, 2009, p. 30).

Como a pesquisadora, chorei ao pensar que talvez não conseguisse desenvolver a pesquisa¹¹, achei que seria impossível estabelecer contatos com chineses por negarem conversar comigo e ignorarem minha presença. Em muitos momentos quando estive em campo me senti sozinho mesmo estando próximo da minha casa. Paradoxalmente, eu me sentia distante por tentar estar em um grupo étnico que em alguns momentos não me aceitava ou que me olhavam com desconfiança sem compreender minha presença.

3 - O ano é do Galo: comemorações do ano novo Chinês

No dia 29 de janeiro de 2017, quando cheguei com Ena ao espaço alugado pelos chineses para comemoração do Ano Novo, percebi que o local estava decorado com os símbolos dos doze animais do zodíaco chinês, mas o Galo estava em destaque através de gravuras pelas paredes. As cores predominantes para decoração eram vermelhas e amarelas, que estavam representadas pelas toalhas de mesa e cadeiras. O local tinha cheiro agradável de comida, no qual se destacava o assado da carne de porco.

Nos primeiros momentos da minha chegada fui o centro das atenções. Eu pude observar que todos os olhares estavam sobre

¹¹ Até pensei em mudar de pesquisa e investigar os movimentos migratórios de senegaleses no município de Niterói.

mim por não ser chinês. Ena pediu para que eu segurasse a bolsa dela enquanto ficava na cozinha preparando os pratos. A princípio achei o pedido dela comum, entretanto, há significados diferentes entre os chineses quando um homem segura bolsa de uma mulher que explicarei mais à frente. Logo de início verifiquei uma divisão de gênero nas tarefas de organização, onde as mulheres preparavam os alimentos rapidamente e organizavam as mesas, enquanto os homens ficaram pelo salão conversando baixo.

Meu fenótipo é diferente dos chineses – da etnia han que ocasionou olhares sobre mim, escutei em diversos momentos duas palavras em mandarim *waiguoren* e *iaowai* que significam em português, *estrangeiro*. Alguns acharam que eu tivesse outra nacionalidade (acharam que eu fosse europeu¹²), mas não que eu fosse brasileiro devido à minha aparência. Houveram momentos que percebi que eu não era apenas o centro dos olhares, eu era fotografado por ser alguém diferente deles naquele momento exclusivo dos chineses. Mesmo com olhares de estranhamento por alguns, fui educadamente recebido.

Levei meu diário de campo, todavia, achei melhor não fazer observações escritas para não chamar mais atenção e tentar me inserir entre eles. A comemoração teve duração de quatro horas com celebrações ao Galo – animal sagrado – e ocorreram conversas entre pequenos grupos. Tentei me inserir nos grupos dos jovens, homens e mulheres, mas era rejeitado. Percebia que os chineses conversavam em cantonês¹³ e percebi que a língua era um obstáculo que precisava enfrentar para minha inserção nas fronteiras étnicas chinesas. Minha experiência de inserção etnográfica me deixava

¹² Pude observar que norte-americanos que residem nos municípios do Leste Metropolitano, vinculados às igrejas protestantes mórmons e, sobretudo europeus (portugueses e espanhóis) são compreendidos como ricos por serem oriundos de países centrais e por serem pessoas brancas. Certa vez, uma senhora chinesa achou que fosse rico por acreditar que eu fosse europeu e branco.

¹³ Dialeto falado na província de Guangdong também denominada em português como Cantão, localizada no sul da China.

frustrado por não conseguir manter o contato necessário e confesso que preferiria até ser destrutado, pois assim teria conhecimento da reação deles, mas fui apenas ignorado. Ninguém quis conversar comigo e isso me isolou. No ano de 1958 quando Clifford Geertz (2008) realizou a sua pesquisa em uma aldeia balinesa, Indonésia, relatou sua experiência parecida com a minha quando efetuou sua etnografia sobre as brigas de galos¹⁴.

[...] Enquanto caminhávamos sem sentindo, incertos, ansiosos, dispostos a agradar, as pessoas pareciam olhar atrás de nós, focalizando o olhar a alguma distância, sobre uma pedra ou uma árvore, mais reais do que nós. Praticamente nos cumprimentavam, mas também ninguém nos ameaçavam ou dizia algo desagradável, o que seria até mais agradável do que ser ignorado. Quando nos arriscávamos a bordar alguém (e numa atmosfera como essa a pessoa sentese terrivelmente inibida para isso), essa pessoa se afastava, negligente, mas definitivamente. Se ela estivesse sentada ou apoiando-se a uma parede e não pudesse afastar, simplesmente não falava nada ou murmurava aquilo que representa para balinês uma não-palavra “yes”. **A indiferença, sem dúvida, era estudada; os aldeões vigiavam cada movimento que fazíamos e dispunham de uma quantidade enorme de informações bastante corretas sobre quem éramos e o que pretendíamos fazer. Mas eles agiam como se nós simplesmente não existíssemos e esse comportamento era para informar que de fato nós não existíamos, ou ainda não existíamos (GEERTZ, 2008, p. 185, grifo nosso).**

Tentei conversar com Ena para, com sua ajuda, penetrar no grupo, porém ela estava ocupada preparando as comidas. Eu estava ficando desestimulado. Sentei em um canto e, olhando para eles,

¹⁴ GEERTZ, Clifford. “Um jogo absorvente: Notas sobre a briga de galo balinesa”. In: **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

pensei na razão de estar ali, afinal os presentes não queriam saber de mim. Indo ao banheiro antes de ir embora, encontrei um senhor de 58 anos chamado Xiao, bem-humorado e que falava português com forte sotaque mandarim. Ele mora em Botafogo e tem dois filhos que vivem em Vancouver, Canadá – que moram desde 2010 para estudarem em universidades canadenses. Consegui manter meu único contato com um chinês na comemoração do Ano Novo Chinês. Ele comentou brevemente sobre sua vida no Brasil. Xiao trabalhou por muitos anos como vendedor de produtos chineses na cidade do Rio de Janeiro, em Madureira e na Sociedade de Amigos das Adjacências da Rua da Alfândega (conhecido popularmente como SAARA), conjunto de ruas ocupadas pelo comércio popular localizado no Centro. Após anos trabalhando como vendedor abriu duas lojas em Madureira, uma em Duque de Caxias e uma em São Gonçalo. Xiao relatou que participa das decisões, remunerações e gastos de suas lojas, entretanto, quem administra são seus irmãos e sobrinhos que vivem no Rio de Janeiro. Em nossa breve conversa, ele disse que gosta de trabalhar na região metropolitana do Rio de Janeiro e ajuda a sua família no Brasil e na China.

A conversa que tive com Xiao me retomou a esperança, decidi ficar por mais tempo na festa do Ano Novo e buscar estabelecer contatos com outros chineses, mas as expectativas foram frustradas. Nas tentativas que fiz, fui rejeitado e ignorado. Houveram momentos que estabeleci contato em português, mandarim e em inglês como possibilidade de iniciar conversas, mas acabava sendo visto como “intruso” que avançava as fronteiras do grupo étnico chinês em São Gonçalo¹⁵

¹⁵ “Dada a ênfase na dimensão desses grupos como portadores de cultura, a classificação das pessoas e dos grupos locais como membros de um grupo étnico necessariamente depender da presença de traços culturais particulares. Na tradição das áreas culturais, isso é algo que pode ser julgado objetivamente pelo observador etnográfico, sem que se leve em conta as categorias e preconceitos dos atores. Diferenças entre os grupos tornam-se diferenças entre inventários de traços: a atenção concentra-se sobre a análise das culturas, em detrimento da organização étnica”. (BARTH, 2000, p. 29).

Utilizo aqui grupo étnico no sentido que Barth atribui: “Ao enfocar aquilo que é socialmente efetivo, os grupos étnicos passam a ser vistos como uma forma de organização social” (BARTH, 2000, p. 31). A organização social dos chineses na cidade de São Gonçalo se baseia por valores culturais da sociedade chinesa que corroboram para constituição de sua identidade étnica, que pode ser verificada através da hierarquização das relações familiares, superstições, crenças em números que influenciam a sorte¹⁶, casamentos arranjados pelos pais, crença nos animais do zodíaco chinês etc.

A comemoração do Ano Novo é realizada desde 2014 e é um evento fechado, somente para chineses que residam em São Gonçalo e cidades adjacentes, idealizado por um grupo de amigos chineses. A comemoração do ano em 2017 festava o início do ciclo do Galo, animal do horóscopo chinês, que simboliza o trabalho que proporciona ganhos financeiros. O clima de otimismo no jantar de comemoração do Ano Novo era mantido por cinco famílias de proprietários de lojas e lanchonetes¹⁷ que totalizava 37 pessoas que se comunicavam majoritariamente em cantonês e mandarim.

O jantar servido às 16h era farto e com comidas típicas chinesas. Com muitos peixes fritos sendo servidos por inteiro em grandes pratos, pastéis recheados de carne preparados em forma de lingotes e bastante carne de porco por simbolizar prosperidade e a sorte. Havia muitos tipos de chá, todavia, predominavam o

¹⁶ Durante minhas observações sobre os chineses percebi que eles não moram no quarto andar dos prédios e também evitam alugar apartamento que tem o número “quatro”. O som da palavra “quatro” em mandarim é parecido com o da “morte”. Assim, os chineses evitam morar no quarto andar dos prédios. Os chineses escolhem morar no oitavo andar dos prédios devido ao som do “oito” é parecido com em mandarim com riqueza, sorte e sucesso. Através das minhas observações percebi que os chineses moram no oitavo andar dos prédios residenciais de São Gonçalo, é possível ter mais de três famílias morando em apartamentos diferentes.

¹⁷ Através de conversas com chineses e da observação participante soube que os estabelecimentos comerciais desse grupo se concentram nos bairros do Alcântara e Centro.

verde e o preto. Nas mesas de bebidas havia cerveja de marcas brasileiras e europeias e bastante água. Existia bastante sorvete que era consumido principalmente pelas crianças, que pareciam sofrer com o forte calor. No salão de festas encontravam-se várias mesas com capacidade para oito pessoas. Observei ainda que os chineses se agrupavam nas mesas pelas faixas etárias.

Em minhas frustrantes tentativas de inserção no grupo achei que seria melhor ficar próximo de Ena por ser minha referência naquele grupo. Em minha nova tentativa de saber mais sobre aquelas pessoas, questionei-a sobre quem eram as pessoas presentes naquela comemoração. Ela relatou que a maioria dos participantes morava em São Gonçalo e alguns em outras cidades – Rio de Janeiro e Itaboraí. Todos eram pequenos empresários com estabelecimentos de lanchonetes e/ou lojas de produtos importados da China e que majoritariamente eram nascidos ou viveram na província de Guangdong. Perguntei sobre quais seriam os motivos para comemorações do Ano Novo em São Gonçalo. Ena disse que todos são se ajudam um ao outro quando é necessário¹⁸. Além disso, é importante se reunirem para perpetuar as redes de relacionamento e ajuda mútua. Após a breve explicação da minha depoente, fiquei ainda mais curioso para entender aquele grupo e suas redes de sociais.

Nesse momento, percebi que estava diante de algo que ainda não consegui detectar em meus estudos sobre imigração chinesa: *guanxi*. Essa expressão da língua chinesa tem como significado relacionamento com objetivos específicos que pode ser financeiros, parcerias políticas, comerciais etc., e que precisam ter como base o respeito e confiança. O *guanxi* se define como rede de parcerias entre membros que possuam ajuda mútua. Além do território da China, as práticas do *guanxi* costumam estar atreladas ao trabalho

¹⁸ Segundo Eric R. Wolf (2003, p. 246): “Quando olhamos para os fenômenos étnicos (no sentido de esforços para sustentar a solidariedade de grupos mediante apelos aos atributos comuns de descendência e tradição), vemo-nos diante de uma gama muito mais ampla de circunstâncias que geram o que parecem ser efeitos similares”.

e comércio ilícito por chineses e descendentes, pois que na China são fundamentais em setores do país que perpassam a indústria, economia, política e cotidiano da população (SILVA, 2008). Assim, percebi que *guanxi* é uma prática comum entre os chineses, a qual apresentarei mais à frente.

No final da minha participação na comemoração do Ano Novo Chinês, eu já estava cansado devido ao calor que era forte. Além disso, havia o agravante que as telhas do salão eram de zinco, que intensificaram ainda mais o calor. Optei em voltar junto com Ena com interesse de saber informações que não consegui obter de imediato. Na despedida fiquei mais tímido do que quando cheguei, eu não sabia como poderia realizar minha despedida e agradecer por terem me aceito. Acabei dando um adeus coletivo e todos me olharam e não expressaram nenhuma reação. Saí daquele local como se tivesse realizado algo de errado, mas não sabia o que seria.

Na volta fomos juntos de ônibus até o Centro de São Gonçalo, na viagem Ena relatou que os participantes ficaram surpresos com minha presença e que de acordo com ela foi inédita. *Não seria proibido que alguns brasileiros participassem, mas foi grande surpresa para eles. Ninguém imaginaria que eu levaria um brasileiro* (Ena, filha de chineses, 28 anos). Questionei se por acaso ela foi criticada por ter me levado e para meu conhecimento, os chineses pensaram que Ena e eu tínhamos algum relacionamento. De acordo com Ena, a maior surpresa foram eles terem achado que nós tivéssemos um relacionamento amoroso. Ela disse que a maior parte do tempo em que estava na cozinha foi questionada pelos chineses se nós estávamos namorando e se casaríamos em breve. *O maior susto não foi você ter ido, foram eles terem achado que nós fôssemos namorados* (Ena, filha de chineses, 28 anos). Após esse comentário eu ri dos participantes por terem acreditado nessa possibilidade e questionei se Ena havia comentado sobre o motivo da minha ida à comemoração do Ano Novo. Ela respondeu com risos e disse: *Eu não sei bem* (Ena, filha de chineses, 28 anos).

Após ela fazer esse comentário fiquei em silêncio por alguns segundos e lembrei que ela pediu para que segurasse a bolsa na

frente dos chineses que estavam presentes. Lembrei-me ainda dos meus primeiros contatos que tive com chineses em minha adolescência e sobre o costume dos homens segurarem a bolsa das mulheres. Entre os chineses, quando um homem segura a bolsa da mulher significa que eles estão em um relacionamento sério ou estão casados. Através das minhas convivências pude observar que os namoros dos chineses são compreendidos como estágio do início do casamento. Os chineses não costumam ter namoros longos, os namoros são curtos e eles casam logo depois. Comentei se ela sabia ou tinha noção das atitudes que teve em relação a mim quando estávamos na comemoração. Ela riu e respondeu: *Não foi nada demais. Achei engraçado eles achando que eu tenho um namorado brasileiro* (Ena, filha de chineses, 28 anos). Eu fiquei incomodado com a atitude dela por achar que fui usado para uma “brincadeira”.

Expliquei desde o início de nossas conversas sobre meu objetivo como pesquisador. Minha preocupação cresceu devido à atitude dela, que poderia prejudicar minha inserção no campo. Ela percebeu que fiquei chateado e não conversamos até chegarmos ao Centro de São Gonçalo, quando cada um de nós foi para nossas casas. Após a comemoração do Ano Novo Chinês encontrei com Ena algumas vezes enquanto caminhava pelas ruas do bairro do Centro e Porto da Pedra.

4 - Etnográfico: cliente observador externo e estranho participante interno

Entre os meses de outubro a dezembro de 2016, frequentei uma lanchonete de propriedade de imigrantes chineses, localizada na Avenida Presidente Kennedy no Centro de São Gonçalo, na tentativa de realizar uma aproximação gradual com os chineses que trabalhavam no local. Frequentei a lanchonete duas vezes na semana em dias aleatórios, esperando que minha presença fosse naturalizada pelos chineses com objetivo tentar estabelecer contato mais profundo. Minha entrada no campo a princípio foi como cliente que sentava na bancada e consumia. Logo após, busquei estabelecer confiança e de alguma maneira ser útil

para eles. Baseado em William Foote Whyte (2005) iniciei como cliente observador externo. No decorrer do tempo, quando passei estabelecer confiança, passei a ser a princípio cliente participante não-observador interno.

Nos primeiros meses em Cornerville, vivi o processo do sociólogo Robert Johnson descreveu em seu próprio trabalho de campo. Comecei como observador não participante. À medida que fui aceito na comunidade, vi que me tornava quase um participante não-observador. Tinha de sentir a vida em Cornerville, mas isso significava que devia tomar como dados os mesmos aspectos que meus amigos de Cornerville consideravam como tal. Encontrava-se imerso na vida local, mas ainda não conseguia que as coisas adquirissem sentido para mim. Tinha a impressão de que fazia algo importante, mas faltava explicar a mim mesmo do que se tratava (WHYTE, William Foote, 2005, p. 318).

A referência etnográfica de William Foote Whyte (2005) contribuiu para minha sensibilidade como pesquisador com a necessidade de aprofundar ainda mais no campo. Assim, caracterizo minha inserção neste campo em dois momentos diferenciais: **1 - Cliente observador externo** e **2 - Estranho participante interno**. Esses dois marcos diferenciais no campo foram relevantes para que pudesse compreender as dinâmicas das relações ocorridas no espaço da lanchonete.

4.1 Cliente observador externo

À tarde, o clima era quente devido à aproximação do verão. Busquei sentar no interior da estreita lanchonete onde a luz do sol não alcançava¹⁹. Sentar no último espaço da bancada ou nas últimas cadeiras proporcionava uma visão ampla sobre

¹⁹ Nesses dias a sensação térmica em São Gonçalo ficou na faixa entre 32 a 42 graus centígrados.

as dinâmicas ocorridas naquele espaço. Com a perspectiva propiciada pela localização, podia observar o atendimento dos clientes e desempenho das demais atividades comuns a aquele tipo de serviço. Nesse momento observava e descrevia em meu caderno de campo as gesticulações, as relações entre aqueles atores da diáspora chinesa e também entre eles e os clientes brasileiros. O cheiro de assados e frituras que aquela lanchonete tinha era possível de sentir quando passava pela calçada em frente. Observei que alguns moradores de rua compravam seus lanches e caminhavam até a Praça Estephânia de Carvalho – conhecida popularmente como Praça do Zé Garoto – e comiam pelos arredores. Em alguns momentos, as tentativas de compreender as suas falas eram frustradas devido à frequente troca de língua que alternava o uso da língua cantonesa, o Mandarim e o Português. O ambiente da lanchonete possui elementos característicos da cultura chinesa como os quadros de paisagens da China e ideogramas chineses. Além disso, haviam retratos de Mao Zedong e de familiares que vivam na China.

Durante as idas à lanchonete, como cliente observador externo, realizei tentativas de comunicação por meio de cumprimentos em português e perguntas sobre os elementos da diáspora chinesa que pudessem estimular o diálogo entre nós. Eles não apresentaram interesse em estabelecer um canal de conversa. As respostas eram sorrisos e as vezes diziam: [Eu] *Agora não posso* (Xanadu, chinesa, aproximadamente 55 anos). Minhas tentativas de inserção no grupo eram frustradas e em alguns momentos pensei em desistir por não conseguir sequer criar um vínculo. Durante duas vezes na semana até o final do mês de novembro de 2016 realizei as mesmas tentativas de aproximação como cliente que sentava no último assento da lanchonete, pedia meu lanche e no final tentava conversar sobre algum assunto que remontava à imaginada comunidade chinesa. Gradualmente consegui estabelecer conversas com frases curtas em português que foram limitadas a princípio devido à barreira da língua. Mesmo com as primeiras dificuldades, insisti com perguntas relacionadas à China como estratégia em acionar as lembranças afetivas e assim

estimulá-los ao diálogo. Percebi que no início das conversas eles conversavam em português de maneira limitada, com poucas palavras, mas ao longo do tempo eles apresentaram vocabulários mais complexos. Durante o mês de dezembro percebi que eles conseguiam se expressar em português. Todavia, conversavam comigo em poucas palavras e costumavam dizer que não sabiam falar a língua portuguesa.

Minhas idas à lanchonete possibilitaram contatos mais próximos aos chineses e proporcionaram meu status de cliente observador externo como sujeito mais próximo daquele cotidiano. Minha maior aproximação entre os chineses da Lanchonete A foi com o jovem Quon de 25 anos. Minhas idas a campo para iniciar minhas investigações sobre as migrações chinesas no leste metropolitano fluminense passaram não exigir mais do artifício do consumo em lanches por ter construído vínculo de amizade com o rapaz, contudo, quando eu precisava ir ao banheiro era necessário pagar R\$1,00 a cada vez que fosse.

Devido à amizade, passamos a nos encontrar na entrada do Shopping Patarge, que fica próximo à lanchonete para conversarmos sobre a China e sobre a imigração da família dele. Quon relatou que nasceu na capital de Assunção no Paraguai e veio ao Brasil na adolescência com seus pais, onde viveu por curto período em São Paulo e Duque de Caxias até se estabelecer em São Gonçalo. Durante as primeiras conversas no shopping percebi que Quon falava português fluentemente. Em nossas voltas pelas vitrines e corredores do shopping ele relatou que tinha lembranças de quando vivia com seus pais e irmãos na capital do Paraguai. Quon comentou que seu tio morava em Assunção e convidou o pai dele para viver com a família no Paraguai, pois, já haviam chineses e taiwaneses residindo no país, o que facilitava o estabelecimento dos imigrantes²⁰. Logo que a família chegou, os pais e irmãos

²⁰ Durante a pesquisa percebi que os chineses mantinham vínculos com familiares e comerciais em outras cidades brasileiras, tais como, São Paulo, Curitiba, Campinas, Belo Horizonte e, em outros países, Reino Unido, Espanha, Argentina, Estados Unidos, Rússia e Canadá.

trabalharam como vendedores de produtos fabricados em Guangdong de baixo valor²¹ e estudaram em uma escola taiwanesa onde aprendeu a falar o Guarani e o espanhol²². Ele relatou que convivía com vários chineses, que constituíam a maioria de seus amigos. Devido aos desentendimentos ocorridos ao longo dos anos entre o pai e o tio dele, motivados pelo trabalho na loja, resolveram migrar para São Paulo. A mudança para a capital paulistana foi difícil por não conseguirem se adaptar²³ e mudaram para a cidade de Duque de Caxias na baixada fluminense. Ele e os familiares viveram em Duque de Caxias por apenas um mês. Logo tiveram interesse em se mudar para São Gonçalo, influenciados por chineses que naquele momento estavam de mudança. Ele relatou que sua família, com o objetivo de terem comércio próprio, arriscou a viver em São Gonçalo acreditando que seria mais fácil do que no Rio de Janeiro.

Quon chegou a São Gonçalo em 2004 com seus pais e irmãos e se estabeleceram no bairro do Zé Garoto. Os pais dele tinham contato de chineses que poderiam ajudar a importar produtos diretamente da China que eram vendidos por valores baixos em lojas de 1,99 onde todos os familiares trabalhavam. Eu percebi através da etnografia que trabalho em comércio da família é entendido pelos chineses como algo pertencente à coletividade. É considerado como patrimônio onde todos precisam contribuir para prosperidade e zelo, na medida em que é o rendimento e sustento familiar. A loja da família de Quon que ficava no Centro da cidade cresceu e permitiu que os pais juntassem dinheiro para que ele e seu irmão estudassem na China por três anos, aos cuidados dos avós maternos. Segundo Quon, os seus pais queriam que os filhos vivenciassem os valores da cultura chinesa.

²¹ Produtos conhecidos popularmente como “Made in China”.

²² De acordo com Quon, a escola taiwanesa na qual estudou era composta por alunos taiwaneses e chineses que eram filhos de comerciantes e sacoleiros que moravam em Ciudad del Este.

²³ O interlocutor não quis conversar sobre esse momento da vida. Observei que ele se sentiu desconfortável.

Ao retornarem para São Gonçalo a loja de produtos 1,99 faliu devido ao fim dos acordos de compra coletiva dos produtos chineses entre a comunidade sínica. Sua família e outros chineses estabelecidos em São Gonçalo investiram em lanchonetes como forma de superar as falências das lojas de 1,99. Quon teve dificuldade em aceitar o novo trabalho da família devido à rotina diferente, mas durante as semanas seguintes após seu retorno se acostumou e passou a desempenhar funções do preparo dos alimentos junto com seu irmão. *Trabalhar nas lanchonetes é muito cansativo que em loja, entendeu? Sempre tem comida para fazer. Eu sempre tenho uma queimadura quando estou fritando.* [sic] (Quon, filho de chineses, 26 anos).

Morador da cidade de São Gonçalo, eu já havia notado que no final da década de 1990 e até o ano de 2005 existiam muitas lojas 1,99 pela cidade de São Gonçalo, concentradas predominantemente nos bairros do Centro e Alcântara. Questionei Quon sobre as causas que levaram ao fechamento da loja de sua família. De acordo com ele, São Gonçalo e os demais cidades da região do Leste Metropolitano – Niterói e Itaboraí são ótimos para abrir comércio devido à facilidade de acessar a metrópole do Rio de Janeiro e pela baixa disputa no comércio com brasileiros e até com outros chineses. Quon comentou que devido à pouca atuação da unidade da Polícia Federal de Niterói em querer saber regularização da documentação dos chineses – se possuem Visto de Residência para trabalharem em São Gonçalo. Além disso, em São Gonçalo há pouca fiscalização da Vigilância Sanitária para avaliar as lanchonetes.

Caso a Vigilância Sanitária queira fechar a lanchonete por causa das condições do lugar é muito ruim. Os chineses são obrigados a fechar a porta, jogam a comida fora. Depois disso podem descobrir que o chinês não tem autorização [Visto de Residência] para viver no Brasil (Quon, filho de chineses, 26 anos).

Ele explicou que no Rio de Janeiro, São Paulo e na região fronteira entre Foz do Iguaçu (Brasil) e Ciudad de Este (Paraguai) há muitas disputas de mercados, que em vários momentos geram conflitos entre chineses por diminuírem os valores das mercadorias além do já acordado.

As possibilidades existentes nos mercados brasileiros e a fuga do regime comunista para um país “seguro” são duas mais alegadas e divulgadas (especialmente pela imprensa) razões para sua opção. **Em relação ao Rio de Janeiro, estima-se que a maioria dos chineses aqui instalados veio de São Paulo, em função da saturação do mercado e da atração das boas possibilidades oferecidas pelo estado** (ARAÚJO, 2010, p. 227, grifo nosso).

Entre os anos de 1998 a 2005 os chineses em São Gonçalo – anteriormente residiam na baixada Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraguai – realizavam acordos entre eles na compra de produtos importados da China que entravam pelo Paraguai e em alguns casos pelo porto do Rio de Janeiro. A compra de produtos chineses para serem vendidos nas lojas chinesas ou serem revendidos aos camelôs brasileiros era cara para eles. Como solução, eles compravam juntos grandes quantidades de produtos da China, que eram importadas para o Paraguai e depois distribuídas na região metropolitana do Rio de Janeiro. Quando as mercadorias chegavam ao Rio de Janeiro ou em São Gonçalo, dividiam as partes proporcionais da compra para cada chinês. Quon relatou que vários grupos de chineses tinham esses acordos e conseguiam comprar por baixos valores os produtos diretamente com empresários na China que vendiam para compradores chineses e taiwaneses estabelecidos no Paraguai. Logo em seguida as mercadorias eram enviadas para São Gonçalo, Rio de Janeiro, Nova Iguaçu e Duque de Caxias.

“O tempo da produção de uma mercadoria na China até a mesma ser comprada num camelô ou numa loja do ‘1,99’, pode levar no mínimo 45 dias [...]” (PINHEIRO-MACHADO, 2009, p.

14). Para que fossem evitadas disputas por clientes entre chineses os produtos deveriam ser vendidos com preços tabelados. Dessa forma as mercadorias eram vendidas nos valores por R\$1,99, R\$2,99, R\$3,99 e assim por diante. Caso algum chinês não respeitasse as regras, seria punido com expulsão dos acordos em compra coletiva. Caso um chinês seja expulso dos acordos, ficaria inviável comprar os produtos sozinhos por ficar caro para importar. Dessa maneira, não poderia continuar com a loja. Os estudos de Neiva Cunha e Pedro de Mello (2005), ao analisar as etnias e etnicidades de grupos de lojistas no mercado popular da SAARA no Centro do Rio de Janeiro, afirmam que as redes migratórias e de comércio de produtos chineses operam em códigos de condutas que reduzem as competitividades:

[...] os comerciantes provenientes da diáspora chinesa não estavam atrelados a modelos de financiamento e créditos convencionais do capitalismo ocidental. O sistema chinês funciona sobre regras de conduta, onde a cooperação dentro das redes e clãs reduz a competitividade. Isto não elimina a concorrência, mas há uma tendência maior ao associativismo de redes do que o desenvolvimento individual de empresas e grupos, como no capitalismo ocidental. As redes ou clãs relacionam-se entre si potencializando os recursos disponíveis para financiar os empreendimentos comerciais. Segundo Chuang, estas redes estão por trás das atuais empresas privadas que atuam na China e são um dos sustentáculos do altíssimo índice de produtividade do país (CUNHA; MELLO, 2005)²⁴

Alguns chineses se mudaram para o Rio de Janeiro ou voltaram para China, o que resultou na saída dos acordos. Vale mencionar que houveram conflitos devido alguns chineses terem vendido produtos abaixo da tabela acordada entre eles.

²⁴Disponível em: <http://lemetro5.blogspot.com.br/2005/08/saara-reinventando-etnicidades-e.html>. Acesso em: 05 de novembro de 2017.

Desse modo, as compras diretamente com empresários na China ficaram comprometidas, o que pôs fim no comércio de produtos *Made in China* das lojas 1,99 em São Gonçalo. Após essa crise, muitos chineses fecharam esse tipo de comércio, famoso em atrair brasileiros interessados em produtos baratos. Como modo para sair da crise, os chineses optaram em abrir lanchonetes, livres de acordos coletivos e por já dominarem as técnicas de elaboração dos alimentos. Essas lanchonetes passaram ser chamada popularmente de “pastelarias”. *Posso não ter como trabalhar. Não se fica sem trabalhar. Fazer esses salgados da vitrine já se aprende na China e aqui apenas mudamos para que vocês comam do jeito que gostam* (Quon, filho de chineses, 26 anos). As pastelarias chinesas, facilmente caíram no gosto da população gonçalense e multiplicaram-se em vários bairros da cidade, todavia, com forte concentração no Alcântara, Centro e bairros adjacentes.

Em nossas conversas questionei sobre as experiências de Quon em ter morado no Paraguai, Brasil e China e, quais eram as impressões que ele tinha de viver em São Gonçalo. De acordo com Quon, ele gostava de viver na capital do Paraguai por se identificar com o lugar devido à concentração de chineses e taiwaneses. De acordo com ele, não haviam diferenças em serem chineses e taiwaneses, todos se identificavam como membros pertencentes ao mesmo grupo por compartilharem a mesma língua e cultura. Quando questionei sobre divergências, sobre conflitos entre chineses e taiwaneses devido aos conflitos históricos e políticos que envolvem a China e Taiwan²⁵, Quon respondeu:

²⁵ “Sob o ponto de vista étnico, especialmente de ancestralidade, Taiwan é basicamente chinesa. A população atual é composta por 2% de aborígenes, 84% de “taiwaneses” (*hakkas* e *fukiens*) e 14% de *mainlanders*. Os chamados “taiwaneses” são aqueles que chegaram à ilha no século XVII, graças ao comércio marítimo, sendo oriundos do sudeste chinês (*hakkas* da província de Guangdong e *fukiens*, província do continente de frente para ilha” (PINHEIRO-MACHADO, 2010, p. 472).

Há conversas sobre quem seria mais chinês e qual seria a real China. Mesmo com as brigas e guerras entre as duas [China e Taiwan], nós somos a mesma coisa e sabemos disso. Eu nunca tive problemas com isso [sic]. No Paraguai, os chineses e taiwaneses são mais parecidos do que com paraguaios e até brasileiros. (Quon, filho de chineses, 26 anos).

Ele relatou que na escola que estudou aprendeu guarani e espanhol, entre os intervalos das aulas conversava em mandarim devido à presença significativa de chineses e taiwaneses. *Quon ainda relatou que no Paraguai sua família não se sentia vigiada por outros chineses. No Paraguai não tinha chineses que ficam nos olhando para dentro da lanchonete como é aqui. Aqui há sempre comentários [de outros chineses] sobre com quem estamos conversando e ‘andando’ [amizades] (Quon, filho de chineses, 26 anos).*

Baseado em Barth (2000), ao observar as fronteiras étnicas dos chineses foi possível constatar a condução da vida social através da organização social complexa nas sociabilidades e comportamental. “A identificação de uma outra pessoa como membro de um mesmo grupo étnico implica um compartilhamento de critérios de avaliação e de julgamento (BARTH, 2000, p. 34). Ele comentou que no Paraguai os pais tinham mais autonomia devido à língua. Mesmo para os pais, que falavam poucas palavras em guarani e espanhol, era possível receber ajuda de outros chineses em solucionar dificuldades cotidianas através da tradução, como ir ao supermercado, irem a consultas médicas e resolver problemas diários²⁶. Eles se relacionavam com chineses e por isso não houve a necessidade de aprender as línguas locais. Já as crianças estudavam em escolas paraguaias, que resultou no aprendizado no guarani e espanhol.

²⁶ Quon relatou que quando os pais viveram no Paraguai não falavam guarani e espanhol. Quando se mudaram para o Brasil precisaram aprender português por não terem ajuda de outros chineses.

No Paraguai havia mais cooperação entre os chineses e até com os taiwaneses. Um ajudava o outro, entendeu? Não havia a vigilância que tem por aqui. Aqui os chineses não ajudam quando é preciso algo em português ou mesmo em emprestar algum alimento para fazer comida. Toda vez que passa um chinês na frente da loja de outro, olha bem lá dentro. Se ele achar que está fazendo algo errado começa a falar com os outros. Sempre a controle de tudo! É sobre com que conversa, como está vestido, o que tem em sua loja... (Quon, filho de chineses, 26 anos).

No Brasil, ele se sente observado a cada momento e isso o deixa incomodado. Ele disse que o fenótipo da etnia han²⁷ é uma marca por onde esteja, pois outro chinês observará o que está fazendo. *Minha aparência de chinês diz muito sobre quem sou para outros chineses. Podemos ser chineses nascidos em qualquer lugar do mundo, mas sabemos que de alguma maneira somos da China devido ao nosso rosto chinês* (Quon, filho de chineses, 26 anos). Ele disse que por ter aparência de chinês da etnia han, é identificado e observado por chineses sobre suas atitudes nos cidades da região metropolitana nos quais tem vínculos sociais: São Gonçalo, Niterói, Rio de Janeiro, Nova Iguaçu e Duque de Caxias. *No Brasil há um chinês observando outro. No Paraguai e na China são assim, mas aqui o controle sobre outro é maior* (Quons, filho de chineses, 26 anos). Ele relatou que os chineses buscam ser referência para serem seguidas por outros nas comunidades em que estão estabelecidos pela região metropolitana do Rio de Janeiro. Na cidade de São Gonçalo, os chineses acabam sendo observados sobre suas atitudes e como estabelecem vínculos com brasileiros. Durante as conversas que tive com Quon no Shopping Patarge e na lanchonete da família

²⁷ A população da China é estimada em 1.376.048.943 habitantes (708.977.116 homens; 667.071.827 mulheres) (IBGE, 2017). Em sua composição populacional é de 56 etnias reconhecidas pelo Partido Comunista Chinês. A etnia han representa 92% da população, as demais etnias são consideradas minorias (PEN, 2001). Todos os chineses que foram entrevistados e observados na etnografia dessa pesquisa são da etnia han.

dele, nós éramos observados por outros chineses que passavam próximo de nós. Quando estávamos juntos conversando pude perceber que era constantemente vigiado por outros chineses.

Quon relatou que no período que viveu na China sob os cuidados dos avós maternos se sentiu observado, não se considerou que era julgado por outros chineses. *Eu gostei de morar na China, até penso em voltar viver por um tempo. [...] Na China eu não era vigiado a cada momento pelos outros chineses* (Quon, filho de chineses, 26 anos). Ele disse que nos três anos que viveu na China aperfeiçoou-se na fala em mandarim e cantonês, aprendeu a escrita dos caracteres chineses. No Brasil faz curso de mandarim para aprender a escrever melhor. Quon e a maioria dos chineses da diáspora chinesa que vivem no Leste Metropolitano têm como língua materna o cantonês e o mandarim como segunda língua. Os chineses adquirem outra língua na sociedade em que se estabelecem e, no caso dos jovens, passam a ter o primeiro contato nas instituições de ensino.

Quon relatou que gostava de morar em São Gonçalo, contudo, ficava cansado com trabalho que desempenhava na lanchonete da família e pela dependência que os pais têm por ele e pelos irmãos por não conseguirem se expressar em português²⁸. O depoente relatou que se vivessem no Paraguai e não falassem as línguas oficiais, os pais seriam menos dependentes dos filhos. *Em Ciudad [del Este] meus pais teriam ajuda de chineses que falassem espanhol. Haveria ajuda por não haver competição e fofocas como se tem aqui* (Quon, filho de chineses, 26 anos). Quon gosta de viver em São Gonçalo e estar inserido em redes de chineses na cidade, todavia, a presença da comunidade sínica no cotidiano deixa-o incomodado.

²⁸ Ao longo da etnografia observei a presença de crianças e adolescentes pelos estabelecimentos. Eles estudavam na maior parte do tempo e ajudava os adultos em atividades quando eram solicitadas. Percebi que haviam crianças próximos aos adultos que não tinham domínio da língua portuguesa para conversar com funcionários e clientes brasileiros.

4.2 Estranho participante interno

Como pesquisador, passei a sentir a necessidade de participar ainda mais do cotidiano daquela família chinesa que trabalhava na lanchonete e compreender seus movimentos migratórios. Por causa da minha presença constante que foi naturalizada e aceita pela família de Quon e principalmente, devido à sua amizade, minha presença atrás do balcão da lanchonete foi aceita. Nesse momento pude conhecer com intimidade as dinâmicas relacionais dos chineses e o caderno de campo não foi usado para que as escritas das observações não causassem estranheza à parte da família e até mesmo dos clientes. Como pesquisador, me familiarizei com a cultura dos chineses em São Gonçalo por querer participar do cotidiano deles e compreender suas redes sociais²⁹.

No intuito de facilitar minha presença e poder me inserir no cotidiano, me prontifiquei a exercer atividades de trabalho sem remuneração com interesse de aproximar dos chineses. Eles aceitaram que eu pudesse trabalhar na lanchonete sem remuneração por compreenderem de maneira errônea que eu estava lá para praticar a conversação em mandarim. Eu acabei responsável por lavar as louças nos dias que estivesse presente na lanchonete. Não apenas lavei as louças como limpei o chão e fritava os salgados sempre sob a supervisão de algum chinês da família, que não fazia nada nos momentos em que eu estava trabalhando. Eu era sobrecarregado a lavar as constantes louças sujas e também o chão da cozinha enquanto o irmão mais velho de Quon, Mêncio, responsável por essas atividades, não as realizava.

De acordo com os pais deles, Mêncio estava estudando para processo seletivo do vestibular no qual queria cursar Engenharia Elétrica na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Nos períodos de pouco movimento de clientes na lanchonete, deitávamos sobre os sacos trigo juntos com os outros chineses e descansava.

²⁹ De acordo com Roberto DaMata: “[...] de fato, quando o etnólogo consegue se familiarizar com uma cultura diferente de sua, ele adquire competência nesta cultura [...]” (DAMATA, 1978, p. 27).

Às vezes nós deitávamos em uma grande esteira que era colocada no chão da cozinha e até dormíamos. Nesses momentos percebi que os chineses usavam seus celulares para conversar com outros nacionais que viviam na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraguai e da China através do aplicativo WeChat³⁰.

As tentativas de aproximação e conversa com a mãe de Quon, que se chama Xanadu, e com seu pai, chamado de Yan, eram recusadas com justificativas que estavam ocupados. Durante minhas pesquisas de campo em 2012 e 2013 percebi que os chineses têm hábitos constantes de fumar cigarro e com o casal não era diferente. Notei que eles fumavam a cada intervalo de uma hora e quando havia poucos clientes na lanchonete eles fumavam juntos na saída dos fundos. Observei a marca do cigarro que eles fumavam e na semana seguinte levei um maço e quando eles foram fumar, aproveitei para ir fumar com eles³¹.

Em minhas tentativas para conversar com eles através do cigarro foram frustrantes, pois eles ficavam em silêncio. Optei conversar em mandarim na tentativa de ser assimilado e ter inserção nas conversas entre eles. Xanadu, disse em português que minha pronuncia não era boa, todavia, eu sabia falar. *Você é ruim para falar chinês, né!* (Xanadu, chinesa, aproximadamente 55 anos). Ela disse que eu precisava aprender falar mandarim de maneira correta e que poderia melhorar durante o tempo. Eu disse que faria isso e quando fosse para China tentaria aperfeiçoar. Eles ficaram animados pelo meu interesse em estudar a China. Nesse

³⁰ Aplicativo para celular criado na China, é utilizado pelos chineses para se comunicarem e transferir dinheiro. Durante a pesquisa soube que o WeChat é um meio importante para realizar acordos de trabalhos e compras de mercadorias chinesas. Em minhas observações, percebi que os chineses em São Gonçalo estão conectados diretamente com seus familiares na China. Como pesquisador, instalei esse aplicativo em meu celular e percebi que esse aplicativo georreferencia usuários que estão próximos. Eu notei que haviam muitos brasileiros e principalmente chineses em São Gonçalo e em outros municípios em que estive.

³¹ O pesquisador não fuma.

dia nossa conversa foi curta e voltamos ao interior da lanchonete para trabalharmos.

Na semana seguinte quando voltei para trabalhar, continuei com a tática de estar com eles nos intervalos para fumar. Logo que o intervalo iniciou, fui direto para porta dos fundos e já ofereci os cigarros que estavam em meu bolso³². Eles aceitaram meus cigarros, pois eu sabia através das minhas vivências com chineses que quando se oferece cigarro para um homem e ele recusa é entendido como falta de educação. Esse costume é mais comum no campo e quando um homem oferece cigarro a outro é uma maneira de iniciar um diálogo. Eu continuei nossa conversa através de uma pergunta: “Como é a China?” Yan³³ disse que era bonita e gostava de visitar a família. Já Xanadu, disse que a China é bonita e que uma parte dela ainda estava por lá. Eu disse que estudo a imigração chinesa para São Gonçalo e gostaria de entender os motivos dos chineses de viverem no Brasil. E questionei: “Por qual motivo vocês vieram para São Gonçalo?”.

Nossa vinda para aqui foi necessidade. E não vontade, né! Não tínhamos trabalho e naquele tempo difícil. Irmos para Shangai para trabalhar e ter vida melhor. Eu e ele não tínhamos vida, não ganhávamos para pagar uma casa. Por causa da carta [hukou] não nos deixava. (Xanadu, aproximadamente 55 anos, chinesa).

No dia seguinte quando estava na cozinha com Xanadu e Quon questionei sobre o que ela achava da China e do Brasil. Ela disse que quer voltar para China para ser enterrada após a morte, mas prefere viver no Brasil em face das dificuldades serem menores.

³² Bronislaw Malinowski em sua etnografia nas Ilhas Trobriand relata “Trocamos alguns cumprimentos em inglês pidgin, dei-lhes um pouco de tabaco – e assim criou-se entre nós uma atmosfera de mútua cordialidade” (MALINOWSKI, 1978, p. 19)

³³ Ele costuma ser calado e não conversa muito com familiares e outras pessoas.

Eu gosto da China e quero ir para passar minha morte. Não quero viver como vivi em Shangai e não pode ter educação para meus filhos ou saúde. Sem carta não é fácil. Viver daquele jeito é difícil. Aqui posso ter minhas coisas mesmo e tá bom. Gosto daqui e não é fácil viver por aqui (Xanadu, aproximadamente 55 anos, chinesa).

A vontade de Yan e Xanadu de se fixarem em São Gonçalo se manifesta maior do que o desejo de regressar e viver na China. De acordo com eles, há possibilidades de voltarem ao Paraguai caso seja vantajoso, por terem contatos já estabelecidos, contudo, pensam na região metropolitana do Rio de Janeiro devido aos estudos dos filhos. Desse modo, eles não têm interesse em retornar à China e converterem os registros domiciliares através do suborno. Desse modo verificamos que: “Os chineses, por sua vez, estão em um movimento migratório distinto, marcado pela mobilidade, pela transitoriedade e pela circulação constantes, o que altera enormemente sua perspectiva de integração à cultura local” (CUNHA; MELLO, 2005³⁴).

A despeito dos esforços, não conseguia estabelecer contato mais profundo e muitas vezes fui totalmente ignorado. Certo dia, Quon a pedido dos pais, me pediu que não retornasse à lanchonete por estar os incomodando com minhas perguntas. Na tentativa de reverter aquela decisão que impedia minha continuação no campo, simplesmente tive o silêncio como resposta. Acreditei que seria melhor não insistir com receio de sofrer alguma possível retaliação por partes de Yan e Xanadu em minhas aproximações dos chineses ao longo da pesquisa.

Conclusão

Esta pesquisa buscou compreender e analisar os movimentos migratórios em redes de imigração chinesa na cidade de São

³⁴Disponível em: <http://lemetro5.blogspot.com.br/2005/08/saara-reinventando-etnicidade.html>. Acesso em: 05 de novembro de 2017.

Gonçalo. Parti da premissa inicial de redes atreladas às migrações, acreditando que os deslocamentos migratórios, mesmo os de sujeitos aparentemente isolados, constituem uma imensa rede em que circulam pessoas, informações e dinheiro, de modo formal ou informal. Ao longo do texto foi demonstrado que um dos principais motivos para os chineses migrarem para São Gonçalo na Região Metropolitana Fluminense é a constituição de redes com chineses já estabelecidos nas cidades de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro e São Gonçalo. No decorrer da pesquisa, foi observado que a imigração chinesa em São Gonçalo está baseada nas redes migratórias e comerciais espalhadas pela região metropolitana do Rio de Janeiro. Para pensar a imigração chinesa em São Gonçalo é preciso analisar as diversas escalas e perceber como esses imigrantes estão interligados em redes migratórias e comerciais.

Através da etnografia foi possível descobrir que os chineses recém-chegados possuem vínculos comerciais e de familiaridade com aqueles já estabelecidos há mais tempo na cidade de Nova Iguaçu e esse vínculo funcionou como incentivo para que eles fossem recepcionados, acolhidos e ajudados no momento de chegada ao Brasil. Os imigrantes chineses observados e/ou entrevistados durante a pesquisa declaram que seu objetivo ao imigrar para o Brasil é trabalhar para juntar dinheiro, buscando uma condição de vida melhor na China. No decorrer da pesquisa, foi observado que a maior parte dos imigrantes chineses estabelecidos na cidade de São Gonçalo são oriundos de cidades do interior das províncias de Guangdong e Fujian e migram para grandes centros urbanos com objetivo de trabalharem em serviços de baixa qualificação e enviar dinheiro para os familiares que vivem no interior. De acordo com eles, viver nos centros urbanos não garante direitos trabalhistas e constantemente são alvos de batidas policiais por não terem autorização residencial do *hukou* para viver nos centros urbanos. Conseguir autorização pelo Partido Comunista para troca do *hukou* rural para urbano é difícil devido às poucas autorizações concedidas pelo Partido. A maneira encontrada pelos chineses para conseguir alterar seus registros de residência é através de altas quantias de suborno aos funcionários do governo. A dificuldade de

reunir dinheiro trabalhando em empregos com baixa remuneração em fábricas impulsionam chineses a imigrarem para outros países através das redes migratórias já estabelecidas.

A imigração chinesa para o Brasil é impulsionada pela facilidade de ingressar em território nacional apenas com Visto de Visita, diferente de outros países – Estados Unidos, Austrália, Reino Unido e Espanha, por exemplo, que possuem restrições e maiores controles. Além disso, os chineses podem permanecer em território nacional após a expiração do visto de turista, posteriormente regularizando a situação no País através do nascimento de filhos em solo brasileiro ou casando com descendentes de imigrantes chineses. Através da etnografia foi percebido o interesse em querer ter filhos nascido no Brasil como garantia de direitos aos pais. Na região metropolitana do Rio de Janeiro, os chineses imigraram primeiramente para Nova Iguaçu, Duque de Caxias ou Rio de Janeiro por terem familiares e amigos que os convidam para trabalharem e em seus comércios com a promessa que poderão reunir a quantia necessária para voltar à China e trocar o *hukou*. Em alguns casos, os acordos de trabalhos acabam não sendo cumpridos, o que muitas vezes resulta na mudança para outras cidades.

Além disso, a atuação da Polícia federal é mais assídua nessas cidades e o receio de sofrerem possíveis deportações, por estarem com vistos de estadia no Brasil já vencidos e realizando atividades não condizentes com autorização de permanência como estrangeiro no país, contribuem para sua migração para São Gonçalo. Os chineses migram para São Gonçalo por já terem familiares e amigos estabelecidos que podem ajudá-los em questões burocráticas como abrirem lojas e lanchonetes. A cidade de São Gonçalo acaba sendo atrativo para que possam se estabelecer devido à fraca atuação da Polícia Federal e também pelo forte comércio que contempla cidades do Leste Metropolitano. Por fim, é importante destacar que o estudo da imigração chinesa para o Brasil ainda é um tema pouco estudado, que o material aqui reunido é apenas a ponta de um iceberg e uma primeira pesquisa prospectiva, que fornecerá material para vários desdobramentos e aprofundamentos do trabalho inicial.

Referências

ARAÚJO, M. S. “Chineses no Rio de Janeiro: Notas sobre nação, território e identidade através da prática comercial e religiosa”. In: **Cadernos do CEOM**. Chapecó, volume 23, número 32, 2010, pp. 221-240. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/674>>. Acesso em: 04 de novembro de 2017.

BARTH, F. “Os grupos étnicos e suas fronteiras”. In: **O guru e o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

CUNHA, N. V. da; MELLO, P. P. T. de. **Saara: Reinventando etnicidades e ambiências urbanas num mercado popular carioca**. 2010. Disponível em: <<http://lemetro5.blogspot.com.br/2005/08/saara-reinventando-etnicidades-e.html>>. Acesso em: 04 de novembro de 2017.

DAMATA, R. “O ofício do etnólogo ou como ter anthropological blues”. In: NUNES, E. O. (org.). **A aventura sociológica: Objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, pp. 23-35.

FOOTE-WHITE, W. **Sociedade de Esquina: Estrutura social de uma área urbana pobre e degradada**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

MALINOWSKI, B. K. **Argonautas do Pacífico ocidental: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia** / Bronislaw Malinowski; Prefácio de Sir James George Frazer; Traduções de Anton P. Carr e Lígia Aparecida Cardieri Mendonça; Revisão de Eunice Durhan. – 2 ed, São Paulo: Abril Cultural, 1978.

PEN, L. "Patologías prevalentes em pacientes de etnia china". In: **MEDIFAM**. Madrid, volume 11, número 07 – Julio 2001. Disponível em: <<http://scielo.isciii.es/pdf/medif/v11n7/hablemosde.pdf>>. Acesso em: 27 de novembro de 2017.

PINHEIRO-MACHADO, R. ***Made in China: Produção e circulação de mercadorias no circuito China-Paraguai-Brasil***. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/16895>>. Acesso em: 15 de março de 2016.

SILVA, M. de. A. ***Guanxi nos trópicos: Um estudo sobre a diáspora chinesa em Pernambuco***. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/445>>. Acesso em: 05 de novembro de 2017.

TREVISAN, C. ***Os chineses***. São Paulo: Contexto, 2014.

VELHO, G. "Observando o familiar". In: NUNES, E. O. (org.). ***A aventura sociológica: Objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social***. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, pp. 36-46.

WOLF, E. R. "Etnicidade e nacionalidade". In: FELDMAN-BIANCO, B.; RIBEIRO, G. L. (orgs.). ***Antropologia e Poder. Brasília / Campinas: Editora da UnB / Editora da UNICAMP, 2003.***

Governando as mudanças climáticas: As estratégias políticas de Brasil e China

Mariana Delgado Barbieri¹

Leila da Costa Ferreira²

Fabiana Barbi³

Resumo: Este artigo visa analisar as estratégias políticas de Brasil e China aos desafios das mudanças climáticas. Para tanto, primeiro apresentamos a natureza das emissões de gases de efeito estufa, nos dois países. Depois, passamos à compreensão dos impactos das mudanças climáticas nos dois contextos. Por fim, analisamos as respostas governamentais de cada país à problemática. As mudanças climáticas globais configuram um desafio aos dois países, que devem conciliar o desenvolvimento econômico com mitigação das emissões de gases de efeito estufa, ao mesmo tempo em que precisam promover políticas de adaptação aliadas ao desenvolvimento. Não se trata de um estudo comparativo, mas espera-se a partir do estudo dos dois casos problematizar a questão das mudanças climáticas, numa análise multidimensional, que envolva as diversas faces desse problema sociológico global.

Palavras-chave: China. Brasil. Mudanças Climáticas. Governança Ambiental.

¹ Doutoranda em Ambiente e Sociedade pelo NEPAM/UNICAMP. Possui mestrado em Sociologia pelo IFCH/UNICAMP e graduação em Ciências Sociais (UNICAMP) Email: marianabarb@yahoo.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4057-5947> Campinas, SP, Brasil.

² Leila da Costa Ferreira – Professora titular de Sociologia Ambiental, no IFCH, UNICAMP. Email: leilacf@unicamp.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4138-9860> Campinas, SP, Brasil.

³ Possui Doutorado em Ambiente e Sociedade pelo NEPAM/UNICAMP; Ciência Ambiental pelo PROCAM/USP; graduação em Ciências Sociais (UNICAMP). Email: fabarbi@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4531-3513> Campinas, SP, Brasil.

Governing climate change: The political strategies of Brazil and China

Abstract: This article aims to analyze the political strategies of Brazil and China to the challenges of climate change. To do so, we first present the nature of greenhouse gas emissions in both countries. Then we come to an understanding of the impacts of climate change in the two contexts. Finally, we analyze the governmental responses of each country to the problem. Global climate change poses a challenge to both countries, which must reconcile economic development with mitigation of greenhouse gas emissions, while at the same time promoting adaptation and development policies. This is not a comparative study, but it is expected from the study of the two cases to problematize the issue of climate change in a multidimensional analysis that involves the various faces of this global sociological problem.

Keywords: China. Brazil. Climate Change. Environmental governance.

Gobierno de los cambios climáticos: Las estrategias políticas de Brasil y China

Resumen: Este artículo busca analizar las estrategias políticas de Brasil y China a los desafíos del cambio climático. Para ello, primero presentamos la naturaleza de las emisiones de gases de efecto invernadero, en los dos países. Después, pasamos a la comprensión de los impactos del cambio climático en los dos contextos. Por último, analizamos las respuestas gubernamentales de cada país a la problemática. Los cambios climáticos globales configuran un desafío a los dos países, que deben conciliar el desarrollo económico con mitigación de las emisiones de gases de efecto invernadero, al tiempo que necesitan promover políticas de adaptación aliadas al desarrollo. No se trata de un estudio comparativo, pero se espera a partir del estudio de los dos casos problematizar la cuestión del cambio climático, en un análisis multidimensional, que involucra las diversas caras de ese problema sociológico global.

Palabras clave: China; Brasil; Cambio Climático; Gobernanza ambiental

Introdução

No século XXI um grande desafio coloca-se presente nos diversos países: as emissões de gases de efeito estufa, responsáveis pelas mudanças climáticas globais, apresentam-se como um

problema complexo de ordem econômica, social, política, de saúde pública e ambiental. Conforme indicam os últimos relatórios do IPCC (*International Panel on Climate Change*), o aumento nas emissões e sua consequência imediata, as mudanças climáticas, desafiam a sobrevivência da espécie humana (IPCC, 2007; IPCC, 2013).

As altas emissões de GEE se intensificaram ao longo do século XX em função das atividades antrópicas, e no caso da China e Brasil tiveram um aumento exponencial a partir da década de 1980. Tais emissões promovem o aquecimento global a partir da alta concentração de poluentes na atmosfera, alterando o funcionamento dos ecossistemas, provocando aumento no nível dos oceanos, desertificação, maior ocorrência de furacões, tufões e ciclones, aumento da temperatura em diversas partes do globo, etc. (BECK, 2010; GIDDENS, 2010; FERREIRA; BARBI, 2012).

Tais alterações no sistema global propiciam o aumento dos riscos ambientais, característicos de nossa época, na qual a radicalização da modernidade, o avanço da ciência e tecnologia, o desenvolvimento econômico e a forte industrialização, produzem novos riscos, que deverão ser enfrentados globalmente, visto que as mudanças climáticas atingem a todos, não podendo mais ser vista a partir de uma perspectivamente unicamente local ou como fenômeno isolado (BECK, 2010).

Nesse sentido, para lidar com a problemática ambiental no século XXI é preciso se pensar em novas estratégias políticas e econômicas, adequadas para mitigar as emissões e para promover as adaptações, que hoje já sabemos ser inevitáveis, afinal, mesmo que as emissões cessassem hoje sofreriamos as consequências das mudanças climáticas por muitos anos.

A China e o Brasil são atores-chave no debate sobre a governança das mudanças climáticas, pois são grandes emissores de GEE, cada um com quantidades diferenciadas de emissões, contribuindo para a intensificação do problema junto a outros países para todo o clima global. A China é o maior emissor do mundo, enquanto as emissões brasileiras estavam entre as seis maiores, em 2012 (JANSSENS-MAENHOUT et al., 2017). Portanto,

as estratégias políticas chinesas e brasileiras relacionadas às mudanças climáticas podem levar à reconfiguração das negociações internacionais sobre o tema (FERREIRA; BARBI, 2013). Ao mesmo tempo, ambos são países considerados vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas. Assim, esse artigo tem como objetivo analisar as estratégias domésticas dos dois países a um problema que tem uma série de implicações no plano internacional. Para tanto, na primeira parte do texto nos debruçamos a compreender a natureza das emissões de GEE na China e Brasil. Depois, discutimos os principais impactos econômicos e sociais das mudanças climáticas nos dois países. Por fim, elencamos a atuação política dos países, no âmbito nacional e internacional. Em relação aos aspectos metodológicos, utilizamos dados primários (Relatórios de emissões de GEE; legislações pertinentes; Planos Nacionais de Mudanças Climáticas) bem como dados secundários, a partir de uma revisão de literatura⁴.

Com esse artigo não se tem a pretensão de uma análise comparativa entre os países, mas sim problematizar uma questão sociológica mais ampla – as mudanças ambientais globais -, a partir de reflexões que emergem de uma base empírica específica. Busca-se, dessa forma, trabalhar as diferentes dimensões da questão ambiental, a partir da interdisciplinaridade e da visão holística do fenômeno, buscando uma análise intercruzada, com diálogo entre a sociologia ambiental, a teoria social e sustentabilidade, com uma passagem pelas relações internacionais. Desta forma o recorte analítico opta por analisar dois países que são grandes emissores de gases de efeito estufa, que refletem um problema global.

⁴ Esse artigo é resultado parcial das pesquisas desenvolvidas no Projeto Regular “O desafio das mudanças ambientais globais no Antropoceno: ênfase nas questões das dimensões humanas das mudanças climáticas (Brasil, China e Moçambique” – Processo FAPESP 2016/17025-4.

1. Identificando as emissões de gases de efeito estufa (GEE)

A China é o país com maior emissão de GEE no mundo: responsável por 29% das emissões globais em 2015, ultrapassou as emissões dos Estados Unidos em 2007 (IEA, 2015). O incremento das emissões foi extremamente elevado, com crescimento de mais de 300% entre a década de 1990 e 2010.

Esse crescimento é resultado das profundas alterações sociais do país, promovidas a partir do *Plano das Quatro Modernizações* de 1978, que inseriu a China no contexto econômico global. As altas emissões são diretamente associadas à queima de combustíveis fósseis, principalmente do carvão, que ainda é a principal matriz energética da China e corresponde a mais de 60% da produção energética anual (LIU, 2015), consumindo mais de 50% da produção global de carvão. O uso do carvão como principal fonte de energia vem lentamente regredindo, a partir da maior utilização de energias renováveis, como a energia eólica e a energia solar, que a partir do XI Plano Energético Nacional passaram a receber amplo apoio do governo e investimentos, afinal o XIII Plano Quinquenal (2015-2020) estabeleceu uma meta de redução de 18% das emissões de GEE. Ao lado do incremento das energias eólica e solar, o Plano também previa dobrar a capacidade de geração de energia a partir de hidrelétricas, além da construção de mais de 30 usinas nucleares, uma opção energética repleta de controvérsias, acentuadas após o acidente de Fukushima, no Japão, em 2011 (BASSO; VIOLA, 2014).

O aumento vertiginoso das emissões de GEE a partir da década de 1980 está diretamente relacionado com as profundas transformações vivenciadas na China: forte industrialização (globalização da manufatura), intensa urbanização, mudanças no uso do solo, incremento populacional, surgimento de uma nova classe média (SHAPIRO, 2012).

A incorporação da China no mercado globalizado foi conseguida graças à exportação de bens manufaturados de baixo valor. O aumento brutal na produção demandou forte incremento energético, obtido a partir do aumento da queima de carvão. Os

setores industrial e energético se transformaram nos grandes emissores de GEE, seguidos pela produção de cimento e pelos transportes, diretamente vinculados à urbanização e alteração do perfil de distribuição populacional pelo território chinês.

A indústria do cimento se expandiu fortemente para possibilitar as construções nas cidades, que passaram a abrigar um enorme contingente populacional que se deslocou do campo para a cidade. Tal processo foi o maior da história, com deslocamento superior a 300 milhões de pessoas (HE, 2006). Consequentemente o número de construções e utilização do cimento acompanharam esse movimento. A indústria do cimento tem sido considerada um contribuidor significativo para o aquecimento global, sendo um dos principais emissores industriais de CO₂ (REHAN; NEHDI, 2005). A China produz quase metade do cimento produzido mundialmente, gerando aumento na queima do carvão para produção de energia necessária para a fabricação do cimento, e produzindo grande quantidade de CO₂ e outros metais pesados, como tálio, cádmio, mercúrio e chumbo (GERTH, 2010).

O maciço deslocamento populacional do campo para a cidade trouxe diversas consequências para a estrutura social e funcionamento da sociedade chinesa. Na década de 1980, 80% dos chineses viviam no campo. Hoje, 58% vivem na cidade e 42% no campo (YING, 2018). O ritmo acelerado de mudança significou uma maior pressão ecológica, afinal, quanto maior o tamanho dos centros urbanos, maior é o consumo energético, de combustíveis, de água, gerando maior poluição atmosférica a partir do aumento das emissões de GEE e outros gases e partículas.

A expansão das cidades ao longo dos anos 80 é acompanhada pela incorporação de novos estilos de vida, graças à globalização e à abertura da China ao mundo. Surge uma nova classe média, com anseios de consumo e padrão de vida ocidental, o que significa carro na garagem, consumo de bens supérfluos, ar condicionado e aquecedores em todos os ambientes da casa, aumento no consumo de carnes, aumento da produção de lixo e resíduos, contribuindo diretamente para o aumento das emissões de GEE – o principal responsável pelas mudanças climáticas (SANJUAN, 2009).

O mercado de carros na China já é o maior do mundo, ultrapassando os Estados Unidos, com mais de 17,2 milhões de automóveis comercializados no ano de 2010 (SHAPIRO, 2012). O mercado de bens de luxo também se expande significativamente, sendo responsável por mais de 20% do consumo mundial de joias, relógios, roupas, sapatos, num claro exemplo de inserção da cultura ocidental, que se incorporou à China a partir da intensificação do uso da internet e novas mídias sociais, além do aumento das viagens internacionais dos chineses e maior número de estrangeiros na China (SHAPIRO, 2012).

O que percebemos é a presença de um movimento globalizante, no qual padrões de vida são importados pela China, porém, em virtude dessa modernização promovida a partir dos anos 80, a China passa a ser a grande exportadora de *riscos*, numa referência direta à obra de Ulrich Beck, que afirma que o desenvolvimento científico e tecnológico produz novos riscos pós-industriais, que possuem abrangência global (afetam a todos e indistintamente), são imperceptíveis, incalculáveis e imprevisíveis. Dentre esses riscos produzidos está o risco ecológico, marcado, principalmente, pelas mudanças ambientais e mudanças climáticas (BECK, 2010; FERREIRA, 2017).

Diferentemente do caso chinês, as emissões brasileiras são historicamente baseadas nas mudanças do uso do solo e agropecuária, porém na última década uma nova configuração das emissões começa a se delinear, com incremento nas emissões providas da geração de energia (OC, 2017).

As mudanças no uso do solo foram as responsáveis por 51% das emissões de GEE no ano de 2016, com um significativo aumento de 23% em relação ao ano de 2015 (OC, 2017). Esse aumento é devido à expansão do desmatamento nas regiões da Amazônia e do Cerrado, ligado diretamente ao aumento das exportações de *commodities*, como a soja e o gado, para a China e outros países. Em 2009 a China se tornou o principal parceiro comercial do Brasil (MORTATTI; MIRANDA; BACCHI, 2011), e alterações recentes na legislação chinesa de produtos agrícolas deve incentivar ainda mais essa parceria. Desde maio de 2017 não

existe mais a vigência de preço mínimo para produtos agrícolas chineses, o que desencorajou a produção interna chinesa, mas estimulou as importações. Nesse sentido, o Brasil se beneficia comercialmente e economicamente, com maior exportação de grãos para ração, de carne de corte, de frutas, vegetais e outras *commodities*, entretanto os danos ao ambiente são significativos, pois o aumento da procura leva ao aumento do desmatamento e expansão da fronteira agrícola brasileira.

O desmatamento é duplamente significativo para o caso das mudanças climáticas: além de promover a emissão de GEE ele dizima um importantíssimo sumidouro de carbono, as florestas. Sumidouro de carbono são os elementos da paisagem que absorvem mais carbono do que emitem – é o caso das florestas, solo e águas. Reduzir as áreas de florestas intensifica ainda mais as mudanças climáticas, e no caso da floresta amazônica afeta diretamente outras regiões, como é o caso do sudeste do Brasil. A redução do fornecimento de vapor para a atmosfera altera a formação dos rios aéreos, que influenciam a quantidade de chuvas na região sudeste. Esse é apenas um exemplo entre tantas consequências do desmatamento que causam importantes alterações no clima do planeta (NOBRE, 2014).

Diferentemente da China, o Brasil possui uma distribuição das emissões típicas de países agropecuários, sendo o segundo setor com maior emissão de GEE o da agricultura e pecuária. Somando o setor de mudanças no uso do solo e o setor de agricultura e pecuária juntos representam mais de 70% das emissões (OC, 2017).

No Brasil o setor energético, grande emissor na China, é apenas o terceiro emissor, em virtude de a matriz energética brasileira ser baseada na geração por hidrelétricas, o que proporciona uma menor emissão se comparado ao carvão usado na China. A redução ocorrida em 2016 das emissões pela geração de energia está diretamente vinculada à expansão do uso de energia eólica e solar; à recuperação dos níveis dos reservatórios de água, após a seca de 2014, que obrigou à maior utilização de usinas termelétricas nos anos de 2014 e 2015; e à recessão econômica.

As naturezas distintas das emissões no Brasil e China demonstram claramente que as políticas de mitigação desses países precisam ser distintas, ainda que as consequências sejam as mesmas em níveis globais (mudança climática), o nível local sofrerá de maneiras diferentes, como veremos no próximo tópico.

2. Impactos das emissões de GEE no Brasil e China

A atividade antrópica é identificada como a principal responsável pelo aumento das emissões de GEE, a partir da revolução industrial, com incremento em mais de 70% das emissões entre os anos de 1970 e 2004.

Se no início da discussão e reflexão sobre a problemática das emissões de GEE os países desenvolvidos eram vistos como os responsáveis por implementar políticas de mitigação, afinal eles eram reconhecidos como os grandes emissores históricos de GEE, em virtude do desenvolvimento industrial desde o século XIX, hoje a grande maioria dos países já participa dos acordos internacionais e desenvolve seus planos nacionais de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, em virtude dos impactos que já são sentidos em todo o mundo.

O aumento de temperatura já foi sentido no final do século XX, que foi o período mais quente desde o início das medições em 1880, e as projeções indicam que o aquecimento mínimo será de 2°C até o final do século XXI. De acordo com a projeção mais pessimista do IPCC, a projeção RCP 8.5, poderemos ter um incremento de até 6°C antes de 2100. Esse aumento de temperatura trará inúmeras consequências econômicas, sociais, de saúde pública, segurança alimentar, etc. (IPCC, 2013).

O último relatório do IPCC (IPCC, 2013) aponta que as mudanças climáticas devem afetar diretamente a produtividade agrícola, diminuindo as áreas cultiváveis e afetando a reprodução das espécies e germinação de sementes. Haverá uma reconfiguração agrícola dos países. Esse quadro deverá agravar a fome nos países mais pobres e que ainda sofrem com a escassez de alimento. O valor das *commodities* devem subir, tornando cada vez mais caro os bens

básicos para a alimentação humana. Pesquisas conduzidas por David Lobell e equipe, identificaram que os efeitos das mudanças climáticas em lavouras agrícolas aumentaram em torno de 20% o preço de *commodities* no mercado global, no período de 1980 a 2008 (LOBELL; SCHLENKER; COSTA-ROBERTS, 2011).

Com uma redução na produtividade agrícola de 2% somado a um aumento na demanda de 14% até 2050, em virtude do crescimento populacional (NAHUR et al, 2015), a questão da fome deverá ser amplamente debatida, afinal, os países do sul global serão os mais atingidos. Onde já há fome e pobreza estas serão intensificadas, demonstrando que apesar dos impactos das mudanças climáticas serem globais, nem todos os indivíduos irão vivencia-las da mesma forma – quem tem maior poder aquisitivo sofrerá menos impactos. Nessa situação Brasil e China serão amplamente afetados.

No Brasil, as culturas de arroz (na região Sudeste) e de soja (região central) serão as mais atingidas, assim como o milho em toda a América do Sul e Central. O Semiárido, no nordeste do Brasil, pode transformar-se em região árida, em virtude do clima mais quente no futuro, afetando diretamente a agricultura de subsistência, modo de sobrevivência da população que apresenta baixos índices de desenvolvimento social e econômico. A redução na disponibilidade de água (que já é baixa na região) e a queda nos índices de saúde da população, pode obrigar a migração para outras regiões.

Na China o problema deverá ser ainda maior, visto que grandes regiões deverão ser atingidas por secas, o que demandará aumento na irrigação, entretanto a China já sofre hoje com uma baixa disponibilidade hídrica/per capita (SHAPIRO, 2012). A China possui mais de 400 cidades sem água o suficiente, 110 das quais sofrem com grave escassez, ademais a poluição da água é extremamente elevada, com mais de 60% dos lençóis freáticos contaminados (ECONOMY, 2014; SHIFFLETT et al, 2015). A mudança climática tem afetado diretamente a disponibilidade de água na China, sendo responsável por 65% da redução no volume de água no rio Amarelo e nas bacias do Hai e do Huai. O outro

componente responsável por essa redução é a superexploração do recurso pelas cidades, indústria, agricultura e mineração. Com isso podemos afirmar que a água é recurso escasso, poluído, mal distribuído pelo território chinês, e a situação deve se agravar mais, afinal estima-se que até 2030 a demanda por água supere em 30% a oferta disponível (SHIFFLETT et al., 2015).

As diferentes espécies agrícolas não conseguirão se adaptar às mudanças climáticas no mesmo ritmo em que elas ocorrem, por isso deverá ocorrer a redução da disponibilidade e a alteração das áreas de cultivo. No caso do Brasil verifica-se que frutas de clima temperado, como uva, pêra, pêssego, maçã, deverão ter suas colheitas reduzidas; em compensação, a cana-de-açúcar, eminentemente um cultivo tropical, tem se expandido para as áreas ao sul do país, antes caracterizadas por climas amenos.

A intensificação dos eventos extremos no Brasil, principalmente secas e enchentes, tem impactado diretamente a economia e os ecossistemas. A seca do Nordeste do Brasil em 2014-2015 foi avaliada como o quinto desastre natural mais custoso do mundo em 2014, com perdas de mais de 5 bilhões de dólares (ZULLO JUNIOR; FURTADO; PFEIFFER, 2016).

A diminuição das terras cultiváveis na China e a busca por recursos (agrícolas, minerais, energéticos) levaram ao desenvolvimento de “novas relações coloniais” entre a China e diversos países da África, Ásia e América do Sul. A China tem interesse por novos fornecedores e novas áreas de cultivo e extração, e os diversos países buscam os investimentos chineses para lidar com a crise econômica que afeta as várias economias desde o final da década de 2000. A procura voraz pelas *commodities* significa garantir a manutenção do crescimento econômico chinês, e nesse jogo a China passa a influenciar diretamente os preços dos produtos e as regras de negociação (MOYO, 2013).

Os impactos ambientais nessa nova configuração geopolítica vão além das mudanças climáticas, afetando a natureza de diversas formas. Exemplo claro é o aumento da extração de minério de ferro em regiões como Minas Gerais e Pará, que passaram a receber maciços investimentos chineses de infraestrutura, visando

aumentar a capacidade de exportação do minério para países como China, Japão, Malásia. O lucro dessa exportação fica com empresas como a Vale, enquanto o prejuízo ambiental atinge um grande número de pessoas, vide os episódios de Mariana e Brumadinho, quando houve o rompimento das barragens de resíduos e a lama tóxica destruiu vidas, construções, plantações e até mesmo uma bacia hidrográfica, causando um enorme desequilíbrio ecológico na região.

A China, no intuito de reduzir suas emissões de poluentes, tem buscado minério de ferro de alta qualidade, produto achado em abundância no solo brasileiro, que sofreu alta valorização nos últimos anos. Entretanto, a melhoria da qualidade do ar na China tem sido obtida às custas da degradação ambiental no Brasil, além de perpetuar o Brasil como país fornecer de matéria-prima, com baixo valor agregado, mantendo um nível de desenvolvimento insatisfatório, incapaz de proporcionar melhoria na qualidade de vida da população em geral.

Voltando à questão das mudanças climáticas, além do aumento da pobreza, da escassez de alimentos e do encarecimento das *commodities*, as mudanças climáticas afetarão diretamente a saúde humana. A OMS (Organização Mundial de Saúde) divulgou que no ano de 2015 houve mais de 7 milhões de mortes relacionadas à poluição ambiental e mudanças climáticas (WHO, 2015). Já as alterações nos níveis de precipitação e aumento das temperaturas alteram as áreas de distribuição de vetores perigosos de doenças, acelerando a propagação de doenças como malária, cólera, dengue, zika.

No Brasil, no ano de 2016, vírus transmitidos pelo mosquito *Aedes aegypt* mataram 734 pessoas, com quase 2 milhões de casos de dengue, zika e chikungunya. O Relatório *Lancet Countdown* identificou que o aquecimento global aumenta a capacidade de transmissão dessas doenças pelo mosquito – houve um incremento de 9,4% na capacidade de transmissão de doença desde 1950 (WATTS *et al*, 2017).

Na China o grande problema de saúde pública é a poluição, que matou mais de 366.000 pessoas em um ano, entretanto esse

número pode chegar 1,3 milhão de mortes em 2030, se os índices não abaixarem (SHUXIAO, 2016). Além disso mais de 45% das mortes na China estão relacionadas a doenças cerebrocardiovasculares, que sofrem forte influência do aumento de temperatura, que eleva a mortalidade dos grupos de risco, caso dos idosos e crianças pequenas.

Os pesquisadores Suchul Kang e Elfatih Eltahir (2018) publicaram em 2018 um estudo que mostra que a China pode enfrentar ondas de calor mortais devido às mudanças climáticas. O estudo analisa a região mais populosa e agrícola da China, a Planície Norte da China. Essa região terá uma vulnerabilidade intensificada em virtude do aumento do calor e da umidade, elevando os efeitos do calor, ocasionando dificuldades à sobrevivência da espécie humana. Da mesma forma, o aumento do nível do mar, resultado direto do aquecimento global, coloca em risco a região costeira da China. A China será o país mais atingido em termos de população, com mais de 145 milhões de pessoas atingidas diretamente pelo aumento no nível do mar - caso haja um aumento superior a 4°C cidades como Shanghai serão diretamente atingidas. Caso o aumento da temperatura global seja de 2°C a circulação dentro da cidade será gravemente afetada, mas se for superior a 4°C toda a cidade ficará inundada (STRAUSS; KULP; LEVERMANN, 2015).

Para lidar com essas consequências, evitando-as ao máximo, é necessário que medidas de mitigação das emissões sejam efetivamente implementadas, mas também é preciso promover as adaptações para lidar com os efeitos já presentes, e nisso se constitui o grande desafio das mudanças climáticas.

A mudança climática é um risco para todos os países, sendo os países emergentes os mais vulneráveis. Para esses países, a mudança climática significa aprofundar as vulnerabilidades e prejudicar as perspectivas de desenvolvimento. Segundo as estimativas, recai sobre eles de 75% a 80% dos custos de prejuízos causados pela mudança climática (WORLD BANK, 2010).

3. Estratégias nacionais de mitigação e adaptação

Em termos de Políticas Nacionais, os debates sobre as mudanças climáticas estão presentes tanto no Brasil quanto na China, possuindo uma série de questões importantes para serem resolvidas nos próximos anos, que deverão nortear a ação política e econômica dos países (FERREIRA, 2017).

A temática é repleta de incertezas e as pesquisas científicas fornecem diversas projeções que indicam os prováveis impactos negativos provocados pelas mudanças climáticas: inundações costeiras em virtude do aumento do nível do mar; aumento na intensidade dos eventos climáticos extremos; impactos negativos na saúde humana, na infraestrutura e sobre o ambiente; diminuição da qualidade da água (IPCC, 2013; FERREIRA, 2017). O papel da Sociologia e da pesquisa interdisciplinar deve ser vislumbrar a dimensão humana e social das mudanças climáticas, tantas vezes negligenciadas quando se aborda as mudanças climáticas apenas como fenômeno físico. A problematização a partir das dimensões humanas e sociais significa reconhecer que a desigualdade socioeconômica é um grande empecilho para políticas de adaptação, na medida em que as populações menos favorecidas se tornam mais vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas e é preciso pensar para além de políticas de mitigação voltadas para diminuição das emissões. É necessário compreender que os países do sul global possuem demandas específicas, como: necessidade de saneamento básico, distribuição de renda, acesso à água potável, habitação adequada, erradicação da fome – elementos que atuam ao lado das políticas de mitigação e adaptação para um futuro com menos impactos, ou impactos com menores dimensões.

Quando tratamos das mudanças climáticas o ano de 2007 significa dois marcos importantes para a China: foi o ano em que as emissões de gases de efeito estufa superaram as emissões dos EUA pela primeira vez e foi o ano em que a China ratificou seu Plano Nacional de Mudanças Climáticas. Nesse ano a China também muda sua postura nas negociações internacionais, demonstrando entender a importância do tema das mudanças climáticas e se

abrindo para negociações na área. Na COP 15 ela estabelece metas voluntárias de redução das emissões, entretanto se isenta de assumir responsabilidades que são dos países desenvolvidos (Estados Unidos, União Europeia e Japão) e que poderiam comprometer suas metas de desenvolvimento socioeconômico (FERREIRA, 2017).

Entre os países em desenvolvimento a China foi o primeiro a apresentar um Plano de Mudanças Climáticas. Para fortalecer o Plano e aprimorar o debate sobre o tema, criou diversos centros de pesquisa e passou a permitir a divulgação de dados referentes à poluição na mídia nacional.

O Plano Nacional de Mudanças Climáticas foi um desdobramento dos planos e legislações desenvolvidos e aprimorados a partir da década de 1990. A política ambiental remonta à década de 1970, quando após a Conferência das Nações Unidas (ONU) de Estocolmo, em 1972, viu-se estimulada a criar um documento governamental, que incentivava a proteção ambiental e redução da poluição. Em 1979 iniciou-se uma base legal com a implementação da Lei de Proteção Ambiental, uma resposta à poluição atmosférica, à poluição da água e ao descarte de resíduos sólidos. Em 1989 essa Lei é revista e ampliada, estabelecendo quatro princípios: coordenação da proteção ambiental, a prevenção de poluição, a responsabilidade do poluídos e a importância da gestão ambiental (FERREIRA, 2017; FERREIRA; BARBI, 2012).

Em 1992 a China participou da Rio 92, convenção das Nações Unidas que propôs a Agenda 21, um programa que defende um novo padrão de desenvolvimento ambientalmente racional, a partir da conciliação da proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. Entre os países em desenvolvimento que assinaram o acordo, a China foi o único que efetivamente elaborou o plano e iniciou a etapa de implementação.

A Agenda 21 somada aos fatores internos da China, como aumento exponencial da poluição atmosférica e contaminação da água, intensificação dos desastres ambientais, pressões internacionais e participação da China em acordos de comércio, como no *World Trade Organization*, incentivaram o desenvolvimento

de novas leis e criação de Ministérios e secretarias aptos a lidarem com questões de cunho ambiental. O aumento nas emissões da China ao longo dos anos 1990 leva a um aumento na responsabilidade histórica e social, e faz com que a China altere suas posturas nos acordos internacionais e nos planos nacionais, incorporando a dimensão ambiental como uma das bases fundamentais para o desenvolvimento futuro do país. Com isso, “as mudanças climáticas são tratadas na China como assunto tanto relacionado a uma estratégia nacional para o desenvolvimento sustentável quanto de colaboração internacional” (MOREIRA; RIBEIRO, 2017, p. 61).

A China possui uma das legislações ambientais mais avançadas do mundo, ainda que haja um *implementation gap*, consequência da própria organização política, que dificulta a implementação. O governo central chinês tem demonstrado explicitamente nos últimos anos a relevância da governança ambiental, porém, em virtude da dimensão territorial, das características de cada localidade, e dos diferentes estágios de desenvolvimento encontrado em cada região do país, um modelo único de desenvolvimento econômico, modernização e desenvolvimento sustentável mostra-se inadequado, demonstrando ser imprescindível uma governança ambiental que vincule as lideranças centrais do país às lideranças locais dos diferentes setores, aptas a reconhecerem as necessidades da localidade e a melhor maneira de se promover a proteção do meio ambiente, a mitigação das emissões e a adaptação às mudanças climáticas.

Nos últimos anos, principalmente após 2013, ano que ficou marcado pela terrível poluição atmosférica na China, houve um maior engajamento nos assuntos do clima. Em 2013 foi lançado o Plano de Ação, Prevenção e Controle da Poluição do Ar, que previu um investimento de 277 bilhões de dólares entre 2013 e 2017. O objetivo do plano era reduzir o uso do carvão, promover produção mais limpa, e ter um maior controle sobre as indústrias altamente poluidoras. O plano visava reduzir em 10% a densidade do PM 2.5 nas principais cidades até 2017 (NAKANO; YANG, 2014; JUNMEI, 2013).

Em 2014, o primeiro-ministro Li Keqiang anunciou que a China declarava guerra à poluição. Essa declaração representa uma mudança fundamental nos objetivos políticos do país: o que se busca não é mais um crescimento econômico a qualquer custo; a nova meta é tornar a China uma economia verde, isto é, deve haver a conjugação do crescimento econômico somado à preocupação ambiental (ZHEHUA; JIAHUA, 2018).

[...] a China compromete-se a reduzir em 18% as emissões de carbono por unidade do PIB dos níveis de 2015 até 2020 e uma redução de 15% na energia consumida por unidade do PIB a partir dos níveis de 2015 até 2020. Ele também se compromete a gerar 15% da energia primária proveniente de fontes não-fósseis e introduz uma nova e importante meta de manter o consumo de energia abaixo de 5 bilhões de toneladas equivalentes de carvão até 2020. Sublinhando como a qualidade do ar se tornou um grande impulsionador da política energética e climática, também promete uma redução de 25% nas partículas nocivas de PM 2.5 (GEALL, 2016, p.1).

Assim como a China, o Brasil iniciou suas políticas ambientais a partir da Conferência das Nações Unidas em 1972, com a constituição da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), em 1973. Na Conferência de Estocolmo o Brasil assumiu posição de liderança entre os países de “terceiro mundo”, porém reconhecia que o ambiente poderia ser um grande obstáculo rumo à modernização. Nesse sentido, a posição inicial do Brasil defendia a ideia de que o desenvolvimento econômico não deveria ser sacrificado em nome do meio ambiente, e se os ditos países de “primeiro mundo” eram os grandes responsáveis pela degradação ambiental, poluição, eles deveriam se responsabilizar e arcar com os custos do problema ambiental (GUIMARÃES, 2011; FERREIRA, 2017).

Os anos que seguiram à Conferência reafirmaram a postura brasileira baseada na necessidade de desenvolvimento a qualquer

custo, encarando os recursos naturais como algo infinito. Ainda que algumas políticas tenham sido criadas, visando combater a contaminação de áreas urbanas, a efetiva implementação era dificultada por outros planos governamentais que incentivavam, por exemplo, a indústria pesada e o forte desenvolvimento econômico. Mesmo a transição para a democracia não alterou o caráter retórico das políticas ambientais e a ênfase no desenvolvimento.

A Rio 92 tornou-se um marco histórico na condução da política ambiental brasileira. A Conferência auxiliou na divulgação do problema ambiental à toda sociedade brasileira e o Estado assumiu uma posição mais globalizada, auxiliando nos acordos internacionais, formação da Agenda 21, reconhecendo que o problema é global e deve ser prioritário na agenda internacional. Da mesma forma que a China, defendeu abertamente que os países ricos deveriam assumir um custo maior, a partir da ideia de responsabilidades comuns, porém diferenciadas – é a responsabilidade histórica guiando as políticas climáticas (FERREIRA, 2017).

Com relação às políticas específicas de mudanças climáticas, a primeira ação governamental foi a criação do Fórum Brasileiro sobre Mudança Climática (FBMC) em 2000, com função de educar e mobilizar a sociedade para o debate sobre as mudanças ambientais e climáticas. Em 2007 criou o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (MIC), objetivando planejar e implementar um plano nacional de mudança climática. Tal plano foi aprovado em 2009, instituindo a Política Nacional de Mudança Climática, resultado de intensos trabalhos entre organizações da sociedade civil, instituições de pesquisas e poder público (BRASIL, 2009). Nesse mesmo ano foi criado o Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC), que seguindo os moldes do IPCC visa reunir, sintetizar e avaliar informações científicas sobre as mudanças climáticas no Brasil, produzindo relatórios e informações variadas buscando fornecer subsídios para a tomada de decisão sobre o tema (PBMC, 2013).

Em 2016 foi instituído o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA), a partir da colaboração entre sociedade

civil, setor privado e governos estaduais, buscando promover a redução da vulnerabilidade frente às mudanças climáticas, objetivando uma gestão do risco associado às mudanças. Onze setores foram envolvidos para a elaboração do plano: agricultura, recursos hídricos, segurança alimentar e nutricional, biodiversidade, cidades, gestão de risco de desastre, indústria e mineração, infraestrutura, povos e populações vulneráveis, saúde e zonas costeiras (BRASIL, 2017).

Na esfera internacional o Brasil possui uma reconhecida atuação nas negociações climáticas, sediando a Rio 92, participando do Protocolo de Quioto, ratificando diversos acordos internacionais, anunciando metas voluntário durante a COP 15, em Copenhague. Da mesma forma que a China, o Brasil sempre defendeu a responsabilidade histórica dos países desenvolvidos, mas nos últimos anos passou a reconhecer a necessidade de também criar e implementar suas políticas de mitigação. Durante a Conferência de Paris, o Brasil se comprometeu a reduzir o desmatamento, privilegiar as energias renováveis e o uso de biocombustíveis, a partir de metas a serem alcançadas em todos os setores emissores de GEE, principalmente agricultura, energia e mudança do uso da terra (BRASIL, 2016).

Considerações finais

As mudanças climáticas globais trazem um grande desafio: é preciso reduzir brutalmente as emissões, mas também é imprescindível se adaptar. Os níveis de emissões atuais já nos permitem afirmar que graves consequências serão sentidas nas próximas décadas. A urgência da ação relaciona-se com a incapacidade de ação efetiva das últimas décadas, apesar dos diversos Planos Nacionais e Acordos Globais.

Já se discute mudanças climáticas há pelo menos 20 anos, porém pouco foi realmente feito no sentido de diminuir as emissões. Anualmente, as emissões têm aumentado, e o sinal de alerta já está dado. Apesar da redução das emissões por ocasião da crise econômica global que vigorou a partir de 2007/2008, as

emissões continuam com forte tendência de aumento, em torno de 2,2% ao ano. A industrialização, o crescimento populacional e o aumento da demanda energética são os grandes responsáveis pelo incremento das emissões no século XXI. Por consequência a ocorrência de fenômenos extremos tem se intensificado, como as fortes ondas de calor que atingiram a Europa e Estados Unidos no verão de 2017, temperaturas acima de 50°C na Ásia, furacões intensos atingindo o Caribe, seca na África Oriental, ciclone em Moçambique em 2019, fortes ondas de frio no Estados Unidos e Europa no inverno de 2018, inundações de monções, eventos que estão intimamente ligados com as mudanças climáticas.

O desafio atual é o desenvolvimento de uma economia de baixo carbono, que exige novos padrões de investimentos, principalmente em energia limpa, como a eólica e solar. É preciso que os governos estejam dispostos a participar ativamente da transformação em uma economia de baixo carbono, atraindo investimentos, diminuindo a tributação em setores chaves, criando centros de pesquisa e tecnologia. As mudanças climáticas trazem novas oportunidades de desenvolvimento aos países dispostos a promover uma economia associada ao respeito ambiental, inclusão e desenvolvimento social.

Alcançar as metas de redução das emissões não significa estagnar economicamente o país, e nem deve se esperar uma queda do produto interno bruto (PIB), muito pelo contrário: há um enorme desafio em conjugar as mitigações com o desenvolvimento econômico e social, e as mudanças climáticas trazem a oportunidade de se discutir novos padrões de desenvolvimento e novas tecnologias. A China é, provavelmente, um grande exemplo a ser seguido: nos últimos anos tem investido fortemente em ciência e tecnologia, e por consequência já é o grande produtor de painéis fotovoltaicos para geração de energia solar. O desafio é o país deixar de basear seu crescimento econômico apenas na produção de bens manufaturados, com baixo valor agregado, baixo uso de tecnologia, e mão-de-obra extremamente barata, e passar a se dedicar à produção de alternativas que respondam ao desafio das mudanças climáticas, a partir de um crescimento sustentável

e socialmente responsável. O caminho é o desenvolvimento de parcerias internacionais, investimentos em inovação e educação, possibilitando avanços efetivos na governança ambiental e alcance das metas de mitigação propostas.

Para a China, outro desafio presente é possibilitar uma participação pública mais efetiva, visto que o Estado tem um papel muito forte na formulação das políticas, com uma implementação *top-down*, num momento em que os acordos internacionais frisam a importância de envolver toda a sociedade. Não bastam apenas leis, a mudança necessariamente passa por uma reformulação da ordem social vigente, alterações nos padrões de consumo, aumento da conscientização ambiental e promovendo a democratização política do país.

Diferentemente da China, o Brasil teve um processo mais participativo em relação às políticas de mudanças climáticas, visto que em 2000 estabeleceu o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas com o intuito de criar política climática, mas também objetivando construir um espaço para participação de todos os setores da sociedade. A construção do Plano Nacional de Adaptação também foi feita com base na participação da sociedade, envolvendo setores governamentais, organizações não-governamentais, representantes de empresas, cientistas, pesquisadores. No caso brasileiro, o desafio é manter a participação na implementação, para evitar um *implementation gap*.

Outro grande desafio trata-se das políticas de mitigação. No Brasil, as políticas de mitigação devem avançar para conter o desmatamento, que só vem aumentando, e ao mesmo tempo devem tratar adequadamente as emissões do setor energético que enfrentam um crescimento constante desde a década de 1970.

Nesse sentido reconhecemos a necessidade de implementação de políticas de mitigação subnacionais, que reconheçam os perfis de emissões em cada região. Por exemplo, os estados e municípios da Amazônia desempenham um papel fundamental na definição e implementação de estratégias voltadas à mudança do uso da terra e às emissões florestais, enquanto em estados e cidades do Sudeste, como São Paulo, são mais importantes as ações de

mitigação relacionadas ao setor de energia. Emissões subnacionais vêm de diferentes setores de atividades em todo o país, portanto, as políticas nacionais de mitigação de mudanças climáticas devem ser articuladas com as diretrizes de mitigação subnacionais sobre os perfis de emissões regionais. Isso também é essencial para garantir que as emissões brasileiras sejam reduzidas e que a política nacional sobre as mudanças climáticas seja bem-sucedida (ARTAXO, 2014; FERREIRA, 2018).

Com relação à China, é possível afirmar que ela introduziu políticas vigorosas que já reduziram, em alguma medida, suas emissões de carbono, e as análises demonstram que, aparentemente, a China atingiu o pico de suas emissões em 2017, uma década antes do que se comprometeu no Acordo de Paris, que definia a meta de atingir o pico das emissões em 2030. Entretanto, atingir essa meta significou grandes sacrifícios no território nacional: fábricas foram fechadas, carros antigos e muito poluidores foram confiscados, a população enfrentou invernos rigorosos sem uso do carvão para aquecer suas casas. Por outro lado, essa redução também é fruto de investimentos maciços em novas tecnologias e na redução, ainda pequena, do uso do carvão (ENGELS, 2018).

Na relação Brasil e China, a China é parte do problema e parte da solução. É preciso superar a parceria predatória em busca de uma cooperação. É importante que o Brasil esteja aberto a parcerias que busquem a troca de tecnologias e o investimento em infraestrutura, pensando tanto em mitigação quanto em adaptação às mudanças climáticas.

A China, ao assumir o protagonismo na política climática a partir do Acordo de Paris e do afastamento dos Estados Unidos da agenda climática, com o governo Trump, vislumbra um novo momento em que deverá conscientizar-se do impacto de suas ações em todo o globo, principalmente dos impactos ocasionados pela produção de *commodities* nos países do sul global, como é o caso do Brasil. A produção de *commodities* e o fornecimento de recursos naturais devem ser feitos a partir de princípios de responsabilidade ambiental e social, atingindo os objetivos de sustentabilidade.

Num momento em que a China se esforça para conquistar uma boa imagem internacional, é interessante rever os impactos globais da produção e consumo de bens e recursos naturais. Sua política climática deve extrapolar os limites territoriais, visto que está inserida em um contexto de globalização e de intenso comércio internacional.

Ao mesmo tempo o Brasil, com o governo Bolsonaro, deve enfrentar novos desafios, visto que as primeiras medidas anunciadas pelo governo demonstram que o crescimento econômico deve ser o alvo prioritário da gestão, que já evidencia uma baixa preocupação com a questão ambiental. Nesse sentido, o cenário mais provável para os próximos anos é de aumento das emissões, principalmente ocasionadas pelo desmatamento e expansão da fronteira agrícola no cerrado e Amazônia.

Referências

ARTAXO, P. Uma nova era geológica em nosso planeta: o Antropoceno? **Revista USP**, n. 103, 2014.

BASSO, L.; VIOLA, E. Chinese energy policy progress and challenges in the transition to low carbon development, 2006-2013. **Rev. Bras. Polít. Int.**, 57, 2014.

BECK, U. **Sociedade de Risco** - Rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2010.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente – MMA. **Fundamentos para a elaboração da Pretendida Contribuição Nacionalmente Determinada (INDC) do Brasil no contexto do Acordo de Paris sob a UNFCCC**. Brasília, 2016.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano nacional de adaptação à mudança do clima: 1º relatório de monitoramento e avaliação 2016-2017.**, Secretaria de Mudança, Brasília, 2017.

BRASIL. **Política Nacional sobre Mudança do Clima**—PNMC, lei n. 12.187, 2009.

ECONOMY, E. Environmental governance in China: state control to crisis management. **American academy of arts & sciences**, v. 143, n. 2, 2014.

ENGELS, A. Understanding how China is championing climate change mitigation. **Palgrave Communications**, n. 4, v. 101, 2018.

FERREIRA, L. C. **The sociology of environmental issues: theoretical and empirical investigations**. Curitiba: Editora CRV, 2018.

FERREIRA, L. C. **O Desafio das Mudanças Climáticas: Os Casos Brasil e China**. Jundiaí: Paco editorial, 2017.

FERREIRA, L. C. e BARBI, F. Questões ambientais e prioridades políticas na China. **ComCiência**, n. 137, 2012.

FERREIRA, L. C.; BARBI, F. Some issues about environmental concerns in Brazil and China (Social justice and transitional societies). In: FERREIRA, L. C.; ALBUQUERQUE, J. A. G. (eds). **China & Brazil: Challenges and opportunities**. São Paulo: Annablume, 2013.

GEALL, S. China's plan for innovation could help it meet climate goals. **Chatam House**, may 17, 2016.

GERTH, K. **As China Goes, So Goes the World: How Chinese Consumers are Transforming Everything**. New York: Hill and Wang, 2010.

GIDDENS, A. **A Política da mudança climática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

GUIMARÃES, R. Política, o elo perdido na interação ciência-políticas públicas. In: FERREIRA, L. **A questão ambiental na América Latina**. Campinas: Unicamp; São Paulo: Fapesp, 2011.

HE, Q. Who is Responsible for China's Environment? Big Country, Small World 37, **China Rights Forum**, n. 1, 2006.

IEA – International Energy Agency. **World Energy Outlook 2015**. OECD/IEA, 2015.

IPCC. Climate Change 2007: Synthesis Report. In: R.K. Pachauri e A. Reisinger (eds.) Contribution of Working Groups I, II and III to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change, Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

IPCC. Working Group I Contribution to the IPCC Fifth Assessment Report. Climate Change 2013: The Physical Science Basis. Summary for Policymakers, 2013.

JANSSENS-MAENHOUT, G.; et al. Fossil CO₂ & GHG Emissions of all World Countries. **Publications Office of The European Union**, Luxembourg, 2017.

JUNMEI, D.F. China gears up to battle air pollution. October 28, 2013. Disponível em http://www.china.org.cn/environment/2013-10/28/content_30425833.htm acesso em 12 de novembro de 2018.

KANG, S.; ELTAHIR, E. North China Plain threatened by deadly heatwaves due to climate change and irrigation. **Nature Communications**, v.9, n. 2894, 2018.

LIU, Z. **China's Carbon Emissions Report 2015**. Cambridge: Harvard Kennedy School, 2015.

LOBELL, D.B.; SCHLENKER, W.; COSTA-ROBERTS, J. Climate trends and global crop production since 1980. **Science**, 5 may, 2011.

MOREIRA, H. M.; RIBEIRO, W. C. A atuação da China no G77, Basic e Brics nas negociações internacionais do clima. In: FERREIRA, L. C. **O Desafio das Mudanças Climáticas: Os Casos Brasil e China**. Jundiaí: Paco editorial, 2017.

MORTATTI, C. M.; MIRANDA, S. H. G.; BACCHI, M. R. P. Determinantes do comércio Brasil-China de *commodities* e produtos industriais: uma aplicação VECM. **Econ. Apl.**, v. 15, n. 2, 2011.

MOYO, D. **O vencedor leva tudo: a corrida chinesa por recursos e seu significado para o mundo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

NAHUR, A. C. et al. **As Mudanças Climáticas: Riscos e Oportunidades**. Programa Água Brasil, 2015. Disponível em <http://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/uds/dwn/mudclimatica.pdf> acesso em 07 de abril de 2019.

NAKANO, J. YANG, H. China's war on pollution and the uncertain fate of "King Coal". **Center for strategic & international studies**, may 30, 2014. Disponível em <https://www.csis.org/analysis/china%E2%80%99s-war-pollution-and-uncertain-fate-%E2%80%9Cking-coal%E2%80%9D> acesso em 13 de novembro de 2018.

NOBRE, A. D. **O Futuro Climático da Amazônia**. Relatório de Avaliação Científica. São José dos Campos: Edição ARA, CCST-INPE e INPA, 2014.

OC – Observatório do Clima. **Emissões do Brasil sobem 9% em 2016**. Presskit, SEEG, 2017.

PBMC. Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas. **Contribuição do Grupo de Trabalho 2 ao Primeiro Relatório de Avaliação Nacional do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas. Sumário Executivo do GT2**. PBMC, Rio de Janeiro, Brasil, 2013.

REHAN, R.; NEHDI, M. Carbon dioxide emissions and climate change: policy implications for the cement industry. **Environmental Science & Policy**, n. 8, 2005.

SANJUAN, T. (org.) **China contemporânea**. São Paulo: Edições 70, 2009.

SHAPIRO, J. **China's Environmental Challenges**. Malden: Polity Press, 2012.

SHIFFLETT, S. C. et al. **China's water-energy-food roadmap: a global choque point report**. Washington: Wilson Center, 2015.

SHUXIAO, W. New Study: Air pollution from coal a major source of health burden in China. **Health Effects Institute**, august, 2016.

STRAUSS, B.; KULP, S.; LEVERMANN, A. **Mapping choices: carbon, climate, and rising seas. Our global legacy.** Princeton: Climate Central, 2015.

WATTS, N. et al. The *Lancet* Countdown on health and climate change: from 25 years of inaction to a global transformation for public health. **The Lancet**, 2017.

WHO – World Health Organization. **Reducing Global Health Risks Through Mitigation of Short-Lived Climate Pollutants. Scoping Report for Policy-makers.** Geneva, WHO Press, 2015.

WORLD BANK. **DataBank**, 2010. Disponível em <https://databank.worldbank.org> acesso em 07 de março de 2018.

YING, C. Taxa de Urbanização da China aumenta para 58,52%. **Diário do Povo Online**, 05 de fevereiro de 2018. Disponível em <http://portuguese.people.com.cn/n3/2018/0205/c309806-9423759.html>, acesso em 29 de maio de 2018.

ZHEHUA, X.; JIAHUA, P. **China's road of green development.** Beijing: Foreign Languages Press, 2018.

ZULLO JUNIOR, J.; FURTADO, A. T.; PFEIFFER, C. C. **Planejamento da produção de cana-de-açúcar no contexto das mudanças climáticas globais.** Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

A resistência à apropriação chinesa de terras no Brasil desde 2008: lições e alternativas agroecológicas

Gustavo de Lima Torres Oliveira¹

Resumo: O objetivo deste artigo é descrever e teorizar a história recente da resistência à apropriação chinesa de terras no Brasil, a fim de permitir uma discussão clara e útil das vitórias e desafios da resistência à estrangeirização de terras e o avanço do agronegócio transnacional e doméstico; e também para permitir o desenvolvimento de alternativas agroecológicas para as relações entre o Brasil e a China. Utilizando teorias de narrativas na articulação de movimentos sociais e métodos de etnografia global, baseado em 27 meses de trabalho de campo no Brasil e na China, argumento que uma aliança de conveniência entre alguns setores do agronegócio e movimentos sociais conseguiram efetivamente desmontar as maiores tentativas de aquisição de terras por agronegócios chineses no Brasil. Mas pelo outro lado, por manter enfoque nas novas aquisições diretas de terra, esta resistência não conseguiu afetar as incorporações indiretas de terras brasileiras a agronegócios chineses por via de fusões e aquisições de empresas que já estavam operando no país. Ainda mais, o papel do capital chinês no que tem se chamado “estrangeirização de terras” no Brasil tem sido relativamente pequeno. Portanto, concluo que o forte enfoque no capital chinês, assim com em aquisições diretas de propriedade fundiária, não contemplaram a principal dinâmica da estrangeirização de terras, mesmo que efetivamente desestruturaram as principais tentativas chinesas de apropriação de terras no Brasil. Porém, existem grandes oportunidades de cooperação no desenvolvimento de iniciativas agroecológicas entre Brasil e China que poderiam orientar investimentos e parcerias de solidariedade Sul-Sul, fortalecendo a soberania nacional e alimentar em ambos países contra os avanços do agronegócio transnacional.

Palavras-chave: Brasil. China. Estrangeirização de terras. Movimentos sociais. Redes. Narrativas.

¹ Departamento de Estudos Globais e Internacionais Universidade da Califórnia, Irvine. E-mail: gustavo.oliveira@uci.edu - ORCID: 0000-0002-1800-227X

The resistance to chinese land grabs in Brasil since 2008: lessons and agroecological alternatives

Abstract: The goal of this article is to describe and theorize the recent history of resistance to Chinese acquisitions of farmland in Brazil in order to enable a clear and useful discussion of the victories and challenges of the resistance to foreignization of land and the advancement of transnational and domestic agribusiness; and also to allow for the development of agroecological alternatives for Brazil-China relations. Employing theories of narratives in the articulation of social movements and methods of global ethnography, based upon 27 months of fieldwork in Brazil and China, I argue an alliance of convenience between certain agribusiness sectors and social movements were able to effectively dismantle the largest attempts at acquiring farmland by Chinese agribusinesses in Brazil. On the other hand, since these efforts maintained focus on direct acquisitions of farmland, this resistance was unable to affect the indirect incorporation of Brazilian land by Chinese agribusinesses that acquired operational companies in Brazil. Moreover, the role of Chinese capital in what has been called “foreignization of land” in Brazil has been relatively small. Therefore, I conclude that the strong focus on Chinese capital and on direct acquisitions of rural property did not target the main dynamics of foreignization of land, even if they effectively dismantled the main Chinese attempts to grab land in Brazil. Yet there are great opportunities for the development of agroecological initiatives between Brazil and China that could orient investments and partnerships in South-South solidarity, strengthening national and food sovereignty in both countries against the advancement of transnational agribusiness.

Keywords: Brazil. China. Foreignization of land. Social movements. Networks. Narratives.

La resistencia brasileña a la apropiación china de tierras desde el año 2008: lecciones y alternativas agroecológicas

Resumen: El objetivo de este artículo es describir y teorizar la historia reciente de la resistencia a la apropiación china de tierras en Brasil, a fin de permitir una discusión clara y útil de las victorias y desafíos de la resistencia a la extranjerización y el avance de la agroindustria transnacional y doméstica; y también para permitir el desarrollo de alternativas agroecológicas para las relaciones entre Brasil y China. Utilizando teorías de narrativas en la articulación de movimiento sociales y métodos de etnografía global, basado en 27 meses de trabajo de campo en Brasil y China, argumento que una alianza de conveniencia entre algunos sectores del agronegocio y movimientos sociales lograron efectivamente desmontar los mayores intentos de adquisición de tierras por los agronegocios chinos en Brasil. Pero por el otro lado, por mantener enfoque en las nuevas adquisiciones directas de tierra, esta resistencia

no logró afectar las incorporaciones indirectas de tierras brasileñas a agronegocios chinos por fusiones y adquisiciones de empresas que ya estaban operando en el país. Aún más, el papel del capital chino en lo que se ha llamado “extranjerización de tierras” en Brasil ha sido relativamente pequeño. Por lo tanto, concluyo que el fuerte enfoque en el capital chino, así como en adquisiciones directas de propiedad de la tierra, no contemplaron la principal dinámica de la extranjerización de tierras, aunque efectivamente desestructuraron los principales intentos chinos de apropiación de tierras en Brasil. Sin embargo, existen grandes oportunidades de cooperación en el desarrollo de iniciativas agroecológicas entre Brasil y China que podrían orientar inversiones y alianzas de solidaridad Sur-Sur, fortaleciendo la soberanía nacional y alimentaria en ambos países contra los avances del agronegocio transnacional.

Palabras-clave: Brasil. China. Extranjerización de la tierra. Movimientos sociales. Redes. Narrativas.

1- Introdução, teoria e métodos

Este artigo tem dois objetivos. O primeiro é descrever e teorizar a história recente da resistência à apropriação chinesa de terras no Brasil, a fim de permitir uma discussão mais clara e útil das vitórias, desafios e possibilidades de resistência contra a estrangeirização de terras e o avanço do agronegócio, tanto transnacional quanto doméstico. O segundo é buscar o desenvolvimento de alternativas agroecológicas para as relações entre o Brasil e a China, ou seja, alternativas de cooperação científica, econômica, e política que possam gerar soberania alimentar e estruturar a solidariedade Sul-Sul além de relações entre classes capitalistas de países emergentes.²

Adoto abordagens teóricas sobre o uso e poder de *narrativas* na articulação de movimentos sociais (DAVIES, 2002), que estão provando ser muito úteis no estudo de lutas pela terra no Brasil. Conforme LUNDSTRÖM (2017) demonstra no caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por exemplo, a promulgação de narrativas é a forma pela qual movimentos sociais – sejam organizados como o MST, ou mais dispersos

² Para maiores detalhes sobre minha teorização de agroecologia, veja G. OLIVEIRA (2009, 2010).

como a resistência à estrangeirização de terras mais amplamente – produzem sujeitos políticos sob bandeiras de luta específicas. Assim, encenando narrativas se produz “grupos coerentes de pessoas, com experiências e interesses compartilhados, mas antes como articulações distintas de povos em unificações contingentes” (IBIDEM., 13). Sendo que lutas sociais são promulgadas através de unificações contingentes em torno de narrativas, sua articulação é flexível, podendo incorporar classes diferentes com interesses e interpretações distintas dessa narrativa, mas pelo outro lado estas alianças não conseguem se desvincular de suas narrativas sem que a unidade contingente de diversos sujeitos desmorone.

No caso da luta de resistência à apropriação chinesa de terras no Brasil, teorizo que esta luta se promulgou por uma narrativa de que “a China é uma grande força de estrangeirização de terras” no Brasil e no mundo pós-crise de 2008 ao presente. Esta narrativa, apesar de patentemente falsa conforme discuto em páginas seguintes, ganhou força em sua articulação com várias características importantes da organização e ativismo de movimentos sociais no Brasil. Dentre esses, pode-se destacar a organização em *redes*, inclusive transnacionais; a importância do *território* como unidade analítica e empírica, e assim de demandas territoriais como principal arena de mobilização; e consequentemente a ontologia e epistemologia territorial de *desapropriação* como um mecanismo de avanço do capital (PAHNKE et al., 2015; WELCH, 2016). De fato, PAHNKE et al. (2015) argumentam que a promulgação da narrativa que um forte movimento de “apropriação global de terras” (*global land grab*) deslanchou após a crise mundial de 2008, se traduzindo em no avanço e resistência à “estrangeirização de terras” no Brasil, é um dos principais exemplos da articulação em *redes* transnacionais dos movimentos sociais do campo Brasileiro, assim como, de acordo com o estudo histórico de WELCH (2016), exemplo claro de sua ênfase em lutas territoriais como ótica sobre o avanço e resistência ao capital transnacional (inclusive chinês) neste âmbito.

Argumento que esta narrativa permitiu uma aliança de conveniência entre movimentos sociais camponeses e dos sem

terra, com alguns setores do agronegócio brasileiro, que juntos conseguiram alavancar fortes restrições governamentais contra investimentos chineses no Brasil, efetivamente desmontando as maiores tentativas de aquisição de terras por agronegócios chineses. Contudo, por outro lado, argumento também que a narrativa central desta resistência precisou manter seu enfoque em novas aquisições diretas de terra agrícola para conseguir abranger as diferentes interpretações das classes distintas nesta coalizão. Portanto, não foi possível afetar as incorporações *indiretas* de terras brasileiras por agronegócios chineses via fusões e aquisições de empresas transnacionais e brasileiras que já estavam operando no país, ou seu avanço sobre infraestruturas de comércio agroindustrial que fornecem controle sobre cadeias produtivas. Ainda mais, demonstro que o papel do capital chinês no que tem se chamado “estrangeirização de terras” no Brasil tem sido relativamente pequeno, tanto em relação aos valores absolutos de investimentos estrangeiros em terra agrícola no Brasil, quanto em relação a preeminência da China em tais discursos. Portanto, as principais lições que meu estudo revela são que esta narrativa com enfoque no capital chinês, assim com em aquisições diretas de propriedade fundiária, não contemplaram a principal dinâmica da estrangeirização de terras nem a forma predominante do capital agroindustrial chinês no Brasil, mesmo que efetivamente desestruturaram as principais tentativas chinesas de apropriação de terras agrícolas. Porém, felizmente, existem grandes oportunidades de cooperação no desenvolvimento de iniciativas agroecológicas entre Brasil e China que poderiam orientar investimentos e parcerias de solidariedade Sul-Sul, fortalecendo a soberania nacional e alimentar em ambos países contra os avanços do agronegócio transnacional.

Realço que meu objeto teórico é a *resistência* à apropriação chinesa (e mais amplamente, estrangeira) de terras no Brasil, e não o fenômeno recente de “apropriação global de terras” em si, e suas articulações com “estrangeirização” de terras, grilagem, apropriação de recursos naturais além de terras agrícolas, concentração do controle capitalista sobre cadeias agroindustriais,

assim como conceitualizações sobre o papel do estado, elites domésticas, e capital financeiro transnacional – temas que abordei mais explicitamente em outros trabalhos (OLIVEIRA, 2013, 2016). Portanto, neste texto concordo com SAUER e BORRAS Jr (2016) em conceitualizar este fenômeno como “apropriação de terras” mais amplamente que “estrangeirização” ou “grilagem”, pois esta é a principal abordagem teórica e política que baliza a *narrativa da resistência* ao avanço do capital agroindustrial chinês no Brasil. Todavia, conforme critico mais além, esta conceitualização é politicamente problemática, e insuficiente teoricamente para análise crítica do fenômeno, já que este se desdobra predominantemente pelo que McKAY (2018) realçou corretamente como “apropriação de controle” (*control grabbing*), neste caso o avanço do capital chinês sobre infraestruturas de comércio que fornecem maior controle sobre cadeias de produção agroindustrial, sem necessariamente se apropriar diretamente de propriedades fundiárias.

Meu trabalho é baseado na triangulação de vários dados quantitativos e qualitativos obtidos durante 27 meses de trabalho de campo no Brasil e na China entre 2011 e 2015, seguindo métodos de etnografia global (BURAWOY et al. 2000, HART 2006, DARIAN-SMITH e McCARTY 2017). Estes incluem análise de documentos de governo, arquivos de empresas, e relatos jornalísticos, todos verificados por inspeções de campo e entrevistas com os profissionais do agronegócio e autoridades governamentais, tanto na China como no Brasil, que estão articulando estes investimentos em questão. Ainda mais importante para este artigo, meu trabalho inclui também entrevistas com militantes e lideranças de movimentos sociais e ONGs que procuram confrontar a estrangeirização de terras e transformar os projetos em questão.

Uma pequena parte de minha investigação sobre investimentos chineses no agronegócio brasileiro já foi publicada em artigos recentes (OLIVEIRA, 2018a, 2018b, 2019) e em minha tese de doutorado (OLIVEIRA, 2017), mas sem realçar a resistência contra estes investimentos conforme apresentado neste texto. Este projeto de pesquisa incluiu todas as negociações e investimentos chineses identificados no setor do agronegócio brasileiro, desde

agroquímicos, sementes, e outros insumos agrícolas, aquisição de terras para produção agrícola, investimentos em agroindústrias, e também em empresas de comercialização de produtos agrícolas e na infraestrutura de escoação relacionada, como armazéns e portos. Para fins deste artigo, mantenho o enfoque nas negociações e investimentos em terras agrícolas, alvo principal da resistência brasileira aos investimentos chineses conforme indiquei acima em referência a minha abordagem teórica. Portanto, deixo de lado em sua maior parte as lutas de resistência contra problemas sócioambientais de intoxicação por agrotóxicos, contaminação de águas e outros danos ambientais devidos a construção de infraestruturas para escoamento de produtos agrícolas (especialmente a construção de novos portos fluviais e marítimos nos canais de escoamento de soja), e a incorporação adversa de pequenos agricultores nas cadeias de produção agrícola, que não foram identificados por seus protagonistas como lutas de resistência ao avanço do capital chinês em si.

Para minha pesquisa de doutorado, na qual me baseio para este artigo, investiguei também as relações inter-governamentais e os mediadores privados de todos estes empreendimentos, abrangendo 16 estados brasileiros desde o Rio Grande do Sul ao Pará, e do Mato Grosso do Sul a Pernambuco, assim como 8 províncias da China das quais estes investimentos partiram. Estas negociações e investimentos abordam diversos setores: primariamente a soja, o principal produto agrícola exportado do Brasil para China (OLIVEIRA e SCHNEIDER, 2016), mas também milho, açúcar, palma de dendê, pecuária, madeiras, tabaco, além de insumos agrícolas, maquinário, e infraestrutura relacionada. Certamente, minha pesquisa de doutorado é o trabalho mais extenso e profundo sobre investimentos chineses no agronegócio brasileiro. Isto pois, ainda que vários outros trabalhos estejam sendo publicados sobre o tema, tanto em português como em inglês e chinês, muitos dos quais estão citados neste artigo, ainda não há nenhum estudo que descreva com base em pesquisa de campo extensiva e de forma sistemática as dinâmicas destes investimentos, ou a história recente da resistência à apropriação

chinesa de terras no Brasil. Este artigo, portanto, traz uma contribuição extremamente original e relevante para os estudos da relação Brasil-China, em um de seus temas mais sensíveis e significantes desta última década.

Após esta introdução, que relata os objetivos deste artigo, assim como a abordagem teórica e métodos de pesquisa, seus resultados, e principais argumentos e conclusões, este artigo se desenvolve da seguinte maneira. A segunda seção aborda o discurso da “apropriação global de terras” no Brasil e no mundo durante a última década, inclusive os antecedentes da atual resistência brasileira à apropriação chinesa de terras no Brasil, tanto diante da expansão da influência chinesa como japonesa e asiática mais amplamente no campo brasileiro. A terceira seção aborda o momento-chave de 2010, quando investimentos chineses no agronegócio brasileiro expandiram rapidamente, gerando grande alarme na sociedade civil brasileira, assim como internacionalmente, inclusive causando o governo brasileiro a impor maiores restrições a aquisições de terras por estrangeiros. Na quarta seção, relato os casos vitoriosos da sociedade civil brasileira contra as tentativas chinesas de estabelecer grandes produções agrícolas no Brasil, e na quinta seção indico pelo outro lado as formas pelas quais o agronegócio chinês conseguiu efetivamente driblar essa resistência para incorporar terras indiretamente e aumentar seu controle sobre cadeias agroindustriais no Brasil. Por fim, descrevo na sexta seção as lições de resistência e alternativas agroecológicas identificadas brevemente nesta pesquisa. Concluo o artigo então com sugestões para como levar adiante um projeto de pesquisa sobre investimentos estrangeiros no agronegócio brasileiro e as relações Brasil-China, buscando fortalecer assim contribuições efetivas com as lutas de resistência e o desenvolvimento de alternativas agroecológicas para cooperação Sul-Sul.

2- A narrativa da “Apropriação global de terras”

Logo após a crise dos preços dos alimentos e das *commodities* agrícolas atingir seu pico em 2007, conjuntamente com a crise

financeira mundial que eclodiu em 2008, os interesses do capital financeiro ao redor do mundo mudaram vigorosamente de ativos bancários em centros financeiros como *Wall Street* e Londres para terras agrícolas, que são vistas como alternativa relativamente segura e rentável de investimentos (OLIVEIRA, 2016). Os meios de comunicação, ONGs, instituições financeiras e do agronegócio, acadêmicos e movimentos sociais chamaram atenção para a participação de empresas de países ricos em capital mas com “falta de terra”, especialmente a China, nesta revalorização de investimentos fundiários, geralmente identificados como investidores diretos (GRAIN, 2008; THE ECONOMIST, 2009; BANCO MUNDIAL, 2010; CHADE, 2010; VALOR ECONÔMICO, 2010; ESTADO DE SÃO PAULO, 2010). Agronegócios chineses entraram em foco especialmente depois de negociações para aquisição de grandes extensões de terra nas Filipinas durante 2007 (HOFMAN e HO, 2012). Uma tentativa de grande apropriação de terras em Madagascar (África) iniciada (mas não levada a cabo) por uma empresa da Coreia do Sul também atribuiu importância ao papel de empresas asiáticas na narrativa emergente sobre o surto global de apropriação de terras (THE ECONOMIST, 2009). Este enfoque na China na narrativa internacional sobre o que se passou a chamar de uma “corrida mundial por terras” (*global land rush*, ou *global land grab*) condicionou fortemente a narrativa brasileira sobre a importância relativa do capital chinês no processo de estrangeirização no Brasil naquele momento (SAUER, 2010; FERNANDES, 2011). De fato, as articulações em rede por movimentos sociais brasileiros como o MST através da Via Campesina e grupos internacionais como GRAIN, foram instrumentais em estruturar uma narrativa que “a China é uma das principais forças” deste fenômeno de “corrida mundial por terras” (PAHNKE et al. 2015). No entanto, como demonstrei mais detalhadamente em outros textos (OLIVEIRA e HECHT, 2016; OLIVEIRA, 2017, 2018a), assim como Ariovaldo Umbelino de Oliveira notou inusitadamente (2010), o capital chinês não foi o principal agente de estrangeirização de terras no Brasil, e portanto

essa narrativa é eco de uma xenofobia com raízes mais profundas que a crise financeira e alimentar do início deste século.

De fato, os temores sobre a estrangeirização de terras por “asiáticos” no Brasil já ocorreu no século passado. A primeira ocasião estava relacionada aos japoneses, especialmente com o estabelecimento de projetos de desenvolvimento rural nos cerrados: primeiro um projeto piloto em Minas Gerais, que serviu de base para o mais amplo Projeto de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), documentado como escândalo por SAN MARTIN e PELEGRINI (1984), demonstrando as raízes profundas de epistemologias *territoriais* nestas narrativas (cf. PAHNKE et al., 2015; WELCH, 2016). Este processo foi de fato importante para alavancar o agronegócio no cerrado, mas na verdade não se baseou na estrangeirização da propriedade fundiária nas mãos de empresas japonesas. Estas preferiram providenciar financiamento e capacitação técnica para colonos brasileiros avançarem sobre o cerrado, mantendo sua atuação mais limitadamente na aquisição de soja e outras *commodities* agrícolas em mercados internacionais. Este histórico é importante para compreender a dinâmica semelhante que ocorre atualmente com o capital chinês.

Já durante a década de 1990 houve novamente sério alarme sobre a aquisição de terras na Amazônia por “madeireiras asiáticas.” Esse processo foi conduzido principalmente por empresas da Malásia, mas empresas chinesas também foram investigadas por estrangeirização e desmatamento ilegal (GREENPEACE, 1997). Este alarme foi desencadeado em *rede* por queixas de ONGs como o Greenpeace, gerando grande atenção jornalística, investigações intensivas pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da presidência da república, uma CPI sobre o assunto, e alavancando forte repressão contra as exportações ilegais de madeira (VIANA, 1998). Isso obstruiu grande parte dos investimentos de madeireiras asiáticas que se articulavam naquele momento. No entanto, com as investigações do governo tornou-se claro que a grande maioria das aquisições de terras por madeireiras estrangeiras eram efetivamente realizadas por empresas dos Estados Unidos, Europa e Japão (IBIDEM.). A repressão das “madeireiras asiáticas”,

portanto, deteve a entrada de alguns novos participantes, mas não conseguiu suspender a apropriação de terras por grandes empresas do Norte Global, ou o avanço dos próprios latifundiários e agronegócios brasileiros. Como demonstrarei, esta dinâmica de narrativa é repetida novamente depois de 2008, tanto em sua flexibilidade de articular diversos atores para resistência, quanto em suas limitações políticas e teóricas sobre o fenômeno em si.

3- A “Invasão Chinesa” de 2010

Quando o agronegócio chinês renovou esforços para investir no Brasil depois de 2008, o seu principal interesse se deslocou de madeiras amazônicas para cana-de-açúcar, palma de dendê, tabaco, e acima de tudo soja. Junto com investimentos chineses no petróleo brasileiro, visitas frequentes de grupos estatais chineses provocaram medo de que, nas palavras do influente Delfim Netto, “a China comprou a África e agora quer comprar o Brasil” (O ESTADO DE S. PAULO, 2010). De fato, já haviam empresas chinesas buscando aquisição de grandes extensões de terras no Brasil, especialmente uma empresa privada de Zhejiang (Fudi) – que já havia comprado uma fazenda de 636 ha no Rio Grande do Sul e outra de 16.163 ha no Tocantins em torno de 2008, e vislumbrava expandir seus investimentos com dezenas de milhares de hectares a mais³ – e a empresa estatal da província de Chongqing (Chongqing Grain Group, CGG), que negociava aquisição de cerca de 200.000 ha no oeste da Bahia, o que os tornaria imediatamente em uma das principais empresas de produção de soja no Brasil (OLIVEIRA e HECHT, 2016).

Esta segunda foi especialmente responsável pelo alerta da sociedade civil brasileira e internacional, pois chegou a anunciar publicamente esse interesse antes mesmo de conseguir concluir os acordos de compra que estavam em negociação (CHADE, 2010;

³ Entrevistas pelo autor com executivos da Zhejiang Fudi na China e no Brasil, trianguladas com documentos de cartórios e governos estaduais e municipais no Rio Grande do Sul e Tocantins.

VALOR ECONÔMICO, 2010). Ainda mais, quando essas notícias geraram escândalo, a empresa não retraiu o anúncio, mas adicionou que construiria uma agroindústria para o processamento de soja na Bahia (BARRIONUEVO, 2011; DECIMO, 2011), buscando assim aliviar temores pois seus investimentos estariam gerando emprego e agregando valor dentro do Brasil.

Haviam também outros grupos empresariais buscando investimentos no agronegócio brasileiro, e dentre eles a estatal China National Agricultural Development Group (CNADG) e a privada Sanhe Hopeful Grain and Oil chamaram muita atenção por negociar publicamente com o governo estadual de Goiás. As reportagens da época indicavam que essas empresas buscavam investir cerca de US\$7.5 bilhões em produção, armazenamento, processamento, e escoação de soja no estado (O REPÓRTER, 2010; VITAL, 2010), um valor exorbitante e, como descobri através de investigação mais cautelosa com executivos dessas empresas e agentes do governo goiano, resolutamente exagerado.⁴

Na verdade, a CNADG buscava reproduzir seu modelo de investimento agrícola na África, baseado em pequenas bases de demonstração de técnicas e tecnologias agrícolas para alavancar a produção (e exportações) da região por produtores independentes, enquanto a Sanhe Hopeful buscava investimentos somente em infraestrutura de armazenagem para comercialização de soja. O governo estadual de Goiás, enquanto isso, buscava primariamente financiamento para dobrar a produção de soja no estado nas mãos de sojicultores goianos, ao molde do PRODECER acima citado. Embora o acordo não envolvesse diretamente a aquisição de terras, foi relatado como tal não só pela mídia, mas seguiu sendo erroneamente caracterizado assim ainda mesmo por acadêmicos (e.g. TODESCHINI e RYDLEWSKI, 2012; WILKINSON e WESZ JR., 2013; FALEIROS et al., 2014) como parte da “invasão chinesa” de 2010 e prova da participação, ou até mesmo “liderança” chinesa no surto de estrangeirização de terras no Brasil.

⁴ Entrevistas com executivos da CNADG e Sanhe Hopeful em Pequim, e membros do governo estadual em Goiânia.

O principal efeito dessa narrativa de escândalo, mesmo que equivocadamente atribuído a empresas chinesas, foi a (re) imposição de restrições à aquisição de terras por estrangeiros. As restrições promulgadas pela Procuradoria Geral da União, sob a liderança da administração federal do Partido dos Trabalhadores, restituíram normas de 1971 que haviam sido abandonadas na década de 1990. Com base na experiência da “invasão de madeiras asiáticas” durante a década de 1990, as restrições procuraram limitar todos investimentos estrangeiros diretos em áreas de 5.000 ha ou mais, forçando estrangeiros interessados em tais investimentos a tomar uma empresa brasileira como parceira majoritária (HAGE et al., 2012; PERRONE, 2013), e assim, portanto, responder às preocupações populares sobre a imaginada “invasão chinesa.” Em outros textos (OLIVEIRA, 2017; 2018a), demonstro e teorizo em maiores detalhes como estas narrativas internacionais e brasileiras a respeito da “invasão chinesa” foram produzidas dialeticamente, realçando a organização em rede de movimentos sociais e múltiplos outros atores. Nas próximas duas seções, analiso as vitórias e limitações desta articulação da narrativa em termos de resistência à entrada do capital agroindustrial chinês no Brasil.

4- As vitórias da resistência à apropriação Chinesa de terras

Embora os movimentos sociais dos sem terra e pequenos agricultores, assim como várias ONGs, notarem e criticarem imediatamente estas tentativas (reais e imaginárias) de estrangeirização, eles não estavam sozinhos em sua oposição à “invasão chinesa” no Brasil. Agronegócios do Norte Global (atuando seja no comércio ou produção de produtos agrícolas) tinham forte interesse em travar investimentos chineses, para poder continuar a agir como intermediários entre produtores brasileiros e importadores chineses. Além disso, os grandes donos de terras do Brasil queriam continuar expandindo suas propriedades e, portanto, também tinham interesse em expor e frear investimentos chineses, criando restrições que os forcem a assumir parceiros brasileiros como acionistas majoritários. Isso ficou evidente na

posição tomada pelas principais associações do agronegócio nos estados-chave do Mato Grosso (Famato, Aprosoja) e Bahia (AIBA). Ainda mais, grande parte dos pecuaristas e sojeiros brasileiros que arrendam terra vislumbravam a chegada do capital chinês como um fator que aquecia o mercado imobiliário demasiadamente, limitando assim sua margem de lucro. Foi essa ampla convergência de interesses que produziu a estranha aliança de conveniência entre atores tipicamente discordantes como o MST e lideranças do agronegócio em favor das restrições supracitadas, possibilitando atuação efetiva do governo federal nesta pauta.

Ou seja, apesar de erroneamente formulada em seu enfoque sobre a forma e protagonismo da China no processo de “estrangeirização” de terras no Brasil, esta narrativa conseguiu alavancar um movimento abrangente de camponeses e sem terra, ativistas de esquerda, jornalistas, e acadêmicos – que interpretavam a resistência à “invasão chinesa” como pilar da luta contra o avanço do capital transnacional no Brasil – junto com setores do agronegócio brasileiro, políticos nacionalistas de centro e direita, industrialistas brasileiros, e setores do agronegócio transnacional já bem enraizado no Brasil – que interpretavam a resistência à apropriação de terras por empresas chinesas como forma de evitar competição com seus próprios interesses em aumentar seu poder e investimentos no campo brasileiro.

Como consequência das restrições impostas em 2010, e o enfoque superlativo sobre a China na narrativa que estruturou esta política pública, a CNADG e Sanhe Hopeful abandonaram suas negociações com o estado de Goiás inteiramente, a segunda consolidando seu investimento na construção de um novo terminal graneleiro em Santa Catarina que driblava todo o enfoque territorial da narrativa contenciosa.⁵ Por sua vez, confrontados com

⁵ Apesar que jornalistas e pesquisadores caracterizaram esse movimento como uma “desistência” da produção de soja e “mudança” de interesse pela comercialização (LUCENA e BENNET, 2013; SANT’ANNA, 2014), minhas entrevistas citadas na nota anterior revelam que essas empresas sempre priorizaram a comercialização, e não a produção agrícola em larga escala.

o maior risco jurídico na aquisição de terras, a CGG abandonou as negociações pela compra dos 200.000 ha que já estavam com produção de soja (LUCENA e BENNETT, 2013), e fizeram um “contrato de parceria” que lhes dava controle de fato sobre uma fazenda menor e mais barata de 51,821 ha.⁶ No entanto, esta fazenda ainda não estava pronta para operações com produção de soja, e sofreu com menos chuva do que ideal para esta produção entre 2011 e 2013 – ainda mais, os administradores chineses tiveram grandes dificuldades com as condições de produção e gestão agrícola no Brasil, inclusive sendo deflagrados e multados pelo governo municipal por desmatamento ilegal.⁷

Simultaneamente, a empresa privada Fudi de Zhejiang, também sem conseguir avançar com nenhum lucro na produção de soja entre 2008 e 2011, decidiu abandonar seus planos de expansão no Brasil devido as novas restrições governamentais, e repassou (perante contratos na China, mas não no Brasil) suas terras para a CGG, que adquiriu essas propriedades a fim de expandir seus negócios sem atrair a atenção e resistência adicional.⁸ No entanto, devido a problemas políticos na China e a incapacidade de demonstrar a rentabilidade da operação depois de três anos, em última análise, desistiram de construir a agroindústria de processamento que haviam anunciado em 2011 (STAUFER, 2014; GUO e MYERS, 2017; POWELL, 2017). Portanto, a área de 100 ha que o governo municipal de Barreiras havia doado à CGG para construção desse projeto foi abandonada. Logo, militantes da Via Campesina notaram este fato e começaram a organizar junto ao

⁶ Entrevistas com executivos da CGG na China e no Brasil, e com corretores e parceiros brasileiros que articularam essa compra na Bahia. Estes fatos foram triangulados com documentos de cartório e governos municipais na Bahia.

⁷ Entrevistas com executivos e empregados da Chongqing Grain Group na Bahia, visita de campo a fazenda em questão, e documentos de governos municipais e estaduais na Bahia.

⁸ Entrevistas com executivos da Zhejiang Fudi e Chongqing Grain Group na China, trianguladas com documentos de tribunais da província de Zhejiang, China.

MST – que tem um acampamento de 200 famílias literalmente no outro lado da estrada deste terreno – para ocupar a área e demandar recursos para estabelecer uma cooperativa de processamento dos produtos de assentamentos de reforma agrária na região, e reaquecer também a luta contra estrangeirização de terras a nível nacional, exigindo ainda mais a desapropriação de outras fazendas maiores que já estavam sob controle estrangeiro ilegalmente.⁹

Apesar que esta área de 100 ha abandonada no oeste da Bahia estava sob contrato público, arcando despesa públicas e designado a ser revertido ao estado em caso de abandono, e, portanto, era evidentemente o terreno mais vulnerável à ocupação e o local mais fácil para se obter expropriação, diversas peculiaridades da descentralização do MST resultaram em uma atuação bastante distinta do movimento. Em 19 de outubro, 2015, centenas de militantes do MST ocuparam uma das propriedades da CGG, mas não seu maior latifúndio nem o terreno abandonado na Bahia – a ocupação se deu na menor fazenda da empresa, os 636 ha adquiridos da Fudi no Rio Grande do Sul. Após duas semanas de ocupação, o governo do Rio Grande do Sul ofereceu reassentar as famílias sem-terra em outras áreas bem maiores, e previamente consideradas para a reforma agrária. Apesar que nenhuma propriedade da CGG foi enfim expropriada, a ocupação forçou a empresa a abandonar seu projeto de produção agrícola no Brasil e reorientar seu empreendimento para simples exportação de soja.

Um resultado semelhante é evidente no caso da empresa Guanfeng de Shandong, que anunciou o estabelecimento de 50,000 ha de plantação e uma usina de processamento de óleo de dendê no estado do Pará (GUANFENG, s.d.; SHANDONG, 2009; HONG e LI, 2015, cf. SILVA et al. 2016), mas somente conseguiu comprar cerca de 6.000 hectares e iniciar produção em pequena parte desse território em 2012.¹⁰ Guanfeng também contou com

⁹ Entrevistas e visita de campo com militantes do MST e da Via Campesina no Brasil.

¹⁰ Entrevistas com executivos da Guanfeng no Brasil, e parceiros brasileiros no Pará, trianguladas com visitas de campo e dados de cartórios e governos

parceiros brasileiros para contornar restrições à aquisição de terras, mas não conseguiu operar lucrativamente sob sua própria direção, e logo se deparou com uma situação desastrosa: no final de 2014, sua má gestão causou uma interrupção de pagamentos aos trabalhadores, que responderam com uma greve por tempo indeterminado e centenas de processos trabalhistas.¹¹ Outro caso semelhante envolve a Sustainable Forest Holdings (Susfor), um fundo de investimento de investidores chineses e de Hong Kong, incorporado em Bermuda e listado na bolsa de valores de Hong Kong. Adquiriram uma empresa madeireira brasileira com 44.500 ha em 2009, e diante das restrições de 2010, buscaram e obtiveram, ao invés de compra de terras, um contrato exclusivo para extrair madeira de 200.000 ha que estavam para ser cobertos pela lagoa de uma nova hidroelétrica em Rondônia. No entanto, também sofreram problemas de gestão e entraram em conflito jurídico com seu próprio administrador brasileiro e com o estado de Rondônia, buscando então abandonar suas operações no Brasil já em 2014 (OLIVEIRA, 2017). Enquanto o MST e a Via Campesina conseguiram efetivamente expulsar a CGG da produção agrícola no Brasil, foi a resistência dos próprios trabalhadores e administradores brasileiros que atravancaram as operações nos casos da Susfor e Guanfeng, pelo menos até o final de meu trabalho de campo em agosto de 2015. Evidentemente, estas foram as principais vitórias da resistência à apropriação chinesa de terras no Brasil.

5- Os limites da resistência perante fusões e aquisições

Apesar das vitórias supracitadas, nesta seção analiso limitações perante outros agronegócios chineses que conseguiram investir efetivamente no agronegócio brasileiro através da aquisição de empresas brasileiras ou transnacionais que já estavam

municipais e estaduais no Pará.

¹¹ Entrevistas citadas em nota anterior, além de entrevistas com (ex-) trabalhadores da Guanfeng, trianguladas com visitas de campo e dados do tribunal de trabalho do Pará.

estabelecidas no país, inclusive com importantes ativos fundiários. Assim, os riscos jurídicos vinculados a (re)imposição de restrições à aquisição de terras por estrangeiros afetaram primariamente e desproporcionalmente os investidores chineses, enquanto empresas do Norte Global foram capazes de efetivamente driblar essas restrições expandindo os ativos de suas filiais brasileiras, e criando novos veículos corporativos com parceiros brasileiros que ofuscam aplicação das regulamentações governamentais, sendo as operações da SLC Agrícola, Agrifirma, Brasilagro, Adecoagro, El Tejar/O Telhar, V-Agro, Stora Enso, e dos fundos de investimento da Harvard e TIAA claros exemplos (FAIRBAIRN, 2015; OLIVEIRA e HECHT, 2016).

De fato, não houve consenso entre governantes, empresários, e acadêmicos chineses sobre a estratégia de buscar investimentos agrícolas no exterior através de aquisições de terras ou fusões e aquisições voltadas para comercialização (ZOU et al. 2010; ZHOU et al. 2011), mas foi a segunda estratégia que logrou melhores resultados por evitar resistência política e social. A principal empresa chinesa que conseguiu driblar as restrições brasileiras de 2010, por exemplo, foi a China National Cereals, Oils and Foodstuffs Corporation (COFCO), líder estatal no comércio e processamento de soja e grãos, que assumiu o controle de cerca de 145.000 ha com sua aquisição das transnacionais Noble Agri e Nidera. A Noble controlava já quatro usinas de cana-de-açúcar no estado de São Paulo, cada uma com cerca de 35.000 ha de canaviais próprios ou arrendados, enquanto a Nidera controlava vários terrenos menores nas regiões Sul e Centro-Oeste do Brasil para o desenvolvimento de sementes de soja e milho – mas seus principais ativos e áreas de atuação são armazéns e terminais portuários para comercialização e exportação de produtos agrícolas.¹² Enquanto a maioria da atenção da sociedade civil e Estado brasileiro estavam focadas no caso da CGG, as aquisições da Noble Agri e Nidera pela COFCO – a nível global, vale ressaltar,

¹² Triangulação de informações públicas das empresas com entrevistas com executivos de ambas empresas e visitas de campo.

incorporando as subsidiárias brasileiras como parte de um pacote integral – se deram legalmente como acordo de aquisição de “empresa brasileira” operada com capital estrangeiro. Portanto, opiniões legais disputariam se as restrições de 2010 se aplicavam no caso (HAGE et al. 2012; PERRONE, 2013; FAIRBAIRN, 2015). Lideranças nacionais do MST procuraram ajuda de militantes da Via Campesina para organizar manifestações e até mesmo uma ocupação dos canaviais adquiridos pela COFCO, pois descobriram que estes estavam endividados e sofrendo perdas operacionais, mas a mobilização não ocorreu.¹³

Houveram ainda outros casos significativos de investimentos chineses no agronegócio brasileiro via fusões e aquisições de empresas operando no processamento e comércio de insumos e produtos agrícolas. Um caso semelhante ao da COFCO, fora os extensivos canaviais, foi o investimento da empresa privada Hunan Dakang (Pengxin Group) nos ativos de comércio agrícola da empresa brasileira Fiagril em 2016. O maior de todos foi a aquisição da Syngenta pela ChemChina, que foi anunciado também em 2016. A Syngenta é a segunda maior produtora de sementes e agroquímicos do mundo, com forte controle de mercado e perspectivas muito substanciais de crescimento no Brasil. Outro caso importante é a *joint venture* entre a China Tobacco International e Alliance One, uma empresa comercial com sede nos EUA, que controla cerca de um terço do mercado mundial de tabaco em folha, e uma proporção semelhante no Brasil. Juntos, eles criaram a empresa China-Brasil Tabacos em 2012, incorporando logo de início contratos com 6.000 pequenos produtores, e em cerca de dois anos dobrando sua contratação com operações lucrativas. Apesar de não deter a propriedade das terras nas quais as 50 mil toneladas de tabaco que exporta são produzidas, a China-Brasil Tabacos consegue através de seus contratos controlar a produção de cerca de 22.000 ha sem ter nunca levantado oposição a seus investimentos e atuação no Brasil. Essa estratégia de controlar a produção do território mesmo sem deter o título de propriedade

¹³ Entrevistas com militantes e lideranças no MST e Via Campesina.

da terra - ou aquisição de controle (McKAY , 2018) – também foi efetivamente utilizada por empresas chinesas no ramo madeireiro, com destaque para o Brazil Timber Group, estabelecida no Brasil em 1999 e assim denominada deliberadamente para evitar chamar atenção e alavancar resistência contra estrangeirização.¹⁴

Mas a estratégia de fusões e aquisições, assim como uso de contratação de produtos sem investimento fundiário, não é exclusiva de empresas chinesas. De fato, são empresas dos EUA e do resto do Norte Global que lideram essa dinâmica, inclusive as *sogo shosha* (companhias de comércio geral de produtos agrícolas, minerais, e manufaturados) do Japão, e fundos de pensão e investidores institucionais dos EUA, especialmente a TIAA e Harvard (WILKINSON et al. 2012; PITTA e MENDONÇA, 2014; REDE DE JUSTIÇA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, 2015). Estimo que entre 2008 e 2016, um milhão de hectares passaram para controle estrangeiro por tais processos, especialmente nos setores de soja, cana-de-açúcar, e eucalipto (WILKINSON et al. 2012; OLIVEIRA e HECHT, 2016). Devemos concluir, portanto, que, apesar da força da narrativa que levou às restrições de 2010, apesar dos bravos esforços de movimentos sociais contra a estrangeirização de terras, assim como luta de trabalhadores e inspetores ambientais contra a má gestão de certas empresas, a resistência brasileira tem sido em grande parte incapaz de paralisar a grande maioria das aquisições de terras, por parte de empresas chinesas e não chinesas, desde 2008. Na verdade, uma atenção desproporcional ao investimento direto chinês em propriedades agrícolas parece ter distraído movimentos sociais do papel central do capital dos Estados Unidos, Europa e Japão, e escondeu os mecanismos de fluxo de capital que realmente deslocam centenas de milhares de hectares para o controle do capitalismo transnacional.

¹⁴ Maiores detalhes e referências aos dados de trabalho de campo e publicações nas quais análise deste parágrafo se baseia estão disponíveis em (OLIVEIRA, 2017).

6- Lições de resistência e alternativas agroecológicas

Em primeiro lugar, devemos reconhecer que a resistência dos movimentos sociais contra os casos mais proeminentes da apropriação de terras chineses foi eficaz, especialmente através da atuação em rede para trocas de informações estratégicas, e colaboração entre militantes do MST com raízes fortes em suas regiões com militantes da Via Campesina que demonstram capacidade de investigação de fluxos de capital internacional. No entanto, a campanha de mobilizações contra propriedades de empresas chinesas poderia ter sido melhor coordenada entre lideranças nacionais e locais. Sem tal coordenação efetiva, seu impacto foi limitado, especialmente considerando os ativos de empresas aparentemente brasileiras do ponto de vista da unidade de produção (e.g. usina e seus canaviais), mas incorporadas a um grande grupo empresarial chinês.

Em segundo lugar, devemos notar também que lutas de trabalhadores e até mesmo administradores brasileiros dentro das empresas surtiram forte efeito em alguns casos, mesmo não sendo parte de uma estratégia mais ampla de resistência à estrangeirização. Estas lutas ocorreram geralmente devido a ingerência de empresas chinesas que operam autonomamente, ou seja, sem incorporar efetivamente subsidiárias transnacionais ou brasileiras já em operação. De tal forma, estas empresas se tornaram vulneráveis a atuações ambientalistas e de seus próprios trabalhadores e administradores brasileiros que resistem violações pessoais e trabalhistas. No entanto, sendo que não estavam vinculadas à narrativa de resistência à entrada do capital agroindustrial chinês no Brasil, seja em seu próprio entendimento ou aos olhos do Estado e sociedade civil, tais desafios não foram capazes de desestruturar as operações de grandes empresas chinesas que conduziram tais investimentos. Estas últimas, por sua vez, evitaram tanto a narrativa contenciosa, como maiores disputas operacionais quando decidiram cooperar mais estreitamente com executivos brasileiros do agronegócio, que têm mais experiência e habilidade para esquivar-se de conflitos com normas trabalhistas e ambientais.

Em terceiro lugar, vale realçar que a foco desta narrativa em empresas chinesas foi um grande fator de desarticulação da resistência à apropriação de terras por estrangeiros no Brasil como um todo, pois investimentos chineses foram relativamente limitados perante o fluxo muito maior de investimentos oriundos do Norte Global.¹⁵ Além disso, um foco em investimentos diretos em propriedade fundiária, em vez de investimentos indiretos através de fusões e aquisições de empresas transnacionais ou locais, também afetou a capacidade de movimentos sociais imporem pressão no governo para regulamentar mais eficazmente o aumento de controle do capital transnacional sobre cadeias agroindustriais brasileiras (e indiretamente sobre seu território). Para resistência ser mais eficaz neste âmbito, seria necessário mudar as emendas constitucionais neoliberais dos anos 1990 que borram a distinção entre empresas estrangeiras e empresas brasileiras controladas por capital estrangeiro, e enfocar a resistência nos *fluxos de capital e reestruturação empresarial*, ao invés de aquisição de terras por si só. De fato, essa lição se desdobra pelo reconhecimento que as restrições de 2010 foram ineficazes não só contra a maioria dos investidores estrangeiros *fora os chineses*, mas que serviu de fato como um instrumento de poder dos grandes donos de terra e agronegócios brasileiros, que forçaram investidores estrangeiros a canalizar investimentos por parceiros e veículos corporativos brasileiros (A. OLIVEIRA, 2010; SCOTON e TRENTINI, 2011; OLIVEIRA, 2017, 2018a).

Todavia, minha pesquisa revelou também diversas alternativas agroecológicas que seguem negligenciadas nos estudos de relações Brasil-China no campo, e que poderiam ajudar a transformar narrativas da “ameaça chinesa” de “estrangeirização de terras” para os potenciais de cooperação Sul-Sul. Mudar o foco teórico e de narrativas políticas sobre investimentos agroindustriais (além da questão fundiária) permite não só uma melhor compreensão de como os investimentos chineses têm ocorrido no

¹⁵ Para análises quantitativas mais detalhadas, veja OLIVEIRA (2017; 2018a) e OLIVEIRA e HECHT (2016).

agronegócio brasileiro, bem como o investimento estrangeiro em geral, mas também revela alternativas agroecológicas importantes para cooperação Sul-Sul entre camponeses brasileiros e chineses. Como resultado de uma revolução camponesa e esforços para manter a agricultura de pequena escala com o desenvolvimento de técnicas e tecnologias apropriadas, os agricultores chineses desfrutam de muita força em setores como frutas, legumes, cogumelos e bambu. Os pequenos agricultores brasileiros poderiam se beneficiar imensamente com a transferência de tais tecnologias e experiências¹⁶, assim como os intercâmbios de agroecologia entre camponeses da América Latina já demonstram semelhantes resultados (G. OLIVEIRA, 2010).

Tomemos o bambu como exemplo. Tecnologias chinesas são exemplos de multiplicidade e eficiência no uso desta madeira: o bambu se caracteriza pelo crescimento mais rápido do que o eucalipto e requer menos água, pode fornecer alimentos a partir de brotos, celulose para papel, madeira para materiais de construção, e até mesmo madeira de alta qualidade para móveis e acabamento (DRUMOND E WIEDMAN, 2017). O Brasil tem importantes florestas de bambu natural que permanecem em grande parte não utilizadas, e também tem um grande potencial para a produção de bambu sustentável integrados a sistemas diversificados (Ibidem.). As empresas públicas de pesquisa agrícola no Brasil e China já buscaram cooperação neste setor, mas tais esforços têm sido infelizmente ignorados pelo setor empresarial e lideranças políticas.¹⁷ Um programa de bambu agroecológico com fundos públicos para pequenos agricultores brasileiros, como os já

¹⁶ Estas ideias e sentimentos foram expressados em várias entrevistas que fiz com diversos atores ao longo dos anos, incluindo diplomatas brasileiros como o ex-embaixador do Brasil na China Clodoaldo Hugueney, lideranças de movimentos sociais como o MST e Via Campesina, e jovens executivos chineses que buscam oportunidades de negócios além dos setores já consolidados.

¹⁷ Entrevistas com técnicos da EMBRAPA e da China Academy of Agricultural Sciences. Para maiores detalhes, veja também DRUMOND e WIEDMAN (2017).

contemplados pela Embrapa-Acre, poderia fornecer benefícios socio-econômicos e ecológicos significativos.

Outra alternativa agroecológica diz respeito à pecuária sustentável de jegues no semi-árido brasileiro. Couro de jegue é usado para produzir um valorizado medicamento tradicional chinês (*e'jiao*). E com o advento de motocicletas, jegues estão sendo abandonados nas estradas do nordeste do Brasil. Quando abandonados, estes jegues se tornam pragas nos campos de pastagem de cabra, e causam centenas de acidentes graves nas estradas. A partir de participação pessoal nas negociações, a convite da empresa chinesa e inicialmente do governo estadual do Maranhão, eu descobri que os assentamentos de reforma agrária do MST nesta região, especialmente no estado de Pernambuco, teriam interesse em receber recursos para ampliar sua cooperativa e abatedouro de cabras para incorporar processamento de jegues, visando a exportação desta carne e couro. Ainda mais, o MST no estado de Pernambuco articulou efetivamente a colaboração do governo estadual para recolher jegues abandonados e criá-los em pastos coletivos. Esta iniciativa poderia proteger simultaneamente a economia de assentamentos de reforma agrária no semi-árido, diversificando suas fontes de renda com pecuária sustentável, assim como o meio-ambiente e bem-estar dos jegues. Infelizmente, a empresa chinesa interessada no projeto é relutante em fazer o investimento antes das exportações estarem ativadas, e após o infeliz final do governo do Partido dos Trabalhadores, nosso projeto proposto aos governos estadual e federal foi abandonado devido a cortes de recursos para o desenvolvimento agrário de pequenos produtores e assentamentos de reforma agrária no Brasil.¹⁸ Sem recursos para avançar com um projeto socioeconomicamente sustentável, a iniciativa está sendo abandonada para abatimentos ilegais de jegues sem qualquer escrúpulo para exportação irregular (MACHADO, 2019), arriscando derrubar esta possibilidade antes mesmo que possa ser estruturada para cooperação Sul-Sul.

¹⁸ Maiores detalhes sobre esta articulação de negociações sobre esta possível parceria entre o MST e a empresa de medicina tradicional chinesa a base de couro de jegues está disponível em OLIVEIRA (2017).

Conclusão

Utilizando teorias de narrativas na estruturação de movimentos sociais e métodos de etnografia global, demonstrei como e porque a narrativa que “a China é uma grande força de estrangeirização de terras no Brasil” conseguiu articular um amplo e forte movimento de resistência à aquisições de terras por empresas chinesas no Brasil. Mas pelo outro lado, esta mesma narrativa – por limitar-se ao âmbito territorial deste fenômeno, devido aos termos de convergência de movimentos camponeses e de esquerda com forças do agronegócio brasileiro e transnacional – foi incapaz de desestruturar aquisições indiretas de terras por empresas chinesas que se estabeleceram pela aquisição de empresas transnacionais e brasileiras no Brasil.

De fato, grandes investimentos em terras agrícolas por empresas chinesas foram muito mais limitados do que muitos temiam no Brasil desde 2008, em parte devido à resistência ampla da sociedade civil, que impôs restrições que atingiram especialmente investidores chineses, e em parte devido a forte atuação dos movimentos sociais. Todavia, vale notar também que algumas empresas chinesas sofreram diante de resistência pontual de trabalhadores, administradores, e inspetores brasileiros devido à falta de experiência e ingerência das próprias empresas chinesas – mas esta resistência não se fortaleceu pois não pode se articular com o enfoque territorial da narrativa de resistência à “invasão chinesas”. Afinal, a mais extensa, mesmo que menos visível, aquisição de terras por uma empresa chinesa foi realizada através de mecanismos de fusões e aquisições que evitam as restrições do governo brasileiro e a resistência dos movimentos sociais.

Apesar dessa resistência, portanto, a propriedade estrangeira de terras no Brasil aumentou na última década, em sua maior parte devido a fusões e aquisições de empresas brasileiras por investidores dos EUA, Europa e Japão. Então, a narrativa em torno do papel supostamente preeminente do capital chinês no processo de estrangeirização de terras no Brasil serviu de certa forma para distrair a atenção popular dos avanços e até mesmo

grilagens ou outras formas de aquisição ilícita de território por atores do hemisfério Norte, em parceria com atores domésticos já historicamente imbricados nestes processos.

As narrativas estruturantes de movimentos de resistência à estrangeirização de terras, portanto, precisam ser recalibradas para fluxos de capital, especialmente oriundos do Norte Global, ao invés de investimentos diretos em propriedade fundiária. Ainda mais, ampliando nosso escopo das relações agroindustriais entre Brasil e China para além das preocupações com aquisição de terras nos permite não só uma melhor compreensão das formas e mecanismos pelos quais a maior parte do investimento chinês tem procedido de fato no agronegócio brasileiro, mas também revela importantes oportunidades de cooperação agroecológica entre nossos países, incluindo a transferência de técnicas e tecnologias agrícolas voltadas para produção diversificada e em pequena escala, bem como o comércio e cooperação em produtos de maior valor, mas em escala menor do que as *commodities* que atualmente dominam a relação Brasil-China, e que seguem controladas pelo agronegócio corporativo e transnacional.

Agradecimentos:

Agradeço à Mariana Ueta pelo apoio na preparação e revisão deste artigo, e às participantes do congresso internacional sobre a Terra e Território nas Américas, Universidade Externado em Bogotá, Colômbia, em agosto de 2016, pelos comentários sobre uma versão prévia deste artigo. Este trabalho foi financiado em parte pela Universidade da Califórnia em Berkeley, Center for Chinese Studies, e Institute for International Studies – Simpson Fellowship; BRICS Initiative for Critical Agrarian Studies; e Inter-American Foundation – Gressroots Development Fellowship. As opiniões aqui expressas não necessariamente refletem as opiniões dessas instituições.

Referências

BANCO MUNDIAL. **Rising global interest in farmland: Can it yield sustainable and equitable benefits?** Washington, DC: World Bank, 2010.

BARRIONUEVO, A. China's interest in farmland makes Brazil uneasy. **New York Times**, Nova Iorque, 26 mai. 2011. Disponível em <<https://www.nytimes.com/2011/05/27/world/americas/27brazil.html>> Acesso em 30 set. 2016.

BURAWOY, M.; BLUM, J.; GEORGE, S.; GILLE, Z.; THAYER, M. **Global Ethnography: Forces, Connections, and Imaginations in a Post-Modern World**. Berkeley, Califórnia: University of California Press, 2000.

CHADE, J. China negocia terras para soja e milho no Brasil. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 27 abr. 2010. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,china-negocia-terras-para-soja-e-milho-no-brasil,543390>> Acesso em: 30 set. 2016.

DARIAN-SMITH, E.; McCARTY, P. **The Global Turn: Theories, Research Designs and Methods for Global Studies**. Berkeley, Califórnia: University of California Press, 2017.

DAVIES, J.E. Narratives and Social Movements: The Power of Stories. In: J.E. DAVIES (org). **Stories of Change: Narratives and Social Movements**. Albany, NY: State University of New York Press, 2002, p. 3-30.

DECIMO, T. Grupo chinês vai investir R\$ 4 bi em processamento de soja na Bahia. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 18 mar. 2011. Disponível em <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,grupo-chines-vai-investir-r-4-bi-em-processamento-de-soja-na-bahia,59210e>> Acesso em: 30 set. 2016.

DRUMOND, P.; WIEDMAN, G. **Bambus no Brasil: Da biologia à tecnologia**. Rio Branco: Embrapa Acre, 2017.

FAIRBAIRN, M. Foreignization, financialization and land grab regulation. **Journal of Agrarian Change**, v. 15, n. 4, p. 581-591, 2015.

FALEIROS, R.; NAKATANI, P.; VARGAS, N.; GOMES, H.; TRINDADE, R.. A expansão internacional da China através da compra de terras no Brasil e no mundo. **Textos & Contextos**, v. 13, p. 58-73, 2014.

FERNANDES, B.M. Estrangeirização de terras na nova conjuntura da questão agrária. In **Conflitos no Campo Brasil – 2010**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2011.

GUANFENG (n.d.) 巴西项目(Projeto Brasil). **Shandong Guanfeng**. Disponível em: <<http://www.gfseed.com/about/?68.html>> Acesso 11 ago. 2016.

GUO, J.; MYERS, M. Chinese Agricultural Investment in Latin America: Less There Than Meets the Eye? In: M. Myers e C. Wise (orgs.). **The Political Economy of China-Latin America Relations in the New Millennium: Brave New World**. New York: Routledge, 2017, p. 92-114.

GRAIN. **Seized! The 2008 land grab for food and financial security**. Relatório. Barcelona: Grain, 2008.

GREENPEACE **Logging the Planet: Asian Companies Marching Across Our Last Forest Frontiers**. Amsterdam: Greenpeace International, 1997.

HAGE, F.; PEIXOTO, M.; VIEIRA FILHO, J. Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: uma avaliação jurídica e econômica. **Textos para Discussão** 114. Brasília: Centro para Estudos e Pesquisa do Senado Federal, 2012.

HART, G. Denaturalizing Dispossession: Critical Ethnography in the Age of Resurgent imperialism. **Antipode**, v. 38, n. 5, p. 977-1004, 2006.

HOFMAN, I; HO, P. China's "Developmental Outsourcing": A critical examination of Chinese global 'land grabs' discourse. **Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 1, p. 1-48, 2012.

HONG, X.; LI, H.T. 银行添薪巴西淘金冠丰海外建起5万公顷生产基地 (Bancos pagam pela busca de ouro da Guanfeng que está construindo uma base de produção com 50 mil hectares no Brasil). **Sohu.com**, Pequim, 13, ago. 2015. Disponível em: <http://www.sohu.com/a/27153667_118787> Acesso 2 mar. 2017.

LUCENA, A.; BENNETT, I. China in Brazil: The quest for economic power meets Brazilian strategizing. **Carta Internacional**, v. 8, n. 2, p. 38-57, 2013.

LUNDSTRÖM, M. **The Making of Resistance: Brazil's Landless Movement and Narrative Enactment**. Cham, Suíça: Springer, 2017.

MACHADO, L. Exportação de jumentos: venda do Brasil para a China vira caso de polícia. **BBC Brasil**, Rio de Janeiro, 19 de fevereiro, 2019. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47229667>> Acesso 20 fev. 2019.

McKAY, B. Control grabbing and value-chain agriculture: BRICS, MICs and Bolivia's soy complex. **Globalizations**, v. 15, n. 1, p. 74-91, 2018.

O ESTADO DE S. PAULO. Editorial: China compra terras no Brasil. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 3 ago. 2010. Disponível em <<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,china-compra-terras-no-brasil-imp-,589697>> Acesso: 30 set. 2016.

O REPÓRTER. Acordo entre Goiás e China prevê investimentos de US\$ 7 bilhões e incremento na produção de soja. **Jornal O Repórter**. Goiânia, 5 mai. 2011. Disponível em <<http://www.jornaloreporter.com.br/post/676/empresas-negocios/acordo-entre-goias-e-china-preve-investimentos-de-us-7-bilhoes-e-incremento-na-producao-de-soja>> Acesso: 30 set. 2016.

OLIVEIRA, A.U. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: Um retorno aos dossiês. **Agrária**, v. 12, n. 1, p. 3-113, 2010.

OLIVEIRA, G. de L. T. Boosters, brokers, bureaucrats, and businessmen: Assembling Chinese capital with Brazilian agribusiness. **Territory, Politics, Governance**, v. 7, n. 1, p. 22-41, 2019.

_____. Chinese land grabs in Brazil? Sinophobia and foreign investments in Brazilian soybean agribusiness. **Globalizations**, v. 15, n. 1, p. 114-133, 2018a.

_____. The battle of the beans: How direct Brazil-China soybean trade was stillborn in 2004. **Journal of Latin American Geography**, v. 17, n. 2, p. 113-139, 2018b.

_____. **The South-South Question: Transforming Brazil-China Agroindustrial Partnerships**. 2017. Tese (doutorado) – Universidade da Califórnia Berkeley, Departamento de Geografia, Berkeley, 2017.

_____. Regularização fundiária no Brasil e a “corrida mundial por terras”. **Revista Campo/Território**, v. 11, n. 22 p. 43-75, 2016.

_____. Land regularization in Brazil and the global land grab. **Development and Change**, v. 44, n. 2, p. 261-283, 2013.

_____. Prescrições agroecológicas para a crise. **Revista NERA (Núcleo de Estudos de Reforma Agrária)**, v. 13, n. 16, p. 33-47, 2010.

_____. Uma descrição agroecológica da crise atual. **Revista NERA (Núcleo de Estudos de Reforma Agrária)**, v. 12, n. 15, p. 66-87, 2009.

OLIVEIRA, G. de L. T.; HECHT, S. Sacred groves, sacrifice zones, and soy production: Globalization, intensification and neo nature in South America. **Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 2, p. 251-285, 2016.

OLIVEIRA, G. de L. T.; SCHNEIDER, M. The politics of flexing soybeans: China, Brazil, and global agroindustrial restructuring. **Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 1, p. 167-194, 2016.

PAHNKE, A.; TARLAU, R.; WOLFORD, W. Understanding rural resistance: contemporary mobilization in the Brazilian countryside. **Journal of Peasant Studies**, v. 42, n. 6, p. 1069-1085, 2015.

PEREIRA, L.; PAULI, L. O processo de estrangeirização da terra e expansão do agronegócio na região do MATOPIBA. **Revista Campo-Território**, v. 11, n. 23, p. 196-224, 2016.

PERRONE, N. Restrictions to foreign acquisitions of agricultural land in Argentina and Brazil. **Globalizations**, v. 10, n. 1, p. 205-209, 2013.

PITTA, F.; MENDONÇA, M. O capital financeiro e a especulação com terras no Brasil. **Mural Internacional**, v. 5, n. 1, p. 46-55, 2014.

POWELL, D. "China-Brazil Economic Relations: Too Big to Fail?" In: M. MYERS; C. WISE (orgs). **The Political Economy of China-Latin America Relations in the New Millennium: Brave New World**. New York: Routledge, 2017, p. 243-265.

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. **A empresa Radar S/A e a especulação com terras no Brasil**. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2015.

SAN MARTIN, P.; PELEGRINI, B. **Cerrados: uma ocupação Japonesa no campo**. Rio de Janeiro: Editora Codecri, 1984.

SANT'ANNA, L. Chineses desistem de plantar e agora financiam e exportam soja brasileira. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 2 jan. 2014, p. B1.

SAUER, S. Demanda mundial por terras: 'land grabbing' ou oportunidade de negócios no Brasil? **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 4, n. 1, p. 72-88, 2010.

SAUER, S.; BORRAS Jr., S. 'Land grabbing' e 'green grabbing': Uma leitura da 'corrida na produção acadêmica' sobre a apropriação global de terras. **Revista Campo-Território**, v. 11, n. 23, p. 6-42, 2016.

SCOTON, L.; TRENTINI, F. A limitação à aquisição de propriedades rurais por pessoas jurídicas de capital estrangeiro: grupos de interesse e efeitos socioeconômicos. **Anais do Primeiro Debate Acadêmico**: Congresso sobre Desenvolvimento. Brasília: IPEA, 2011, p. 1-19.

SHANDONG Federation of Industry and Commerce. 山东冠丰种业科技有限公司 (Shandong Guanfeng Seed Industry Technology Co., Ltd.). 2009. Disponível em: <<http://www.sdfic.com.cn/hyfc.asp?id=1801>> Acesso 2 mar. 2017.

SILVA, E.; MAGALHÃES, S.; FARIAS, A. Monocultivo de dendzeiros, capital transnacional e concentração de terras na Amazônia paraense. **Revista Campo-Território** v. 11, n. 23, p. 165-195, 2016.

STAUFFER, C. Big Chinese soy project in Brazil: so far, just an empty field. **Reuters/Chicago Tribune**, Chicago, 4 abr. 2014. Disponível em <www.chicagotribune.com/business/sns-rt-us-brazil-china-soybeans-20140404,0,929120.story> Acesso 10 abr. 2015.

TODESCHINI, M.; RYDLEWSKI, C. A invasão Chinesa. **Exame: Negócios**, v. 6, n. 62, p. 70-85, 2012.

VALOR ECONÔMICO. Chineses querem mais terras no Brasil. São Paulo, 27 abr. 2010. Disponível em <<http://farmlandgrab.org/post/view/15504>> Acesso: 30 set. 2016.

VIANA, G. **Relatório da Comissão Externa da Câmara dos Deputados Destinada a Averiguar a Aquisição de Madeireiras, Serrarias e Extensas Porções de Terras Brasileiras por Grupos Asiáticos**. 12 ago. 1998. Brasília: Congresso Nacional, 1998.

VITAL, N. Chineses fecham acordo de US\$7.5 bilhões com Goiás. **Exame**, Rio de Janeiro, 11 nov. 2010. Disponível em <<http://exame.abril.com.br/blogs/aqui-no-brasil/2010/11/11/chineses-fecham-acordo-de-us-75-bilhoes-com-goias-3/>> Acesso: 30 set. 2016.

WELCH, C. Resistindo a estrangeirização de terras na América Latina durante a Guerra Fria e a Era da Globalização. **Revista Campo-Território**, v. 11, n. 23, p. 285-332, 2016.

WILKINSON, J.; REYDON, B.; DI SABBATO, A. Concentration and foreign ownership of land in Brazil in the context of global land grabbing. **Canadian Journal of Development Studies**, v. 33, n. 4, p. 417-438, 2012.

WILKINSON, J.; WESZ JR., V. Underlying issues in the emergence of China and Brazil as major global players in the new South-South trade and investment axis. **International Journal of Technology Management & Sustainable Development**, v. 12, n. 3, p. 245-260, 2013.

ZHOU H.; LIU Y.; GUO J. 外商投资发展中国家土地的分析及对我国的启示 (Análise do investimento direto em terras em países em desenvolvimento e seus desdobramentos) **Zhongguo Ruanhexue (China Soft Science)**, v. 9, n. 41-54, 2011.

ZOU J.; LONG H.L.; HU Z. 国际土地资源开发利用战略初探 (Estudo preliminar das estratégias para participação da China na exploração de recursos fundiários no exterior) **Ziyuan Kexue (Resource Science)**, v. 32, p. 1006-1013, 2010.

A “unidade dos contrários” na análise dos fluxos e impactos ambientais das relações Brasil-China

*Luiz Enrique Vieira de Souza*¹

*Alina Mikhailovna Gilmanova Cavalcante*²

Resumo: A partir da análise da balança comercial e dos investimentos chineses no Brasil, este trabalho apresenta uma discussão acerca dos fluxos e impactos ambientais das relações Brasil/China. A originalidade de nossa proposta consistiu em lançar mão da “unidade dos contrários” enquanto categoria analítica que aborda os processos de degradação ambiental e os vetores de modernização ecológica enquanto dimensões de uma mesma totalidade. Os dados que fundamentam o artigo incluem nove entrevistas semi-estruturadas com diferentes atores vinculados à questão ambiental, realizadas em Pequim entre novembro de 2015 e julho de 2018.

Palavras-chave: Unidade dos contrários. Sociologia dos fluxos ambientais. Teoria dos sistemas-mundo. Conflitos socioambientais. Riscos.

Abstract: Based on the analysis of the trade balance and the Chinese investments in Brazil, this work presents a discussion about the environmental flows and impacts in Brazil/China relations. The originality of our proposal was to use the ‘unity of opposites’ as an analytical category that addresses the processes of environmental degradation and the vectors of ecological modernization as dimensions of the same totality. The data that base the article include nine semi-structured interviews with different actors related to the environmental issue, held in Beijing between November 2015 and July 2018.

Keywords: Unity of opposites. Sociology of environmental flows. Theory of world-systems. Social and environmental conflicts. Risks.

¹ Doutor em sociologia pela USP e professor do departamento de sociologia da UFBA.

² Doutora em ciências sociais pela Unicamp e pesquisadora do Institute of Electrical Engineering/Chinese Academy of Sciences.

Resumen: A partir del análisis de la balanza comercial y de las inversiones chinas en Brasil, este trabajo presenta una discusión acerca de los flujos e impactos ambientales de las relaciones Brasil/China. La originalidad de nuestra propuesta consistió en lanzar la “unidad de los contrarios” como categoría analítica que aborda los procesos de degradación ambiental y los vectores de modernización ecológica como dimensiones de una misma totalidad. Los datos que fundamentan el artículo incluyen nueve entrevistas semiestructuradas con diferentes actores vinculados a la cuestión ambiental, realizadas en Pekín entre noviembre de 2015 y julio de 2018.

Palabras clave: Unidad de los contrarios. Sociología de los flujos ambientales. Teoría de los sistemas-mundo. Conflictos socioambientales. Riesgos.

1. Introdução

No município de Canaã dos Carajás (PA), um grupo de engenheiros chineses acompanha a movimentação de uma frota de empilhadeiras, retomadoras e outras máquinas de grande porte nas proximidades de uma usina de beneficiamento de minério de ferro. Os equipamentos que, em plena selva amazônica, raspam o fundo de uma gigantesca mina para extrair o minério são de origem chinesa, assim como a maioria dos vagões que o transportam até São Luís do Maranhão e o navio cargueiro que finalmente atracará nos portos de Dalian, Caofeidian e Qingdao. Já nas fábricas chinesas, o material será transformado em guindastes, máquinas de perfuração e *smartphones*, que retornarão ao Brasil para abastecer os setores de energia, construção e varejo. Da mina onde se inicia essa cadeia produtiva são extraídas 90 milhões de toneladas do metal por ano, que deixam como rastro ambiental buracos enormes no solo amazônico, rios assoreados e contaminados, cavernas e lagos naturais destruídos, além de prejuízos para a biodiversidade e acirramento de conflitos agrários (DIÁLOGO CHINO, 2017).

A China figura como principal destino do minério de ferro extraído no Brasil, respondendo por 57,6% de todas as vendas realizadas pela Vale em 2016. Esse comércio enquadra-se num contexto mais amplo em que os chineses tornaram-se os principais parceiros comerciais do Brasil, com transações bilaterais num volume de US\$ 74,8 bilhões e balança comercial de US\$ 20,2 bilhões em favor dos brasileiros em 2017 (UN COMTRADE, 2018). Na

realidade, trata-se de um processo de intensificação dos negócios realizados entre os dois países que remonta ao início da década passada e que tem como um de seus aspectos centrais a exportação de *commodities* alavancada pelas altas taxas de crescimento da economia chinesa (Gráfico 1).

Nesse sentido, o objetivo do presente artigo é contribuir para o debate a respeito das consequências ambientais que se desencadearam enquanto subproduto da aceleração do metabolismo econômico sino-brasileiro. Isso porque os impactos ambientais dos investimentos chineses em solo brasileiro abarcam uma série de atividades em que a mineração de ferro aparece como apenas um entre vários elos de degradação ecossistêmica. Pesquisas recentes indicam que a mudança dos hábitos alimentares e o maior consumo de proteína animal entre a população chinesa possui forte correlação com as dinâmicas de desmatamento da Amazônia (FEARNSIDE *et* FIGUEIREDO, 2015), e que o capital de empresas chinesas tem desempenhado um papel cada vez mais decisivo em projetos de infraestrutura de caráter socioambiental controverso (MORENO, 2015).

Mais do que apresentar argumentos que ilustram as dimensões transfronteiriças dos problemas ambientais, pretendemos tomar os impactos ecológicos das relações econômicas entre Brasil e China como ponto de apoio para descortinar as tendências contraditórias pelas quais as linhas de força da globalização têm moldado as estratégias chinesas de governança ambiental. Dessa forma, após explicitarmos na próxima seção o enquadramento teórico de nosso problema, demonstraremos como as consequências ecológicas da admissão da China à *Organização Mundial do Comércio* (OMC) em 2001, juntamente com o aumento de protestos da sociedade civil contra a severa e generalizada deterioração ambiental naquele país, levaram o governo chinês a substituir a retórica que até então traçava uma nítida hierarquia entre desenvolvimento econômico e meio ambiente (*development first*) por um novo discurso que visa promover o “progresso ecológico” como pilar da economia e da estabilidade política e social (STATE COUNCIL, 2015).

No entanto, paralelamente à cooperação com os países desenvolvidos no campo das “tecnologias limpas” e à adoção de processos produtivos mais afinados com parâmetros internacionais de regulamentação ambiental, verificou-se que o maior protagonismo na economia global também acarretou o aumento da pressão sobre o meio ambiente – refletida num aumento significativo das emissões de carbono, na péssima qualidade do ar respirado nas grandes cidades da China e no agravamento dos indicadores relativos à qualidade do solo e dos recursos hídricos no seu território (FERREIRA, 2017). Em vista disso, apresentaremos na quarta seção dados que corroboram o ponto de vista segundo o qual – juntamente com as diretrizes de readequação estrutural da economia chinesa em prol da inovação tecnológica voltada para a mitigação de impactos e de maiores estímulos para a expansão do setor de serviços – traçou-se uma estratégia que visa realocar geograficamente uma parcela dos ramos mais poluentes da indústria e do setor primário tanto para as províncias periféricas de menor desenvolvimento socioeconômico como para outros países do Sul Global.

Na quinta seção, o leitor encontrará o núcleo deste artigo, onde explicitaremos que o lugar ocupado pelo Brasil na divisão internacional do trabalho representa um elemento chave para a compreensão de fatores que ocasionam degradação ecológica e a proliferação de conflitos socioambientais. Demonstraremos como o papel desempenhado pelo Brasil nesse “sistema-mundo” permite à China dispor de amplas reservas de matérias-primas, além de mitigar danos ambientais em seu território ao tomar a produção agropecuária brasileira como ponto estratégico para a garantia de sua “segurança alimentar”. Por outro lado, discutiremos os impactos ambientais que acompanham a maior inversão de capitais chineses em projetos de infraestrutura, particularmente no setor energético e na logística para escoamento de *commodities*.

O esforço de reconstruir as consequências ambientais das relações com a China a partir da síntese de suas múltiplas determinações significará, porém, que nossos argumentos não devem restringir-se a uma compilação de denúncias sobre os

efeitos ecológicos negativos da sua presença no Brasil. Para uma compreensão desse problema em sua totalidade também se faz necessário atentar para as contribuições positivas do dragão asiático para nossas políticas ambientais e de outros países em desenvolvimento, particularmente no campo das energias renováveis. Assim sendo, apresentaremos a noção de “unidade dos contrários” enquanto uma categoria analítica que permite sublinhar os aspectos contraditórios do papel chinês na governança ambiental global, com ênfase para seu significado no cenário brasileiro. Ao abordar nosso problema sob essa ótica, estaremos em condições de propor uma alternativa teórico-metodológica que incorpore criticamente os argumentos válidos da “teoria dos sistemas-mundo” (WALLERSTEIN 2004; KICK *et* JORGENSON, 2003) e da “sociologia dos fluxos ambientais” (SPAARGAREN *et al.*, 2006), sem recair em suas respectivas lacunas e pressupostos unilaterais.

Os dados que fundamentaram nossa análise foram obtidos por uma combinação de fontes primárias e secundárias. Nossas fontes secundárias incluem livros e artigos científicos, bem como documentos oficiais e reportagens da imprensa internacional, ao passo que as primárias referem-se a um conjunto de entrevistas semi-estruturadas com duas representantes do governo chinês para o setor energético, um professor de sociologia ambiental da *Renmin University*, três Organizações (Não)-Governamentais³ e

³ Os limites e o escopo deste artigo não permitem uma discussão aprofundada sobre o caráter das ONGs na China. No entanto, um traço importante dessas organizações traduziu-se pelo uso do termo GONGO (*Government-Organized Non-Governmental Organization*), um paradoxo que reflete os limites de sua autonomia em relação ao governo chinês. As ONGs por nós entrevistadas apresentam perfis distintos: 1) *All China Environmental Federation* representa o discurso oficial e possui vínculos com o governo chinês; 2) *China Dialogue* é uma organização sino-britânica que investiga os impactos ecológicos da China nos países em desenvolvimento e 3) *Greenpeace East Asia*, vertente asiática da organização ambientalista de mesmo nome que possui uma rede global de ativistas. No caso das duas últimas, foram realizadas duas entrevistas em períodos distintos.

representantes da Embaixada Brasileira em Pequim, que foram realizadas em dois intervalos (novembro de 2015 a fevereiro de 2016 e entre maio e julho de 2018).

2. A “unidade dos contrários” como aporte teórico-metodológico para o debate sobre meio ambiente, globalização e desenvolvimento econômico

A assim chamada “Sociologia dos Fluxos Ambientais” (SFA) apresenta-se como um esforço para compreender no plano teórico os fluxos de energia, água, dejetos, biodiversidade e material genético em sua dimensão transfronteiriça. Essa perspectiva foi desenvolvida por um grupo de sociólogos – Mol, Spaargaren, Buttel, Jänicke – que se notabilizaram durante as décadas de 1990 e 2000 por terem formulado o arcabouço teórico-conceitual e a agenda de pesquisas da “Teoria da Modernização Ecológica” (TME), que viria a tornar-se a corrente *mainstream* da sociologia ambiental nesse período. De certa maneira, a SFA constitui um desdobramento “cosmopolita” da TME, que havia sido criticada pelo seu caráter eurocêntrico e por não enfatizar de maneira adequada a externalização geográfica dos custos ambientais em sua relação com a globalização da produção e do consumo (SPAARGAREN *et al.*, 2006).

Esses autores inspiraram-se nas contribuições de Manuel Castells, John Urry e Saskia Sassen para a sociologia da globalização e conceitualizaram os “fluxos ambientais” não apenas em sua dimensão material, como também a partir da emergência de redes globais por meio das quais circulariam as informações, capitais, bens e tecnologias voltados para a efetivação de uma “racionalidade ecológica”. Dessa forma, os “fluxos ambientais” foram apresentados sob uma dupla perspectiva que descrevia o escoamento dos recursos naturais e a causalidade dos impactos ambientais para além dos limites territoriais do Estado-nação, ao mesmo tempo em que buscava apreender os fluxos de expertise, “produtos verdes”, conceitos de gerenciamento ambiental, esquemas de certificação ecológica, assim como a circulação global de ativistas e organizações ambientalistas.

Apesar disso, a SFA não conseguiu equacionar de maneira satisfatória a principal contradição da TME. Isso porque seu foco analítico concentrou-se na variedade de mecanismos pelos quais a globalização pode resultar na transmissão de marcos ambientalistas para a formulação de políticas públicas, instrumentos para o aprimoramento da governança ambiental e de tecnologias formatadas segundo critérios ecológicos, mas não concedeu a devida atenção ao fato de que esses progressos vieram historicamente acompanhados pela deterioração dos principais indicadores ambientais. Ao invés de repensarem as premissas da TME à luz dessas evidências, os representantes da SFA questionaram a pertinência dos modelos clássicos de análise dos fluxos em termos biofísicos, criando assim um fosso entre a dimensão institucional dos problemas ambientais e a dimensão material e objetiva dessas questões tal como formuladas pelos modelos de análise ecossistêmica que sublinham os limites da resiliência planetária.

Uma segunda vertente de estudiosos que se dedicou a investigar as questões ambientais em suas relações com o processo de globalização constituiu-se a partir dos trabalhos elaborados segundo a égide da “Teoria dos Sistemas-Mundo” (TSM). Tal perspectiva fundamentou-se na obra de Immanuel Wallerstein (2004), que problematizou as dinâmicas de acumulação do capitalismo com base numa divisão internacional do trabalho em que os países centrais concentrariam a produção altamente especializada e capital-intensiva, enquanto os países da semi-periferia e da periferia expressariam diferentes combinações entre a produção industrial com baixo nível de especialização e atividades voltadas para a exploração de matérias-primas. Assim, com base numa série de conferências realizadas em 1997 no âmbito da *American Sociological Association* (ASA) e posteriormente reunidas sob o título “*Ecology and the World-Systems*”, levou-se a cabo uma proposta de rearticulação dos instrumentos teórico-conceituais da TSM para fundamentar a análise dos problemas ambientais em suas relações com a dinâmica global da acumulação capitalista.

Os modos globais de produção e acumulação estão intimamente relacionados com a degradação ambiental (e.g. extração de recursos naturais e múltiplas formas de poluição na produção de mercadorias). Além disso, o modelo de exploração centro-periferia oferece explicações úteis e historicamente fundamentadas para diferentes resultados ambientais e ecológicos, de modo que a degradação pode ser vista como causa e consequência do subdesenvolvimento em regiões periféricas [(KICK *et* JORGENSON, 2003), tradução nossa].

Mesmo que nosso objetivo não seja realizar uma crítica exegética dos modelos teóricos discutidos acima, vale ressaltar que a TSM apresenta vantagens em relação à SFA porque vincula o escoamento de recursos naturais e os processos de poluição ao lugar ocupado pelos diferentes países – ou mesmo pelas diferentes regiões no interior de um mesmo país – na divisão internacional do trabalho. Além disso, a TSM apresenta um caráter histórico que aborda o processo pelo qual alguns países ascendem da periferia ao centro da acumulação capitalista e assim reestruturam as dinâmicas ambientais globais – algo que nos ajuda a compreender como a China, em sua condição de país que disputa a hegemonia na economia mundial, paulatinamente implementa ações de reestruturação produtiva que visam abandonar a posição de receptáculo da poluição dos países desenvolvidos, mas que se refletem objetivamente em impactos ambientais negativos em outras nações do Sul Global.

Essa perspectiva orientou importantes trabalhos que, de maneira direta ou indireta, tematizaram o problema dos impactos ambientais subjacentes às relações entre Brasil e China (BOMBARDI, 2017; NETO, 2016; MORENO, 2015). Apesar disso, uma importante limitação das pesquisas conduzidas segundo os pressupostos da TSM tem sido a incorrência num princípio unilateral de causalidade que explicita a degradação provocada pelos países do centro naqueles que ocupam uma posição mais periférica no sistema-mundo, sem contudo tematizar a relação

inversa, expressa nos prejuízos ambientais arcados pelos países que ocupam uma posição hierarquicamente superior na divisão internacional do trabalho ao fornecerem os produtos de alto valor agregado para aquelas nações menos robustas do ponto de vista de sua infraestrutura industrial. Isso significaria, por um lado, mapear os rastros ecológicos que a demanda brasileira por produtos eletroeletrônicos, aditivos químicos e maquinário deixam no território chinês – afinal de contas, se o aumento do volume de relações comerciais entre os dois países apontam cada vez mais para uma *China made in Brazil*, tampouco devemos olvidar o *Brazil made in China*, sob pena de incorrer em análises maniqueístas e sinofóbicas. Por outro lado, significaria reconhecer que, no caso de diversas cadeias produtivas – como, por exemplo, aquelas atividades que implicam o uso de agrotóxicos e a emissão de gases responsáveis pelo efeito estufa – os impactos ambientais transcendem a dimensão territorial e produzem riscos eminentemente globais.

Contudo, a principal lacuna das pesquisas orientadas pelos pressupostos da TSM consiste em sublinhar a degradação e a produção de riscos decorrentes da globalização econômica, desprezando os efeitos colaterais positivos e as iniciativas de cooperação internacional que buscam formular e implementar ações concretas para responder aos desafios ambientais. Não se trata, obviamente, de subscrever o autoengano característico dos expoentes da SFA e escamotear as evidências de que na relação entre os impactos positivos e negativos, os últimos superam largamente os primeiros em escala, velocidade e aceleração (MARQUES, 2016). Mas, mesmo sem perder de vista as questões relativas aos limites ecossistêmicos, nossa proposta de analisar os fluxos e impactos ambientais das relações Brasil/China sob o prisma da “unidade dos contrários” visa ressignificar uma categoria de análise dialética que nos permite abordar os processos de degradação e reforma ambiental de maneira não compartimentalizada.

3. As dimensões globais do meio ambiente na China e seus dilemas para a construção de uma “civilização ecológica”

Em seu estudo sobre as consequências ecológicas da internacionalização da economia chinesa, Abigail Jahiel (2008) demonstrou que tanto as reformas implementadas por Deng Xiaoping no final da década de 1970 como o acesso do país à *Organização Mundial do Comércio* trouxeram resultados contraditórios no que diz respeito à governança ambiental na China. No período entre 1978-2001, observou-se que a abertura chinesa favoreceu o acesso a tecnologias menos poluentes e a práticas avançadas de gerenciamento ambiental. Medidas foram levadas a cabo nas companhias estatais e empresas de maior porte para reduzir os níveis de poluição, e buscou-se adotar os parâmetros internacionais ISO 14000 para aumentar a competitividade chinesa nos mercados dos países desenvolvidos. Apesar disso, o vasto incremento na escala da produção agravou a qualidade do meio ambiente. A ânsia pela conquista dos mercados estrangeiros elevou consideravelmente a exploração dos recursos naturais e o país tornou-se receptáculo da poluição estrangeira, seja pela realocação de empresas estrangeiras com alto impacto ecológico, seja pelo comércio de resíduos sólidos vindos dos países do Norte.

A admissão da China na OMC deu lugar a um processo análogo: se, por um lado, aprofundaram-se os esforços de transferência tecnológica e organizações ambientalistas internacionais puderam engajar-se na preservação local, houve também, por outro lado, um maior acesso dos chineses ao uso de pesticidas e fertilizantes químicos, além de degradação resultante dos processos fabris destinados a responder à voracidade global por produtos *made in China*. As emissões de CO₂ galoparam e a concentração de material particulado (PM 2.5) afetou a saúde pública, com cerca de 4 mil óbitos por dia em virtude de complicações resultantes da poluição atmosférica (GREEN *et* STERN, 2017).

O tema da “justiça ambiental” mostra-se relevante no contexto chinês porque existe uma certa sobreposição entre os

fenômenos de deterioração ambiental e o perfil socioeconômico das vítimas da poluição. A despeito da ubiquidade desse problema, as vítimas da degradação estão majoritariamente situadas nas áreas rurais, isto é, os mais afetados pela mineração e pela má qualidade do solo e da água são os moradores de baixa renda do interior, que não possuem tratamento médico ou assistência social adequada (HONG, 2016). Porém, mesmo que se tenham registrado protestos espontâneos nas diferentes regiões do país, foram as mobilizações nas grandes cidades que alcançaram maior visibilidade e paulatinamente forçaram o governo a readequar sua política ambiental. “Eles foram para as ruas. Quero dizer, nos últimos anos houve vários grandes protestos em Shanghai, Kunming, Chengdu. Por toda parte, especialmente contra as grandes empresas químicas que se planejava construir nessas cidades. E, em muitos casos, o governo recuou” [(MA, 2016), nossa tradução].

Os protestos da sociedade civil pela melhoria da qualidade do ar respirado nas grandes cidades, aliados ao imperativo pela redução dos gastos com combustíveis, levaram o governo chinês a estabelecer metas ambiciosas no campo da eficiência energética. A partir do décimo primeiro plano quinquenal, o governo implementou um amplo programa que disponibilizava empréstimos para que as empresas substituíssem seu velho maquinário por tecnologias mais racionais do ponto de vista da conservação energética. Além disso, adotou-se um sistema que recompensava as fábricas bem-sucedidas no campo do gerenciamento do uso de energia, ao mesmo tempo em que penalizava com o desativamento as mais retardatárias. Os resultados dessa iniciativa demonstraram que o governo foi amplamente exitoso no sentido de reduzir o consumo de energia por unidade de PIB, mas pouco efetivo em termos da percepção pública a respeito da poluição atmosférica, uma vez que a energia virtualmente poupada com a sofisticação tecnológica do maquinário foi utilizada para elevar o volume da produção industrial (GU, 2015).

Já em relação à matriz energética, o governo comprometeu-se a ampliar o peso relativo do setor não fóssil para 20% em 2020

e atingir o pico de emissões de CO₂ em 2030. Tal objetivo expressa as obrigações voluntárias firmadas pela China na Convenção-Quadro das Nações Unidas para Mudanças Climáticas (2015), assim como o propósito de alargar sua participação no mercado internacional de energias renováveis (SHI, 2015). Contudo, além de prever maiores investimentos em projetos ambientalmente controversos e prenhes de riscos, como a construção de usinas nucleares e grandes hidrelétricas, o aspecto contraditório dessa política reside no fato de que – conforme discutiremos na próxima seção – a tentativa de limitar o consumo de carvão em seu território não impediu a China de anunciar um grande número de investimentos em termelétricas em outros países do Sul Global. Pelo contrário, bancos e empresas chinesas encontram-se no momento envolvidas em pelo menos setenta e nove projetos de usinas a carvão, com capacidade superior a 52 GW (WALKER, 2016).

No plano institucional, o Partido Comunista Chinês promoveu uma revisão constitucional em 2012 que elencou a construção de uma “civilização ecológica” como uma de suas diretrizes, sublinhando a importância da conservação dos recursos naturais e da proteção ao meio ambiente como eixos centrais de suas políticas. O governo dedicou-se ainda ao aperfeiçoamento da “Lei de Proteção Ambiental”, de modo que a partir de 2015 passou a vigorar um enquadramento legal mais rigoroso e abrangente, endurecendo as penalidades para os crimes ambientais e firmando um sistema de litígio público em que se ampliava a participação da sociedade civil nas disputas relativas ao meio ambiente. A nova legislação exigia ainda maior transparência das instâncias locais na disposição dos dados e um mecanismo coordenado de controle da poluição que perpassasse diversos setores da administração (GAO, 2015).

Esse processo culminou com a publicação do décimo terceiro e “mais verde dos planos quinquenais” (NPC, 2016). O documento atribuiu forte ênfase ao desenvolvimento sustentável e, entre seus vinte e cinco compromissos prioritários, instituiu dez objetivos relacionados com a proteção do meio ambiente. Mais

do que isso, o plano traçou uma estratégia de reestruturação da economia chinesa que visa fortalecer o setor de serviços e aumentar a contribuição da ciência e tecnologia para o avanço da economia chinesa, ou seja, altos investimentos em inovação e na produção de bens com alto valor agregado, em detrimento dos setores fabris com maior impacto ecológico.

Diante desse novo cenário, existem duas questões que podem nortear uma futura avaliação de balanço dos objetivos estabelecidos no décimo terceiro plano quinquenal: 1) em que medida a melhoria na qualidade do meio ambiente se verificará de maneira generalizada ou, pelo contrário, serão registrados progressos nas cidades mais afluentes com uma redistribuição concomitante da poluição entre as províncias periféricas? 2) A China repetirá a trajetória daqueles países desenvolvidos que promoveram avanços ambientais em seus territórios enquanto deslocavam as atividades ecologicamente degradantes para países mais pobres?

4. A dialética entre “inflexão verde” e externalização geográfica da poluição nas relações da China com o Sul Global

De acordo com as estatísticas oficiais do governo chinês, estima-se que o dragão asiático importará no período entre 2016-2020 um volume de *commodities* equivalente a US\$ 10 trilhões e que seus investimentos globais somarão US\$ 500 bilhões (NPC, 2016). Tal expansão visa consolidar a hegemonia chinesa no plano econômico e traduzí-la em maior peso geopolítico, mas também não deixa de ser uma estratégia para responder aos imperativos de acumulação de capital com menor pressão sobre a capacidade de suporte dos seus ecossistemas regionais. Em outras palavras, os investimentos globais da China favorecem a conservação de recursos naturais na medida em que permite escoar de outras regiões do mundo uma parcela mais significativa dos produtos primários consumidos em seu país, além de deslocar geograficamente certos processos produtivos que implicam a descarga de poluentes e toxinas no meio ambiente. Dessa forma, as

assimetrias no plano econômico assumem também uma dimensão ecológica, embora suas vantagens sejam anuladas no que tange aos riscos globais, como as mudanças climáticas e a contaminação dos alimentos (BECK, 2011).

Esse argumento pode ser evidenciado pela iniciativa “Um Cinturão, Uma Rota” (UCUR), um conjunto de mega-projetos referenciado na antiga “Rota da Seda”, que a partir da dinastia Han interligou por vias terrestres e marítima o Extremo Oriente com o Golfo Pérsico, o Chifre da África e a Europa. Em sua versão contemporânea, UCUR canaliza investimentos chineses para empreendimentos de infraestrutura energética, redes de transportes e criação de parques industriais que abarcam mais de sessenta países, os quais apresentam via de regra baixos índices de desenvolvimento socioeconômico e legislações ambientais menos rigorosas que a dos países desenvolvidos. Não por acaso, as tentativas do governo chinês de promover uma “inflexão verde” em sua estrutura produtiva implicaram uma realocação de parte importante daquelas indústrias altamente poluentes e com problemas de excesso de capacidade – cimento, aço, químicos – para outros territórios da Eurásia (TRACY *et al.*, 2017).

Um processo menos recente, mas que expressa uma dinâmica análoga, remonta às políticas de controle florestal implementadas em 1998. Após identificar que a severidade das enchentes ocorridas naquele período estava associada com as atividades de extração madeireira – que reduziam a capacidade de absorção da água e contribuíam para a erosão do solo – o governo chinês decidiu proibir o desmatamento e aperfeiçoar suas práticas de manejo florestal. No entanto, como a demanda chinesa por madeira continuou numa curva ascendente – assim como a demanda dos países desenvolvidos para os quais a China fornecia móveis e outros produtos florestais (EUA, UE e Japão) –, o resultado da nova legislação traduziu-se num aumento das importações, que saltaram de 12,6 milhões (1997) para 40,2 milhões de metros cúbicos de toras de madeira (2003). Esses números aumentaram ainda mais nos anos seguintes e representaram um impacto significativo sobre as florestas de países do Sudeste Asiático, muitos dos quais governados por autoridades corruptas

e que possuem baixa capacidade institucional para combater o desmatamento ilegal (LANG *et* CHAN, 2006).

Em sua pesquisa a respeito dos impactos ambientais dos investimentos chineses na África, David Shinn (2016) salientou que existe uma enorme variação entre os países africanos no que tange à legislação e ao compromisso com a preservação do meio ambiente. Porém, mesmo entre os países mais avançados, a falta de recursos para a implementação dos programas de conservação tende a ser uma barreira para que essas diretrizes se façam valer. A fragilidade institucional amplifica os riscos de degradação, pois a maioria dos investimentos chineses concentra-se em setores da economia particularmente vulneráveis do ponto de vista ecológico. Em 2002, o Gabão designou um quarto de seu território como reservas naturais para a proteção de florestas originárias que abrigam um vasto espectro de biodiversidade, mas grupos ambientalistas locais acusaram a estatal chinesa SINOPEC de dinamitar e poluir o Parque Nacional e destruir a floresta para a construção de novas estradas. Paralelamente, outras companhias estatais chinesas aportaram capitais em projetos de mineração na República Democrática do Congo, Guiné e Zâmbia, que geraram resíduos sólidos e líquidos – incluindo cianetos e mercúrio –, e assim reverberaram sobre a saúde das comunidades vizinhas.

Em decorrência do aumento de sua “pegada ecológica” no cenário global, a China tem recebido cobranças para que se criem mecanismos de supervisão das responsabilidades ambientais de suas empresas no exterior (SOUTAR, 2018). As respostas do governo chinês a essas críticas oscilam, porém, entre uma perspectiva negacionista que enxerga nelas apenas construções da mídia ocidental para obstaculizar o desenvolvimento econômico e o protagonismo político dos países do Sul Global, e formulações que “encorajam” suas corporações a respeitar as leis ambientais, promover estudos de impacto, respeitar os padrões internacionais e desenvolver planos para lidar com os resíduos e situações de emergência. No entanto, por apresentarem um caráter meramente voluntário, tais recomendações não coíbem efetivamente as práticas que infringem as leis existentes nos países que recebem investimentos chineses.

De qualquer forma, as múltiplas dimensões do papel desempenhado pela China na governança ambiental global não podem ser apreendidas em sua totalidade se o foco analítico das investigações a respeito desse tema estiver unilateralmente voltado para os impactos ecológicos negativos de seus investimentos e transações externas. Ao mesmo tempo em que suas empresas têm participado sistematicamente da construção de usinas termoeletricas movidas a carvão em diversos países da África, Ásia e América Latina, o governo chinês despendeu, por intermédio dos bancos públicos, enormes subsídios para a indústria de energias renováveis, que foram assim capazes de escalonar a produção e reduzir os custos dos projetos de “energia limpa” ao redor do mundo. Em 2014, Pequim direcionou US\$ 83,3 bilhões para esse setor, um montante 117% maior que os investimentos realizados pelos EUA (FS/UNEP, 2015).

Mesmo que essa dimensão positiva não compense os danos causados pelos setores poluentes, é necessário reconhecer que os benefícios globais proporcionados pela China em termos de modernização ecológica não receberam a mesma atenção que o debate acerca dos processos de degradação ambiental que ela engendrou ou contribuiu para agravar (LI, 2018). Com efeito, a China possui *expertise* na construção de “*smart grids*”, linhas férreas de alta velocidade, aquecedores solares de água (SWH) e sistemas urbanos para a recarga de veículos elétricos que lhe conferem vantagens competitivas no mercado mundial de “inovações verdes”. A próxima seção consistirá, portanto, numa tentativa de apreender essa “unidade dos contrários” subjacente aos fluxos e impactos ambientais das relações entre China e Brasil.

5. As duas faces de Jano: impactos ambientais e modernização ecológica nas relações Brasil/China

O balanço comercial do primeiro semestre de 2017 apontou mais uma vez a China como o principal destino das exportações brasileiras. Mais do que isso, o dragão asiático respondeu por um quarto das vendas realizadas pelo Brasil no mercado mundial, ao

passo que a importação de produtos chineses aumentou 34,2% em relação ao mesmo período de 2016, fazendo com que o mercado brasileiro figurasse como o sétimo maior consumidor de produtos *made in China* (FOLHA, 2017). A pauta de exportações desses países reflete suas respectivas posições na divisão internacional do trabalho, que por sua vez configura em grande medida as dinâmicas dos impactos ecológicos locais e a organização dos fluxos ambientais globais. Enquanto o Brasil fornece matérias-primas e alimentos aos asiáticos, estes abastecem os brasileiros com eletroeletrônicos, máquinas e produtos da indústria química (Gráficos 2 e 3).

O enorme volume das importações chinesas de alimentos cultivados no Brasil deve ser compreendido à luz dos problemas ambientais daquele país. Na China, 50% das terras são improdutivas, 34% são ocupadas por florestas ou pastos e apenas 14% mostram-se próprias para o plantio (MORENO, 2015). Além disso, o país enfrenta problemas de contaminação do solo e escassez hídrica que comprometem sua autonomia para garantir a “segurança alimentar” da população chinesa. Por outro lado, o aumento do consumo *per capita* de proteína animal entre os chineses configura um novo padrão de dieta que exerce maior pressão ecossistêmica, de modo que lhes é conveniente importar carne bovina, frango congelado e soja para ração animal do Brasil.

A inserção da agricultura brasileira na economia global tem favorecido a ampliação das monoculturas, que são altamente intensivas do ponto de vista da utilização de agrotóxico. Dessa forma, os chineses absorvem a maior parcela da soja brasileira, ao mesmo tempo que fornecem os agrotóxicos e fertilizantes largamente utilizados nas lavouras do país (BOMBARDI, 2017). No entanto, os impactos ecológicos da soja não se limitam aos efeitos nocivos dos agrotóxicos sobre os solos, rios e lençóis freáticos. Conforme demonstraram Fearnside e Figueiredo (2015), verifica-se uma forte correlação positiva entre as importações chinesas de soja e carne bovina e os processos de degradação do Cerrado e desmatamento da Amazônia. Os autores sublinharam também que o dinheiro ganho nesse comércio tem fortalecido os interesses

do agronegócio e influenciado a política doméstica brasileira com uma série de mudanças legislativas e administrativas que enfraquecem a proteção ambiental no país. Isso não quer dizer, obviamente, que os chineses sejam os responsáveis diretos pela flexibilização do Código Florestal ou pelo acirramento das tensões entre fazendeiros e populações indígenas no Mato Grosso, mas sua importância para a balança comercial brasileira reforça pressões neodesenvolvimentistas que se orientam no sentido inverso à consolidação de direitos socioambientais.

A China tem um peso relativamente importante na produção brasileira de *commodities*, com destaque para os empreendimentos nos setores agropecuário, madeireiro e de mineração, além de uma participação decisiva em projetos de infraestrutura que visam diminuir o tempo necessário para que esses produtos aportem em território chinês. A pavimentação da BR-163, as obras da hidrovía Tapajós-Teles Pires, uma ferrovia entre Lucas do Rio Verde (MT) e Itaituba, e a construção de mais de vinte portos na bacia do Tapajós estruturariam um corredor logístico multimodal que interligaria os núcleos agropecuários e extrativistas do Centro-Oeste ao Oceano Atlântico. Outra alternativa logística seria a construção da ferrovia Bioceânica (EF-246), com cerca de 3,5 mil quilômetros que se estenderiam do Rio de Janeiro ao litoral peruano. A empresa *China Railway Eryuan Engineering Group* despendeu R\$ 200 milhões nos estudos de levantamento e o *Asian Infrastructure Development Bank* apresentou-se como o financiador desse projeto que, se construído, afetará territórios ricos em biodiversidade com o objetivo de acelerar os fluxos de alimentos, minérios e outros recursos naturais em direção ao Pacífico (AGUIAR, 2017).

No que diz respeito ao desmatamento da Amazônia, a “unidade dos contrários” verifica-se no acordo de cooperação ambiental firmado por China e Brasil, que prevê intercâmbio de informações e tecnologia para manejo de parques, reservas e áreas florestais. Ao mesmo tempo que aparece como um dos principais destinos da madeira extraída da Amazônia, a China também contribui com sua *expertise* milenar quanto ao manejo sustentável do bambu e as possibilidades de utilização dessa gramínea

como substituta da madeira na fabricação de móveis e pequenas edificações (EBP, 2018). Essa contradição ganha contornos ainda mais nítidos no lançamento conjunto de um satélite de observação da Terra que, entre outras aplicações, fornece imagens que monitoram o desmatamento e a expansão da agricultura (AGÊNCIA SENADO, 2016). Isso porque tal instrumento de modernização ecológica apresenta-se como a contraface daqueles mesmos processos de acumulação que, para se realizarem, demandam justamente a absorção contínua dos fluxos de matéria e energia que se pretendem monitorar.

A construção de grandes hidrelétricas na Bacia Amazônica também revela uma série de processos que operam segundo a lógica da “unidade dos contrários”. Esses empreendimentos estão ligados a setores da indústria de mineração – *joint-ventures* com participação de capital brasileiro e chinês – que são altamente intensivos do ponto de vista do consumo de energia e visam atender a demanda chinesa por minério de ferro e alumínio. Parte do maquinário operante nessas usinas, como, por exemplo, as turbinas de Jirau, foram fornecidas por empresas chinesas, ao passo que a *State Grid Corporation of China* (SGCC) venceu o leilão para construir as linhas de transmissão que irão abastecer os centros consumidores do sudeste (MUGGAH *et* ABDENOUR, 2017). Numa palavra, a hidroeletricidade será gerada a um enorme custo socioambiental, mas sua transmissão utilizará cabos de alta tensão e corrente contínua (HDVC) que representam uma proposta “ecologicamente” orientada ao viabilizar a interligação de longas distâncias com perdas aceitáveis de apenas 3% a cada mil quilômetros. A racionalidade ambiental pressuposta na construção dos cabos HDVC torna-se controversa não apenas porque não pode ser pensada separadamente do complexo hidrelétrico e industrial do qual faz parte, mas também em virtude dos impactos que a construção de longas linhas de transmissão representam para os territórios e paisagens entre os pontos interligados.

Para além do maquinário das usinas e da construção nas linhas de transmissão, a China ampliou sua participação direta no desenvolvimento hidrelétrico brasileiro. Em 2013, a estatal *China*

Three Gorges Corporation (CTG) adquiriu 50% das usinas de Santo Antônio do Jari, 50% da hidrelétrica Cachoeira Caldeirão (AP) e 33,3% da usina de São Manoel (MT). Dois anos mais tarde, a CTG comprou 100% das ações das usinas de Salto (GO) e de Garibaldi (SC) (NETO, 2016). Trata-se, portanto, de uma política respaldada pelo próprio Estado chinês, na qual a capacidade ociosa de sua indústria e o volume de reservas internacionais combinam-se para assegurar um papel-chave no setor energético nacional.

Já em relação às explorações de petróleo, o capital chinês intervém em duas frentes, seja na compra de ativos de refinadoras em operação no Brasil, seja na participação dos leilões para a exploração dos campos do pré-sal. No primeiro caso, a estatal SINOPEC tornou-se sócia de 40% das operações da espanhola Repsol e de 30% da portuguesa GALP. No segundo caso, as também estatais *China National Petroleum Corporation* (CNPC) e *China National Offshore Oil Corporation* (CNOOC) participam do consórcio que detém os direitos de exploração do Campo de Libras, leiloado em 2013 (NETO, 2016; MORENO, 2015). Por meio dessas políticas coordenadas, a China não apenas se apropria de um recurso finito e decisivo para o metabolismo de sua indústria, como obtém acesso às tecnologias desenvolvidas pela Petrobrás para a perfuração e extração dos óleos de águas profundas, que podem aperfeiçoar seu desempenho na exploração das reservas do pré-sal de outros países do Sul Global com os quais os asiáticos também possui relações estratégicas.

No entanto, os mecanismos de globalização competitiva “*race to the bottom*” que estruturam os fluxos transnacionais de capital, tecnologia e *expertise* naqueles setores da economia que promovem degradação do meio ambiente verificam-se concomitantemente aos mecanismos “*race to the top*” que catalisam o desenvolvimento das indústrias de “inovações verdes” e fomentam projetos de modernização ecológica. De maneira ilustrativa, as recentes políticas estatais para a fabricação e instalação de painéis fotovoltaicos em solo brasileiro devem ser compreendidas a partir das relações entre a China e os países do Atlântico Norte no campo das energias renováveis. Isso quer dizer que os incentivos

concedidos pelos países desenvolvidos às tecnologias de baixo carbono permitiram que as indústrias asiáticas produzissem os componentes em larga escala e, conseqüentemente, barateassem seus custos. Dessa forma, a redução do preço da energia solar e o excesso de capacidade das empresas chinesas foram decisivos para que o governo federal elaborasse políticas públicas para esse setor, catalisando a emergência da indústria fotovoltaica no Brasil (SOUZA et CAVALCANTE, 2016).

No que tange à cooperação científica e tecnológica sino-brasileira, o *Centro China-Brasil de Mudanças Climáticas e Tecnologias Inovadoras para a Energia* foi estabelecido enquanto uma parceria entre a Tsinghua University e a COPPE/UFRJ e realiza pesquisas na área de biocombustíveis, energia solar e despoluição atmosférica (EBP, 2018). Apesar disso, o *Centro* entra em choque com sua missão de promover o desenvolvimento sustentável ao incluir na sua agenda de trabalho o desenvolvimento de fontes convencionais de energia, como a tecnologia nuclear e o altamente invasivo método de exploração do petróleo em águas profundas (CENTRO CHINA/BRASIL, 2018).

Numa palavra, o padrão de investimentos e o conteúdo das transações comerciais demonstram que os chineses incorporaram uma postura pragmática em relação ao Brasil e aos demais países do Sul Global. As estratégias que conformam esse pragmatismo são orientadas por considerações que visam uma realocação geográfica e espacial daquelas atividades que exercem maior impacto sobre o meio ambiente – assim como uma corrida pela apropriação das matérias-primas necessárias ao metabolismo econômico chinês, que visa diminuir a pressão sobre os seus próprios recursos naturais. No entanto, a análise dos impactos e fluxos ambientais envolvidos nesses processos opera segundo uma “unidade dos contrários” em que os mecanismos estruturais de acumulação responsáveis pela degradação dos ecossistemas também abrem espaço para uma maior cooperação na área ambiental, para o intercâmbio de experiências relativas ao manejo sustentável e ainda impulsionam a produção de tecnologias voltadas para a racionalização ecológica dos processos produtivos.

Assim como o deus Jano da mitologia romana, as relações sino-brasileiras apresentam uma dupla face no plano ambiental: uma voltada para um cenário de devastação ecológica, a outra focada em “alternativas verdes”. Mas nossa metáfora só é válida na condição de que exista um deus Jano de feições assimétricas, uma vez que as contribuições positivas para a governança ambiental brasileira são relativamente modestas quando comparadas às pressões ecossistêmicas que as acompanham.

6. Considerações Finais

Uma interpretação fundamentada na apreensão da “unidade dos contrários” nos ajuda a lançar alguma luz sobre o papel que os Estados nacionais ainda podem desempenhar para garantir a proteção do meio ambiente num mundo globalizado. Martin Jänicke (2006) afirmou corretamente que – embora as regras da globalização competitiva tenham redefinido a margem de manobra dos Estados – as instituições nacionais ainda são decisivas para garantir marcos regulatórios que garantam algum respaldo jurídico à preservação das funções ecossistêmicas, a despeito do fato de que as legislações ambientais de cada país sejam, por definição, territorialmente circunscritas.

Assim, o breve panorama que traçamos a respeito dos impactos ambientais provocados pela China nos países do Sul Global demonstrou que eles são tanto mais graves quanto mais incipiente a legislação ou precária a fiscalização ambiental do país com o qual os asiáticos estabelecem relações econômicas. Os investidores chineses são pragmáticos, mas não necessariamente impositivos. Eles despendem capital em atividades que resultam em degradação ecológica ao mesmo tempo que buscam obter lucros com a venda de produtos de alto valor agregado que mitigam a poluição, de modo que são as regras ambientais dos seus respectivos parceiros que irão definir qual dos dois vetores prevalecerá.

De qualquer forma, Jänicke se equivoca ao distinguir países que representariam a “vanguarda ambiental” daqueles que por

contraste figurariam na “retaguarda”. Perseguir a “unidade dos contrários” ao longo deste artigo explicitou de maneira cabal que o mesmo país que almeja transformar-se numa “civilização ecológica” e que formulou recentemente uma das mais avançadas legislações ambientais do mundo, também é o país que ainda não desenvolveu medidas suficientemente efetivas para impedir que seus impactos ambientais sejam exportados e reforcem vulnerabilidades sociais e ambientais no Brasil e em outras nações do Sul Global.

A cooperação internacional para a proteção do meio ambiente e os investimentos em “tecnologias limpas” configuram, portanto, momentos antitéticos dos vetores de poluição e riscos, junto aos quais conformam uma mesma totalidade, embora não haja nenhuma garantia teleológica de que o polo modernizante apresente fundamentos sólidos para uma governança ambiental global nos marcos do cenário *business as usual*. De qualquer forma, apesar das possíveis semelhanças que o leitor eventualmente tenha identificado entre o mecanismo da “unidade dos contrários” e a relação entre superação e maquiagem dos riscos presente nos escritos de Beck (2011), nossa perspectiva guarda algumas diferenças importantes em relação aos argumentos desse autor. Em primeiro lugar, consideramos que os processos transnacionais de modernização ecológica representam mais do que uma superação meramente simbólica dos riscos na medida em que podem efetivamente estabelecer um ponto de apoio para a aprendizagem institucional e a reversão condicionada dos vetores de degradação ambiental.

Uma diferença ainda mais substantiva, no entanto, é que nossa análise tem como foco o papel dos mecanismos de acumulação de capital na dialética degradação-modernização ecológica, ao invés de mera associação da ambivalência dos riscos ao complexo industrial da modernidade. Essa diferença ganha maior nitidez quando reconhecemos que os esforços para a construção de uma “civilização ecológica” na China representaram um ganho qualitativo, e não meramente epidérmico, em termos de “reflexividade”. Contudo, ao sublinharmos que o modo de

produção capitalista implica a reprodução ampliada do valor e ao reconhecer que essa espiral acarreta a impossibilidade de equilíbrio homeostático, afirmamos que os agentes econômicos não deixam de pautar-se prioritariamente pelos imperativos da acumulação, sejam quais forem suas consequências ecológicas, mesmo quando se obtêm ganhos em termos de internalização institucional das preocupações ambientais. Aliás, a análise concreta do desenvolvimento econômico capitalista com foco em outros contextos transnacionais poderia corroborar nosso pensamento de que a diversificação dos investimentos em projetos que deixam rastros negativos paralelamente àqueles que promovem melhorias ambientais conformam uma “unidade dos contrários” que não se resume ao caso das relações Brasil-China.

Agradecimentos

Os autores agradecem o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP 2014/25933-2), da Academia Chinesa de Ciências (CAS) e das pessoas que gentilmente nos concederam entrevistas.

Referências:

AGÊNCIA SENADO. **Senado aprova acordo de cooperação entre Brasil e China na área de ciência e tecnologia**, 24/08/2018. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/24/senado-aprova-acordo-de-cooperacao-entre-brasil-e-china-na-area-de-ciencia-e-tecnologia>>, acesso em 24 jun. 2018.

AGUIAR, D. **A geopolítica de infraestrutura da China na América Latina: um estudo a partir do caso dos Tapajós na Amazônia brasileira**. Rio de Janeiro: ActionAid/FASE, 2017.

BECK, Ü. **Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2011.

BOMBARDI, L. M. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH/USP, 2017.

CENTRO CHINA BRASIL. **Projetos e Pesquisas (Tsinghua/COPPE-UFRJ)**. Disponível em: <<http://www.centrochinabrasil.coppe.ufrj.br/>>, acesso em 17 jul. 2018.

DIÁLOGO CHINO. **China impulsiona boom na mineração brasileira**, 05/07/2017. Disponível em: <<http://dialogochino.net/china-impulsiona-boom-na-mineracao-brasileira/?lang=pt-pt>>, acesso em 15 mai. 2018.

EMBAIXADA BRASILEIRA EM PEQUIM. **Entrevista com representantes do setor de ciência e tecnologia da Embaixada Brasileira em Pequim**, (03/07/2018).

FEARNSIDE, P. M.; FIGUEIREDO, A. M. R. China's Influence on Deforestation in Brazilian Amazonia: A Growing Force in the State of Mato Grosso (Discussion Paper). **Global Economic Governance Initiative (GEGI)**, 2015.

FERREIRA, L. C. (org). **O desafio das mudanças climáticas: os casos Brasil e China**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Pela primeira vez, China compra um quarto de todas as exportações brasileiras**, (22/07/2017). Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/07/1903460-pela-1-vez-china-compra-um-quarto-de-todas-as-exportacoes-brasileiras.shtml>>, acesso em 28/05/2018.

FRANK, D. J.; HIRONAKA, A.; SCHOFER, E. The Nation-State and the Natural Environment over the Twentieth Century. IN: **American Sociological Review**, v. 65 (1), 96-116, 2000.

FRANKFURT SCHOOL AND UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME COLABORATION CENTRE (FS & UNEP). **Global Trends in Renewable Energy Investment 2015**. FS UNEP Centre, 2015.

GAO, X. **Entrevista com Gao Xiaoyi, representante da All China Environmental Federation** (11/12/2015).

GREEN, F.; STERN, N. China's changing economy: implications for its carbon dioxide emissions. **Climate Policy**, v. 17 (4), 423-42, 2017.

GU, L. **Entrevista com Gu Lijing, especialista em conservação e eficiência energética do Centre for Renewable Energy Development Research Institute/NDRC** (03/12/2015).

HONG, D. **Entrevista com Hong Dayong, sociólogo ambiental e vice-reitor da Renmin University** (07/01/2016).

JAHIEL, A. R. China, the WTO, and the Implications for the Environment. IN: CARTER, N. T.; MOL, A. P. J. **Environmental Governance in China**. London/New York: Routledge (2008).

JÄNICKE, M. The Environmental State and Environmental Flows: The Need to Reinvent the Nation-State. IN: SPAARGAREN, G.; MOL, A. P. J.; BUTTEL, F. H. (org). **Governing Environmental Flows: Global Challenges to Social Theory**. London: MIT Press, 2006.

KICK, E.; JORGENSEN, A. Globalization and the Environment. IN: **Journal of World-Systems Research**, vol. IX (2), 195-203, 2003.

LANG, G.; CHAN, C. H. W. China's impact on forests in Southeast Asia. **Journal of Contemporary Asia**, v. 36 (2), 167-94, 2006.

LI, S. **Entrevista com Li Shuo, conselheiro sênior de políticas globais do Greenpeace East Asia** (07/06/2018).

MA, T. **Entrevista com Ma Tianjie, diretor de China Dialogue** (11/01/2016).

MARQUES, L. **Capitalismo e Colapso Ambiental**. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

MORENO, C. **O Brasil made in China: para pensar as reconfigurações do capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2015.

MUGGAH, R.; ABDENOUR, A. E. China's strategic play in Brazil. **Americas Quarterly**, 2017.

NATIONAL PEOPLE'S CONGRESS OF CHINA (NPC). **13th Five-Year Plan**. Beijing, 2016.

NETO, I. C. **Dinâmica Capitalista dos Investimentos Chineses no Brasil**. Rio de Janeiro: ActionAid, 2016.

SHI, J. **Entrevista com Shi Jingli, especialista em energias renováveis do Centre for Renewable Energy Development Research Institute/NDRC** (20/11/2015).

SHINN, D. H. The Environmental Impact of China's Investment in Africa. **Cornell International Law Journal**, v. 49 (1), 25-66, 2016.

SOUTAR, R. **Entrevista com Robert Soutar, editor de Diálogo Chino** (06/06/2018).

SOUZA, L. E. V.; CAVALCANTE, A. M. G. Towards a sociology of energy and globalization: Interconnectedness, capital and knowledge in the Brazilian solar photovoltaic industry. **Energy Research and Social Sciences**, v. 21, 145-54, 2016.

SPAARGAREN, G.; MOL, A. P. J.; BUTTEL, F. H. (org). **Governing Environmental Flows: Global Challenges to Social Theory**. London: MIT Press, 2006.

STATECOUNCIL. **Integrated Reform Plan for promoting Ecological Progress**, (22/09/2015). Disponível em: <http://english.gov.cn/policies/latest_releases/2015/09/22/content_281475195492066.htm>, acesso em 27 mai. 2018.

TRACY, E. F.; SHVARTS, E.; SIMONOV, E.; BABENKO, M. China's New Eurasian Ambitions: The Environmental Risks of The Silk Road Economic Belt. **Eurasian Geography and Economics**, v. 58 (1), 56-88, 2017.

UN COMTRADE. **International trade in goods and services based on UN Comtrade data**. Disponível em: <<https://comtrade.un.org/labs/dit-trade-vis/?reporter=76&partner=156&type=C&year=2017&flow=2>>, acesso em 22 mai. 2018.

WALKER, B. **China cuts pollution at home, grows coal abroad**, 27/09/2016. Disponível em: <<http://www.climatechangenews.com/2016/09/27/china-cuts-pollution-at-home-grows-coal-abroad/>>, acesso em 11 jun. 2018.

WALLERSTEIN, I. **World-Systems Analysis: An Introduction**. Durham/London: Duke University Press: 2004.

Sino-Brazilian Cinematic Connections: Yu Lik-wai's *Plastic City*

Tatu-Ilari Laukkanen¹

Abstract: This article positions Lik-wai's 2008 Sino-Brazilian film *Plastic City* as a precursor of BRICS cinema and, through a close textual analysis demonstrates how it critically engages Sino-Brazilian relations, flows of capital, commodities, immigration and culture, as well as environmental issues in a matrix of globalization from an emerging economy perspective. *Plastic City* is intertextually linked to Chinese, Brazilian and world cinema, illuminating its connections to past and present film movements and how it mobilizes their poetics and politics.

Keywords: Sino-Brazilian film. Gangster film. Globalization. Environmental noir. Asian-Brazilians. BRICS cinema. Piracy. *Plastic City*.

Conexões Cinematográficas Sino-Brasileiras: *Plastic City* de Yu Lik-wai

Resumo: Este artigo analisa o filme Sino-brasileiro *Plastic City/Cidade Plástica* de Yu Lik-wai de 2008 como um precursor do cinema BRICS e, através de uma análise textual, demonstra como o filme criticamente negocia as relações sino-brasileiras, fluxos de capital, commodities, imigração e cultura, assim como questões ambientais em uma matriz de globalização a partir de uma perspectiva das economias emergentes. *Plastic City* está intertextualmente ligada ao cinema chinês, brasileiro e mundial, iluminando suas conexões com movimentos de filmes do passado e do presente, e como mobiliza suas estéticas e políticas.

¹ Completed his PhD on BRIC cinema from HKU in 2017 and is now doing research at the Department of Communications at the University of Tampere. He is a specialist on the BRIC as a cultural bloc and a is member of the University of Tampere network of BRICS Media Research and a member of TaRC (The Centre of study of Russian and Chinese Media) also at the U. of Tampere. tatu.laukkanen@gmail.com

Palavras-chave: Cinema sino-brasileiro. Filme de gangster. Globalização. Noir ambiental. Asiático-brasileiros. Cinema BRICS. Pirataria. *Plastic City*.

Conexiones cinematográficas sino-brasileñas: *La Ciudad De Plástico* de Yu Lik-wai

Resumen: Este artículo posiciona la película chino-brasileña 2008 de Yu Lik-wai *Plastic City* como un precursor del cine BRICS y, a través de un análisis textual detallado, demuestra cómo la película críticamente negocia las relaciones chino-brasileñas, flujos de capital, productos básicos, inmigración y cultura, así como los problemas ambientales, en una matriz de globalización desde una perspectiva de las economías emergentes. *Plastic City* está intertextualmente ligada al cine chino, brasileño y mundial, iluminando sus conexiones con movimientos cinematográficos del pasado y del presente, y cómo moviliza su estética y política.

Palabras clave: Cine sino-brasileño. Película de gangsters. Globalización. Medio ambiente noir. Asiático-brasileños. Cine BRICS. Piratería. *Plastic City*.

Introduction

Debates on the global economy and globalization have focused on the new economic, political and cultural power of the so-called emerging economies and their potential challenge to Euro-American hegemony. Now, like in 2001 when the BRICS (Brazil, Russia, India, China, South Africa added to the quartet in 2010) acronym was coined, discourse around Brazil and China and the other BRICS countries still seems to oscillate between, on the one hand their growing geopolitical power, economic development and an increasing middle class with economic affluence and business opportunity and, on the other hand, the problems of economic inequality, corruption, environmental degradation, a lack of human rights, immigration and migration, poverty, violence and crime. Whatever the problems, these debates have signalled a clear theoretical shift from earlier arguments revolving around post-colonialism and Western capitalist hegemony towards a more uncertain and multi-centred world. *Plastic City* (2008) is an Sino-Brazilian film that focuses on the negative pole of these changes in global political economy.

This article demonstrates that the traditions of the art-house film and the gangster genre, which has interrogated urban modernity and capitalism and the dreams associated to them, *Plastic City* raises a dark mirror towards the effects of globalization. This article scrutinises several broad as well as interrelated fields of forces that are seen to propel geopolitical change and globalization and how *Plastic City* engages them. In their study of the intellectual history of the study of globalization, Coleman and Sajed name five interrelated domains as central in studies of globalization: capitalism, new technologies, the environment, culture and identity, and governance (with the rise of supranational organizations such as the WTO etc.).(COLEMAN & SAJED, 2103 p.2) This article tackles more or less all of these domains but particularly concentrates on the cinematic representation of capitalism in particular its neoliberal variant, new technologies and mediated culture and environmental concerns. Governance is accounted for in a study of the representation of the state and its organs. I argue that the film is a counter narrative to global politics that ties all the aforementioned spheres together in its critical stance emphasizing problems from a particularly emerging or 'middle-economy' standpoint.

In the sphere of global culture the article particularly draws connections both to Greater Chinese and Brazilian as well as global screen culture. Cinematic and other intertextual connections mesh as part of a postmodern media marketplace, but, more importantly, they link current films to earlier and ongoing political movements and unsettled social problems and contradictions. Through intertextual analysis the article demonstrates that this film and the hybrid Brazil it depicts is not only a place and image(s) but also an assemblage of quotations used to engage with and criticize the global political economy and film aesthetics. (for a more comprehensive study with this premise of films about China see MARCHETTI, 2018) These connections are drawn and politics keyed out with a close textual analysis that attests *Plastic City* is symptomatic of, and engages critically with the ethical dilemmas caused by neoliberalist policy and global capitalism that are felt with greater gravity in a recently liberalized emerging economy.

Set in the neighbourhood of Liberdade, the favelas of São Paulo and the Amazon rainforest, *Plastic City* is the story of Sino-Brazilian man called Yuda (HK actor Anthony Wong), who runs a knock-off merchandise empire, and his adopted son and business accomplice Kirin (Japanese actor Joe Odagiri). The film follows how the men are drawn into a power struggle over markets with other politically connected illegal entrepreneurs who conspire against them. The ruthless competition combined with international pressure to combat piracy becomes the protagonists downfall.

Plastic City is a Brazilian-Chinese-Japanese-Hong Kong co-production directed by Yu Lik-wai, a Hong Konger best known for being Jia Zhangke's long-time cinematographer. Yu was educated in Belgium's INSAS and like fellow cinephile Jia, is a film school graduate with a broad knowledge of world cinema. *Plastic City* can be seen as natural evolution for Yu who has moved from depictions of domestic migration in the PRC and Greater China to transpacific international immigration with the film. Before *Plastic City* he directed several critically acclaimed films, such as the 1999 documentary *Neon Goddesses*, about three migrant women working in the nightclubs of Beijing. His feature films include *Love Will Tear Us Apart* (1999), about mainland immigrants in HK, and the dystopian sci-fi *All Tomorrow's Parties* (2002) both screened at Cannes in different categories. He formed the production company Xstream Pictures with Jia that also co-produced *Plastic City*, the other production companies being Novo filmes and Gullane Films (based in São Paulo) and Sundream Motion Pictures (HK), with Bitters End (Japan) and Paris Filmes (Brazil) distributing.

BRICS film and Sino-Brazilian connections

The Chinese leader Xi Jinping initially suggested the idea of BRICS joint film productions at the 8th BRICS Summit (Goa, 2016). The Ministry of Foreign Affairs and the China Film Administration initiated the Cooperation Program of Directors from BRICS countries in 2017 and the first co-directed film, *Where Has Time Gone?*, came out in October 2017. The film project was produced

and the Chinese segment of the anthology film directed by Jia Zhangke. The plan is that one such co-production would be made annually till 2021. In 2018 Jia announced that the second official film co-production project, with women's stories at its centre. The title of the film is *Half the Sky* – echoing Mao's maxim on the importance of women's part in society. The film has been shown at several festivals and opened in China in May 10th 2019, it features shorts by five BRICS woman directors, Jia executive producing.

The Brazilian Walter Salles directed *When the Earth Trembles*, the concluding segment of *Where Has Time Gone* set around the events of 2015 Bento Rodrigues dam disaster in Minas Gerais. Owned by mining company Samarco, the Bento Rodrigues dam collapsed, flooding the town with toxic waste and causing a mudslide that killed hundreds of people. The short narrates the recovery of a schoolteacher and her son who lose their husband and father in the flood. Jia's chapter of the anthology film, *Revive*, is about a migrant worker couple in the creative industries who rekindle their love. The short moves between Shanxi and Beijing and comments on China's one child policy. Now, as the policy is being partially lifted, economic reasons instead of policy stand in the way of the couple's dreams of another child. Another Sino-Brazilian cinematic connection is Walter Salles' documentary about Jia, *A Guy From Fenyang* (2015) (Fenyang being Jia's hometown in Shanxi province), a critical appraisal of the director's work that contains several clips from his films and interviews with Jia and his close accomplices, such as his wife, the actress Zhao Tao and Yu Lik-wai.

Delhi held the first BRICS film festival in 2016, part of different cultural events connected with India hosting the BRICS summit in 2016. The apparent brainchild of Prime Minister Narendra Modi, the festival is now a yearly event. *Plastic City*, made almost a decade before these official efforts stands as an early precursor of BRICS film-making.

Global Underdogs

Plastic City, set on a Sino-Brazilian axis, emblemizes the new politico-economic changes of the last decades, not only in these countries, but also in the new shift in economic power towards Asia and the Pacific, as well as the rise of the BRICS. However the film chooses to look at the downsides of this new order, focusing on informal entrepreneurs operating on the margins of the global economy. The character of Yuda is based on the real-life character of Hong Kong immigrant Law Kin chong who ran an army of street vendors and shopping malls selling pirated product in São Paulo, and was arrested due to the government's anti-piracy drive. (for more on the case, Law's racist treatment in the media, and how *Plastic City* represents social class in the field of Latin American cinema see VÁZQUEZ VÁZQUEZ, 2018 pp. 126-127) Yuda's corporation and shopping mall in São Paulo are called *Novo Mundo* (New World) and have a logo of the planet. The idea of the globe, often used as the insignia of media conglomerates (such as Universal Pictures or Brazil's powerful Rede Globo), creates an illusion of both the world at one's fingertips and of control, visualizing dreams associated with globalization and new technologies. However, the film progressively shows that behind these images and dreams huge problems arise and older ones persist. Yuda's precarious position is somewhat akin to that of emerging economies, a in-between, semi-peripheral (to use the world systems analysis term) position. Caught culturally and economically between China and Brazil, he is in centre field with a successful businesses in São Paulo and political connections but yet he is marginalized through the informal nature of his business and ethnicity. Yuda's business rests on manufacturing in China, a container ship he uses to transports fake goods, and the distribution systems in the informal markets of Brazil. The nature of his business is symbolic of the developments in the world economy such as economic growth in China because of export manufacturing and Brazil due to commodity exports. At the time of the production of the film the so-called Rise of China was well

on its way (economically liberalized China's GDP having grown in leaps for two decades at that point), and it is still seen as the global factory floor, regardless of the move of manufacturing to even cheaper locations. During this time Brazil's economy grew and, even though it has had its ups and downs, it is seen as an emerging economy with an expanding and consuming middle class. More importantly, the paths of commodities and capital no longer go through or are controlled by the US and the West. In 2009 China became Brazil's largest trading partner and the biggest investor in its economy, with Brazilian producers slaking the thirst for the commodities that China's growing economy craves. The situation has changed dramatically from the times of the military dictatorship, when in 1964 nine Chinese men sent to further trade between the countries were tortured and thrown in jail for a year. At that time the dictatorship viewed the PRC as a communist backwood insignificant in world trade. (MANNER & TEIVAINEN, 2016 p.128) Even though now the treatment of Chinese trade delegations has turned on its head, this trade is not only seen a boon, it also raises some concern. Larry Rohter notes:

Doubt and discontent are starting to arise in some quarters of Brazil, especially among the business leaders in São Paulo. In colonial times, Brazil's natural riches maintained the prosperity of the Portuguese empire without benefiting Brazilians, and in the nineteenth century, those resources were essential to Great Britain and the United States in their drives to industrialize. Brazilians are very much aware of that pattern. The last thing they want in the twenty-first century is to again be cast in the role of the supplier to an emerging industrial giant, forced to content themselves with crumbs. As a result, demands that China process some of its products in Brazil, thereby creating added value for both sides, are growing. So are complaints about the Chinese export juggernaut, which threatens to wipe out Brazilian domestic industry in such traditional areas as footwear and textiles. (ROHTER, 2011 p.159)

The world system has changed. Brazilian capitalists now fear Chinese manufacturing power instead of US hegemony, worrying about whether their post-colonial position of commodity producer will continue. Shifts in global economics and manufacturing and the anxieties they set forth, such as xenophobia, act as the backdrop for *Plastic City*.

The main protagonists, Yuda and Kirin, are Asian immigrants. However their marginalization is not only linked to the newer economic threats posed by Chinese economic power or immigration, but also Brazil's historically problematic race relations. Brazil likes to see itself as a tropical multicultural society where all the different races live happily together, but this is not the case: in Brazil, race is of importance. In Brazilian society Asians have traditionally been looked upon quite well, even though the more recently arrived Chinese and Koreans (the Japanese have been there since the early 20th century, when they immigrated there to work on the coffee plantations in São Paulo) are thought to be connected with contraband trade as well as taking local's jobs. In this sense the film first follows a stereotype of Asians working in the knock-off market, but then it progressively problematizes this position by centering the marginalized in the narrative and presenting them as complex characters caught in a Byzantine economic and bureaucratic network that extends beyond the national. In Brazil, race and social class are known to correlate. The protagonists' minority position, alluded to in several racist epithets in the film, tie them to an underclass position. They work on the boundaries of the business system, making money from counterfeit goods in the grey market. In this sense, Yuda is not so different from a *mingong* migrant worker or the "lower strata" in the big cities in China that so many of Jia's or Yu's earlier films are about. Even though Yuda is a crime boss, his precarious position is, in some ways, still comparable to that of the small-time hustlers that populate the films of Jia and the PRC's Sixth Generation or Urban Generation of filmmakers, the business this time being knock-off goods instead of, for example, prostitution, the protection racket, ticket touting or pickpocketing to name but a few of the precarious

livelihoods of Jia's and Yu's protagonists from earlier films. Also Yuda's unstable position as a business owner reflects the politics of ownership in emerging economies in general, which is more based on control and the ability to extract profit, a sort of fief, instead of actual ownership. Also, another reading could see the protagonists as emblematic of the swelling middle classes of the emerging economies: precarious but developing, prosperous but boxed in. The characters are not the wealthy who, with their assets, can provide themselves with the "flexible citizenship" that Aihwa Ong studied among the HK elite (ONG, 1999) or what Zygmunt Bauman called "Nomadic" or "Extraterritorial elites" (BAUMAN, 2000 pp. 198-199).

In the film the ethnic protagonists form links with other people who scramble next to paths of capital; Kirin's girlfriend Rita (Brazilian actress Tainá Müller) is an exotic dancer and a prostitute who, not unlike similar female characters of many Sixth Generation films, has a child to support. The ever-present prostitute is not the only theme the film shares with Yu's or Jia's other work and indeed, more generally with recent art-house cinema from China and Brazil. Themes such as illegality, immigration and migration, a world in motion and transport are manifested in the *mise-en-scène* of the film in which the characters still find themselves in an ineluctable position, the malfunction or total absence of state institutions, particularly the rule of law and the mediatization of society, connect *Plastic City* to the two directors earlier and later work.

Global Gangsters

Plastic City straddles the slippery ground between art and commerce. The film, even though being of the art-house/festival film type, can be categorized as being part of the gangster genre. The genre has its roots well beyond its 1930s Hollywood classic era and is very complex and varied, not only throughout its history in Hollywood but also in its manifestations in world cinema. When looking at Greater Chinese and Brazilian film history and the

transnational appeal of the gangster genre, it is no surprise that the producers of *Plastic City* chose to make a film in the realm of the underworld. Gangster films have been tremendously popular in recent years, not only in Greater China and Brazil, but also the other BRICS as well.

Crime and illegality have a well-established presence in the history of Brazilian film, almost from its inception. Italo-Brazilian film pioneer Affonso Segreto already reconstructed famous crime cases in film in the first decade of the 20st century, in the golden age, or *Bela Epoca*, of Brazilian film that lasted from around 1900 to about 1912, during which time local film dominated the domestic market. Brazil's first feature *Os estranguladores / The Stranglers*, by Antônio Leal, came out in 1908 and was a sensational re-enactment of an actual crime (LOPEZ, 2003, p. 111). The rural *cangaceiro* bandits adventured on screen in the productions of the high-end Vera Cruz studios, in *cinema novo* films and *chanchada* musical comedies. In recent decades the a majority of the greatest international successes in Brazilian film have been in the crime genre, such as *City of God* (2002) or the *Elite Squad* (2007–2010) series.

Gangster film is a strong genre in Greater Chinese cinema and particularly in HK where the industry is noted for its reinvention and mastering of the genre. Directors such as John Woo – whose “heroic bloodshed” triad films redefined action film aesthetics – or the *Infernal Affairs* series directed by Andrew Lau and Alan Mak (2002–2003) that was remade into *The Departed* (2006) by Martin Scorsese, are perhaps the most internationally known HK gangster films. In Greater China the gangster film is almost like the *wuxia* martial arts epic in that many of the prolific directors – such as Zhang Yimou (People's Republic of China [PRC]), Wong Kar-wai (HK) and Hou Hsiao-Hsien (Taiwan), who are all associated with art-house fare – have tried their hand at it. The PRC is a special case as gangsterism is censored by the SARFT (State Association for Radio Film and Television). However, gangster films and series are made, often set in the politically safer era before the founding of the PRC (1949). Jia's films on contemporary China, like Yu's, have featured if not cinematic gangsters then at least

petty criminals, starting from Jia's aptly named first feature, *Xiao Wu / Pickpocket* (1990). *Plastic City's* title in Chinese *Dang kou* (蕩寇) means *Outlaws* which evokes *The Water Margin* also known as *Outlaws*, that is considered one of the Great Four Classical Novels of Chinese Literature made into a film by Chang Cheh at the Shaw Brother Studio in HK in 1972. Chinese popular culture is infused with stories from *The Water Margin* and their dramatization for example in Beijing opera, quoted in Jia's *A Touch of Sin* (2013). The *wuxia* heroes like the outlaws of *The Water Margin* have a tradition of rising against corrupt officials and governments. Yuda and Kirin continue on this trajectory in their code of honour amongst thieves and struggles against corrupt politicians and their criminal partners.

The gangster genre is markedly not only transnational but also highly social as noted by a variety of critics. Economic reasons often propel the narrative for example in the subgenre of the rise-and-fall epic (which is often associated with immigrants in both world and HK cinema). The breakdown of community, often symbolized by the crime family, through the deterritorializing powers of the market is another popular narrative. *Plastic City* manifests both of these social themes of the genre as it follows the ruin of the immigrant Yuda's criminal business. In a particularly transpacific intertextual connection it has references to the HK "heroic bloodshed" films set in the Triads and the *yakuza eiga*, the Japanese gangster film. These films often mourn the loss of traditional values in modern society, such as community and loyalty. This theme is replicated as the characters in *Plastic City* lose their positions and their crime family is wiped out in an ever more cabalistic and global economy.

Plastic City, as crime films often, manifests components of both the *film noir* style the conspiracy film. The characters are drawn deeper in a turf war in a setting of treachery and paranoia and there seems to be no escape except for prison or death, which both come to the main protagonists. Here *Plastic City* corresponds to Fredric Jameson's ideas of conspiracy films as allegories for the totality of late capitalism (Ernst Mandel) and the individual's

role in it. In *The Geopolitical Aesthetic* Jameson reads the prolific conspiracy film production of the US in the 1970s and 1980s to show how these films articulate a nightmare vision of how we as individuals feel within the emergent world system in which multinational corporations hold sway. Postmodern texts tend to favour allegory as the multinational economy we live in is well-near impossible to represent. As Jameson postulated the social totality that he tries to grasp in cultural texts cannot be seen as such and can only be: “tracked like a crime whose clues we accumulate, not knowing we are parts and organs of this obscenely moving and stirring zoological monstrosity” (JAMESON, 1994 p. 117.). This sort of detective position is not unlike that of Yuda and Kirin who suddenly lose their bearings as their business comes under attack by businesses and organizations that reach way beyond national borders not to mention their local domain. The conspiracy film posits the protagonists to be a cog in the wheel or a node in a network, in other words someone caught in mechanisms – be they bureaucratic, economic or institutional – that are out of their control, this theme being one of the main themes of the noir style that often goes hand in hand with the crime film and also pervades *Plastic City*.

These allegories as Jameson notes, always include a mediatized or communicational third dimension which is both a “representational solution and representational problem” (JAMESON, 1992, p. 10) of these cultural texts. The mediatized and communicational dimension of *Plastic City* is emphasized in its metacinematic or self-referential form, as well as its mise-en-scène and narrative. New technologies, principally those of telecommunications, are highlighted. The cellphone, the advent of which to Bauman is the symbolic last blow to spatial or territorial power opposed to the new mobile and instantaneous exertion of control (BAUMAN, 2000, p.11) has replaced traditional gangster film iconography like the car in and *Plastic City* with its ubiquitous telephony a example of this. For example, Yuda’s street hawker army is controlled by prepaid cellphones, distributed to them before going to work. In another scene Kirin smuggles a cellular

to Yuda in prison, symbolically subverting state-controlled areas with new technologies. Screens within the screen are abundant and television often carries the plot forward, for example in the scenes where Kirin learns of Yuda's arrest and fake death on TV. Shots from a CCTV camera that records the Novo Mundo shopping mall raising noir spectres of a surveillance society tied to capitalism.

Like so many HK crime films – such as Johnnie To's "Kowloon noir" crime films or his recent HK/PRC co-production *Drug War* (2012) and Brazilian films (for example *Man of the Year*, *Alemão*, *Elite Squad* and *Neighboring Sounds*) – *Plastic City* is shot through with film noir qualities, such as the feel of paranoia and a dreamlike surreal aesthetic, sometimes induced by drugs in the narrative. The locations are typical noir public spaces – such as bars and nightclubs, restaurants and other heterotopic locations – instead of the home, which (if depicted) is shown as uncanny and porous, particularly to media. The setting is made unreal and oneiric, for example through hazy, layered, super-imposed images of the jungle and still photograph-like images of the city with expressionistic colours. Like Sergio Bianchi's gritty *The Tenants*, another *paulistano* film, it adds to the noir segment of the varied cinematic portrayals of São Paulo, a city whose cinematic profile has not been as well defined as that of Rio. Both films focus on the grey economy and crime with an acid critique of the system. *The Tenants* and *Plastic City* both, arguably unlike many of their contemporary films about crime, do not employ the "cosmetics of hunger" (BENTES, 2003, pp. 121–137), a concept that critic Ivana Bentes' used to mock the spectacularization of Brazil's social ills in a slick commercial form that mimics Hollywood fare. Rather, in their thriftiness, audacious film form, and focus on the marginalized, they follow the PRC Sixth Generation, as well as Brazilian independent film, and share qualities with the Cinema Novo tradition, that Bentes eulogized for its revolutionary qualities. In other words, the mythic or romanticizing aspects of gangster films or spectacular action sequences, popular in the action oriented crime films of the mainstream of both Greater China and Brazil, do not trump the socio-political critique of *The Tenants* and *Plastic City*.

Plastic City can be seen as a sort of postmodern, late-capitalist illegitimate child of the revolutionary tricontinental cinema that Glauber Rocha called for (Rocha, 1995 pp. 77–80). While the films of Yu Lik-wai and Jia Zhangke have moved in a Greater Chinese cinematic topography – even while keeping a keen eye on the effects of globalization in this territory – *Plastic City* crosses continental borders and brings Brazil into this orbit. However instead of the third worldist connections Rocha called for, now the connection in the world system is between two semi-peripheral/emerging powers and things are not as black and white.

As said Yu like Jia, a graduate of film studies from the Beijing Film Academy, draws from and cites from a variety of film movements and styles from world cinema. Like Yu's films, Jia's have had a youthful enthusiasm, a fresh expression and coarseness that diverge from the highly aestheticized and high-end works of the PRC Fifth Generation or HK commercial film. A lot of ink has been spilled accounting for Jia's influences, so I will here only draw connections to Brazil, such as the Cinema Novo movement. Jia's films have an aesthetic of austerity and grittiness that they share with the works of the likes of Glauber Rocha, who was influenced by neo-realism and the new wave like Jia and, as Stam and Johnson argue, by the Soviet avant-garde, who also theorized their cinematic practice (JOHNSON AND STAM, 1995, p. 55). Perhaps even more importantly, Cinema Novo and the work of Yu and Jia share nomadic narratives and aesthetics that Teshomi Gabriel located in Third World Cinema, such as the works of Rocha (GABRIEL, 1990). Just as Cinema Novo dealt with the migration from the impoverished north-eastern Brazil countryside to industrial centres in the south, with the narratives of colonization, imperialism and the trans-Atlantic slave trade as a structured absence, now Jia as well as Yu in *Plastic City* and his preceding work deal with structural changes associated with globalization such as the impoverishment and emptying of the countryside, urbanization and its "unintended city" in the PRC with the same avant-garde and art-house aesthetics, making intertextual connections to former political film movements and social issues.

São Paulo is known as the business hub of Brazil, so it is natural that the market-centred *Plastic City* is set there. The other reason is that the city boasts Brazil's largest and most prolific Asian city district, Liberdade (also now known as Japão-Liberdade), which has the largest concentration of Japanese people outside of Japan. Rio's instantly recognizable cityscape and natural beauty would perhaps not be a good setting for this noir film – the endless, often mundane metropolis of São Paulo, that is shown through aerial shots in the beginning, complements the film's supranational aesthetic and narrative. Still, between settings of mundane global spaces – such as ports, offices, restaurants and shopping malls – the film showcases São Paulo landmarks such as Ibirapuera Park, the well-known architectural feats of Oscar Niemeyer and cityscapes from Liberdade, such as its *torii* gates and signature oriental streetlamps. The aesthetic of the setting ricochets between the universal and local, and certainly over the national.

The cultural hybridity of *Plastic City* is not confined to its narrative and settings – the soundtrack features Brazilian heavyweight musician Tim Maia, who himself mixed a variety of musical styles, such as rock and funk, into local styles. More vernacular Brazilian music, like *forró*, appears side to side with Chinese songs and popular music features on the diegetic soundtrack. At one point there is a disconnected scene of parkour – the flowing urban sport that originated from the suburbs of Paris, known originally as *l'art du déplacement* ('the art of movement') – that challenges its practitioner to think through her or his environment in a new way. At one point there is an oneiric sequence of a bloody fight that, in its action aesthetics, is clearly influenced by the Chinese *wuxia* (martial arts spectacle) genre and the heroic brotherhood Triad gangster film, as well as the Japanese samurai epic. The crew of Yuda and Kirin is noticeably multi-ethnic. Inacio, Yuda's bodyguard, is a *negao* (big black man) and Kirin's top lieutenant has a Japanese name, Tetsuo, even though he is a *pardo* Brazilian. Noticeably, the high-level crooks are white, such as the corrupt politician Coelho, with the exception of Chinese Mr. Taiwan who, in collusion with local elites, muscles in

on Yuda's territory with better business models and ruthlessness. The racial make-up of the powerful characters in the film could be seen as correlating to the ethnic composition of the Brazilian social hierarchy; however, perhaps more important here is that the upper echelons of the villains are impersonal business types and politicians, and throughout the film the criminal conspiracy progressively resembles a corporate industrial-political structure. The new crook on the block, Mr. Taiwan and his never seen masters are a sign of a new era and way of doing business. The origin of the commodity becomes even more obfuscated in Mr. Taiwan's operations in which the illegal products are no longer fake but surplus, made in the same factory as the originals; this practice not uncommon in the manufacturing systems of the PRC. Black collar and white collar business is mixed, as are business and politics. This obfuscation between the private and public propels an expression of an uncertain neoliberal world and underscores the individual's limitations and awe when he glimpses, or tries to make sense of, the world system.

The film's hybrid quality is embodied by star Anthony Wong who plays Yuda. Wong is of mixed race, born in HK to a British father and Chinese mother, and has been known to criticize HK society for being discriminatory against people of mixed ethnicity, a stigma that followed him into his acting career that has often seen him cast as a gangster, but also as a policeman (for example in *Infernal Affairs*). This sort of dual casting, in which actors play cops and crooks in different films (even though in these narratives they are often on both sides of the law), is common in both HK and Brazil. Brazilian examples include Wagner Moura or Milhem Cortaz, who plays the role of a thug in *Plastic City* and recently played a compromised policeman in the *Elite Squad* films as well as *Alemão*, which could be seen as a Brazilian version of HK film *Infernal Affairs* – a film about police moles trapped in the favela in a morally ambient noir atmosphere.

Environmental Dimensions

Plastic City starts out in 1984 in the Oiapoque region of the Amazon, that an opening title describes as being a “gold mining region notorious for land disputes”. The film opens *in medias res*, Yuda, with five-year-old Kirin, is being hunted by gunmen, the identity of whom (border guards or gold prospectors?) is never told. A shot of the rainforest with the colour adjusted to red initiates the film, leading into a montage featuring shots of the jungle, a littoral, gold, cash and the Brazilian flag. The scene soon cuts to a border sign saying “Brazil begins here”, underscoring the boundary-crossing narrative and paralleling the transnational nature of the film itself. After the above-mentioned opening sequence in the tropical forest, the visuals cut to aerial shots of the huge urban sprawl of contemporary São Paulo, as if to underscore the upheavals of human development and urbanization that occurred in Brazil, or in China for that matter (with Deng’s economic reforms), during the set timeframe: 1984–2008. The film explicitly noting that the control of the land of the Amazon area has been controversial could be seen to reflect a larger critical view of history harking back to colonialism, particularly as the film features a tribe of natives of the Amazon, to whom Yuda returns at the end of the film. From the point of view of the indigenous people of the Americas, the whole nation of Brazil and the colonisation of the Americans could be seen as a ‘land dispute’. Struggles over land in Brazil are a perennial problem, particularly in the rural areas and the unintended city of the favela, two of the main settings of the film, are hotspots for these clashes. In the Oiapoque area land disputes continue as multinational oil companies want to drill off the coast and soy producers muscle in in order to get land from earlier settlers (VIDAL, 2017). The film is situated in perhaps the most famous ecosystem under threat: the Amazon, and the rain forest sequences that bookend this film about a turf war of commodity market. Yuda and the indigenous people in the Amazon he goes out to hide and live with are intercepted by criminals seeking natural resources. Even though the crooks are a nondescript band

of armed thugs after gold, the allegory of seeing them as symbolic corporate raiders of the Amazon, connected to the world economy – say like the cattle *coronels* and corporations that cut the forest down for industrial agriculture – is not hard. It should be remembered that China as Brazil's main trading partner, imports commodities like Brazilian beef and soy, the production of which are often detrimental to the Amazon. The Amazon sequences anticipates and close the narrative of predatory business practices as well as brings another layer to the films microcosm of a neoliberally driven polity and world in which resources are fought over in a predatory struggle. With its rainforest component, *Plastic City* ties environmental concerns to other spheres of globalization such as capitalism in its late form, connecting the spectre of environmental collapse to the world system and consumer culture.

Another ecological statement is the reoccurring motif of the white tiger that Yuda encounters in the jungle like a ghost, unconnected to the narrative. The white tiger, an animal popular in mainstream iconography, is seriously under the threat of extinction, be it the white tigers of India or from the Russian Far East that once ranged throughout Asia and now are counted in their hundreds. Some Brazilian viewers expressed dismay with the placing of a tiger in the Amazon, but this anomaly is precisely the point. The creature signifies both an endangered species and displacement, as it is not in its natural habitat, both corresponding to the situation of the main protagonists; this connection is visually made by Yuda having tigers tattooed across his chest. Like in *Jia's Touch of Sin* flora and fauna are focused on in the film: snakes, crocodiles and other animals and lush vegetation are shown, also within the city contributing to the films surreal and *noir* atmosphere.

It could be seen in its form and themes that the film is an example of what could be called *environmental noir*. If traditional film noir is manifested in crime and melodrama, or a mix thereof, creating a general feeling of being caught in mechanisms beyond one's control, environmental noir could be seen to mix environmental themes, often with crime film. Themes of powerlessness which previous noirs connected to the darker

aspects of modernity, are in environmental noir melded to the grand narrative of consumerism and environmental crisis we are now living in.

Liquid metaphors

A more straightforward ecological commentary is the TV imagery of a flood in the city that the characters watch as if by accident as they are hiding out. These transmedial images of a deluge of biblical proportion (that well relate to the stock images of environmental destruction in Salles' piece in *Where has Time Gone?*) could also be seen to symbolize the upheavals in the lives of Yuda and Kirin as they fall from the pinnacle and take refuge in the favelas. The floods add to other aquatic imagery – such as aerial shots of the Amazon River, a swimming pool, the harbour, and the ocean – prevalent in the film, as if the liquid images stood for the ambivalent position of the film's characters. The flood and a general reoccurring motif of water in the film could also be read in another way: globalization's effects have often been defined in marine terms, such as Arjun Appadurai's *flows*, the *waves* in world cinema suggested by Dudley Andrew or literature (Franco Moretti), a *financial tsunami*, *liquid assets*, a *flood of refugees* and so on. The film's ending coda that begins, "All destinies flow together into an endless river. Every grain of sand is a world", points both to globalization and also to an ecosystem-like idea of connectedness. Perhaps one could also connect this rather generalizing coda to the film's postmodern form (pastiche, incorporating high and low culture, being self-referential, depicting a mediatized consumer society) and the fact that, in a culture in which postmodernity is the dominant cultural form, one should rethink the relations of the universal and the particular in previous societal formations such as the hard modernity that preceded contemporary "liquid modernity" (BAUMAN, 2000). The "high" or "hard modernity" of the city is represented in the film as dilapidated and seedy. Emblematically homeless Kirin lives in a cardboard shack under a Niemeyer designed modernist pentice which teenagers set on fire.

The film also deals with the nautical concept of piracy as the characters business is based on fake goods and pirated media. The rebellious practice of piracy, seen in the market of fake clothes that cause grey hairs for multinational corporation executives for instance, is one of the strategies used in the struggles which determine what sort of media and artistic production gets to be seen and heard. It should be noted that Jia has commended the informal DVD market, for example in *A Guy from Fenyang* and in other instances, as it has been his primary distribution channel in the PRC, where his work has more often than not been censored. So, in dealing with the informal sector of the economy and piracy, the filmmakers make a self-reflexive comment on the state-controlled domestic Chinese film market. In the Sino-Brazilian case of *Plastic City*, they also highlight the Hollywood-dominated world film market and the situation of filmmakers who, like Jia and Yu, work outside of China's state-dominated studio system, as well as the sub-imperial position of a filmmaker operating in an emerging economy such as Brazil. Brazil is rife with media piracy as well, perhaps the best known case being the leaking of *Elite Squad* before its run in theatres. Thus a film about the informal economy (drug trade) was distributed in the grey economy, as noted by Ramon Lobato in his book on cinema piracy (LOBATO, 2012, pp. 49-52). In its narrative and form, *Plastic City* is aligned with Bhaskar Sarkar's idea of the pedagogy of the piratical, used as a method of transnational film study and oppositional media practice. Sarkar opens up the concept of piracy as a problematizing, if not deconstructive, concept:

Piracy opens up a chasm between what is considered legal and what is felt to be legitimate. The piratical is a space that emerges in this gap, marked by motley, opportunistic negotiations between its two poles. But piracy has a longer and broader history. Drawing on Roman law, Daniel Heller-Roazen invokes the littoral space of the seashore: the zone of indeterminacy etched between the shifting line of the land and the sea. As the shoreline moves with the seasons and

the tides, various property lines and notions of sovereignty – dependent on a stable conception of territory – find themselves on uncertain grounds. The confusion is further confounded by the arrival of foreign ships, floating islands of alien jurisdiction, within a country's territorial waters. Piratical activities arise in this liminal zone, this *terra infirma*, that puts to question the validity of laws and the command of authorities. Historically, the confusion between land and sea has been the provenance of exploratory, affiliations, kinships and sexualities. The *littorum* are thus evocative of a range of uncertainties beyond the legal-juridical realm and evoke fluid connections, risky undertakings and deracinated communities. As such, the piratical is best understood as a realm of the creative and the experimental, the disruptive and the entrepreneurial (SARKAR, 2016, pp. 2–3).

The coastline has been evoked in Brazilian film history to question Brazilian myths of a pure or monolithic nation in films such as in the classics *Land in Anguish/ Terra em transe* (1967) and *How Tasty was My Little Frenchman/ Como Era Gostoso o Meu Francês* (1971). *Plastic City* continues this tradition and is a cinematic rumination on the destabilizing idea of piracy outlined in the above quote. The film is bookended by scenes on the coastline and the border as if to underscore this. It is notable that not only the mise-en-scène but also the film form in the surreal opening and closing sequences stress the malleable. Edited in a rapid and fluid fashion, mobile imagery of sea and the jungle are layered and dissolve on one another. In terms of the story, not only is the business described as piratical but Yuda's ship that is used to import contraband is hijacked by a gangster controlling the docks, which propels Yuda to destroy it, hastening his downfall. The pirated product, often associated with the business practices of the "global south" and the narrative of piracy of the film itself symbolize the dissolving of strict borders between the centre and the periphery in the contemporary world system.

Conclusion: The prison of the market

Duality pervades *Plastic City*; China-Brazil, centre-periphery, genre film-independent cinema, the fake product and so on. The characters serve two lieutenants of the same master, the local (corruption, crony capitalism, associated with developing economies) and the global (global capitalism and consumer culture), which both sideline the state or turn its organs into corporate or clan-like entities. Two sites are foregrounded, primarily the market and secondly the prison, selective freedom and incarceration. Much of the film unfolds in a shopping mall or in the hawker-filled streets of Liberdade. It is safe to say that financialization and the market are seen as a given a fact of life, posited as something almost natural. Now the individual, or *homo economicus* is seen as a sort of entrepreneur, way beyond the realm of the discipline of economics. This outlook is central to the market-led deregulative ideology of neoliberalism that is deemed (in Brazil after the fall of the Washington consensus in Latin America and globally after the financial crisis of 2008) in Neil Smith's words to be "dead but dominant" (SMITH, 2011). *Plastic City* is a microcosm of the "world-as-a-market", a fact underscored by the multi-ethnic composition of the participants as well as by the importation of the goods from overseas. The commodity central to the narrative is the knock off – instead of the usual narcotics of crime films – a fake, hybrid product that melds together the formal and informal market, as Kirin says at one point, "I deal with fake goods and real cash". The inescapable totality of the market and its all-encompassing nature are made evident in the narrative, for example when Kirin comments to a underling: "We can sell these sneakers for ten Reais because two billion Chinese and Vietnamese work like slaves," later adding to this, "we are all slaves, so just be happy." The scene with this dialogue unfolds in Liberdade, an area whose name is derived from it being an execution area for slaves, as their only liberation ('liberdade' in Portuguese) was through death. Kirin's remarks thus refer both to the grim history of the setting and the more oblique modes of power functioning in the world economy today.

The film shows everybody to be in on the market in one way or another, from the low-level knock-off merchants to elected politicians and the law, exemplified by the police that are on the take from the traders or in on the business. Interestingly, a politician who is in on the action tells Yuda and Kirin that “the gringos do not like our business”, as if the Brazilian authorities, like him and the informal sector, had common interests against the US corporations enforcing copyright, suggestive of an emerging economy position. On the politician’s request, Yuda and Kirin organize a mock media event regarding the destruction of counterfeit goods for the benefit of the authorities in order to show they are fighting the knock-off industry. In this sequence, forgery reaches not only production but also the media and politics.

The film is punctuated with the main characters’ incarceration and violence. In the narrative Yuda goes to prison twice and Kirin once. Penitentiary conditions are a persistent problem in Brazil, critically registered by Hector Babenco’s São Paulo set *Carandiru* (2003) or Padilha’s *Elite Squad 2*, but here the prominence of the penal system should be seen as a more allegorical commentary. Neoliberalism postulates the liberation of markets but falls short regarding the liberation of the individual, who after all is under economic coercion in this system. The many scenes set in prison that the main characters go in and out of in *Plastic City* underscore this fact. The dream of the free market houses an utopia of justice and progress. However, the compatibility of crime and capitalism is proven in sociological studies of criminality, particularly in newly liberalized economies, for example by Volkov’s studies of violent entrepreneurs in Russia or Sanchez’s studies in India (VOLKOV, 2002; SANCHEZ, 2016). Recently economically liberalized societies are also prone to corruption (HOLMES, 2006). If Clausewitz denoted war to be a continuation of politics by other means, Bauman paraphrasing him saw contemporary wars as the continuation of global free trade with other means (BAUMAN, 2000 p.12). *Plastic City*, like many of its gangster film compatriots, posits violent crime to be a continuation of capitalism by other means, calling to question the practice of neoliberalism that is intertwined

with domination by force, on the level of the individual and the nation state.

Perhaps due to its 'middle economy' qualities *Plastic City* is and should be categorized as *BRICS Cinema*, as none of the other concepts used to analyze world cinema before describe it more accurately than this term; one can call it *transnational* of course, but that would not help us to understand where the film stands in global cinema much better. If one looks through the prism of developing economies or the BRICS, it emerges that the attraction of the crime and gangster genre in the BRICS (for example the works of Ram Gopal Varma in India or Alexey Balabanov in Russia to bring in some examples from outside of Brazil and China outlined above) is a result of recent upheavals in these countries, and not only due to their insertion into the circulation of global cinema. Specifically the popularity of the crime genre is related to the BRICS position in the world system, the prevalence of corruption, the loss of the prestige of the state to markets, the rise of crime with social disintegration, a disillusionment in capitalism and the films being a reaction to rather recently introduced neoliberalist policy, often implemented under duress. These factors, often pointed to in *Plastic City*, and the need of filmmakers and audiences to negotiate them (often allegorically), are the reasons for the prevalence of the genre, not only the influence of Hollywood and waves of top down cultural globalization.

Acknowledgements:

For helpful comments and suggestions, I wish to thank Jason Coe, Gina Marchetti and Derek Lam to whom I owe the idea of the conspiratorial gangster film, as well as the peer reviewers and editors of *Ideias*.

References

- BAUMAN, Z. **Liquid Modernity**. Polity Press: Cambridge, 2000.
- BENTES, I. The *sertão* and the *favela* in contemporary Brazilian film. In NAGIB, L. (ed.) **The New Brazilian Cinema**, I.B. Tauris: London, 2003. pp. 121 – 137.
- BHASKAR, S. The Pedagogy of the Piratical. In MARCINIAK, K. and BENNETT B. (eds.) **Teaching Transnational Cinema**, Routledge: New York, 2016. accessed from http://www.academia.edu/24529405/Pedagogy_of_the_Piratical 10/6/2108
- COLEMAN, W. and SAJED, A. **Fifty Key Thinkers on Globalization**, Routledge: Abington, UK:, 2013.
- GABRIEL, T. Nomadic Aesthetics and Black Independent Cinema. In FERGUSON, R. et al (eds.) **Out There: Marginalization and Contemporary Cultures**. MIT Press: Cambridge, Mass., 1990. pp. 395 – 410.
- HOLMES, L. **Rotten States, Corruption, Post-Communism and Neoliberalism**. Duke University Press: Durham, NC, 2006.
- JAMESON, F. **The Geopolitical Aesthetic: Cinema and Space in the World System**. Indiana University Press: Bloomington, 1992.
- JAMESON, F. Remapping Taipei. In Browne N. et al (eds.) **New Chinese Cinemas, Forms, Identities, Politics**. Cambridge University Press: Cambridge, 1994. pp.117-150.
- LOBATO, R. **Shadow Economies of Cinema, Mapping Informal Film Distribution**. Palgrave McMillan: London, 2012.
- LOPEZ, A. M., Early Cinema and Modernity in Latin America. In SHOHAT E. and STAM R. (eds.) **Multiculturality, Postcoloniality and Transnational Media**. Rutgers University Press: New Brunswick, 2003.
- MANNER, M AND TEIVAINEN, T. **Brasilia**. Siltala: Helsinki, 2016.

MARCHETTI, G. **Infernal Affairs**. HKU Press: Hong Kong, 2007.

MARCHETTI, G. **Citing China: Politics, Postmodernism, and World Cinema**. University of Hawai'i Press: Honolulu, 2018.

ONG, A. **Flexible Citizenship: The Cultural Logics of Transnationality**. Duke University Press, Durham, 1999.

ROCHA, G. The Tricontinental Filmmaker; That is Called the Dawn. In STAM R. AND JOHNSON, R. (eds.) **Brazilian Cinema**, Columbia University Press : New York 1995. p.77-80.

ROHTER, L. *Brazil on the Rise*. Palgrave MacMillan: New York, 2010.

SARKAR, B. The Pedagogy of the Piratical. In MARCINIAK, K. and BENNETT B. (eds.) **Teaching Transnational Cinema**, Routledge: New York, 2016. accessed from http://www.academia.edu/24529405/Pedagogy_of_the_Piratical 10/6/2108

SANCHEZ, A. **Criminal Capital**. Routledge: Abington, 2016.

SMITH, N. *Cities After Neoliberalism*. 2011. URL http://www.academia.edu/6424629/Cities_After_Neoliberalism accessed 6/11/2016

STAM, R. AND JOHNSON, R. (eds.) **Brazilian Cinema**. Columbia University Press: New York, 1995.

SHOHAT, E. and STAM, R. **Tropologies of the Transnational**. Paper presented at the World Studies Conference, University of Hong Kong, June 25, 2016.

VÁZQUEZ VÁZQUEZ, M. *The Question of Class in Contemporary Latin American Cinema* Lexington Books: Lanham, Maryland, 2018

VIDAL J. Amazon rainforest's final frontier under threat from oil and soya. **The Guardian**. 16, February 2017. URL <https://www.theguardian.com/global-development/2017/feb/16/amazon-rainforest-final-frontier-in-brazil-under-threat-from-oil-and-soya> accessed 13/6/2108

VOLKOV, V. **Violent Entrepreneurs**. Cornell University Press: Ithaca, 2002.

‘We all want to change the world’: John Lennon, Yoko Ono e a Nova Esquerda

Vanessa Pironato Milani¹

Resumo: Este artigo tem por finalidade analisar, à luz do efervescente cenário dos anos 1960, o engajamento político de John Lennon e Yoko Ono, perceptível desde suas produções solo, e consolidado com o início de seu relacionamento, momento a partir do qual acabaram fortalecendo e ampliando seus atos artístico-políticos. Sendo assim, busca-se refletir sobre as produções musicais de tais artistas a partir da segunda metade da década 1960, demonstrando como também a música pode ser um ato revolucionário, para além dos protestos nas ruas, nos *campi* universitários e dos jornais e revistas *undergrounds*.

Palavras-chave: Yoko Ono. John Lennon. Nova Esquerda. Engajamento.

‘We all want to change the world’: John Lennon, Yoko Ono and New Left

Abstract: This paper aims to analyze, in the light of the effervescent scenario of the 1960s, the political engagement of John Lennon and Yoko Ono, perceptible from his solo productions, and consolidated with the beginning of their relationship, from which moment they strengthened and expanded their artistic-political acts. Thus, it is sought to reflect on the musical productions of such artists from the second half of the 1960s, demonstrating how music can also be a revolutionary act, in addition to street protests, university campuses and underground newspapers and magazines.

Keywords: Yoko Ono. John Lennon. New Left. Engagement.

¹ Doutoranda em História na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Brasil, com financiamento Capes. E-mail: vanessapironato@yahoo.com.br.

'We all want to change the world': John Lennon, Yoko Ono e la Nueva Izquierda

Resumen: Este artículo tiene por finalidad analizar, a la luz del efervescente escenario de los años 1960, el compromiso político de John Lennon y Yoko Ono, perceptible desde sus producciones solitarias, y consolidado con el inicio de su relación, momento a partir del cual acabaron fortaleciendo y ampliando sus actos artístico-políticos. Siendo así, se busca reflexionar sobre las producciones musicales de tales artistas a partir de la segunda mitad de la década de 1960, demostrando cómo también la música puede ser un acto revolucionario, además de las protestas en las calles, en los campus universitarios y de los periódicos y revistas undergrounds.

Palabras-clave: Yoko Ono. John Lennon. Nueva Izquierda. Compromiso.

*I know you, you know me
One thing I can tell you is
You got to be free*

"Come Together" – John Lennon/Paul McCartney

*Yes, i'm a witch,
I'm a bitch
I don't care what you say,
My voice is real.
My voice speaks truth,
I don't fit in your ways.
I'm not gonna die for you,
You might as well face the truth,
I'm gonna stick around for quite a while.*

"Yes, I'm a witch" – Yoko Ono

Antes de se conhecerem em 1966, John Lennon e Yoko Ono trilharam caminhos distintos dentro do universo artístico. Enquanto ele, a partir do início dos anos 1960 vinha experimentando a ascensão meteórica dos Beatles, que ocasionou a chamada *beatlemania*, ela desde a segunda metade da década anterior estava no meio artístico *underground* de Nova York, expondo suas obras, além de participar do Grupo *Fluxus*, liderado

por John Cage, com o qual desenvolveu sua produção musical vanguardista. Desta maneira, quando se encontraram, na segunda metade da efervescente década de 1960, Lennon e Yoko puderam unir suas distintas experiências. Era a união do pop (rock) com a vanguarda, do engajamento que se fortalecia no ideal de John Lennon com aquele já consolidado – mas que, posteriormente, tomaria outra dimensão – de Yoko Ono. Assim, o presente artigo tem por finalidade analisar, à luz dos anos 1960, o engajamento político de John Lennon e Yoko Ono, buscando refletir sobre suas produções musicais e demonstrando como elas podem ser um ato revolucionário, para além de outras formas.

Desde a invasão beatlemaniaca nos Estados Unidos, em 1964, com o crescente assédio dos fãs, pressão da gravadora para que os Beatles fizessem cada vez mais shows e produzissem mais discos, os encontros diplomáticos dos quais não podiam se esquivar (dado que quando o faziam, eram ameaçados)², a fala de Lennon a respeito de Jesus Cristo – que foi mal interpretada e gerou diversos incidentes³ – o sonho do músico de ter uma banda e alcançar sucesso foi se desgastando. Ademais, estar em terras norteamericanas enquanto este país avançava na Guerra do Vietnã, sem poder expor o que pensava a respeito a fim de evitar polêmicas,

² Em 1966, os Beatles saíram do Japão e foram para Manila, nas Filipinas, que vivia sob o regime ditatorial de Ferdinando Marcos e sua esposa Imelda Marcos. Tendo sido convidados para visitar o Palácio de Malacañang e conhecer Imelda, recusaram tal convite. A desfeita à primeira-dama gerou uma revolta gigantesca e uma série de ameaças vindas da população local. Com isso, os *FabFour* tiveram que sair às pressas e às escondidas do país, para nunca mais voltarem.

³ No mesmo ano do incidente nas Filipinas, John Lennon declarou: “O Cristianismo vai acabar, vai diminuir e sumir. Hoje nós somos mais populares que Jesus. (...) Não sei o que vai acabar antes, se o rock and roll ou o cristianismo”. Tirada de seu contexto, a frase “somos mais populares que Jesus” gerou uma tremenda revolta nos EUA, especialmente no chamado “cinturão bíblico”, que era também dominado pela Ku Klux Klan. As pessoas, incentivadas pelas rádios locais, queimaram discos e objetos dos Beatles, ameaçaram-lhes de morte e as rádios boicotaram suas canções.

fez com que Lennon repensasse o papel dos Beatles na sociedade e, consequentemente, o do rock. Ele sabia que este poderia se tornar uma força política se fosse ligado a uma organização política real (WIENER, 1991, p. 5). Nesse sentido, foi no *tour* dos Beatles, em 1966, nos EUA, que John Lennon expôs suas ideias políticas, seus sentimentos diante das decisões governamentais violentas (WIENER, 1991, p. 20-21), dando mostras de seu posterior engajamento, quando passou a apoiar abertamente movimentos sociopolíticos, sem temer opiniões públicas, de fãs, das mídias ou da indústria fonográfica. A partir de então, ele se tornaria um defensor da Nova Esquerda e de movimentos pelos direitos civis, fortalecendo tal defesa durante o início dos anos 1970.

No mesmo período, Yoko iniciava sua participação no grupo Fluxus⁴, após já ter se apresentado com John Cage no início da década de 1960. Neste grupo ela desenvolveu uma nova concepção de composição e passou a utilizar sons não convencionais e aleatórios. Além disso, como as ideias de Cage não só abarcavam mudanças no campo da música, mas também no âmbito de outras expressões artísticas (ALMEIDA; OLINTO, 2017, p. 17), privilegiando as artes performáticas, os *happenings* e a arte conceitual, Yoko também se especializou nesses tipos de apresentações. Desta forma, acabou se destacando pelos *happenings* que protagonizou, que tinham a intenção, assim como as performances do Fluxus, de chocar, perturbar, irritar, e não simplesmente de entreter o público (VALES, 2016, p. 49). Uma das performances mais conhecidas, e que marcou as apresentações de Yoko Ono, foi a *Cut Piece*. O *happening*, apresentado pela primeira vez em Kyoto, no Japão, em 1964, consistiu na plena imobilidade de Yoko no palco, ao lado de um par de tesouras o qual o público era convidado a manejar para cortar pedaços da roupa da artista. Apresentada numa época marcada por conflitos internos em diversos países, pela Guerra do Vietnã e pelo desenvolvimento do

⁴ Grupo vanguardista que teve o compositor John Cage como um de seus nomes de destaque. *Fluxus* ficou famoso por buscar a aleatoriedade, a não convencionalidade e até o silêncio em suas composições. Dessa forma, rompia com o ideal de arte que vinha do Modernismo.

armamento nuclear, a apresentação era um convite ao pensamento acerca das ações humanas diante de tanta barbárie e a respeito das reações individuais quando das possibilidades de intervenção diante de uma pessoa indefesa. O resultado assustou Yoko: muitos usaram de sadismo, cortando seu sutiã, para que ela ficasse mais exposta em cima do palco, além daqueles que a ameaçaram com a tesoura, fingindo que a cortariam.

Na exposição da Indica Gallery, onde Yoko conheceu Lennon, estavam expostas suas obras vanguardistas, as quais, em sua maioria, exigiam a participação do público, por isso vinham acompanhadas de “*instructions*” (instruções), e eram denominadas de “*Unfinished Paintings*” (Pinturas Inacabadas). Lennon ficou encantado com as obras e a forma com que interagiam com o público e também com as mensagens que transmitiam – em sua maioria de paz ou reflexivas sobre o ser humano e suas ações destrutivas. Após este dia, não só a vida de ambos foi modificada, mas também a música e a arte de cada um. Ademais, o ativismo político ganhou duas figuras de peso, que fizeram de suas produções artísticas um meio de expor aquilo que defendiam e em que acreditavam, mesmo que divergissem do pensamento de líderes dos movimentos sociopolíticos.

A referida divergência entre o pensamento revolucionário de John e Yoko e os daqueles de líderes de movimentos pelos direitos civis e da Nova Esquerda se deu no conturbado ano de 1968, em que ocorreram as manifestações de rua contra a guerra do Vietnã, o Maio francês, a Primavera de Praga, o acirramento da luta pelos direitos civis nos EUA – acontecimentos que o levaram a ser considerado como ‘o ano que abalou o mundo’ (FENERICK; MARQUIONI, 2015, p. 23). Os ocorridos neste ano foram possíveis devido a um fenômeno histórico, que Theodor Roszak (1972) chamou de Contracultura. Em seu livro homônimo, ele analisa acontecimentos nunca vistos antes na sociedade, como a expansão da cultura jovem, as rebeliões estudantis, o crescimento dos *hippies*, o surgimento da Nova Esquerda, os movimentos que contestavam a Guerra do Vietnã e a Guerra Nuclear, enfim, aspectos que eram novos para uma sociedade acostumada com a servidão do

consumismo. Para alguns jovens que cresciam nessa sociedade, era uma vida perdida e sem sentido, que os estimulou na busca de uma nova forma de viver, na qual desejavam também mudar a sociedade. Assim, segundo Alexander Cockburn (1969, p. 7) a “emergência do movimento estudantil promete[u] uma renovação das políticas revolucionárias bem como a chegada de uma nova força social”, que teve seu ápice no ano de 1968 com as diversas manifestações revolucionárias ocorridas em diferentes países.

Antes, porém, da explosão dos acontecimentos de 1968, a esquerda já vinha passando por grandes mudanças e reestruturações em seu pensamento, tendo em vista a exclusão do marxismo ortodoxo para dar lugar ao que ficou conhecido como Nova Esquerda (*New Left*). Surgida em 1956, na Grã-Bretanha, após dissidência no Partido Comunista Britânico, ela tinha o intuito de se contrapor aos ideais da esquerda que haviam sido colocados em prática e pensados até então. Após as denúncias de Nikita Khrushchov, em 1956, dos crimes cometidos por Joseph Stálin durante seu governo, muitos dos que acreditavam e defendiam as políticas de esquerda e que viam na União Soviética um exemplo de que a revolução era possível sentiram-se “traídos” pelo líder soviético e se desiludiram com essa forma de pensar a esquerda. Assim, como destaca Rodrigo de Sousa (2007, p. 13) a *New Left* “buscava uma abordagem mais humanista, revisada no marxismo, como uma alternativa à ortodoxia defendida pelos soviéticos e imposta ao país”.

Em seu local de origem, a *New Left* foi marcada pela grande contribuição de “intelectuais, políticos, críticos e artistas que participaram dentro dela ou vieram a ter contato com suas ideias e atividades” (KENNY, 1995, p. 1), como Edward Thompson, Raymond Williams, Stuart Hall, Perry Anderson, John Saville, Charles Taylor, Herbert Marcuse, entre outros. Ademais, teve como norte contestatório a luta pelo desarmamento nuclear. Com a Guerra Fria em curso, a corrida armamentista estava presente nos países envolvidos neste conflito, e uma guerra nuclear estava no horizonte das grandes potências que investiam pesado na fabricação de armas cada vez mais potentes. Desta forma, os

ingleses, que não eram convocados a lutarem no front do Vietnã, mas que viam as atrocidades do conflito e a iminência de uma guerra com capacidade de destruição mundial, também se engajaram na luta pacifista, pelo menos em seu início. Para tanto, os intelectuais novaesquerdistas supracitados foram de grande valia para que a juventude revolucionária refletisse sobre o que ocorria ao seu redor e a respeito de qual seria o melhor caminho possível a ser seguido. Não à toa, Herbert Marcuse foi o grande destaque entre a juventude, o mentor dos jovens rebeldes da Europa Ocidental e dos EUA, como o definiu Theodor Roszak (1972, p. 56).

A respeito do pacifismo esquerdista inglês, no jornal *International Times* de 1967 (IT 11, p.2) há uma coluna que afirma ser sobre “political/peace things happening”, na qual destaca-se que o Committee of 100 – grupo britânico anti-guerra, com foco no desarmamento nuclear e que usava da desobediência civil e pacifismo como meios de protestar – estava convocando para um mês de intensificadas atividades contra o suporte britânico à Guerra do Vietnã. No entanto, três anos depois, no mesmo jornal (IT 77, 1970, p. 10), o poeta e pacifista Tuli Kupferberg assina uma matéria na qual destaca as constantes violências que os grupos revolucionários estavam sofrendo e afirma:

O movimento pacifista está aparentemente frustrado. A guerra continua e cresce no Laos. Nixon e Agnew manipulam o grande público americano de uma maneira magistralmente estúpida.

Estou completamente deprimido [...] não posso oferecer palavras de encorajamento. [...] A verdade nem sempre liberta alguém. Às vezes, paralisa. [...] este é um argumento para o silêncio: Aqueles que estão sorrindo ainda não receberam a notícia.

O que se percebe é que no início dos anos 1970 a confiança e a esperança de que uma revolução pacifista poderia ser levada a cabo havia se transformado em uma descrença e desanimava aqueles que sempre a defenderam, como o caso de Kupferberg. E este era um sentimento presente em grande parte dos novaesquerdista.

No entanto, a Nova Esquerda, nascida na Grã-Bretanha, não se limitou a seu país de origem e foi também destaque em outros lugares, como nos EUA, onde grupos estudantis foram os grandes representantes dessa nova maneira de pensar a esquerda, o marxismo e os rumos da sociedade. Um dos mais destacados exemplos norte-americanos, “que começou como uma ala estudantil de uma organização social-democrata decadente e se tornaria uma das principais vozes do que se chamaria de ‘Nova Esquerda’” foi a *Students for a Democratic Society* (SDS). Esta, em seu início, lançou o que ficaria conhecido como *Declaração de Port Huron*, de 1962, na qual, fazia uma análise da sociedade norte-americana e dos problemas que ela enfrentava, como por exemplo, “a corrida armamentista, a ameaça nuclear e a segregação racial nos estados sulistas” (SOUSA, 2007, p. 12), destacando:

a necessidade de tornar a democracia norte-americana mais autêntica, abrangente e inclusiva através de reformas sociais, o resgate de valores comunitários em desuso na nova sociedade de massa, o compromisso com a paz na política externa e o protesto não-violento no âmbito doméstico.

No entanto, “com a escalada militar no Vietnã, iniciada em 1965”, a SDS mudou seu caráter e grande parte de seus integrantes passou a defender a luta armada, como bem ilustra a frase, de 1967, de Carl Davidson, um de seus representantes: “Os tempos me dizem que o que devemos fazer desta vez é destruir” (DAVIDSON Apud SOUSA, 2007, p. 18). Somente dois anos depois da Declaração afirmando seu aspecto pacifista e humanista, a SDS rompeu com os ideais nos quais fora forjada. Ela dividiu-se entre aqueles que continuavam acreditando na luta institucional *versus* aqueles que viam no combate violento a única forma de derrotar o governo norte-americano e dar fim à Guerra do Vietnã. Tal divisão só se deu por completo em 1969, com a criação dos *Weathermen*, que defendiam “explicitamente a derrubada violenta do Estado americano, recorrendo a ações armadas e atentados a

bomba para atingir esse fim” (SOUSA, 2007, p. 18-19). Assim como a SDS, outros movimentos, após o crescente envio de tropas ao Vietnã e o decorrente massacre de populações civis deste país, bem como a repressão por parte do governo aos manifestantes, também trilharam o mesmo caminho e desembocaram na ação violenta, do confronto direto, como o caso do *Nonviolent Coordinating Committee Student (SNCC)*.

Desta forma, um novo cenário social e político foi se formando, novos rumos foram tomados pela *New Left* e pelos demais contraculturais, bem como pelos artistas que estavam intimamente relacionados com tudo o que ocorria na década de 1960, como era o caso de Lennon e Yoko. Suas produções passaram por essa dicotomia presente na sociedade, qual seja, a de violência x pacifismo. No entanto, como veremos a seguir, diversas vezes eles preferiram enfrentar a crítica a perder a autonomia artística e compuseram aquilo que condizia com o que acreditavam e não o que outros achavam que deveriam produzir.

O casal acompanhou de perto todas as manifestações ocorridas, especialmente na Inglaterra e EUA, cujos eventos foram televisionados, mas também cantados pelos quatro cantos do mundo pelo rock – que, por essa época, não era mais apenas um gênero musical dançante, o rock’n’roll, que havia surgido, nos EUA, em meados dos anos 1950, mas sim, uma expressão cultural atrelada à contracultura dos anos 1960 (FENERICK; MARQUIONI, 2015, p. 23). Até meados desta década eles haviam apoiado as manifestações sociopolíticas, no entanto, quando estas se voltaram para práticas violentas, de enfrentamento nas ruas, com a participação de estudantes e também dos trabalhadores que haviam ocupados as fábricas assim como aqueles ocuparam os campus universitários (WIENER, 1991, p. 59), Lennon e Ono repensaram seu apoio, visto que acreditavam em movimentos pacifistas para se alcançar a revolução que buscavam.

Desta maneira, sentindo que deveria se manifestar mais diretamente, Lennon compôs sua controversa “*Revolution 1*”, a qual foi lançada como *single* junto com “*Hey Jude*” e também no Álbum Branco, ambas em 1968, no “olho do furacão” dos acontecimentos.

Ela era discutível devido às suas duas gravações, bem como um trecho de sua letra, que deixa clara a indecisão de Lennon quanto à violência das manifestações. Na primeira versão, lançada como *single*, enquanto ela apresenta um ritmo muito mais rápido, com instrumentação mais pesada e mais elétrica (PERONE, 2004, p.102), marcada pelo som forte e marcante do *riff* de guitarra, em um trecho afirma-se: *"But when you talk about destruction/ Don't you know you can count me out"* (Mas quando você fala em destruição/ Você sabe que não pode contar comigo). Já na versão do Álbum Branco, seu andamento é bem mais lento, em nada parecido com o *single*, além de apresentar uma pequena variação em sua letra que passou a ser cantada assim: *"But when you talk about destruction/ Don't you know you can count me out in"* (Mas quando você fala em destruição/ Você sabe que não pode contar comigo/ pode contar comigo). Portanto, em sua segunda versão, o beatle não sabia se estaria 'dentro' ou 'fora' quando o assunto fosse a violência dos movimentos sociopolíticos e esta pequena diferença no trecho cantado "evidencia não um afastamento efetivo da violência, mas uma aparente dificuldade de posicionamento do músico em relação ao cenário político do momento." (FENERICK; MARQUIONI, 2015, p. 30).

A Nova Esquerda e a imprensa da contracultura, bem como alguns músicos, não receberam muito bem essa indecisão de John Lennon. No momento em que acirravam as lutas revolucionárias, o que se esperava era que uma das maiores figuras daquele período, com enorme influência e importância, e que já havia apoiado as mudanças na sociedade, o fizesse novamente. A revista *Ramparts* chamou a canção de Lennon de "traidora"; a *New Left Review* chamou-a de um 'lamentável grito de medo do pequeno burguês' (WIENER, 1991, p. 60). O jornalista e crítico Greil Marcus afirmou que *"Revolution 1"* era uma canção com mensagem e as palavras desta eram apenas mentiras ao chão (WIENER, 1991, p. 61). Já Nina Simone, cantora/compositora de jazz e defensora do movimento pelos direitos civis, rebate a canção de Lennon com outra composição, intitulada *Revolution*. Nesta, ela claramente dialoga com o beatle, afirmando que: *Well, my friend, it's gonna have*

to bend/I'm here to tell you about destruction/Of all the evil that will have to end (Bem, meu amigo, você vai ter que se dobrar/estou aqui para falar sobre a destruição/de todo o mal que terá que acabar). Ou seja, Nina Simone defendia que a mudança deveria vir, mesmo que pela violência, pois “todo o mal terá que acabar” – as mazelas que afligiam a sociedade, como a segregação racial, a diferença de gênero, o crescente envio de tropas para a Guerra do Vietnã, por parte dos EUA, entre outras questões que se colocavam na década de 1960, deveriam ser postas abaixo.

Ademais, muitos destes críticos da canção de John Lennon, especialmente integrantes da Nova Esquerda, apoiavam-se em outro lançamento do rock, vindo de uma destacada banda do período: The Rolling Stones. Estes haviam lançado o álbum *Beggar's Banquet*, no qual constava um dos “hinos revolucionários” – a canção que melhor capturou o sentimento de 1968, qual seja, *Street Fighting Man*. Para o crítico musical Jon Landau, “Os Stones encararam a realidade em contraste com as fantasias dos Beatles” (WIENER, 1991, p. 65-66). A comparação entre *Street Fighting Man* e *Revolution 1* foi inevitável, entre críticos e integrantes da Nova Esquerda. A primeira expressava o sentimento de luta, o confronto direto, afirmando em seu verso inicial: “*Cause summer's here and the time is right for fighting in the street*” (Pois o verão chegou e a hora é essa para lutar nas ruas), e no verso seguinte “*Hey! Think the time is right for a palace revolution*” (Ei! Acho que a hora é essa para uma revolução palacial), além de seu ritmo acelerado e a forte batida da bateria, que poderiam ser encarados como um estimulante aos jovens revolucionários que encontravam no confronto das ruas o caminho para a mudança sociopolítica e cultural que buscavam. Portanto, com esta canção Mick Jagger se colocava como parte do movimento radical ou pelo menos como um simpatizante disso (WIENER, 1991, p. 66). Já a canção de John Lennon, apesar de na versão de *single* apresentar um ritmo mais estimulante, potente e condizente com a efervescência das ruas, na letra o *beatle* não estava muito certo quanto à luta violenta e, mais ainda, quanto a estar dentro desta luta. Ele sabia que algo precisava mudar, por isso inicia a canção afirmando “*You say you want a revolution/Well*

you know/We all wanna change the world" (Você diz que quer uma revolução/Bem, você sabe/Todos nós queremos mudar o mundo), mas quanto ao método para promover tal mudança é que John Lennon discordava daqueles que acreditavam na violência, por isso canta *"But when you talk about destruction/ Don't you know you can count me out"* (Mas quando você fala em destruição/ Você não pode contar comigo).

Um ano após toda essa polêmica em torno da *Revolution 1*, Yoko Ono e John Lennon casaram-se e deram continuidade à campanha em defesa da paz, contrariando e confrontando todos aqueles que queriam que eles apoiassem o confronto direto nas ruas. Desta forma, ambos exerceram certa autonomia artística, produzindo o que dizia respeito àquilo que defendiam, em que acreditavam e pelo que lutavam, e não ao que a militância queria que produzissem e/ou o mercado lhes demandava. A primeira afronta do casal foi em sua lua de mel, quando convocaram a imprensa para ir até o quarto de hotel em que estavam. Jornalistas, repórteres, radialistas disputavam um lugar na suíte do hotel Hilton, em Amsterdã, para registrar o que o casal faria (certamente esperavam algum ato sexual, o que seria ótimo para a imprensa, sempre ávida por sensacionalismo e na espera de angariar novos leitores, ouvintes ou telespectadores). No entanto, Yoko e John surpreenderam a todos que abriram a porta da suíte, pois os viram na cama, de pijamas e com o quarto repleto de flores e cartazes com mensagens de cunho pacifista, iniciando a manifestação que chamaram de *bed-in*. Tal feito foi pensado por Yoko, e aceita por John para promover a paz mundial. Eles pensaram que só assim a imprensa estaria noticiando algo relacionado à paz e não à guerra. Segundo o próprio Lennon, a respeito da iniciativa de transformar sua lua de mel em uma manifestação pacifista, a intenção deles era (MITCHELL, 2015, p. 42):

Vender a paz como se vendem sabonetes e refrigerantes;
[é] a única maneira de conscientizar as pessoas de que
a paz é possível. A violência não é inevitável e ponto
final, e não falo apenas da guerra, mas de todas as

formas de violência. Somos todos responsáveis por Biafra, por Hitler e tudo o mais, por isso estamos dizendo “Vendam a Paz”.

No mesmo ano do *bed-in*, o casal gravou uma canção pacifista, chamada *Give Peace a Chance*, a qual foi tida como um hino do movimento antiguerra, em prol da paz mundial. Cantada em forma de mantra, somente com instrumentos acústicos, com coro de vozes entoando o refrão da canção (*All we are saying is give peace a chance*), cantado repetidamente, numa espécie de mantra pacifista; em uma das estrofes, John afirma:

Todos estão falando sobre
Revolução, Evolução, Masturbação,
Flagelação, Regulação, Integrações,
Mediações, nações unidas,
Parabéns.
Tudo o que estamos dizendo é dê uma chance a paz
Tudo o que estamos dizendo é dê uma chance a paz
(tradução nossa)⁵

Neste trecho, ele deixa claro que seu interesse não era a “revolução”, “integração”, “Nações Unidas”, e sim a paz, pois todas as coisas citadas na canção, já haviam sido colocadas em prática ou vinham sendo buscadas ao longo do tempo – como a ‘revolução’ – mas não trouxeram resultados positivos para a sociedade, pois ainda havia guerra, fome, desigualdades, conflitos internos, etc. Assim, a solução encontrada pelo casal foi pedir a paz, para que os conflitos e as disputas entre nações cessassem.

⁵ Ev’rybody’s talking about
Revolution, evolution, masturbation,
flagellation, regulation, integrations,
meditations, United Nations,
Congratulations.
All we are saying is give peace a chance
All we are saying is give peace a chance

No outono deste mesmo ano de 1969, John chamou um dos líderes da Nova Esquerda e líder do Vietnam Solidarity Committee (Comitê de Solidariedade do Vietnã), Tariq Ali, para dizer que gostaria de se juntar a ele, mas, reforçou para Ali: “But you know I didn’t like the violence” (Mas você sabe que eu não gosto de violência) e a resposta do líder novaesquerdista foi que também eles não eram a favor da violência, que quando ocorrida não havia sido causada pelos manifestantes (WIENER, 1991, p. 151-52). Assim John e Yoko juntaram-se mais efetivamente à Nova Esquerda e às lutas sociopolíticas. Tal fato não significou uma adesão completa e acrítica do pensamento novaesquerdista, por parte do casal. Eles apoiavam aquilo que era condizente com seu pensamento e o que acreditavam ser o caminho correto para uma mudança na estrutura social e política, mas também criticavam certos problemas estratégicos enfrentados pela Nova Esquerda, como o uso da violência em certas ocasiões e, também, o machismo. Lennon deixou clara essa parcialidade na adesão ao pensamento da Nova Esquerda quando compôs *Power To The People*, em 1971. Se de um lado a canção mostrava que ele estava disposto a lutar pela revolução: *Say you want a revolution/We better get on right away* (Diga que você quer uma revolução/É melhor começarmos bem agora), não mais se colocando fora, como em *Revolution 1*, por outro ele criticava a falta de empatia dos homens para com as mulheres, que ainda eram subjugadas, por isso canta:

Eu tenho que lhes perguntar, camaradas e irmãos
Como você trata sua própria mulher em casa
Ela tem que ser ela mesma,
Para que ela possa ser livre⁶

⁶ I gotta ask you comrades and brothers
How do you treat you own woman back home
She got to be herself
So she can free herself

Essa era uma das demandas das pautas feministas, mesmo dentro de movimentos de esquerda, pois ainda havia dificuldade em deixá-las serem ‘elas mesmas’ para ‘serem livres’ e “Eles estavam insistindo em que a luta pela igualdade nas relações pessoais dentro do movimento era inseparável da luta para criar uma sociedade mais justa e democrática” (WIENER, 1991, p. 156)⁷. Vale lembrar que Yoko teve destacado papel na mudança de visão política de John, pois ela já era “figura de proa na contracultura norte-americana do início da década de 1960, especialmente nas artes” (MITCHELL, 2015, p. 40); desta maneira, ela contribuiu para a visão crítica de Lennon em relação à política e também à situação das mulheres.

Quando o casal se mudou para Nova York, em meados de 1971, sua atuação política foi intensificada. Eles aproximaram-se de líderes da Nova Esquerda americana, de membros do *Black Panther*, saíram às ruas em manifestações e, por isso, Richard Nixon, o então presidente dos EUA, tentou expulsar John Lennon de terras norte-americanas, negando-lhe o *green card*. O artista não se intimidou e continuou produzindo canções que expressavam aquilo que defendia e em que acreditava. Inclusive, em seu álbum *Imagine*, de 1971, havia uma canção intitulada *Gimme Some Truth*, a qual era claramente dirigida a Nixon, afirmando em seu verso inicial *I’m sick and tired of hearing things/From uptight, short-sighted, narrow-minded hypocritics* (Estou cansado de ouvir coisas/Vindas de arrumadinhos, míopes, hipócritas de mente estreita). John cantava-a como se estivesse discursando, praticamente declamando a letra, a qual é toda em tom de revolta com políticos da estirpe de Nixon, sendo acompanhado por uma melodia contínua, com o piano e a bateria presentes enquanto Lennon canta/declama sua letra e a guitarra aparece fortemente apenas no solo, deixando, portanto, que a voz do cantor sobressaia durante a letra.

⁷ we’re insisting that the struggle for equality in personal relations within the movement was inseparable from struggle to create a more just and democratic society.

Neste mesmo álbum o artista apresentou um de seus grandes sucessos, uma canção homônima ao disco, que trazia uma letra utópica, de um mundo ideal, sem nenhum 'país', 'religião', 'posse', 'nada pelo que matar ou morrer', 'sem necessidade de ganância ou fome' onde as 'pessoas viveriam em paz', como afirmam seus versos. Sendo ilusória, ao menos em sua letra, ela se aproximou dos ideais da Nova Esquerda, pois "A imaginação utópica foi sempre uma chave do pensamento da Nova Esquerda, distinguindo-a da política e do socialismo tradicional"⁸, pois a restauração da imaginação utópica seria um passo fundamental para a transformação social (WIENER, 1991, p. 160). Segundo Herbert Marcuse (2007, p. 10), um dos grandes porta-vozes da Nova Esquerda, "toda verdadeira obra de arte seria revolucionária, na medida em que subverta as formas dominantes da percepção e da compreensão, apresente uma acusação à realidade existente e deixe aparecer a imagem da libertação". Assim, Lennon subvertia a ordem estabelecida, o mundo caótico e apresentava uma 'imagem da libertação', uma saída para o caos, mesmo que pela utopia de um mundo em que todas as pessoas viveriam em paz. No entanto, compreendida em seu tempo, *Imagine* pareceu para muitos integrantes do movimento revolucionário, um hino da derrocada da Nova Esquerda, pois ela já estava "exausta e em ruínas" ao final de 1971, visto que alguns de seus líderes estavam mortos, outros presos ou na clandestinidade (WIENER, 1991, p. 161).

Tendo em vista o cenário violento criado por parte de governos repressores, da derrocada do movimento novaesquerdista e da virada para ações violentas, como já discutido anteriormente, o discurso pacifista adotado até então pelo casal fora modificado. Desta forma, no ano de 1972, Lennon e Yoko lançaram o álbum *Some time in New York City*, majoritariamente "panfletário", pois apresentava canções com mensagens diretamente políticas, dirigidas a líderes de movimentos da esquerda, como *John Sinclair* e *Angela*, bem como a eventos ligados à política, como *Attica State*, *The Luck of the Irish*, *Sunday Bloody Sunday*. A primeira diz respeito

⁸ "utopian imagination was Always a keystone of New Left thought, distinguishing it from the bread-and-butter politics of traditional socialism"

à rebelião e ao massacre ocorridos na prisão homônima à canção; a segunda trata dos conflitos entre os britânicos e os irlandeses do norte; e, por fim, a terceira também se refere a este país, à morte de treze manifestantes que protestavam contra a presença britânica em solo irlandês.

Ademais, no mesmo álbum há canções compostas por Yoko Ono e que trazem uma mensagem direcionada às mulheres e a opressão que sofrem em um mundo dominado pelo machismo, como em *Sisters, O Sisters*, e aquelas em que a artista reflete sobre a humanidade como um todo, destacando nossa igualdade no Mundo, em *We're All Water*, e também a respeito da sociedade e as formas em que vivemos, em *Born In A Prison*. Além destas, há outra canção de cunho feminista, mas dessa vez escrita por John Lennon, que tendo em vista a convivência com Yoko e seu pensamento libertário, a discriminação por ela enfrentada pelo fato de ser mulher, e seu conhecimento de situações machistas dentro de movimentos de esquerda, ele passou a refletir sobre tudo isso e a compartilhar de uma estrutura de sentimento⁹ que estava presente à época, a qual vinha cada vez mais incorporando elementos femininos, inclusive no rock. Desta forma, o então ex-beatle compôs *Woman is the Nigger of the World*, que refletia a situação das mulheres no mundo e convocava cada um a pensar a respeito disso e a também reagir, como afirmam as linhas iniciais da canção: *Woman is the nigger of the world/Think about it...do something about it* (Mulher é o negro do mundo/Pense sobre isso... faça alguma coisa a respeito disso). A única composição do álbum que não apresenta uma mensagem diretamente política é *New York City*, em que Lennon descreve as andanças dele e da Plastic Ono Band pela cidade, bem como suas belezas e encantamentos.

⁹ Estrutura de sentimento é aqui utilizado no sentido dado por Raymond Williams. Segundo o autor “estrutura de sentimento”, seria “uma qualidade particular da experiência social e das relações sociais, historicamente diferentes de outras qualidades particulares, que dá o senso de uma geração ou um período” (WILLIAMS, 1979, p. 133). O termo cunhado por Williams, portanto, está relacionado com as rupturas e permanências dos elementos culturais das sociedades

O álbum *Some time in New York City*, portanto, foi composto tendo em vista a pressão que integrantes da Nova Esquerda e líderes de movimentos pelos direitos civis exerciam sobre o casal (especialmente sobre Lennon). Mais uma vez esperava-se e cobrava-se isso deles, que utilizassem a qualidade e o status artísticos que tinham para divulgar e difundir o pensamento revolucionário, e desta vez o casal não decepcionou aqueles que lhes exigiam isto. Assim, todo esse envolvimento e engajamento acabaram surtindo efeitos positivos para a militância, pois John Sinclair, que havia sido preso por porte de maconha, acabou sendo solto após diversas manifestações, inclusive a canção homônima feita a ele por Lennon. Angela Davis, que também estava presa, acusada de participar de assassinatos durante tentativa de fuga de prisioneiros do Black Panther, acabou sendo absolvida das acusações, após dezoito meses de julgamento. As demais canções não tiveram efeito imediato e concreto, para além da exposição, reflexão e divulgação de muitos fatos que ocorriam à época, além de fazerem coro e reforçarem o discurso dos revolucionários.

No entanto, no álbum *Some time in New York City*, o casal perde um pouco daquela forma de arte que subvertia a realidade existente, como defendia Herbert Marcuse, pois deixaram que a imagem da libertação se perdesse. As canções estavam coladas na realidade, quase todas apresentavam a forma tradicional do rock – sem muitas variações em suas estruturas estéticas – e foram compostas tendo como motivação a aproximação de Lennon e Yoko de ativistas e dos grupos revolucionários. Assim, foram compostas mais pelo “calor” do momento do que pela espontaneidade artística do casal. A Nova Esquerda vinha pressionando, especialmente John Lennon, para se posicionar diretamente, tomar a frente das lutas e utilizar sua arte para tanto. Mas o que os membros da Nova Esquerda não percebiam é que Lennon, e também Yoko, haviam sido engajados em quase todas suas carreiras. Ele não necessitava cantar “‘Cause summer’s here and the time is right for fighting in the street” (Pois o verão chegou e a hora é essa para lutar nas ruas) como fez Mick Jagger, dos Rolling Stones, pois já havia feito “Tomorrow Never Knows”, “I am the Walrus”, “Lucy in the

Sky With Diamonds”, “Revolution 9”, entre outras. Ou seja, seu engajamento, a contestação, o confronto com a sociedade e com a cultura que estavam postas na década de 1960, se dava por meio da estética de suas canções, as inovações técnicas que inseria em suas composições, e não pela letra em si, por uma mensagem diretamente política. O mesmo ocorria com os trabalhos artísticos e/ou composições de Yoko Ono, as quais eram pautadas pela estética vanguardista e, portanto já tinha o caráter de confrontar o *status quo* da sociedade. Como foi sua *performance* em *Cut Piece*, sua apresentação com John Cage, a composição *Sister O Sister, We’re All Water, Open Your Box, Don’t Worry, Mind Train*, o álbum *Two Virgins* e *Life With the Lions*, entre outros.

Assim, uma das exceções nesta trajetória artística de Lennon e Yoko foi o álbum *Some time in New York City*, pois até o fim de suas carreiras, no final dos anos 1980, eles não apresentaram outro disco que a este se assemelhasse. Nos anos seguintes eles ainda lançaram os discos solo *Mind Games* (John Lennon – 1973), *Approximately Infinite Universe* (Yoko Ono – 1973), *Feeling The Space* (Yoko Ono – 1973), *Walls & Bridges* (John Lennon - 1974), *Rock-n-Roll* (John Lennon – 1975), e nos anos 1980 voltaram a gravar juntos em dois discos *Double Fantasy* (1980) e *Milk and Honey* (1984) – mas o seu engajamento voltou a ser velado (pela estética ou letras que não traziam mensagens diretamente políticas) e/ou arrefeceu. As mensagens pacifistas foram um dos pontos que permaneceram ao longo das composições de ambos, bem como em suas ações artísticas. Quando o casal tinha a oportunidade de participar de programas televisivos, dar entrevistas para jornalistas de revistas ou jornais, a mensagem que deixava estava sempre relacionada à paz mundial. Após o assassinato de John Lennon, em dezembro de 1980, Yoko Ono continuou e fortaleceu sua campanha pela paz mundial e pelo desarmamento. Desta maneira, podemos afirmar que o engajamento, o desejo de mudança na sociedade, o confronto com o mercado da música, não se dobrando à padronização musical, sempre fizeram parte da carreira artística tanto de John Lennon quanto de Yoko Ono, mesmo que de formas distintas, com menor ou maior intensidade.

Referências

ALI, T. **O Poder das Barricadas**: uma autobiografia dos anos 60. São Paulo: Boitempo, 2008.

ALMEIDA, K. C. de.; OLINTO, L. **A experimentação como território**: o legado indisciplinar de John Cage. 16. Urdimento, v.1, n.28, p. 15-34, Julho 2017.

COCKBURN, A.; BLACKBURN, R. (ed). **Student Power**: problems, diagnosis, action. London: Penguin Books, 1969.

FENERICK, J. A.; MARQUIONI, C. E. As revoluções do Álbum branco: vanguardismo, Nova Esquerda e música pop. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 17, n. 31, p. 21-37, jul.-dez. 2015.

International Times, London, p. 2, 21 abr., vol. 1, issue: 11, 1967.

International Times, London, p. 10, 9 abr. – 24 abr., vol. 1, issue: 77, 1970.

KENNY, M. *The First New Left*: British Intellectuals after Stalin. London: Lawrence & Wishart, 1995.

MARCUSE, H. **A Dimensão Estética**. Lisboa: Edições 70, 2007.

MITCHELL, J. A. **John Lennon em Nova York**: os anos de revolução. Rio de Janeiro: Valentina, 2015.

PERONE, J. **Music of the counterculture era**. Connecticut: Greenwood Press, 2004.

ROSZAK, T. **A Contracultura**: Reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil. Petrópolis: Editora Vozes, 1972.

VALES, I. M. A. C., **John Cage e a notação gráfica: música e artes visuais nos anos 1950-60** (dissertação), Mestrado em Criação Artística Contemporânea, DeCA, Universidade de Aveiro, 2016.

WIENER, J. **Come Together**: John Lennon in his time. Chicago: Illini book, 1991.

WILLIAMS, R. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Em diálogo Gilles Deleuze e Platão: do Simulacro à Reversão do Platonismo

Larissa Rezino¹

Pedro de Souza²

Resumo: É mais que conhecida entre os leitores de Deleuze a relação entre o pensamento do filósofo francês e a filosofia de Platão. Trata-se de um diálogo constante, mas com tons de conflito: em momentos distintos, o que Deleuze afirma intentar realizar é justamente o que ele chama de *reversão do platonismo*. O risco é que, ao lermos a obra do filósofo francês e ingressarmos em seu intrincado pensamento, nos esqueçamos da referência ao original grego: se Deleuze critica Platão, ou melhor, um certo platonismo que seria o esqueleto conceitual subjacente a boa parte da produção filosófica do Ocidente, faz-se necessário que se leia o próprio Platão. É o que tentamos fazer neste pequeno texto: uma leitura tanto de Platão quanto da sua crítica deleuziana. Para isso nos focamos com mais minúcia nos conceitos de imagem, cópia e simulacro, tal qual Platão nos apresenta em alguns de seus diálogos (em especial *O Sofista*) e na retomada destes por Deleuze. Com efeito, pode-se dizer que a crítica de Deleuze a Platão centra-se sobretudo nesses conceitos, e a reversão do platonismo almejada se dá, é possível notar, numa espécie de reversão do estatuto do conceito de *simulacro*. Se para Platão o simulacro é como que o avesso da filosofia (uma cópia malfeita, mas, mais que isso, uma má cópia cujo escopo é passar-se pelo modelo real e ludibriar seus espectadores) e a filosofia, por sua vez, a busca por cópias cada vez mais fidedignas do seu objeto de estudo, para Deleuze o simulacro ganha um estatuto novo e passa a ser um conceito impulsionador do pensamento filosófico. Nosso objetivo central é apresentar um paralelo dos conceitos supracitados nos autores em questão e, mais precisamente, mostrar o caminho intelectual que levou Deleuze a afirmação da reversão do platonismo.

Palavras-chave: Deleuze. Platão. Imagem. Simulacro. Reversão do Platonismo.

¹ Doutoranda em Filosofia na UFSCar - larissafrezino@gmail.com

² Mestrando em Filosofia na UFSCar - pedrofsouza@gmail.com

Gilles Deleuze and Plato in dialogue: from the Simulacrum to the Reversion of Platonism.

Abstract: It is more than known among Deleuze's readers the relation between the thought of the French philosopher and the Plato's philosophy. It is a constant dialogue, but with tones of conflict: at different moments, what Deleuze claims to try to accomplish is precisely what he calls the reversion of Platonism. The risk is, as we read the work of the French philosopher and enter into his intricate thought, that we forget the reference to the Greek original: if Deleuze criticizes Plato, or rather a certain Platonism that is thought to be the conceptual skeleton underlying much of the philosophical production of the West, it becomes necessary to read Plato himself. This is what we try to do in this small text: a reading of both Plato and the Deleuzian critique. For this we focus more closely on the concepts of image, copy and simulacrum, as Plato present them in some of his dialogues (especially the *Sophist*) and the resumption of these by Deleuze. In fact, it can be said that Deleuze's critique of Plato focuses above all on these concepts, and the reversion of Platonism aimed at, it is possible to note, in a kind of reversal of the status of the concept of simulacrum. If, for Plato, the simulacrum is something like the reverse of philosophy (a bad copy, but more than that, a bad copy whose scope is to feign to be the real model and deceive its spectators) and philosophy, in turn, is the quest for more and more reliable copies of his object of study, for Deleuze the simulacrum gains a new status and becomes a driving concept of philosophical thought. Our central objective is to present a parallel of the concepts mentioned above within the authors in question and, more precisely, to show the intellectual path that led Deleuze to the affirmation of the reversion of Platonism.

Keywords: Deleuze. Plato. Image. Simulacrum. Reversion of Platonism.

En diálogo Gilles Deleuze y Platón: del Simulacro a la Reversión del Platonismo

Resumen: Es más que conocida entre los lectores de Deleuze la relación entre el pensamiento del filósofo francés y la filosofía de Platón. Se trata de un diálogo constante, pero con tonos de conflicto: en momentos distintos, lo que Deleuze afirma intentar realizar es justamente lo que él llama *reversión del platonismo*. El riesgo es que, leyendo la obra del filósofo francés e introduciéndonos en su intrincado pensamiento, nos olvidemos de la referencia al original griego: si Deleuze critica a Platón, o mejor, a un cierto platonismo que sería el esqueleto conceptual subyacente a buena parte de la producción filosófica de Occidente, se convierte en necesario el leer al propio Platón. Es lo que hemos intentado hacer en este breve texto: una lectura de Platón y, también, de su crítica deleuziana. Para ello nos hemos concentrado minuciosamente

en los conceptos de imagen, copia y simulacro, tal cual nos los presenta Platón en algunos de sus diálogos (en especial *El Sofista*) así como en la recuperación de estos por Deleuze. En efecto, se puede decir que la crítica de Deleuze a Platón se centra sobre todo en estos conceptos, y la anhelada reversión del platonismo se da, de forma evidente, en una especie de reversión del estatus del concepto de *simulacro*. Si para Platón el simulacro es algo como el envés de la filosofía (una copia malhecha, o incluso peor, una mala copia cuyo objetivo es pasar por el modelo real y engañar a sus espectadores) y la filosofía, a su vez, la búsqueda por copias cada vez más fidedignas de su objeto de estudio, para Deleuze el simulacro gana un nuevo estatus y pasa a ser un concepto impulsor del pensamiento filosófico. Nuestro objetivo central es presentar un estudio paralelo de los conceptos arriba citados para los autores en cuestión y, más precisamente, mostrar el camino intelectual que llevó a Deleuze a afirmar la reversión del platonismo.

Palabras-clave: Deleuze. Platón. Imagen. Simulacro. Reversión del Platonismo.

Introdução

Compartilhamos a convicção de que o legado da tradição filosófica nos ensina uma mesma coisa primária mesmo que por trajetos diferentes, a saber: é preciso conhecer o que já foi pensado. Tal afirmação é recheada de variações de entendimento sobre o seu sentido geral. Um dos pensadores que nos ensinaram a pensar a partir da tradição (mas também a buscar o novo) foi Gilles Deleuze. Entre suas principais leituras e apropriações de conceitos, uma das mais importantes se deu com o clássico pensador grego Platão e seu conceito de Simulacro. Aos mínimos conhecedores a conexão é mais do que evidente, pois não fomos nós que a travamos: Gilles Deleuze dialogou com Platão, e em uma rápida passada de olho nos sumários de alguns de seus textos a evidência sobressai. Assim, como a discussão já está dada, nossa ideia consiste em decupar tal conexão e nela nos aprofundar, penetrando em cada um dos seus lados, qual seja, Platão e Deleuze.

Intensiva desde sempre a relação entre Deleuze e o pensamento de Platão. Pode-se notar o grau elevado de diálogo em um dos apêndices ao seu livro *Lógica do Sentido*, de 1969, intitulado *Platão e o Simulacro*. Sintetizando: em *Platão e o Simulacro*, o filósofo francês analisa o legado herdado da filosofia grega clássica, especificamente da filosofia platônica. Com tom de crítica, Deleuze

estuda as diretrizes desse pensamento legado a nós por tal linha teórica e que cintila até os dias atuais. Ele considera a tradição platônica como um dos alicerces do pensamento representacional, pois é por ela que se consolidam as noções ontológicas de modelo (perverso por ser inatingível) e cópia (supostamente imperfeita), que conduzem o pensamento na busca do modelo da representação. É nesse texto que Deleuze trata das imagens herdadas da filosofia platônica e que povoam o pensamento ocidental e é nele que, assim como Nietzsche³ (e inspirado pelo filósofo do martelo), propõe a reversão do platonismo e do legado deixado por tal linha filosófica. Proposta que ele apresenta com maior cuidado de detalhes na obra *Diferença e Repetição*. David Lapoujade aponta:

O primeiro capítulo de *Diferença e Repetição* mostra como, desde Platão, o pensamento povoou o mundo de representações. A representação propagou-se em toda parte, se estendeu sobre o mundo até conquistar o infinito. O mundo inteiro se transpôs para a representação; e todos os seres que o povoam são pensados de acordo com as exigências da representação (LAPOUJADE, 2015, p. 47)

A dialética platônica tem, de acordo com o pensador francês, o cunho da exclusão de certas ideias que estão sendo debatidas e seu objetivo consiste em “selecionar linhagens; distinguir os pretendentes, distinguir o puro do impuro, o autêntico do inautêntico” (DELEUZE, 1974, p. 260). A dialética exercida por Platão não é “da contradição nem da contrariedade, mas uma dialética da rivalidade (*amphisbetesis*), uma dialética dos rivais ou dos pretendentes” (DELEUZE, 1974, p. 260) que caminha na busca

³ Enfatizamos que a crítica de Deleuze à filosofia platônica passa necessariamente por sua leitura de Nietzsche e a proposta de *reversão do platonismo* de tal filósofo. No entanto, visto que nosso texto se limita ao diálogo Deleuze-Platão, o tema da apropriação feita por Deleuze da filosofia de Nietzsche não será por nós aprofundado, embora saibamos que se trata de uma dimensão essencial da problemática aqui abordada.

pelo verdadeiro, pelo original, segregando a falácia, a má cópia e o simulacro. Sendo que o julgamento que estabelece os critérios para tal segregação está assentado na moralidade julgadora das pretensões do discurso baseando-se no que Platão considera como semelhança, como essência, em oposição àquilo que considera degradante ao pensamento, qual seja, o falso e o simulado. Por vislumbrar essa dualidade é que a dialética platônica é caracterizada por Deleuze como a dialética da rivalidade, da competitividade, da seleção de linhagens hierárquicas que distinguem as ideias que aproximam o pensamento da essência daquelas que subvertem o caminho deixando-o mais próximo das cópias simuladas.

Ora, não deixa de ser patente que a crítica deleuziana à ontologia platônica reside sobretudo em algumas de suas noções fundamentais, ou seja, as de *Ideia, imagem, cópia e simulacro*. Sabe-se bem que os temas da representação, das relações entre imagem e modelo e entre as Ideias e o mundo sensível transpassam diversos dos diálogos de Platão, todavia é em determinados textos capitais que o filósofo grego debaterá sobre eles com minúcia e paciência. Destacamos, por exemplo, os diálogos *O Sofista*, *Crátilo*, e *Teeteto*⁴. Demorar-nos-emos nesses textos, especialmente n' *O Sofista*, para que compreendamos com mais esmero a crítica deleuziana aos postulados de Platão.

A fim de alcançar nosso objetivo dividimos o trabalho em dois momentos: um em que se trata apenas de Platão e o segundo em que se apresenta a crítica de Deleuze a ele. Julgamos que uma leitura mais detida dos originais platônicos pode ser sobremodo profícua não só em si mesma, mas também porque uma análise comparativa dos dois originais poderá ser proveitosa aos pesquisadores da área. Ou, para dizer em outras palavras: se uma reversão do platonismo é um dos projetos filosóficos almejados

⁴ Esclareçamos desde já ao leitor que a escolha pelas citações de Platão em italiano, na versão de Pinotti, se deveu, primeiramente, ao fato de que nela se contêm todos os diálogos platônicos; também por isso, trata-se de uma versão que preza pela padronização do ato tradutório. Isso traz um prospecto de maior rigor para este estudo.

por Deleuze, é precisamente Platão o autor que deve ser lido e relido com atenção dobrada.

O legado platônico

O nome do diálogo já nos mostra bem aquilo de que nele se trata: n' *O Sofista*, o percurso da conversação se dá na busca pela definição desse elemento tão presente na vida política da Grécia antiga, o sofista. São Teeteto e o enigmático Estrangeiro de Eleia aqueles que travarão o percurso; o que intentam é delimitar o sofista, capturá-lo numa rede de definições atingidas por intermédio do método dierético⁵. Ao todo, chegam a algumas definições por meio das divisões sucessivas. O sofista é um caçador de jovens ricos, um mercador de coisas concernentes à alma, um revendedor de noções, é também um verdadeiro mestre da erística... (*Sofista*, 221C-231C). Quando chegam à última definição, porém, acercam-se também de uma questão ontológica fundamental – aí, então, o sofista é definido como um imitador das coisas com palavras segundo *aparência* (*Id.*, 231C-236D). Essa definição suscita questões, pois que diz respeito ao estatuto ontológico do não-ser. É a partir desse momento do diálogo que o Estrangeiro e Teeteto irão dialogar sobre ser e não-ser.

Sejamos mais claros e expliquemos por que essa última definição do sofista deixa os dois personagens do diálogo em tamanhos apuros aporéticos. Primeiramente, há a aporia concernente à arte mesma de imitar. Imitar é fazer imagens, e as imagens são a um só tempo similares ao modelo imitado, porém diferentes deles. Caso fossem o mesmo que o modelo que imitam, seriam o modelo mesmo, deixando de ser, logo, imagens dele⁶. Existe, pois, uma “aporicidade própria da imagem” (MARQUES,

⁵ O termo “dierético” deriva de “diérese”, vocábulo que nos veio do grego, e que significa, *grosso modo*, “divisão”. Tal o método de Platão n' *O Sofista* e mesmo em outros diálogos: partir de definições amplas para, por meio de *divisões sucessivas*, chegar a definições mais concretas.

⁶ Cf. *Cratilo*, 432C, em que Sócrates lança mão deste mesmo argumento.

2000/1, p. 194). É o próprio Teeteto quem no diálogo irá propor os dois elementos definidores do caráter da imagem: “a alteridade e a semelhança. E este caráter duplo que faz com que uma coisa possa (a)parecer sem ser o que ela parece ser” (*Id.*, p. 197). Para Platão, portanto, toda imagem, sendo imagem *de* algo, carrega dentro de si um misto de ser e não-ser. A imagem é, mas ela não pode ser aquilo ao qual ela é semelhante, sendo outro que seu modelo. Um primeiro impasse é, pois, conseguir explicar essa mistura entre ser e não-ser.

Todavia o sofista não constrói imagens quaisquer, de acordo com a definição supracitada: ele fabrica imagens com palavras segundo a *aparência*. Nesse momento do diálogo, Platão cura de dividir a arte da criação (*poiesis*) de imagens em duas categorias: a criação de cópias ou semelhanças (*eikones*) e a criação de aparências ou simulacros (*phantasmata*). Nesse sentido, diz o Estrangeiro: “ora, estas são as duas espécies da arte de produzir imagens das quais eu falava: aquela que produz cópias [semelhanças, figurações], e aquela que produz aparências [simulacros]” (*Sofista*, 236C)⁷. A grande diferença entre essas duas artes reside no fato de que na primeira a imagem produzida (cópia) é uma réplica fiel às proporções do modelo a ser imitado, enquanto que na segunda a imagem final (simulacro) é feita não com o intuito de ser similar ao modelo, mas sim de ludibriar aquele que a contempla: para isso, o artífice lança mão de artifícios como o embelezamento e a falsificação de proporções (DE PINOTTI, 2006a, p. 82). São justamente essa falsificação, esse intuito de ludíbrio o que caracteriza o *phantasma* (simulacro): “trata-se da imagem produzida com a finalidade de enganar, portanto de ocultar a diferença ontológica que a torna diversa do modelo real” (BOTTER, 2016, p. 116)⁸. No caso da fabricação de figurações ou semelhanças (*eikones*), o artífice não deseja que o produto por ele fabricado assuma a posição do modelo

⁷ “Ebbene, queste sono le due specie di cui parlavo dell’arte di produrre immagini: quella que produce raffigurazioni, e quella que produce apparenze”.

⁸ “Si tratta dell’immagine prodotta allo scopo di ingannare, quindi di occultare la differenza ontologica che la rende diversa dal modello reale”.

que foi imitado: ao contrário, a coisa criada está ali para ser cópia, para servir de imitação ao modelo. Essa arte de imitar é, portanto, bem mais honesta que a fabricação de *phantasmata*: nesta, o artífice faz as vezes do demiurgo verdadeiro, passa-se por ele; mas não só isso, embeleza as coisas tais como são, no intuito de maravilhar aqueles que contemplam seu produto. Pode-se dizer, pois, que toda imagem, não sendo o mesmo que o modelo, é carente da realidade deste, tendo em si certa “falsidade”; entretanto, nem por isso toda imagem é enganadora:

A “falsidade”, no sentido de carência de realidade, é própria de todas as imagens, mas a imagem fiel (*eikon*) mostra o seu estatuto de imagem, à medida em que não esconde a diferença ontológica que a distancia do modelo, portanto declara o seu próprio não-ser. Dito em uma palavra, o *eikon* é falso e não o esconde. A imagem enganadora (*phantasma*), ao contrário, oculta o seu ser-imagem, e portanto o seu não-ser, e se impõe não apenas como real, mas esconde a sua falsidade por trás da aparência (BOTTER, 2016, p. 133).⁹

É nesse sentido que o sofista é comparado por Platão aos oradores e rétores (DE PINOTTI, 2006b), aos pintores e poetas (DE PINOTTI, 2006a), pois que todos esses artífices podem ou por vezes têm o intuito de maravilhar e enfeitiçar seus ouvintes e espectadores. “E assim como um pintor hábil pode enganar observadores inexperientes [...], que só julgam por meio das cores e figuras, mostrando-lhes desde longe representações de objetos dos quais aparenta ser conhecedor, assim também o poeta é capaz

⁹ “La ‘falsità’, nel senso di carenza di realtà, è propria di tutte le immagini, ma l’immagine fedele (*eikon*), mostra il suo statuto di immagine, in quanto non nasconde la differenza ontologica che la allontana dal modello, quindi dichiara il suo proprio non essere. Detto in una parola, l’*eikon* è falso e non lo nasconde. L’immagine ingannevole (*phantasma*), al contrario, occulta il suo essere immagine, e quindi il suo non essere, e si impone non solo come reale, ma nasconde la sua falsità dietro l’apparenza”.

de enfeitiçar aqueles que julgam pelas palavras, imitando o que parece belo à maioria” (DE PINOTTI, 2006a, p. 81). Inclusive a comparação é estendida à técnica da maquiagem, por meio da qual as feiuras da pele são veladas a partir de cores, aparências e vestidos, com as quais uma beleza apenas ilusória vem a ser (DE PINOTTI, 2006b, p. 15). Assim, o pintor, através de efeitos visuais, e os poetas e oradores, por meio de artifícios verbais, produzem imagens que “confundem nossa inteligência”, imagens estas que, “longe de reproduzir o que é tal como é, distorcem suas dimensões reais para produzir aquilo que no *Sofista* é definido como uma mera aparência ou simulacro” (*Idem, Ibid.*)¹⁰. Como conclusão, pode-se afirmar “que o *phantasma* [...] remete à vida artística, retórica e sofística, à indistinção entre o exterior e o interior e entre o parecer e o ser, e a um comportamento enganador, falsamente virtuoso” (FORCINITI, 2014, p. 262)¹¹.

É nesse grande grupo das artes imitativas que se encontra, para Platão, a sofística. Entretanto a importância do sofista reside no fato de que os *phantasmata* que este produz são simulacros relativos ao estatuto mesmo da filosofia. Em suma, se não se pode definir o discurso como bipolar, possivelmente dotado de *veracidade* ou de *falsidade*, a filosofia, sendo *par excellence* o amor à verdade e a busca pela verdade, perde todo o seu valor.

O movimento de Platão será então, em certa medida, o de “salvar” a filosofia, o de resgatá-la de uma possível queda nesse labirinto infundável das enganadoras e enfeitiçantes más cópias produzidas pelo sofista. De certo modo, pode-se dizer que “salvar”

¹⁰ “Del mismo modo, entonces, que el pintor produce efectos visuales engañosos, oradores y poetas confunden nuestra inteligencia con artificios verbales, imágenes que lejos de reproducir lo que es tal como es, distorsionan sus dimensiones reales para producir lo que en el *Sofista* es definido como una mera apariencia o simulacro (*phantasma*)”.

¹¹ “En resumen, podemos afirmar que el *phántasma* [...] remite a la vida artística, retórica y sofística, a la indistinción entre el exterior y el interior y entre el aparecer y el ser, y a un comportamiento engañoso, falsamente virtuoso”.

a filosofia (auferir-lhe o estatuto de legítima busca pela verdade) resulta em salvar também as imagens. Se tomamos como referência as reflexões de Sócrates no *Crátilo*, sabemos que as palavras não são as coisas a que se referem, mas sim imagens suas (que lhes são mais ou menos fiéis, a depender do caso). Ora, não se filosofa senão com palavras, portanto se filosofa sempre com imagens. Há de haver a possibilidade da existência de boas imitações, boas imagens que, apesar do seu menor grau de realidade em comparação com os modelos que imitam, possam nos levar ao conhecimento desses modelos. Podemos reportar-nos a de Pinotti (2006b, p. 11), quando ela afirma que

[...] por mordaz que seja sua crítica à imitação na *República* ou no *Sofista*, para Platão há uma *mimesis* ideal, por assim dizer, uma imitação que é da realidade inteligível e que está fora da dita crítica (*República* VI 500c-e). A mesma vida filosófica é descrita como uma imitação da divindade (*homoíosis theó*, *Teeteto* 176b); a linguagem (*logos*), como uma imitação dos seres através dos nomes (*Crátilo* 430a-b). *Mimesis* é, ademais, um dos termos elegidos em seus diálogos da maturidade para dar conta ontologicamente das coisas sensíveis, imitações das formas, que aspiram à perfeição do modelo sem nunca alcançá-la plenamente. Não se deve perder de vista, pois, que na boca de Platão '*mimesis*' tem múltiplos e ricos significados, não necessariamente negativos.¹²

¹² “[...] por virulenta que sea su crítica a la imitación en la *República* o en el *Sofista*, para Platón hay una *mimesis* ideal, por así decirlo, una imitación que lo es de la realidad inteligible y que queda fuera de dicha crítica (*República* VI 500c-e). La misma vida filosófica es descrita como una imitación de la divinidad (*homoíosis theó*, *Teeteto* 176b); el lenguaje (*lógos*), como una imitación de los seres a través de los nombres (*Crátilo* 430a-b). *Mimesis* es, incluso, uno de los términos elegidos en sus diálogos de madurez para dar cuenta ontológicamente de las cosas sensibles, imitaciones de las formas, que aspiran a la perfección del modelo sin alcanzarla nunca plenamente. No debe perderse de vista, pues, que en boca de Platón '*mimesis*' tiene múltiples y ricos

Assim, uma conclusão a que se pode chegar é a de que “o filósofo mesmo, ali quando atua na qualidade de usuário da linguagem e artífice de discursos verdadeiros, deixe-se caracterizar como imitador. Se há uma boa e má imitação, depois de tudo, haverá bons e maus imitadores, e o filósofo se contará indubitavelmente entre os primeiros” (*Id.*, p. 24, nota de rodapé)¹³. O filósofo seria também um imitador, mas um imitador que sabe que imita e cujo intuito é, não enganar ou ludibriar, mas sim chegar o mais perto possível do conhecimento das Formas inteligíveis. Tal a diferença entre a *ética* própria dos sofistas e dos filósofos: aqueles usam o *logos* de modo político, pragmático, enquanto estes o fazem a princípio com escopos epistêmicos (buscando compreender a natureza das coisas para, em seguida, poder melhor agir no mundo).

Assim, pode-se afirmar que para Platão a tarefa filosófica tem um escopo bastante determinado: ir em busca de boas cópias verbais das Ideias imutáveis e ontologicamente estáveis. O simulacro, aqui, é um inimigo, um adversário a ser combatido – uma filosofia platonicamente verdadeira e verdadeiramente platônica seria uma filosofia isenta de simulacros.

O Simulacro em Gilles Deleuze

Vejamos agora a leitura que faz Deleuze do pensamento de Platão concernente à questão das cópias e dos simulacros. Ao elaborar sua argumentação Deleuze discute, também, com a teoria estética de Platão e embate os juízos atribuídos pelo autor clássico às ideias de arte mimética e de arte de simular, ou simulacro, assim como as imagens que derivam desses fazeres “artísticos”. Entendendo em linhas gerais a argumentação platônica para melhor vislumbrar a crítica deleuziana: ocorre que em muitos dos diálogos

significados, no necessariamente negativos”.

¹³ “[...] el filósofo mismo, allí cuando actúa en calidad de usuario del lenguaje y artífice de discursos verdaderos, se deje caracterizar como imitador. Si hay una buena y mala imitación, después de todos, habrá buenos y malos imitadores, y el filósofo se contará indudablemente entre los primeros”.

platônicos há uma relação dialética entre o personagem de Sócrates com o personagem do Sofista. A dialética presente nesses diálogos não se assemelha com o pressuposto da contradição como supõe a dialética hegeliana, sendo, pois, esta uma *dialética da exclusão*. No caso, em suma, a argumentação de Sócrates como a bem fundada e a do Sofista como a falaciosa. Acerca dos fundamentos utilizados na teoria platônica para a distinção e a exclusão das rivalidades, o pensador David Lapoujade comenta:

(...) para Deleuze, Platão é quem primeiro coloca, à sua maneira, a questão *quid juris?*. Ele é o primeiro a instaurar um fundamento para julgar pretensões e a transformar a filosofia em um grande tribunal. Com Platão, os fenômenos deixam de aparecer, sempre comparecem diante de uma Ideia que se confunde com a pura identidade de si de uma qualidade (o Bem em si, o Justo em si...). É a Ideia que desempenha o papel de fundamento por possuir, em primeiro lugar e de modo flagrante, uma qualidade que cada fenômeno só pode pretender possuir em segundo lugar, em terceiro etc., tendo em vista uma semelhança com ela. Assim, o “Mesmo” da ideia permite julgar os fenômenos, isto é, reparti-los numa escala eletiva, em proporção à sua semelhança ou conformidade interna com a Ideia concebida como modelo. O fundamento estabelece uma hierarquia entre os pretendentes a partir do modo como cada um representa a ideia. “Cada imagem ou pretensão bem fundada chama-se re-presentação (ícone), pois a primeira em sua ordem é ainda a segunda em si, em relação ao fundamento. É neste sentido que a Ideia inaugura ou funda o mundo da representação¹⁴” (LAPOUJADE, 2015, p. 48).

A concepção dialética tanto quanto a concepção estética platônica estão envolvidas na teoria epistêmica do mesmo autor. Teoria esta em que encontramos a clássica dualidade de mundos

¹⁴ DELEUZE, Gilles. *Différence et répétition*, p.350. Paris, PUF, 1969.

de Platão: sensível e inteligível. Para esclarecer, o mundo das aparências, também entendido como mundo sensível, ou dos fenômenos, ou dos sentidos, seria a materialização imperfeita daquilo que existe no mundo das Ideias, isto é, no mundo, inteligível, que contém as formas em sua totalidade absoluta, em estado de originalidade e de estabilidade ontológica. É a partir da divisão de mundos, conclui Platão, que tudo aquilo com que nos relacionamos enquanto fenômeno no mundo sensível não passa de uma projeção advinda do mundo das ideias. Como uma imitação do que já existe no outro mundo, porém imperfeita em comparação ao estado original da essência que reside apenas no mundo inteligível. Melhor dizendo, os objetos físicos do mundo sensível acontecem como cópias imperfeitas dos arquétipos absolutos que se encontram no mundo das ideias. A centralidade na problemática entre mundo das essências e mundo sensível no pensamento platônico foi o foco de diversos autores da filosofia ocidental; mas não do pensador francês em evidência. Gilles Deleuze não se volta para o modelo e a cópia, mas se coloca perante a problemática da distinção das imagens: a boa e a má cópia, o ícone e o simulacro.

Não é à toa que Deleuze privilegia a distinção entre *modelo* e *cópia* e entre *cópia* e *simulacro* em detrimento da dualidade entre sensível e inteligível. A tradicional distinção de mundos reverberará na teorização platônica de imagem na arte. O filósofo clássico considera que a arte encontra-se a três graus da imagem absoluta, ou da verdade, uma vez que a obra seria a cópia da cópia da essência. Entretanto, a imagem ideal, mesmo sendo cópia, mas entendida como original, oferta as diretrizes fundamentais ao erigir o modelo ideal sobre o qual os pretendentes deverão ser julgados. Sobre esse aspecto nos diz Deleuze que “o que deve ser fundado, com efeito, é sempre uma pretensão. É o pretendente que faz apelo a um fundamento e cuja pretensão se acha bem fundada ou mal fundada, não fundada” (DELEUZE, 1974, p. 260), pois é o fundamento do modelo que delibera sobre a essência da imagem com o intuito de julgá-la como original ou cópia. O que resulta dessa teoria, e impregna a imagem do pensamento, é que todos os seres e coisas são norteados por um único modelo eleito

como verdadeiro, e todos os outros seres e coisas devem buscar se assemelhar ao modelo. A diretriz platônica coloca que devemos escolher as cópias em detrimento dos simulacros; as cópias-ícones sem que haja a afirmação dos simulacros-fantasmas para não correr o risco do erro. Sobre a dualidade das imagens, ou como cópias-ícones ou como simulacros-fantasmas, diz Deleuze:

Partiríamos de uma primeira determinação do motivo platônico: distinguir a essência e a aparência, o inteligível e o sensível, a ideia e a imagem, o original e a cópia, o modelo e o simulacro. Mas já vemos que estas expressões não são equivalentes. A distinção se desloca entre duas espécies de imagens. As *cópias* são possuidoras em segundo lugar, pretendentes bem fundados, garantidos pela semelhança; os *simulacros* são como os falsos pretendentes, construídos a partir de uma dissimilitude, implicando uma perversão, um desvio essencial. É neste sentido que Platão divide em dois o domínio das imagens-ídolos: de um lado, as *cópias-ícones*, de outro os *simulacros-fantasmas*. Podemos então definir melhor o conjunto de motivação platônica: trata-se de selecionar os pretendentes, distinguindo as boas e as más cópias ou antes as cópias sempre bem fundadas e os simulacros sempre submersos na dessemelhança. Trata-se de assegurar o triunfo das cópias sobre os simulacros, de recalcar os simulacros, de mantê-los encadeados no fundo, de impedi-los de subir à superfície e de se “insinuar” por toda parte (DELEUZE, 1974, p. 262).

Ressalta o filósofo francês que a mimese pode ser distinguida em duas formas de imitação, como já vimos anteriormente na obra de Platão: ou como a arte mimética da cópia ou como mimética do simulacro. A valoração como critério de fundamento não é apenas variável entre estes dois fazeres artísticos, mas antagônicos uma vez que o horizonte para o qual a arte se volta tem caráter de valor moral: ou boa cópia ou má cópia. Assim, a representação da imagem (compreendida aqui como o acesso que o sujeito tem

da cópia do objeto original) tem, apenas, dois caminhos para ser constituída. O primeiro deles seria a imagem enquanto a cópia bem fundamentada que possui um grau elevado de semelhança com o modelo, compreendendo a semelhança como aproximação da essência, do objeto, ou ideia. Enquanto que no segundo caminho a imagem seria uma cópia destituída de semelhança e formada a partir da dessemelhança com o objeto, ou ideia, como uma imagem esfumada da cópia da imagem original - o que Platão chamará de simulacro. Essa distinção da imagem afeta o fazer artístico de forma dual e excludente: de um lado a arte de copiar que visa uma cópia minimamente igual ao modelo estabelecido; sendo essa a “boa cópia” por conter nela os critérios fundantes de hierarquização da linhagem das imagens modelos através da fidelidade em relação ao original. Não há problemas em considerar a arte como cópia, uma vez que “a cópia pode ser chamada de imitação na medida que produz o modelo; contudo, como esta é noética, espiritual e interior, ela é uma verdadeira produção que se regula em função das relações e proporções constitutivas da essência” (DELEUZE, 1974, p. 263). Porém, se na cópia simulada há um déficit na representação da imagem dessemelhante, na arte do simulacro apenas se simularia a cópia-ícone e por isso haveria um distanciamento maior entre a essência do modelo e a imagem simulada do que há na arte da imitação. O simulacro é considerado a cópia da cópia e estaria a três graus da verdade, ou fundamento. Na arte simulada “não existe mais nem mesmo opinião justa, mas uma espécie de refrega irônica que faz às vezes de modo de conhecimento, uma arte de refrega exterior ao saber e à opinião” (DELEUZE, 1974, p. 264), esclarece Deleuze.

Baseado nos pressupostos platônicos, afirma Deleuze que toda imagem de pensamento da filosofia ocidental se sustenta em tais pressupostos clássicos. O legado deixado pelo platonismo reverbera até os tempos atuais e é intrínseco ao modelo do pensamento no contemporâneo. No campo filosófico, é esse legado que indicará o domínio que a filosofia considerará como seu e excluirá aquilo que foge a tal modelo, sendo, pois, uma das maiores afirmações do platonismo - e reafirmada constantemente

pela filosofia - o *ideal do igual, do mesmo e do semelhante*. Seguindo essa perspectiva, o platonismo traça o território que a filosofia poderá percorrer, sempre no entorno do território do mesmo e do semelhante como meio de limitar todos os possíveis devires exercido pelo simulacro. Deleuze expõe que:

O platonismo funda assim todo o domínio que a filosofia reconhecerá como seu: o domínio da representação preenchido pelas cópias-ícones e definido não em uma relação extrínseca a um objeto, mas numa relação intrínseca ao modelo ou fundamento. O modelo platônico é o Mesmo: no sentido em que Platão diz que a Justiça não é nada além de justa, a Coragem, corajosa etc. – a determinação abstrata do fundamento como aquilo que possui em primeiro lugar. A cópia platônica é o Semelhante: o pretendente que recebe em segundo lugar. À identidade pura do modelo ou do original corresponde a similitude exemplar, à pura semelhança da cópia corresponde a similitude dita imitativa. Não se pode dizer, contudo, que o platonismo desenvolve ainda está potência de representação por si mesma: ele se contenta em balizar o seu domínio, isto é, em fundá-lo, selecioná-lo, excluir dele tudo o que viria embaralhar seus limites (DELEUZE, 1974, p. 264).

No seu caso, Deleuze não apenas diagnostica o pensamento, ele também propõe um novo formato para o pensamento, *uma forma outra* de pensar e de expressá-lo. Sem representação, sem postulados, sem métodos. Um pensamento livre e potente, um pensamento diferencial. Em sua proposta, e não obstante a sua crítica à visão clássica platônica sobre o pensamento representacional, seu conceito do pensamento diferencial instaura seus alicerces sobre a mesma teoria grega. Quando Deleuze, no texto *Platão e o Simulacro* teoriza acerca de um sistema que comporta as imagens que não se assemelham ao modelo e tampouco se submetem à cópia, parece claro seu intuito em traçar outra forma de sistema que comporte séries de imagens simuladas, ou seja, de imagens diversificadas e diferentes entre si; o que o torna um sistema aliado à sua teoria

para refutar a representação e o legado platônico. Se na cópia há a disposição do pretendente em modelar o objeto pretendido de acordo com a *ideia-modelo* em uma reprodução fiel da mesma, é então, “a identidade superior da ideia que funda a boa pretensão das cópias e funda-se sobre uma semelhança interna ou derivada” (DELEUZE, 1974, p. 262). No simulacro a imagem não se aproxima da *ideia-modelo* e sua pretensão encontra-se em total devir para pretender o que quer que seja. Como acentua David Lapoujade: “o simulacro na realidade se constrói sobre uma disparidade essencial, uma dissimilitude interna que não só o leva a contestar a legitimidade da ideia, mas também o círculo que ela forma com os pretendentes legítimos” (LAPOUJADE, 2015, p. 52). A pretensão do simulacro não é fundada, por isso recobre qualquer desequilíbrio e dessemelhança sem que com isso deixe de ser imagem. Afirma Deleuze:

O simulacro: aquilo a que pretendem o objeto, a qualidade, etc., pretendem-no por baixo do pano, graças a uma agressão, a uma insinuação, a uma subversão, “contra o pai” e sem passar pela ideia. Pretensão não fundada, que recobre uma dessemelhança interna, assim como um desequilíbrio interno. (DELEUZE, 1974, p. 263).

Por ser o simulacro construído sobre uma disparidade, sobre uma dissimilitude, há a incapacidade de defini-lo com base em um modelo de caráter representacional, “com relação ao modelo que se impõe às cópias, modelo do Mesmo do qual deriva a semelhança das cópias” (DELEUZE, 1974, p. 263). Uma vez que o Simulacro não pretende nenhum modelo, mas ao contrário destoa total e infinitamente das imagens representacionais, a sua dessemelhança interiorizada cria um *modelo outro*. Explanando melhor o ponto, entende-se que “se o simulacro tem ainda um modelo, trata-se de um outro modelo, de um modelo do Outro de onde decorre uma semelhança interiorizada” (DELEUZE, 1974, p. 263) em que este *modelo Outro* não indica algum déficit em comparação com a cópia-modelo, mas se coloca como outro modelo possível que está em

relação de oposição com o “bom modelo consagrado”. Vejamos o que David Lapoujade aponta: “há uma espécie de empenho próprio do simulacro que faz com que, de um ponto de vista externo, ele mal se distinga da cópia. Só se distingue dela por uma diferença sub-reptícia, (...) que atesta uma outra espécie de (...) reivindicação” (LAPOUJADE, 2015, p. 52); na sequência continua o comentário: “dir-se-ia que se trata, a cada vez, de extrair um duplo que reverte o original e a cópia, muito embora se mantenha o mais próximo possível deles” (LAPOUJADE, 2015, p. 52). A proposta da imagem simulada não requer um caos improdutivo, mas uma outra maneira de pensar a imagem do pensamento. Pois, por ser uma imagem sem semelhança é que apenas o Simulacro é capaz de abarcar a diferença na proposta da imagem do pensamento sem imagem. Uma vez que a diferença é compreendida pela filosofia tradicional como algo de caráter pejorativo, o Simulacro foi taxado pelo platonismo como uma cópia degenerada, em uma visão conceitual viciada que deixou escapar aquilo que havia de mais significativo na cópia simulada, afinal:

Se dizemos do simulacro que é uma cópia de cópia, um ícone infinitamente degradado, uma semelhança infinitamente afrouxada, passamos à margem do essencial: a diferença de natureza entre simulacro e cópia, o aspecto pelo qual formam as duas metades de uma divisão. A cópia é uma imagem dotada de semelhança, e o simulacro uma imagem sem semelhança (DELEUZE, 1974, p. 263).

Não mais o simulacro será visto como uma cópia degenerada, tampouco degradada, uma vez que nunca foi cópia de algo. Ele guarda uma potência positiva que encerra singularidades e diferenças como acontecimentos, opondo-se e desconhecendo qualquer modelo de produção como a cópia ou o original. Sua realidade é a multiplicidade e, por assim ser, nenhum modelo resiste à sua vertiginosa diferença que nega qualquer hierarquização e não torna cabível uma pretensão fundante para suas imagens.

Conclusão: a Reversão do Platonismo

Retomando o que foi dito no artigo, os conceitos de *imagem* e de *simulacro* estão dispersos em várias ramificações do pensamento platônico (epistêmico, ontológico, estético). Deleuze não é indiferente a isso e utiliza tais conceitos com diversas disposições. Contudo, há um ponto notável que talvez fuja à atenção do leitor que está preocupado em encontrar um caráter específico das noções imagem-simulacro. É comum a associação da *imagem* e do *simulacro* com a noção de *imagem do pensamento* em Deleuze, ou seja, com sua crítica à representação. Tal associação está correta, mas não se limita a isso. Vejamos o que o pensador francês nos diz em *Diferença em Repetição*:

Eis por que nos parecia que, com Platão, estava tomada uma decisão filosófica da maior importância: a de subordinar a diferença às potências do Mesmo e do Semelhante, supostamente iniciais, a de declarar a diferença impensável em si mesma e de remetê-la, juntamente com os simulacros, ao oceano sem fundo. Mas, precisamente porque Platão ainda não dispõe das categorias constituídas da representação (elas aparecerão com Aristóteles), é em uma teoria da ideia que ele deve fundar sua decisão (DELEUZE, 2006, p. 185).

Em miúdos, a citação nos indica que é somente em Aristóteles que se estrutura o pensamento representacional, mas que em Platão a questão já está colocada. No cenário platônico a diferença é vista como um problema, porém não necessariamente como um problema representacional, ou não apenas.

Entendemos que há, similarmente, uma moral no simulacro. Vimos que “todo platonismo (..) é dominado pela ideia de uma distinção a ser feita entre “a coisa mesma” e os simulacros. Em vez de pensar a diferença em si mesma, ele [o platonismo] já a remete a um fundamento, subordina-a ao mesmo e introduz a mediação sob uma forma mítica” (DELEUZE, 2006, p.106). Vimos também que o

pensamento platônico se dispõe a comparar as imagens e excluir os simulacros, entendendo os últimos como os mais próximos do conceito de diferença. O que equivale a afirmar que o platonismo se ocupou em excluir a diferença e jamais se ocupou em pensá-la. Sendo que nesse encadeamento de ideias o mais próximo do exercício intelectual que a diferença chegou se deu quando foi “pensada no jogo comparado de duas similitudes, a similitude exemplar de um original idêntico e a similitude imitativa de uma cópia mais ou menos semelhante: é essa a prova ou a medida dos pretendentes” (DELEUZE, 2006, p.184). Justamente nesse ponto é que, a nosso ver, se coloca a questão moral do pensamento platônico. Como seu intuito foi em prol de uma segregação das imagens, parece-nos que “a distinção modelo-cópia está apenas para fundar e aplicar a distinção cópia-simulacro; pois as cópias são justificadas, salvas, selecionadas em nome da identidade do modelo e graças à sua semelhança interior com esse modelo ideal” (DELEUZE, 2006, p.184); ao passo que o Simulacro recebe o atributo do indulgente, do vicioso e do ludibriador. Tal constatação não é em nada absurda. Deleuze a sustenta ao alertar que o problema transborda o campo epistêmico e se insere nas questões de valorações morais pelas quais se pensa a imagem como cópia boa ou má, ou seja, no dualismo moral ou imoral.

Propriamente, o modelo moral (e bom) é o fundamento para a direção correta do intelecto e para o melhor uso da razão. Sobre essa questão Deleuze assevera o que intervém para “selecionar as boas imagens, aquelas que se assemelham do interior, os ícones, e para eliminar as ruins, os simulacros”. Ao entendermos que o pensamento platônico tem como alicerce as distinções de mundo e, como consequência disso, sua dialética pode ser compreendida como uma dialética da rivalidade, é notável que “todo o platonismo está construído sobre essa vontade de expulsar as fantasias ou simulacros, identificados ao próprio sofista, esse diabo, esse insinuante ou esse simulador, esse falso pretendente sempre disfarçado e deslocado” (DELEUZE, 2006, p.184). De modo que o Simulacro está um passo à frente da imoralidade combatida pelo platonismo uma vez que não é apenas uma cópia, mas sim

uma cópia que se nega enquanto cópia e que finge ser outra coisa que não é. Finge ser modelo. Seu estatuto é de “uma semelhança infinitamente abrandada, um ícone degradado” (DELEUZE, 2006, p.185). Deleuze afirma que tal teoria promoveu complicadas consequências que ainda estão imbricadas em nosso *modus operandi* de pensamento e, por isso, passam despercebidas. Como, por exemplo, no “catecismo, tão inspirado nos Padres platônicos, familiarizou-nos com a idéia de uma imagem sem semelhança: o homem foi feito à imagem e semelhança de Deus, mas pelo pecado perdemos a semelhança guardando a imagem...” (DELEUZE, 2006, p.185). O que ressoa disso: a dessemelhança, ou a diferença, como aquilo que nos retira a qualidade divina e que bestializa a espécie humana. Gilles Deleuze deixa claro o viés moral do Simulacro na passagem a seguir:

O que então aparece, em seu mais puro estado, é uma visão moral do mundo, antes que se possa espalhar a lógica da representação. É por razões morais, inicialmente, que o simulacro deve ser exorcizado e que a diferença deve, por isso mesmo, ser subordinada ao mesmo e ao semelhante (DELEUZE, 2006, p.185).

Concluindo, o Simulacro está intrinsecamente envolvido com a diferença e depende dela para ser uma imagem contrária ao ícone. Por destoar do modelo estabelecido e por não se justificar enquanto cópia, a imagem Simulacro promoveria um novo movimento que marcharia a favor de outra imagem de pensamento ou nova imagem de pensamento, em concordância com o apelo deleuziano pela subversão do platonismo. Deleuze coloca: “subverter o platonismo significa o seguinte: recusar o primado de um original sobre a cópia, de um modelo sobre a imagem. Glorificar o reino dos simulacros e dos reflexos” (DELEUZE, 2006, p.106). Indo além: significa inverter a moral estabelecida e criar um novo plano de imanência para o mesmo conceito. De tal modo que a proposta de reversão do platonismo no pensamento deleuziano consiste na afirmação do simulacro em oposição ao modelo como

meio de subverter as imagens no mundo representacional. O autor francês David Lapoujade aponta nessa direção e coloca que “é o platonismo inteiro que ele [o simulacro] perverte e reverte, fazendo esse fundo subir, contestando tanto o modelo quanto as cópias – isto é, a identidade e a semelhança que eles estendem sobre o mundo sensível” (LAPOUJADE, 2015, p. 52). Sem a hierarquização das imagens não haveria mais a necessidade de pretender nem de dar fundamentos estritos ao objeto de apreciação cognitiva; criando-se, assim, outra imagem de pensamento não apenas dotada de semelhança, mas, também, de diferença e que, por isso, se efetivaria em outro formato.

Tendo Deleuze constatado um fundo ou mesmo um objetivo moral na teoria epistêmica de Platão, fica-nos claro, pois, que há uma diferença que se poderia dizer enérgica entre as filosofias do pensador grego e do filósofo francês: enquanto que para Platão, como vimos, a filosofia como busca da verdade deve orientar-se pela construção de imagens fidedignas, afastando-se sempre dos riscos inebriantes dos simulacros; para Deleuze a filosofia – da diferença – teria de afastar-se de uma imagem do pensamento regida pelas categorias do Mesmo, do Igual e do Semelhante. Para este, com efeito, a filosofia criadora e que se põe a erigir um pensamento da Diferença deve ter como baluarte não a boa cópia, mas a imagem sem modelo. Sendo o simulacro, por fim, entendido não como o avesso da filosofia, mas sim como fomentador de pensamentos *outros*.

É interessante notar que Deleuze não apenas indica o que deve ser revisto no pensamento de Platão, ele encontra nos próprios textos platônicos algumas brechas que o permitem pensar o início de uma conceituação diferencial para a imagem do pensamento no qual caberia pensar a diferença. Assim, “dentre as páginas mais insólitas de Platão, manifestando o antiplatonismo no âmago do platonismo, há aquelas que sugerem que o diferente, o dessemelhante, o desigual, em suma o devir” (DELEUZE, 2006, p.186); não no sentido pejorativo e tampouco como uma oposição ao modelo estabelecido, mas sim como *um outro modelo*. Os textos de *Teeteto* e *Timeu* são citados em nota de rodapé por Deleuze como as

principais obras que trazem ideias que “poderiam muito bem não ser apenas deficiências que afetam a cópia, como uma compensação de seu caráter segundo, uma contrapartida de sua semelhança, mas eles próprios modelos, terríveis modelos do *pseudos* no qual se desenvolve a potência do falso” (DELEUZE, 2006, p.186). A *outra nova imagem* que nasceria dessas rachaduras, nas palavras de Deleuze, seria uma imagem em que “é a semelhança que se diz da diferença interiorizada, e a identidade do diferente como potência primeira” (DELEUZE, 1974, p. 268). Logo, através da reversão do platonismo se instauraria uma nova imagem de pensamento capaz de fazer coexistir um condensado assimétrico dos mais variáveis acontecimentos, com capacidade de absorver todos os possíveis fundamentos e ao mesmo tempo negar o falso e o verdadeiro, o modelo e a cópia. Segundo Lapoujade, “o simulacro é a aberração que mina subterraneamente do platonismo. Ele não se deixa representar. Encarna sozinho as profundezas que se subtraem à ação do fundamento e contestam a sua instauração” (LAPOUJADE, 2015, p. 52). Essa nova imagem do pensamento “torna impossível a ordem das participações, como a fixidez da distribuição e a determinação da hierarquia. Instaura o mundo das distribuições nômades e das anarquias coroadas” (DELEUZE, 1974, p. 268), que Deleuze posteriormente denominará como *pensamento sem imagem*.

Referências:

BOTTER, B. (2016). Enti inesistenti: phantasmata in Platone. *Archai*, 18, pp. 113-149

DELEUZE, G. **Diferença e Repetição**. Tradução Luiz Orlandi, Roberto Machado – Rio de Janeiro: Graal, 1988, 1ª edição, 2ª edição, 2006.

DELEUZE, G. **Lógica do Sentido**. Tradução de Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo, Ed. Perspectivas, 1974. 2ª Edição.

DELEUZE, G. Platão e o Simulacro. In: _____. **Lógica do Sentido**. Tradução de Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo, Ed. Perspectivas, 1974. 2ª Edição.

DE PINOTI, G. E. M. (2006a). Algunos aspectos de la crítica platónica al arte imitativo. **Hypnos**, 11 (16), pp. 74-88

_____. (2006b). La crítica platónica a oradores, poetas y sofistas. **Estudos de Filosofia de la Universidad de Antioquia**, 34, pp. 9-27

FORCINITI, M. S. (2014). Erótica de las estatuas y retórica de los fantasmas. Una contraposición entre las producciones miméticas del filósofo y el sofista en Platón. **Hypnos**, 33 (2), pp. 259-282

LAPOUJADE, D. **Deleuze, os movimentos aberrantes**. Tradução: Laymet Garcia dos Santos. São Paulo: n-1 edições, 2015.

PLATONE. C. **Tutti gli scritti**. Milano: Bompiani, pp. 131-190

_____. Sofista. **Tutti gli scritti**. Milano: Bompiani, pp. 261-314

_____. Teeteto. **Tutti gli scritti**. Milano: Bompiani, pp. 195-259

MARQUES, M. P. (2000/1). Imagem e aporia no Sofista de Platão. **Classica**, 13/14 (13/14), pp. 189-204

Visões de Marx sobre a política: uma introdução

Caio Bugiato¹

Toda a concepção de Marx não é uma doutrina, mas um método. Não oferece dogmas factuais, mas pontos de partida para a investigação adicional, e o método para tal investigação. (Carta de Engels a Sombart, 11.3.1895).

Resumo: O objetivo desse trabalho é, mediante uma pesquisa teórica na obra de Karl Marx, reunir, apresentar e sistematizar suas ideias sobre política. Assim, elencamos noções de Marx sobre formação de classe, classe social e fração de classe, burguesia e proletariado, forças sociais, luta de classes, Estado, política internacional, reforma e revolução, socialismo e comunismo, para então ao final do texto esboçar uma teoria marxiana da política, pertinente e atual para a análise científica, pelo menos enquanto perdurar o capitalismo.

Palavras-chave: Marx. Teoria. Política.

Abstract: The aim of this work is, through theoretical research in the work of Karl Marx, to gather, present and systematize his ideas on politics. Thus, we list Marx's notions about class formation, social class and class fraction, bourgeoisie and proletariat, social forces, class struggle, state, international politics, reform and revolution, socialism and communism, in order to at the end of the text trace out a Marxian theory of politics, pertinent and current to scientific analysis, at least as long as capitalism persists.

Keywords: Marx. Theory. Politics.

¹ Professor adjunto A-2 do Departamento de História e Relações Internacionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Resumen: El objetivo de este trabajo es, mediante una investigación teórica en la obra de Karl Marx, reunir, presentar y sistematizar sus ideas sobre política. Así que, juntamos nociones de Marx sobre formación de clase, clase social y fracción de clase, burguesía y proletariado, fuerzas sociales, lucha de clases, Estado, política internacional, reforma y revolución, socialismo y comunismo, para al fin del texto esbozas una teoría marxiana de la política, pertinente y actual para el análisis científico, al menos mientras perdure el capitalismo.

Palabras clave: Marx. Teoría. Política.

Introdução

Este texto aborda a ideias de Karl Marx sobre política. Procuramos reunir em algumas páginas noções importantes do pensamento marxiano da maturidade (o velho Marx, cuja obra é controversamente periodizada entre o final da década de 1840 até seu falecimento em 1883) que, quando sistematizadas, formam uma teoria política notável e distinta de outras correntes teóricas. De maneira introdutória, apresentamos noções e buscamos uma sistematização de reflexões de Marx – desenvolvidas ou embrionárias, por vezes dispersas em sua vasta obra – sobre formação de classe, classe social e fração de classe, burguesia e proletariado, forças sociais, luta de classes, Estado, política internacional, reforma e revolução, socialismo e comunismo. Assim, corremos o risco, diante de magnitude dessa obra, de deixar outras de suas noções sobre política de fora destas linhas, o que é tanto responsabilidade quanto uma interpretação do autor sobre o legado marxiano.

Ao entendemos que política são as relações entre agentes sociais que envolvem poder, sendo o poder autoridade material e/ou ideacional que implica dominação-submissão, Marx tem muito a dizer. Não forjou uma teoria política, porém observou assiduamente as lutas entre classes e frações de classes sociais na Europa, sobretudo, o que lhe permitiu teorizar sobre disputas políticas nas sociedades capitalistas e pré-capitalistas a partir dos embates reais das forças sociais, assim como escreveu complexas análises sobre conjunturas políticas concretas.

Percebendo constantemente as relações da dimensão política com a econômica, sua “teoria política” foi então complementada pelo “tardio” estudo sobre a economia capitalista, que deu origem a *O Capital*, cujo próprio subtítulo *crítica da economia política* afirma a imbricação de ambas as dimensões. Nesse sentido, concordamos com Saes (1998), segundo o qual, a partir da concepção de modo de produção ampliado da corrente althusseriana², é possível dar um tratamento teórico autônomo à dinâmica da política no pensamento marxiano e marxista – por mais que estes sejam complexos e multi- interdisciplinares –, mesmo que na realidade concreta tal dinâmica seja mais complexa. Portanto, as linhas que seguem não têm a intensão de indicar um politicismo na obra de Marx, contudo é um esforço que privilegia a dimensão da política em busca de uma síntese teórica – ainda que introdutória –, que tem como eixo a noção de luta de classes.

Marx legou apenas noções (e não conceituou) sobre o fenômeno da classe social. Com uma leitura geral de sua obra podemos entender que: a) classes sociais são grupos cuja situação é definida pela inserção específica no processo de produção³,

² Althusser (1979) propõe, a partir de Marx, romper com uma interpretação idealista e economicista sobre o funcionamento das sociedades com um conceito de modo de produção mais sofisticado do que o que chama de modo de produção simples, em que superestrutura (ideologia, direito, Estado) é reflexo da infraestrutura (relações de produção e forças produtivas). O modo de produção ampliado é formado pelas instâncias econômica, política e ideológica, relativamente autônomas e articuladas entre si, sendo o econômico o nível que determina o funcionamento do todo social complexo, em última instância.

³ Processo de produção é a produção e reprodução da vida material dos seres humanos (alimentos, roupas, moradia) que é apresentado por Marx nos *Grundrisse* como uma totalidade: “O resultado a que chegamos não é que a produção, distribuição, troca e consumo são idênticos, mas que todos eles são membros de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade” (MARX,

inserção essa que gera condicionantes que constroem a ação dos agentes sociais, e que pode propiciar, a depender das circunstâncias históricas concretas, a reunião desses agentes em coletivos que atuam como forças sociais em processos políticos nacionais; b) o processo de produção condiciona a existência de duas grandes classes, mas não as únicas, na sociedade capitalista, a burguesia – detentora dos meios de produção e do controle do processo produtivo geral – e o proletariado – detentor da força de trabalho, comprado pela burguesia em troca de salário e força motriz do processo produtivo geral; c) força social são agentes sociais que, a partir do processo de produção, organizam-se, mobilizam-se e militam coletiva e notavelmente em prol de interesses comuns e para a consecução de determinados objetivos, procurando executar um programa político; e d) processo político nacional é a dinâmica das relações de poder entre grupos, classes sociais e frações de classes sociais no interior de um Estado-nacional, onde tais agentes entram em cooperação, conflito ou confronto e o Estado é o alvo principal de suas demandas⁴.

2011a, p. 53). No processo de produção a interação entre forças produtivas e as relações de produção configura o modo de produção. Sobre modo de produção ver *O Capital*, Livro III, cap. XLVII. Forças produtivas são os meios de produção (equipamentos, maquinaria, estrutura física, solo, energia) e a força de trabalho, empregada pelos humanos, voltadas para a produção e reprodução da vida material. Relações de produção são a organização social dos humanos sobre os meios de produção, de modo a conduzir o processo produtivo geral. No modo de produção capitalista – diferente de modos de produção pré-capitalistas – burguesia detém a propriedade privada dos meios de produção e o proletariado detém apenas sua força de trabalho, a qual é vendida para a burguesia (como uma mercadoria) por salário. Essa relação de produção é uma relação de exploração, em que a burguesia extorque o trabalho excedente do proletariado (mais-valor), e dominação, pois se configura uma relação de dominação-submissão, quem manda e quem obedece.

⁴ Em *Reivindicações do partido comunista da Alemanha, Mensagem do comitê central à liga [dos comunistas] e A burguesia e a contrarrevolução*, Marx e Engels deixam claro que a burguesia luta para conquistar o Estado e subordinar a política pública aos seus interesses, assim como o Estado é alvo das demandas do

Assim, destacamos que no *Manifesto do partido comunista* (MARX e ENGELS, 2010a) e n' *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* (MARX, 2011b) Marx e Engels apresentam uma noção de classe social que: a) não é economicamente determinada; e b) é um processo de formação⁵.

A organização do proletariado em classe e, portanto, em partido político é incessantemente destruída pela concorrência que fazem entre si os próprios operários. Mas renasce sempre, e cada vez mais forte, mais sólida, mais poderosa. Aproveita-se das divisões internas da burguesia para obrigá-la ao reconhecimento legal de certos interesses da classe operaria, como, por exemplo, a lei da jornada de dez horas de trabalho na Inglaterra. Em geral, os choques que se produzem na velha sociedade favorecem de diversos modos o desenvolvimento do proletariado (MARX e ENGELS, 2010, p. 48).

Milhões de famílias existindo sob as mesmas condições econômicas que separam seu modo de vida, os seus interesses e a sua cultura do modo de vida, dos interesses e da cultura das demais classes, contrapondo-se a elas como inimigas, formam uma classe. Mas na medida em que existe um vínculo apenas local entre os parceiros, na medida em que a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhum fator, nenhuma união nacional, nenhuma organização política, eles não constituem classe nenhuma (MARX, 2011b, p. 142-143).

proletariado.

⁵ Boito Jr. (2007) chama atenção para esta noção, assim como para diferenciação de formação de classe, entre burguesia e proletariado, para a cena política e para a revolução (conceitos arrolados a seguir). Recorremos ao seu estudo sobre Marx e Engels para nos auxiliar na explicação sobre as ideias políticas dos autores.

Entendemos, portanto, que uma classe social não se reduz ao lugar dos agentes no processo de produção, ou seja, não é um dado exclusivamente econômico. Mas seu lugar nesse processo jamais pode ser desconsiderado, pois dele saem os contornos e os limites de sua agencia política. Fundada nas relações econômicas concretas, a classe social é construída, não dada. Objetivamente, ela se define a partir da posição dos agentes na estrutura econômica, mas apenas se constitui enquanto classe nas lutas, no processo de mobilização política, que envolve capacidade de agregar interesses e construir solidariedades. Em outras palavras, se a estrutura produtiva oferece os contornos objetivos possíveis para sua delimitação, circunscrevendo um campo de lutas e um conjunto provável de interesses comuns, sua concretização depende das práticas efetivas, da mediação de partidos, sindicatos, movimentos sociais, da luta político-ideológica que divide ou unifica, dissolve ou funde, isola ou promove a aliança das classes e frações de classe em luta. Ao considerar somente a estrutura econômica, objetiva, a classe social só existe enquanto virtualidade. O processo de constituição das classes numa realidade efetiva não é um percurso linear e progressivo, mas sim marcado por avanços e retrocessos, pela articulação entre condições objetivas e subjetivas. Tal movimento se inscreve em circunstâncias históricas determinadas, mas em constante mutação.

Considerar a classe social como uma construção, cujo fenômeno é econômico, político e cultural e objetivo e subjetivo (uma síntese de múltiplas determinações) implica em diferenciar o processo de formação de classes sociais e suas frações entre burguesia e proletariado. Os lugares ocupados no processo de produção, a divisão entre proprietários não trabalhadores e trabalhadores não proprietários, é a divisão fundamental que possibilita a formação da classe. Nos textos de Marx a formação da classe burguesa já aparece dada, como na passagem abaixo, enquanto a classe proletária (ou trabalhadora) é uma possibilidade real.

Nas duas revoluções [inglesa e francesa] a burguesia era a classe que efetivamente estava na ponta (Spitze) do movimento. O proletariado e as frações das classes médias não pertencentes à burguesia ou não tinham ainda interesses distintos da burguesia, ou ainda não formavam classes ou frações de classe desenvolvidas de modo independente (MARX, 2010c, p. 323).

No modo de produção capitalista a burguesia já está formada enquanto classe social, uma vez que seu processo de formação de classe se confunde com o próprio nascimento, o desenvolvimento e a sustentação do capitalismo. Marx esclarece esse processo ao tratar da assim chamada acumulação primitiva n' *O Capital*:

A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor direto e o meio de produção. Ela aparece como 'primitiva' porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. [...] Os capitalistas industriais, esses novos potentados, tiveram, por sua vez, de deslocar não apenas os mestres artesãos corporativos, mas também os senhores feudais, que detinham as fontes de riquezas. Sob esse aspecto, sua ascensão se apresenta como o fruto de uma luta vitoriosa contra o poder feudal e seus privilégios revoltantes, assim como contra as corporações e os entraves que estas colocavam ao livre desenvolvimento da produção e à livre exploração do homem pelo homem. [...] Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo. Sua história assume tonalidades distintas nos diversos

países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas (MARX, 2013a, p. 786-787)⁶.

Marx explica que “A burguesia vive em luta permanente; primeiro contra a aristocracia; depois, contra as frações da própria burguesia [...]; e sempre contra as burguesias de países estrangeiros” (MARX e ENGELS, 2010a, p. 48). Ou seja, escrevendo numa época em que Estados europeus ainda não tinham passado por revoluções burguesas, Marx e Engels se referem primeiramente à luta da burguesia contra a aristocracia feudal, que mesmo em Estado revolucionados pela burguesia, esta ainda lutava contra (ou se aliava aos) resquícios da ordem feudal e da aristocracia decadente. Segundo, se referem à luta da burguesia industrial contra frações não industriais (que se mobilizam contra o desenvolvimento da indústria) e/ou frações da pequena burguesia. Terceiro, à luta de cada burguesia nacional contra concorrentes de outros Estados, no exterior. A luta permanente da burguesia ainda encontra um quarto oponente: o proletariado.

Assim como a formação da classe burguesa, o proletariado como classe não decorre diretamente das relações de produção e das forças produtivas capitalistas (estrutura econômica) e, diferentemente da formação da classe burguesa, não é inevitável.

⁶ Marx prossegue no mesmo capítulo, agora para dar um exemplo concreto: “A ‘Glorious Revolution’ (Revolução Gloriosa) conduziu ao poder, com Guilherme III de Orange, os extratores de mais-valor, tanto proprietários fundiários como capitalistas. Estes inauguraram a nova era praticando em escala colossal o roubo de domínios estatais que, até então, era realizado apenas em proporções modestas. Tais terras foram presenteadas, vendidas a preços irrisórios ou, por meio de usurpação direta, anexadas a domínios privados. Tudo isso ocorreu sem a mínima observância da etiqueta legal. O patrimônio do Estado, apropriado desse modo fraudulento, somado ao roubo das terras da Igreja – quando estas já não haviam sido tomadas durante a revolução republicana –, constituem a base dos atuais domínios principescos da oligarquia inglesa. Os capitalistas burgueses favoreceram a operação, entre outros motivos, para transformar o solo em artigo puramente comercial.

A estrutura econômica contém potencialmente a classe trabalhadora, que pode ou não se formar (se se considera apenas o nível econômico, objetivo, a classe social só existe enquanto virtualidade). As circunstâncias históricas concretas e a ação política de agentes, como partidos, sindicatos e movimentos sociais, possibilitarão ou não a conversão dessa classe potencialmente dada na estrutura econômica em uma classe ativa, cuja formação, interesses e objetivos serão definidos em processos de lutas. “O proletariado passa por diferentes fases de desenvolvimento. Sua luta contra a burguesia começa com a sua existência” (MARX e ENGELS, 2010a, p. 47).

A formação da classe trabalhadora é um processo irregular, cumulativo e reversível e marcado por rupturas e saltos de qualidade. É igualmente um processo com frentes diferentes, não separadas, de luta. A primeira frente, a luta econômica contra a exploração da burguesia não é necessariamente uma ação coletiva dos trabalhadores enquanto classe, embora possa servir de base para a formação da classe. Os trabalhadores, produtores diretos coagidos pela propriedade privada a vender sua força de trabalho como mercadoria, estão sujeitos a situações que minam a formação de classe, como flutuações do mercado de trabalho, a concorrência de uns contra os outros, a substituição de sua força de trabalho pelas máquinas, entre outras. Na segunda frente, ação dos trabalhadores como classe se dá no terreno da política, constituído como força social distinta de outras classes sociais. As lutas podem fazer crescer a unidade e a organização do proletariado. Ademais, a própria burguesia compele proletariado para a luta política, dadas suas permanentes lutas inscritas no desenvolvimento e na sustentação do capitalismo, inclusive, obviamente, a luta pela exploração e dominação dos trabalhadores. Assim, o processo de formação do proletariado enquanto classe é um caminho mais árduo do que a formação da classe burguesa, mas é o caminho que conduz a processos revolucionários (BOITO JR., 2007).

Em *Mensagem do comitê central à liga [dos comunistas]*, Marx e Engels analisam demandas e interesses (burgueses e proletários)

de classes e frações de classe⁷ sobre os rumos políticos da Prússia, apontando para pelos menos quatro forças sociais em questão: a grande burguesia, cujo interesse é a derrubada do feudalismo e do absolutismo, mas não descarta aliança com a aristocracia feudal; a pequena burguesia democrático-constitucional, cujo interesse é a criação de um Estado federativo democrático; a pequena burguesia republicana, cujo interesse é a formação de uma república federativa (essas três frações compõem o partido democrático); e o proletariado, cujo interesse é estalar uma revolução para que as classes proprietárias, grandes ou pequenas, sejam aliadas do poder estatal e este seja conquistado pelos trabalhadores (MARX e ENGELS, 2010b). Os interesses das forças sociais divergem e convergem. Por um lado, a pequena burguesia (ambas as frações) luta para derrubar a ordem política em que a grande burguesia e a aristocracia feudal, aliadas, preponderam – luta esta que converge com a do proletariado. Por outro lado, a pequena burguesia se opõe ao programa partidário do proletariado e se mobiliza contra ele. “A relação do partido operário revolucionário com a democracia pequeno-burguesa é a seguinte: ele a acompanha contra a fração que esta quer derrubar; ele se contrapõe a ela em tudo que seus membros querem estabelecer a favor de si mesmo” (MARX e ENGELS, 2010b, p. 62). A luta entre as classes e as frações de classes sociais provoca alianças e conflitos, a depender das circunstâncias. Ademais, como mostra Marx (2012a) n’ *As lutas de classes na França*, a luta de classes e frações é manifestada por meio de diversas ações, como os programas de ação de partidos e de outras organizações representativas, assim com as ideias desses agentes (contidas nos programas), as marchas e os protestos de rua, a greve, os votos nas eleições, no parlamento e outras instâncias do

⁷ Em textos como *Mensagem do comitê central à liga [dos comunistas]*, *As lutas de classes na França* e *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, Marx analisa as classes e as **frações de classe**. Ele indica que a classe social, seja ela a burguesia, a aristocracia feudal ou o proletariado, não é homogênea. A formação da classe é condicionada pelo lugar que ocupa no processo de produção, mas em circunstâncias históricas concretas no interior da classe surgem divergências que opõe seus programas políticos e até as conduz ao confronto.

Estado, a formulação de leis e o uso da violência para derrotar o oponente (que no limite implica em guerra civil).

Em meio à dinâmica da luta de classes, encontramos no pensamento de Marx o papel do Estado. Ele não fez um estudo sistematizado sobre o Estado e suas relações com o e o capitalismo, nem apresenta um conceito claro de Estado capitalista. Contudo, sua concepção de Estado pode ser encontrada em passagens de suas obras de três formas, segundo Carnoy (1988). Primeiro, a forma do Estado emerge das relações de produção, isto é, não é o Estado que molda a sociedade, mas sim o Estado é moldado pela sociedade, na qual as relações de produção significam a dominação e a exploração de uma classe sobre a outra (burguesia sobre o proletariado):

[...] as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades, condições estas que Hegel, a exemplo dos ingleses e dos franceses do século 18, compreendia sob o nome de 'sociedade civil' (MARX, 2008. p. 47).

Segundo, o Estado é a expressão política da estrutura de classe inerente à produção; numa sociedade de classe dominada pela burguesia⁸, o Estado é a expressão política dessa dominação; não está acima das classes; e sua intervenção nos conflitos de classe o consagra como meio de dominação de classe:

⁸ Não há um conceito de classe dominante em Marx, mas se faz necessário neste texto expor o que entendemos por classe dominante nas obras em questão. Exercer preponderância econômica (propriedade dos meios de produção e controle do processo de produção), intensa influência no Estado (centro legal e legítimo do processo decisório na sociedade capitalista) e supremacia de ideias e valores na sociedade faz uma classe dominante (esse terceiro elemento, ideológico, é menos claro na obra d Marx).

[...]a burguesia, com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou, finalmente, a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno. O executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os *negócios comuns* de *toda classe* burguesa (MARX e ENGELS, 2010a, p. 42. Grifos nossos).

Vale acrescentar que à passagem acima que *toda a classe* significa as diferentes frações da burguesia, cujos *negócios comuns* são a manutenção da propriedade privada dos meios de produção e a reprodução da força de trabalho como mercadoria.

Terceiro, o Estado representa o braço repressivo da burguesia e sua função repressiva mantém sob controle o antagonismo de classe; este aparelho repressivo da burguesia reforça a estrutura de classe⁹ (CARNOY, 1988).

As lutas permanentes da burguesia a formam enquanto classe, processo esse que se concretiza com sua inserção no, e transformação do, Estado, perpetuando-se como classe dominante. Assim ela consegue subordinar a política pública aos seus interesses. O Estado então estabelece e legitima a propriedade

⁹ Essa terceira forma está mais nítida no texto de Engels: “[Estado] é antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da ‘ordem’. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado. [...] Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida” (ENGELS, 2009, p. 159-160).

privada dos meios de produção, a exploração do trabalho assalariado e as demais condições necessárias para que o modo de produção capitalista possa se sustentar.

Pode parecer que a luta de classes está confinada ao espaço nacional dos Estados, mas não é essa a visão de Marx. Há trechos em sua obra que apresentam a vinculação entre a dimensão internacional e a nacional, como nas passagens a seguir:

É evidente que, para poder lutar em geral, a classe trabalhadora tem de se organizar internamente como classe, e a esfera nacional é o terreno imediato de sua luta. Nesse sentido, sua luta de classe é nacional, não segundo o conteúdo, mas, como diz o *Manifesto Comunista*, “segundo a forma”¹⁰. Mas os próprios, “marcos do atual Estado nacional” do Império alemão, por exemplo, situam-se, economicamente, “nos marcos do mercado mundial” e, politicamente, “nos marcos do sistema dos Estados”. Qualquer comerciante sabe que o comércio alemão é, ao mesmo tempo, comércio exterior, e a grandeza do sr. Bismarck reside justamente em sua forma de política *internacional* (MARX, 2012b, p. 36, grifos do autor).

Que na mais tremenda guerra dos tempos modernos o exército conquistador e o exército conquistado confraternizem no massacre comum do proletariado, esse evento sem paralelo na história não representa, como pensa Bismarck, a repressão final de uma nova sociedade que avança, mas a redução a cinzas da sociedade burguesa. A empresa mais heroica de que ela ainda é capaz é a guerra nacional, a qual se evidenciou agora como uma pura fraude dos governos, engendrada para retardar a luta de classes e a ser descartada toda vez que essa luta de classes

¹⁰ Do *Manifesto*: “A luta do proletariado contra a burguesia, embora não seja na essência uma luta nacional, reveste-se dessa forma num primeiro momento. É natural que o proletariado de cada país deva, antes de tudo, liquidar sua própria burguesia” (MARX e ENGELS, 2010, p. 50)

desemboque em guerra civil. A dominação de classe já não é mais capaz de se disfarçar sob um uniforme nacional; os governos nacionais são *um* só contra o proletariado! (MARX, 2011c, p. 77-78, grifos do autor).

Nessas e noutras passagens, Marx desafia a distinção entre “política doméstica” e “relações internacionais” e trata essas duas dimensões de modo articulado, isto é, de modo que uma interfere sobre a outra e vice-versa. Desenvolve uma visão de mundo internacionalista, em que nacional e internacional estão vinculados pela dinâmica da luta de classes¹¹. Em suas reflexões sobre política internacional, portanto, o internacional (fenômenos como a guerra, por exemplo) e o nacional (um processo revolucionário que estala de início no espaço nacional, no caso) são apresentadas como elementos indissociáveis. Como menciona Halliday, (1999), a luta de classes não ocorre apenas no interior, mas também entre dos Estados nacionais. A visão de mundo mais apropriada para a análise de Marx sobre a política internacional não é o simples conflito entre Estados, mas sim, segundo esse mesmo autor, um conflito social cada vez mais internacional, mediado e fragmentado pelos Estados (HALLIDAY, 1990, p. 221). Assim são tratadas, em *A guerra civil na França*, a Guerra Franco-Prussiana, a Comuna de Paris e a sua supressão: constituem um evento único, que transpassa as fronteiras nacionais.

Percebemos, assim, que nas dimensões nacional, estatal e internacional, e suas imbricações, a luta de classes e frações de classe é central na análise de Marx sobre a política. Continuemos, portanto, o desenvolvimento dessa noção em direção às ideias de reforma e revolução. Já vimos que a estrutura econômica possibilita a organização de coletivos com interesses opostos. Porém isso é apenas uma possibilidade. Na estrutura econômica burgueses e proletários (classe trabalhadora ou não) podem construir um campo de interesses comuns, assim como no terreno da política

¹¹ Sobre as algumas reflexões de Marx e Engels acerca da política internacional, ver BUGIATO, 2017.

(então o proletariado constituído como classe trabalhadora) . Por exemplo, capitalistas industriais e trabalhadores urbanos podem formar uma frente de defesa de um programa de industrialização, enquanto outras frações burguesas, nacionais e estrangeiras, mobilizam-se para enterrar tal programa e os trabalhadores rurais, organizados ou não, são indiferentes. Isto é, capitalistas industriais e trabalhadores podem cooperar e o antagonismo é apenas latente.

Em segundo lugar, a luta entre as classes sociais assume **tipos e formas**. Ela pode ser de **tipo intraclasse**, entre frações da mesma classe social, ou **interclasse**, quando por exemplo duas classe dominantes – a burguesia ascendente e a aristocracia feudal decadente – se unem para derrotar as reivindicações e o programa da classe trabalhadora, como mostra Marx (2013b) em *As lutas de classes na França*. Assim como a luta de uma fração de classe pode ser de dois tipos, intraclasse e interclasse, concomitantemente. A luta de classes pode assumir a **forma de luta preventiva** (a expressão é de Elster, 1989): ações deliberadas da burguesia, como um todo ou fração(ões), com a finalidade de impedir a formação da classe trabalhadora. Ações econômicas como o aumento do desemprego e da concorrência entre os trabalhadores, ações políticas e jurídicas como criminalização de partidos e sindicatos, ações ideológicas como ampla propaganda de difamação de frações do proletariado e seus representantes, entre outras, são algumas possibilidades, que em geral são multifuncionais (congregam mais de uma dimensão mencionada) e se utilizam da atividade do Estado. Essa forma de luta parece mais eficiente do que a repressão violenta, que pode ter o efeito colateral de organizar o proletariado. Nessa forma de luta de classe, o proletariado é apenas um conjunto de grupos que tendem a voltar-se para a luta econômico-reivindicativa e não se constituem como força social. Quando duas ou mais classes ou frações de classe (formadas) opõem seus interesses e objetivos, a luta de classes assume as **formas de conflito ou confronto**. No conflito, opõem-se modelos econômicos, programas políticos, ideias e valores, mas não se utilizam da violência. No confronto, ocorre uma luta aberta e direta entre as forças sociais, com o uso da violência.

O conflito de classe está evidenciado por Marx n' *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, o confronto no *Manifesto do partido comunista*. Naquele, como em outras obras históricas de Marx e Engels (*Luta de classes na França, Revolução e contrarrevolução na Alemanha, A guerra camponesa na Alemanha*), Marx usa a noção de classe social para indicar a ação e a luta dos agentes sociais, definidos em função de sua inserção no processo produtivo, pela apropriação da riqueza produzida na ordem econômica vigente, pela influência no Estado existente e, também, pela supremacia no terreno das ideias e dos valores sociais. Nesse caso não se trata, de mudar a sociedade, mas sim, do ponto de vista da luta dos trabalhadores, de reformá-la. Em *O 18 de brumário* e em *Luta de classes na França*, Marx considera o proletariado de Paris, embora seja uma força social organizada, não está mobilizado em torno de um programa socialista, mas sim em torno de um programa de reformas sociais.

No *Manifesto do partido comunista* os agentes de classe deixam de ser apenas potencialmente antagônicos e a luta entre eles coloca na ordem do dia a mudança das relações de produção e do tipo de Estado, isto é, a transformação revolucionária da sociedade. No *Manifesto* Marx e Engels apresentam a instauração da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção vigentes como o elemento gerador de um desequilíbrio sistêmico que caberia à luta de classes resolver. A era de revolução social é aquela em que o desenvolvimento das forças produtivas é truncado, e não mais estimulado, pelas relações de produção existentes e as classes sociais como coletivos organizados e em luta, representam de um lado as relações de produção "caducas", lutando pela preservação da estrutura social vigente e, de outro, outra classe representa as forças produtivas em ascensão, lutando pela mudança histórica – do feudalismo para o capitalismo ou do capitalismo para o socialismo. Não se trata, portanto, de um conflito econômico ou político qualquer, mas de um confronto particular numa fase bem delimitada do processo histórico, um período de

revolução¹². Que não se limita ao espaço nacional, mas sim têm propensão internacional (ou seja, assim como o cosmopolitismo burguês que tende a transformar mundo todo à sua imagem e semelhança por meio da expansão das relações capitalista, o internacionalismo proletário busca alastrar a revolução). Marx e Engels, ao elucidarem que “finalmente, nos períodos em que a luta de classes se aproxima da *hora decisiva*, o processo de dissolução da classe dominante, de toda velha sociedade adquire um caráter tão violento e agudo [...]” (MARX e ENGELS, 2010a, p. 49) apontam para a existência então de momentos decisivos da luta de classes, a revolução, expresso no *Manifesto* e momentos não decisivos, a luta de classe em forma de conflito, n’ *O 18 de brumário*¹³.

O processo de revolução (transformação estrutural de um modo de produção; salto cataclísmico de um modo de produção para outro) é agência de um coletivo político que passa imprimir mudanças prévias no Estado (fator de coesão da sociedade dividida em classes), isto é, uma revolução política que põe em marcha a formação de um novo tipo de Estado, antes mesmo da revolução na economia (como a revolução burguesa sobre a qual escreve Marx no capítulo XXIV d’ *O Capital*), do choque entre forças produtivas e relações de produção. Sobre o processo de transição ao socialismo e ao comunismo, Marx se abstivera que qualquer

¹² Consideramos que não há uma teoria (corpo teórico articulado e acabado) da revolução em Marx, mas sim reflexões em direção a uma construção teórica, dinâmica e inacabada e para pensar o real e elaborar novas ideias a partir do próprio real.

¹³ Mencionamos ainda a distinção que fazem da cena política e da luta de classes. N’ *O 18 de brumário* Marx (2011b, p. 59-60.) distingue uma realidade aparente e superficial de uma realidade essencial e profunda, cuja relação é ocultação e dissimulação da primeira pela segunda. Enquanto a realidade profunda se refere ao campo da luta de classes, isto é, da ação concreta das forças sociais (realidade essencial), a realidade superficial ou a cena política é o lugar da representação de tais forças (realidade aparente). Entretanto, em períodos revolucionários, luta de classes tende a eliminar a cena política, mostrando abertamente os interesses de classe e de frações de classe na hora decisiva, como dizem no *Manifesto*.

descrição detalhada, uma vez que suas características estariam no processo histórico ainda por vir. Mas tinha clareza da luta política a ser travada pelo proletariado organizado em classe, como relata Marx sobre a Comuna de Paris:

Eis o verdadeiro segredo da Comuna: era essencialmente um governo da classe operária, o produto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política [novo tipo de Estado] enfim descoberta para se levar a efeito a emancipação econômica do trabalho (MARX, 2011c, p. 59) ¹⁴.

Ainda que tenha se abstido de refletir sobre o processo de transição, Marx (2012b) na *Crítica do programa de Gotha* – assim como no *Manifesto* – indica duas fases da sociedade comunista. A primeira, o socialismo, sucede imediatamente o capitalismo mediante a tomada do poder estatal pelo proletariado, que se torna a nova classe dominante e constrói um novo tipo de Estado. O proletariado como classe dominante e o novo tipo de Estado que aplica seu programa revolucionário é o que Marx chama da ditadura do proletariado, a inversão da dominação de classe. Esse Estado proletário busca varrer as forças da velha sociedade, proteger o proletariado dos seus inimigos e executar o programa de transição: arranca gradativamente todo o capital da burguesia, ou seja, promove gradualmente a transferência das empresas para a autoridade do Estado e impulsiona o aumento todas das forças produtivas. Nessa fase a divisão de classes persiste e a luta de classes se intensifica com a reação a burguesia (inclusive internacional). Igualmente, a economia de mercado e o direito burguês persistem, manifestando-se na distribuição de bens, embora não resultem da propriedade privada, de acordo com a quantidade de trabalho proporcionado por cada um para a sociedade, não com

¹⁴ Sobre tal processo, ver as inconclusivas e incompletas passagens de Marx e Engels indicadas no capítulo 4 de Cohan (1981).

as suas necessidades. Nessa nova ordem as forças produtivas se desenvolvem rapidamente, junto com as novas relações de produção criadas pelo Estado proletário, e a sociedade ingressa na fase superior da sociedade comunista, em que as classes sociais como as conhecemos no capitalismo desaparecem (o que não significa que desaparecem conflitos políticos), o Estado desaparece, isto é, deixa de ser uma instituição de opressão de classe (mas não significa que não existam outras formas de organização política) e a abundância de bens poderia ser distribuída a cada um segundo suas necessidades, de modo que “[...] a sociedade então poderá escrever em sua bandeira: ‘De cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades!’ (MARX, 2012b, p. 32). Ademais, Marx enfatizava o caráter internacional da revolução, que não poderia ter lugar isoladamente numa formação social, e afastadas umas das outras, mas sim seria obra de um conjunto decisivo de forças sociais proletárias agindo simultaneamente nos Estados nacionais – “Proletário de todos os países, uni-vos” (MARX e ENGELS, 2010, p.69). O processo (imprevisível) de transição para Marx se configura como uma destruição criadora: ao mesmo tempo em que a agência política via Estado elimina os elementos que conservam o modo de produção capitalista, desenvolve sua forças produtiva e cria novas relações de produção e de sociedade, elementos de um modo de produção comunista¹⁵.

Considerações finais: lições de Marx para análise da política.

A primeira lição de Marx para a análise científica da política é distinguir a chamada cena política da luta de classes. Marx (2011b) distingue uma realidade aparente e superficial de uma realidade

¹⁵ É pertinente mencionar que Marx (2013b) rejeita, embora sua argumentação seja incompleta, o caráter etapista do processo de transição, em que uma sociedade deveria passar primeira pelo capitalismo para então depois atingir o socialismo. Na carta a Vera Zasulich, admite que uma sociedade pré-capitalista, como a comuna rural russa, poderia por intermédio de uma revolução, para uma sociedade superior.

essencial e profunda, cuja relação é ocultação e dissimulação da primeira pela segunda. Desse modo, enquanto a realidade profunda se refere ao campo da luta de classes, da prática política das classes e frações, isto é, da ação concreta das forças sociais (realidade essencial), a realidade superficial ou a cena política é o lugar da representação de tais forças (realidade aparente). A cena política é então uma realidade superficial, enganosa, que deve ser desmistificada, despida de seus próprios termos, para que se tenha acesso à realidade profunda dos interesses e das ações de classe. Os agentes da cena política não declaram os interesses que representam. A sociedade burguesa é uma sociedade anônima e os agentes da burguesia mantêm o anonimato de classe (BOITO JR., 2007). Tampouco tais agentes correspondem diretamente a interesses que por ventura venham a declarar, dado que a representação de classe na cena política não é, na maioria das vezes, unilinear, mas, sim, ocorrem dissimulações e defasagens. Assim, não podemos incorrer no erro de investigar os agentes da cena política por narrativas, nomenclaturas e bandeiras que eles mesmos se atribuem, correndo o risco de permanecer na superfície enganosa do fenômeno. Esse procedimento serve tanto para a dimensão internacional (Estado, diplomacia, forças armadas, organizações internacionais) quanto para a dimensão nacional (governos, partidos, empresas, associações de classe, organizações da sociedade civil).

Um esforço de síntese do pensamento marxiano para a análise da política (ou uma teoria marxiana da política), uma vez expostos ao longo desse texto alguns elementos que julgamos importantes da concepção de Marx sobre a política, consiste em: a política é, nas sociedades de classe, luta ou lutas entre classes e frações de classes sociais, cujos interesses, divergentes ou convergentes, são em última instância interesses materiais. A ação política é uma ação de classe, mas ela não aparece como tal, pois a cena política burguesa oculta o carácter de classe da ação, ou seja, dissimula a relação de interesses existente entre de um lado as classes sociais e suas fracções e de outro seus representantes, os partidos políticos, jornais e organizações diversas. Essa luta de classes assume formas das quais depende a estabilidade da sociedade de classe:

de lutas por reformas e por rearranjo das relações entre classes e frações a lutas em torno de padrões fundantes e alternativos de organização da vida em sociedade (capitalismo ou socialismo). A luta de classes se concentra na disputa pelo poder do Estado, o que significa que a política tem como objetivo estratégico manter, influenciar ou conquistar o poder institucionalmente concentrado no Estado e, concomitantemente, que o Estado organiza a dominação de classe. Mas não podemos pensar a luta de classes confinada ao espaço nacional, pois o nacional e o internacional são dimensões indissociáveis, entre as quais se dão as relações de classe – econômicas e políticas –, conflituosas ou não, mediadas e fragmentadas pelos Estados. Marx se insere numa tradição realista ocidental de pensar a política, ao tratá-la como luta de interesses – a (re)produção de vitoriosos e derrotados –, mas com as inovações do materialismo histórico, que articulada tais interesses com a posição de classe ocupada pelos agentes sociais.

Referências

ALTHUSSER, L. **A favor de Marx**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

BOITO JR. A. **Estado, política e classes sociais**. São Paulo: Unesp, 2007.

BUGIATO, C. Marx e Engels: política internacional e luta de classes. In: **Carta Internacional**. Belo Horizonte, v. 13, n. 3, 2018.

CARNOY, M. **Estado e teoria política**. 17. ed. Campinas: Papirus, 2013.

COHAN, A. S. **Teorias da revolução**. Brasília: Ed. UNB, 1981.

ELSTER, J. **Marx hoje**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Escala Educacional, 2009.

ENGELS, F. **As guerras camponesas na Alemanha**. São Paulo: Grijalbo, 1977.

ENGELS, F. **Revolução e contrarrevolução na Alemanha**. Lisboa: Edições Avante!, 1981.

HALLIDAY, F. **Repensando as Relações Internacionais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1990.

MARX, K e ENGELS, F. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K e ENGELS, F. Mensagem do comitê central à liga [dos comunistas]. In: MARX, K e ENGELS, F. **Luta de classes na Alemanha**. São Paulo: Boitempo, 2010b.

MARX, K e ENGELS, F. Reivindicações do partido comunista da Alemanha. In: MARX, K e ENGELS, F. **Luta de classes na Alemanha**. São Paulo: Boitempo, 2010b.

MARX, K. A burguesia e a contrarrevolução. In: MARX, Karl. **Nova Gazeta Renana: artigos de Karl Marx**. São Paulo: Educ, 2010c.

MARX, K. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011c.

MARX, K. **As lutas de classes na França de 1848 a 1850**. São Paulo: Boitempo, 2012a.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **Crítica do programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012b.

MARX, K. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011a.

MARX, K. **Luta de classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013b.

MARX, K. **O Capital: Livro I**. São Paulo: Boitempo, 2013a.

MARX, K. **O Capital: Livro III**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011b.

SAES, D. A questão da autonomia relativa do Estado em Poulantzas. In: **Crítica Marxista**. Rio de Janeiro: Xamã, nº 07, 1998.

Entrevista com Prof. Dr. Hu Xudong 胡续冬

Mariana Hase Ueta¹

O Professor Doutor Hu Xudong é pesquisador no Núcleo de Cultura Brasileira da Universidade de Pequim e Professor do Instituto de Literatura Mundial da mesma universidade. Ele é considerado também um dos dez mais importantes novos poetas da China e recebeu o prêmio Rougang Poetry Award (2003) e o Liu Li'an Award (1998). Desde o início dos seus estudos sobre o Brasil, Hu tem sido um forte incentivador da parceria acadêmica sino-brasileira e uma importante referência para todos os envolvidos na área.

Revista Idéias: Como você se interessou em estudar o Brasil? Como foi a sua trajetória pessoal e profissional?

Hu Xudong: Eu me interessei nos estudos sobre o Brasil por coincidência. No ano 2003, através de um contrato de intercâmbio de professores, a minha universidade, Universidade de Pequim, ficou encarregada de mandar um professor para a UnB. Coincidentemente este cargo foi delegado a mim, um professor jovem e sem falar nenhuma palavra em português. Fiquei na UnB por um ano e alguns meses ensinando língua e cultura chinesa, ao mesmo tempo, consegui aprender português na convivência com os brasileiros, me apaixonei pela cultura brasileira e comecei a fazer alguns pequenos estudos sobre o Brasil.

¹ Cientista Social, doutoranda em Ciências Sociais e membro da equipe editorial da Idéias.

Me formei em literatura chinesa contemporânea e literatura comparada, e no ano 2002 me tornei um professor de literatura mundial no Instituto de Literatura Mundial da Escola de Línguas Estrangeiras na Universidade de Pequim, mesma universidade onde conclui a graduação, mestrado e doutorado. Além da vida acadêmica, sou também poeta e crítico literário. Depois de voltar do Brasil no ano 2005, fui nomeado vice-diretor do Núcleo da Cultura Brasileira na minha universidade, inevitavelmente tomei literatura e cultura brasileira como uma parte da minha pesquisa na área de literatura comparada. Na minha carreira literária, assumi outra função, tradutor de poesia brasileira. Publiquei traduções de Carlos Drummond de Andrade e João Cabral de Melo Neto na China. Ainda passei por outra mudança interessante. Antigamente, na escrita criativa, eu só escrevia poesia, mas quando eu estava no Brasil, escrevi cada dia um ensaio sobre as minhas experiências no país. Depois de voltar a Pequim, estes ensaios já formavam um livro grosso. Daí me tornei também um ensaísta, publiquei vários livros de ensaio, incluindo aquele livro sobre as minhas experiências no Brasil que foi bem recebido pelo público e um sucesso de vendas.

Revista Idéias: De que forma se transformaram os estudos sobre o Brasil na China desde que você iniciou suas pesquisas?

Hu Xudong: Na China já existia uma tradição de estudos do Brasil a partir da época de Mao. Dentro da estrutura dos estudos da América Latina, estas pesquisas se concentravam mais na área de política, relações internacionais e economia. Na minha área, literatura, a pesquisa da literatura brasileira também se integrava à pesquisa da literatura latino-americana, onde a história da literatura brasileira sempre era vista como um capítulo da história literária da América Latina. Durante estes últimos 15 anos, os estudos sobre o Brasil se desenvolveram muito rápido. Além de pesquisas nas áreas de política, relações internacionais, economia, agora temos pesquisadores que se dedicam a história, literatura, cinema, antropologia, sociologia, história da arte, etc. Temos um Núcleo da Cultura Brasileira na Universidade de Pequim, um

Centro do Estudo Brasileiro na CASS (Chinese Academy of Social Sciences), e ainda temos muitas divisões de estudos brasileiros em vários institutos de pesquisas sobre BRICS ou América Latina por toda a China. Na minha área de literatura, os tradutores e pesquisadores da literatura brasileira são quase 10 vezes mais numerosos do que antes, e foram reponsáveis por fazer da história literária brasileira uma obra por si só, independente da história literária latino-americana. Alguns pesquisadores iniciaram debates na mídia destacando a importância de separar a narrativa sobre o Brasil das suas demais formas latino-americanas.

Revista Idéias: Qual é o maior interesse dos alunos chineses na área de estudos brasileiros?

Hu Xudong: Depende. Os alunos das Humanidades sempre querem saber como se construiu a Brasilidade que é reflexo de tanta diversidade cultural num só país. Os alunos das Ciências Naturais se interessam mais pelo meio ambiente do Brasil, ou a aplicação das energias novas no país.

Revista Idéias: Qual é o maior desafio para o desenvolvimento da área de estudos brasileiros na China? Qual é sua expectativa para o futuro desta área de estudos?

Hu Xudong: Acho que o maior desafio para o desenvolvimento da área de estudos brasileiros na China ainda é a falta de recursos. Não temos materiais de ensino e pesquisa suficientes, os textos acadêmicos que temos acesso agora podem já estar ultrapassados no Brasil. Não possuímos financiamento suficiente para permitir que viajemos para o Brasil, ou seja, ainda existem muitos alunos nesta área que ainda não tiveram a oportunidade de conhecer o Brasil pessoalmente. O custo de uma viagem entre a China e o Brasil realmente é muito caro.

A minha expectativa é que daqui a poucos anos se estabeleçam formas de intercâmbio acadêmico em diferentes níveis, sob estruturas nacionais, estaduais, municipais e particulares,

aproveitando todos os tipos de recursos relacionados aos estudos brasileiros. Também espero que os estudos brasileiros ganhem mais espaço no debate público, e que desta forma não sejam mais considerados como estudos desconhecidos sobre coisinhas pequenininhas.

Revista Idéias: O que você pensa sobre o esforço brasileiro em estudar a China? Quais novos temas você acha importantes?

Hu Xudong: Tenho alguns amigos brasileiros que estudam a China, eles são muito inteligentes e qualificados, respeito todos os seus trabalhos, eles sempre me fazem observar meu próprio país de um jeito que eu nunca tinha pensado. A sinologia ou estudo chinês no Brasil realmente não possui uma longa tradição, não é tão forte como a da Europa e dos Estados Unidos, mas hoje esta área já está bastante desenvolvida. Os sinólogos que eu conheço são de várias sub-áreas, eles desenvolvem excelentes pesquisas em linguística, literatura, cinema, sociologia, história, filosofia, administração, etc. É uma grande pena que no ano passado, uma grande sinóloga, tradutora e pesquisadora, ainda muito jovem, Profa. Márcia Schmaltz faleceu por causa do câncer. A perda da Márcia Schmaltz é imensurável. Mas os estudos dos demais pesquisadores no país darão continuidade ao seu legado.

Algumas pesquisas sobre a China realizadas por brasileiros são avançadas em comparação com os seus pares ao redor do mundo, por exemplo, estudo das escritas da viagem à América Latina do poeta Ai Qing (Prof. Francisco Foot Hardman, UNICAMP), estudo da sociologia da juventude da China (Prof. Tom Dwyer, UNICAMP), estudo dos filmes chineses contemporâneos (Profa. Cecília Melo, USP), etc.

Para falar a verdade, eu não sei quais temas são importantes para a necessidade acadêmica brasileira, pessoalmente, como um chinês, acho que tais temas são muito atrativos: o que acontecerá quando a China diminuir a velocidade de desenvolvimento econômico? Quais conexões históricas entre a China e o Brasil ainda estão escondidas e valem a pena serem investigadas? Que

experiências incomensuráveis são responsáveis pelo processo de construção da Modernidade e Contemporaneidade na China?

Revista Idéias: Outras considerações

Hu Xudong: Visitei a Unicamp duas vezes, mas ambas as ocasiões foram tão curtas, só algumas horas. Queria muito ficar na UNICAMP por mais tempo para conhecer mais alunos e professores maravilhosos desta universidade.

A segunda década do BRICS: entre a expansão e a retração da agenda reformista

*Evandro Menezes de Carvalho*¹

Resumo: 1) Introdução: BRICS e a agenda reformista; 2) A agenda reformista pela vertente econômica para além dos contornos do BRICS: o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB); 3) A agenda reformista pela vertente política para além dos contornos do BRICS: Diálogos de *outreach* e BRICS Plus; 4) A XI Cúpula do BRICS e o desafio intra-BRICS; 5) Considerações finais.

Palavras-chave: BRICS, BRICS Plus, NDB, Diálogos de outreach.

The second decade of the BRICS: between the expansion and the retraction of the reformist agenda

Abstract: 1) Introduction: BRICS and the reformist agenda; 2) The reformist agenda for the economic side beyond the contours of the BRICS: the New Development Bank (NDB); 3) The reformist agenda for the political side beyond the contours of BRICS: Outreach Dialogues and BRICS Plus; 4) The XI BRICS Summit and the intra-BRICS challenge; 5) Final considerations.

Keywords: BRICS, BRICS Plus, NDB, Outreach Dialogues

¹ Professor e Coordenador do Núcleo de Estudos Brasil-China da FGV Direito Rio e Professor da Faculdade de Direito e Coordenador do Núcleo de Estudos dos Países BRICS da Universidade Federal Fluminense.

1) Introdução: BRICS e a agenda reformista.

O BRICS, definido como “*uma plataforma de diálogo e cooperação*”², surge no contexto da crise econômico-financeira de 2008, que teve como epicentro os Estados Unidos, e como uma resposta ao crescente déficit de legitimidade e eficácia das organizações internacionais do pós-Segunda Guerra Mundial na gestão dos desafios globais que afetam, sobretudo, as economias emergentes e os países em desenvolvimento. Sem assumir uma postura de enfrentamento da ordem econômica internacional vigente, os países BRICS apresentaram-se como atores reformistas da ordem internacional visando ampliar a participação deles nos processos decisórios internacionais por meio de um maior engajamento em torno da defesa da reforma do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial e da Organização das Nações Unidas (ONU). Este objetivo é explicitado já na primeira Declaração Conjunta dos líderes do BRIC em Ecaterimburgo (2009), ao enfatizar o compromisso com o avanço da reforma das instituições financeiras internacionais visando atribuir maior voz e representação das economias emergentes e em desenvolvimento de modo a refletir as mudanças na economia mundial:

“as economias emergentes e em desenvolvimento devem ter maior voz e representação nas instituições financeiras internacionais, e seus chefes e líderes seniores devem ser indicados por meio de um processo de seleção aberto, transparente e baseado no mérito”.³

² IV Cúpula do BRICS. Declaração e Plano de Ação de Nova Delhi, Índia, 2012, parágrafo 3. Com exceção dos documentos oficiais cujas traduções estejam disponíveis no site do Itamaraty (<http://brics.itamaraty.gov.br/pt-br/declaracoes-planos-de-acao-e-comunicados>), todos os demais textos originalmente publicados em inglês foram traduzidos livremente pelo autor deste artigo.

³ I Cúpula do BRIC. Declaração Conjunta dos Líderes dos Países BRIC, Ecaterimburgo, Rússia, 16 de junho de 2009, parágrafo 3.

A Declaração da Segunda Cúpula, realizada em Brasília, reforça este posicionamento diplomático ao explicitar que “o FMI e o Banco Mundial precisam urgentemente resolver seus déficits de legitimidade” por meio de “uma mudança substancial no poder de voto em favor das economias emergentes de mercado e dos países em desenvolvimento”.⁴

Os países BRICS defendem, ainda, um maior protagonismo do G20 na gestão da economia global⁵. Na mencionada Declaração Conjunta da Primeira Cúpula, os líderes do BRIC “realçam o *papel central* desempenhado pelas Cúpulas do G20 no tratamento da crise financeira” (itálico nosso). Este entendimento é retomado com mais ênfase na Declaração Conjunta da Segunda Cúpula:

“Congratulamos o fato de que o G-20 foi confirmado como o *principal fórum* para a coordenação e cooperação econômica internacional de todos os seus estados membros. Em comparação com acordos anteriores, o G-20 é mais amplo, mais inclusivo, diversificado, representativo e eficaz. (...) Defendemos a necessidade de o G-20 ser pró-ativo e formular uma estratégia coerente para o período pós-crise. Estamos prontos para fazer uma contribuição conjunta para este esforço” (itálico nosso).⁶

⁴ Declaração da II Cúpula do BRICS, Brasília, em 15 de abril de 2010, parágrafo 11. A reforma do FMI começou a ser discutida em 2008 e foi aprovada internamente em 2010. Somente em dezembro de 2015 que o Congresso dos EUA, maior cotista do FMI, aprovou a reforma. Os EUA tiveram a sua quota de 16,7% reduzida para 16,5%. O poder de voto da China passou de 3,8% para 6%. O Brasil cresceu de 1,17% para 2,21%. A reforma deu mais voz aos emergentes enquanto os países europeus tiveram as maiores perdas.

⁵ Todos os países BRICS pertencem ao G20. O G20 foi criado no final dos anos 1990 e formado pelos ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia. O G20 representa 90% do PIB mundial, 80% do comércio mundial e dois terços da população do mundo. A partir de 2008 passou-se a ter as cúpulas de chefes de Estado e de governo.

⁶ Declaração Conjunta da Segunda Cúpula, 2010, parágrafo 3. Este

Posicionar e fortalecer o G20 como o principal fórum para a coordenação e cooperação econômica internacional legitima os países do BRICS como importantes atores no diálogo sobre os rumos da economia global com os países do G7.⁷

A agenda reformista abrange, também, a ONU. No Comunicado Conjunto do Encontro dos Ministros das Relações Exteriores dos BRIC, em 2008, Brasil, China, Índia e Rússia afirmam “a necessidade de uma reforma abrangente da ONU, com vistas a torná-la mais eficiente, para que possa lidar com os atuais desafios globais de maneira mais eficaz”.⁸ O comunicado expressa o apoio de Rússia e China às aspirações de Brasil e Índia “desempenharem um papel maior nas Nações Unidas”.⁹ O tema da reforma da

entendimento é reiterado na Declaração de Sanya por ocasião da III Cúpula, em seu parágrafo 14: “Apoiamos o Grupo dos Vinte (G20), para que tenha papel cada vez maior nas questões de governança econômica global como o principal fórum para a cooperação econômica internacional”.

⁷ Integram o G7 os seguintes países: Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, a Itália, o Japão e o Reino Unido. A Rússia havia sido convidada a participar do seletor grupo de países desenvolvidos em 1997. Formou-se, assim, o chamado G7+1 ou, simplesmente, G8. Em 2006, a Rússia sediou pela primeira vez a reunião de cúpula. Mas em 2014, em razão dos conflitos na Ucrânia que pôs em lados opostos a Rússia e os EUA, os russos são excluídos do grupo.

⁸ Comunicado Conjunto do Encontro dos Ministros das Relações Exteriores dos BRIC, Ecaterimburgo, 2008, parágrafo 3. É importante ressaltar que a África do Sul somente ingressa no agrupamento BRIC na II Cúpula realizada no Brasil, em 2010. Na III Cúpula que se realizou na China, o “S” – que faz referência à África do Sul – é, então, adicionado à sigla BRIC para formar o BRICS. O ingresso da África do Sul denota a dimensão política do grupo. Ela é a maior economia da África, mas o 31o maior PIB do mundo, distanciando-se, neste quesito, dos outros quatro países do grupo. A decisão de convidar a África do Sul dá aos BRICS a condição de atuar diplomaticamente em quatro continentes diferentes.

⁹ O tema da reforma da ONU aparece na Declaração Conjunta da Primeira Cúpula, em 2009, em seu parágrafo 14, nos mesmos termos do comunicado do ano anterior, e também na Declaração Conjunta da Segunda Cúpula, em 2010,

ONU é reiterado nas Cúpulas seguintes. Na Terceira Cúpula que se realizou em 2011, na China, os países BRICS reafirmam a necessidade de “reforma abrangente das Nações Unidas, incluindo seu Conselho de Segurança”, e sublinham o apoio de China e Rússia às aspirações de Brasil, Índia e África do Sul por um “papel mais protagonista nas Nações Unidas”, sem mencionar um apoio explícito às pretensões destes três últimos países de integrarem o Conselho de Segurança da ONU como membros permanentes.¹⁰

A sigla BRICS passou a ser vista como uma articulação política com objetivos de poder no sistema internacional e o ceticismo inicial com que potências ocidentais observavam o surgimento do grupo é posto em xeque quando o BRICS funda a sua primeira organização internacional: o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, na sigla em inglês) e amplia a sua interlocução com outros Estados. Sendo assim, podemos dividir a agenda reformista do BRICS em duas vertentes: aquela da *governança econômico-financeira*, com prioridade de atuação no âmbito do G-20 e na defesa da reforma do FMI e do Banco Mundial; e a vertente da *governança política* com a defesa da reforma das Nações Unidas e de seu Conselho de Segurança. O presente artigo discute se estas iniciativas de expansão da atuação do BRICS caminham lado a lado com ambas as vertentes da agenda reformista que está na origem do grupo.

em seu parágrafo 4. Somente na Declaração da Terceira Cúpula, em Sanya, em 2011, que se menciona de modo explícito, e pela primeira vez, a necessidade de reforma do Conselho de Segurança (parágrafo 8). Brasil e Índia, juntamente com a Alemanha e o Japão, fazem parte do chamado G4 e juntos defendem uma reforma do Conselho de Segurança da ONU de modo a serem incluídos como membros permanentes. Alegam que o atual Conselho de Segurança não reflete a estrutura de poder do sistema internacional atual.

¹⁰ Terceira Cúpula dos BRICS. Declaração de Sanya, China, em 14 de abril de 2011, parágrafo 8. Naquele ano, os cinco países do BRICS tinham assento no Conselho de Segurança da ONU e os assuntos relacionados à segurança internacional ganharam relevância na agenda do grupo.

2) A agenda reformista pela vertente econômica para além dos contornos do BRICS: o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB).

O BRICS não é uma organização internacional por não ter personalidade jurídica própria e nem ser dotado de uma estrutura institucional permanente em torno da qual se desenvolve a gestão de suas Cúpulas, das reuniões de ministros e decisões tomadas em seu seio. As reuniões anuais preparatórias e as Cúpulas são da responsabilidade do país que exerce a presidência rotativa do grupo no ano em questão. Mas a despeito da falta de uma estrutura institucional que lhe outorgue um caráter de permanência, este modo informal de organização do grupo não impediu que os cinco países identificassem necessidades comuns e considerassem a possibilidade de institucionalizar certas iniciativas estratégicas.

Na Quarta Cúpula em Nova Délhi, em 2012, o BRICS havia exposto a sua insatisfação com “o ritmo lento das reformas das cotas e da governança do FMI”, bem como o fato do Banco Mundial ser uma instituição que não reflete a visão de todos os seus membros, numa alusão à falta de participação dos países em desenvolvimento nas decisões. Conscientes da importância do financiamento de longo prazo para projetos em infraestrutura e das dificuldades de se avançar na reforma das instituições de Bretton Woods, os países BRICS manifestam “a possibilidade de estabelecimento de um novo Banco de Desenvolvimento voltado para a mobilização de recursos para projetos de infraestrutura e de desenvolvimento sustentável em países do BRICS e em outras economias emergentes e países em desenvolvimento”.¹¹ A proposta de criação de um Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, na sigla em inglês) é confirmada na V Cúpula¹² e, na VI Cúpula do BRICS, realizada no Brasil em 2014, assinam o Acordo

¹¹ IV Cúpula, Declaração e Plano de Ação de Nova Delhi, em 29 de março de 2012, parágrafos 9, 12 e 13.

¹² V Cúpula, Declaração e Plano de Ação de EtheKwini, Durban, em 27 de março de 2013, parágrafo 9.

constitutivo do NDB que entra em vigor no dia 3 de julho de 2015.¹³ A sede do Banco é em Shanghai e o primeiro escritório regional (“Africa Regional Center”) foi estabelecido em Joanesburgo, na África do Sul, em 2017. O NDB tem um capital inicial subscrito de US\$50 bilhões, dividido igualmente entre os países fundadores, podendo chegar a US\$ 100 bilhões.¹⁴ Foi estabelecido, também, o Arranjo Contingente de Reservas do BRICS (ACR) no valor de US\$100 bilhões. Se o BRICS não é uma organização internacional, o NDB é¹⁵ e provou que o BRICS poderia dar passos significativos na direção de iniciativas concretas capazes de expandir a atuação do grupo.¹⁶

No ano de fundação do NDB muito se discutiu sobre o que seria “novo” no Novo Banco de Desenvolvimento que o diferenciaria do FMI e do Banco Mundial. A Estratégia Geral do

¹³ VI Cúpula. Declaração de Fortaleza, parágrafo 11. Segundo o Acordo sobre o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), em seu artigo 10, “o Banco terá um Conselho de Governadores, um Conselho de Diretores, um Presidente e Vice-Presidentes conforme decidido pelo Conselho de Governadores, e quaisquer outros dirigentes e funcionários que sejam considerados necessários”.

¹⁴ Acordo sobre o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), artigo 7 (a).

¹⁵ Artigo 29 do Acordo sobre o Novo Banco de Desenvolvimento: “O Banco terá personalidade internacional plena”.

¹⁶ O ceticismo em relação ao BRICS persiste, contudo. Para Robert J. Lieber, “Os BRICS não são apenas relutantes em cooperar com a ordem liberal internacional em questões de governança global, mas seu histórico de cooperação entre si também é limitado. Embora eles tenham se reunido anualmente como um grupo desde 2009, e até mesmo estabelecido um banco BRICS, as diferenças entre eles permanecem consideravelmente maiores do que as suas semelhanças e pouco resultado tiveram em termos de realizações tangíveis. Por exemplo, o banco, conhecido como Novo Banco de Desenvolvimento, abriu em julho de 2015 com sede em Xangai, mas enquanto a China procurava ter a carga de financiamento para o novo banco dividida igualmente entre os cinco países do BRICS, os outros preferiam que a China assumisse o fardo maior” (Robert J. Lieber. **Retreat and its Consequences: American foreign policy and the problem of world order.** New York: Cambridge University Press, 2016. p. 80).

NDB para o quinquênio 2017-2021 busca apresentar uma resposta a esta questão: o “NDB pretende-se ‘novo’ em três áreas amplas: *relacionamentos, projetos e instrumentos, e abordagens*”.¹⁷ No que diz respeito à primeira área, o NDB declara que respeitará às prioridades e necessidades de cada país, bem como as leis e procedimentos definidos no nível nacional sobre a implementação do projeto financiado pelo Banco, pois “soberania nacional é primordial”.¹⁸ O respeito ao princípio da soberania dos Estados e a não imposição de condicionalidades para a concessão de empréstimos é uma diretriz do NDB que está prevista no artigo 21 do seu Acordo Constitutivo, em especial nos parágrafos (iii) e (v).¹⁹ Esta diretriz normativa é apresentada como um traço distintivo do NDB em relação ao FMI e ao Banco Mundial, e faz ecoar os princípios de coexistência pacífica enunciados na Conferência de Bandung, em 1955, quando 29 Estados asiáticos e africanos discutiram formas de cooperação em oposição ao colonialismo das duas grandes potências da época

¹⁷ Estratégia Geral do NDB: 2017-2021.

¹⁸ No que diz respeito aos “novos projetos e instrumentos”, o desenvolvimento da infraestrutura sustentável é o núcleo da estratégia operacional do NDB. Na linha de assumir uma política ambientalmente responsável, o NDB completou, em 2016, a venda de seus primeiros “títulos verdes” no mercado interbancário da China e avaliados em 3 bilhões de yuans (USD 448,9 milhões). Quanto às “novas abordagens”, o NDB assume o desafio de ser “rápido, flexível e eficiente ... sem burocracia desnecessária”.

¹⁹ “Artigo 21. Princípios operacionais. As operações do Banco serão conduzidas de acordo com os seguintes princípios: (iii) Na preparação de qualquer programa ou estratégia de país, no financiamento de qualquer projeto ou ao fazer descrição ou referência a um determinado território ou área geográfica em seus documentos, o Banco não terá pretendido fazer qualquer julgamento sobre a situação jurídica ou outra condição de qualquer território ou área; (...) (v) O Banco não imporá restrições sobre a aquisição de bens e serviços de qualquer país membro com os recursos de qualquer empréstimo, investimento ou outro financiamento realizado nas operações ordinárias ou especiais do Banco, e condicionará, em todos os casos adequados, seus empréstimos e outras operações a convites a todos os membros para a apresentação de propostas”.

da Guerra Fria. Um princípio basilar da coexistência pacífica é o respeito integral da soberania dos Estados, isto é, a não-intervenção externa nos assuntos internos e o respeito aos regimes e formas de governo de cada país. Entretanto, vale destacar, as motivações que estão por detrás do respeito ao princípio da soberania pelo NDB não se assemelham às motivações da Conferência de Bandung. Em primeiro lugar, o NDB não é um país, mas uma organização internacional. Em segundo lugar, é uma instituição criada por cinco países que são um subgrupo de elite dentro do conjunto maior dos países em desenvolvimento e, em terceiro, o NDB não se contrapõe aos países desenvolvidos pois admite, em seu Acordo constitutivo, a possibilidade destes países integrarem o Banco, ainda que com certas limitações.

Nos termos do artigo 2º do Acordo do NDB, o propósito do Banco é mobilizar recursos para projetos “nos BRICS e outras economias de mercado emergentes e países em desenvolvimento”²⁰. Exclui-se, portanto, o financiamento de projetos de infraestrutura em países desenvolvidos. Este é um aspecto característico da atuação do Banco. Entretanto, o artigo 5º do Acordo, que trata da adesão de novos membros, estabelece que “a associação será aberta a membros das Nações Unidas em tal momento e de acordo com tais termos e condições que o Banco determinar por uma maioria especial do Conselho de Governadores”. E complementa: “a adesão ao Banco será aberta a membros tomadores e não tomadores de empréstimos”.²¹ O NDB permite, portanto, a admissão de novos sócios, sejam eles países desenvolvidos ou em desenvolvimento.²²

²⁰ Art. 2o do Acordo do NDB.

²¹ Art. 5º (b) do Acordo do NDB.

²² O NDB está em processo de negociação para admissão de novos países membros. É o que revelou Zhu Xian, vice-presidente do NDB e diretor de operações: “É muito provável que veremos novos membros se juntando a nós em 2017 ou 2018”. A declaração de Zhu Xian foi publicada no próprio website do NDB sob o título “BRICS New Development Bank hopes to expand by drawing other nations as members”. Link: <http://www.ndb.int/media/brics-new-development-bank-hopes-expand-drawing-nations-members/>.

Porém, o Acordo estabelece algumas limitações para *membros não-fundadores* e *países não-tomadores de empréstimos* no que diz respeito ao poder de voto. Em relação a estes últimos, ou seja, aos países desenvolvidos, o poder de voto não pode ultrapassar os 20%. Além disso, os países BRICS, fundadores do NDB, mantêm a prerrogativa de serem, conjuntamente, os maiores acionistas do Banco.²³ Assim, “nenhum aumento na subscrição de qualquer membro no capital social tornar-se-á efetivo, e nem qualquer direito de subscrição será dispensado, caso tenha o efeito de: (i) Redução do poder de voto dos membros fundadores abaixo de 55 (cinquenta e cinco) por cento do poder de voto total”.²⁴ Estas restrições aos países desenvolvidos podem ser vistas como uma garantia de que o NDB não se desviará das diretrizes que norteiam a ação política do BRICS em prol dos mercados emergentes e dos países em desenvolvimento.

Mas a despeito do Acordo do NDB reservar aos países BRICS o controle acionário do Banco e estabelecer limites à participação dos países desenvolvidos, há que se questionar se a admissão de novos países membros no NDB converge com os objetivos do próprio BRICS de ampliação do diálogo e da participação dos mercados emergentes e países em desenvolvimento em torno de sua agenda reformista.

²³ Esta prerrogativa está refletida, também, no sistema de voto. O acordo faz uma distinção entre “uma maioria simples”, “uma maioria qualificada” e “uma maioria especial”. Em relação a este ultimo, estabelece que o seguinte: “Onde disposto neste Acordo, uma maioria especial será compreendida como votos afirmativos de quatro dos membros fundadores, concomitante com votos afirmativos de dois terços do poder de voto total dos membros.” Artigo 6(b) do Acordo do NDB.

²⁴ Artigo 8 (c) do Acordo do NDB.

3) A agenda reformista pela vertente política para além dos contornos do BRICS: os diálogos de *outreach* e BRICS-Plus.

A primeira década do BRICS finda-se em um contexto internacional diferente daquele dos seus anos iniciais. Quando da sua criação, os países do BRIC mantinham taxas de crescimento elevadas e gozavam de maior estabilidade política e social. Hoje, 10 anos após a sua primeira Cúpula, o BRICS enfrenta um contexto diverso no plano doméstico e adverso no plano internacional.

De todos os cinco países, apenas China e Índia mantêm patamares de crescimento altos. O PIB da Índia em 2017 foi de 6.7%, subiu para 7.3% em 2018, e espera-se que em 2019 alcance o percentual de 7.4%. A China, que registrou um PIB de 6.9% em 2017, caiu para 6.6% em 2018, e o governo chinês trabalha com o objetivo de manter um PIB entre 6 e 6.5% em 2019.²⁵ A estimativa para os próximos anos é que a China continue em um processo de desaceleração suave, podendo ter um PIB de 6.2% em 2020. O PIB da Índia e o da China discrepam das previsões para os demais países BRICS. A economia russa registrou crescimento de 1,5% e 1.7% em 2017 e 2018, respectivamente. A África do Sul registrou um PIB de 1.3% em 2017 e 0.8% em 2018, mas com previsão de crescimento nos próximos anos. E o Brasil, depois de dois anos com taxas negativas, registrou crescimento de 1% em 2017 e 1.4% em 2018²⁶, mantendo um cenário de incertezas políticas e econômicas à frente.

Rússia, África do Sul e Brasil destoam dos países em desenvolvimento em geral que possuem tendência de alta do PIB. Segundo estudos do Banco Mundial, a média anual da taxa de

²⁵ South China Morning Post. “China lowers 2019 GDP growth target to 6-6.5 per cent range”. Em 5 de março de 2019. Link: <https://www.scmp.com/economy/china-economy/article/2188625/china-lowers-2019-gdp-growth-target-6-65-cent-range>.

²⁶ IMF DataMapper. Acesso em 22 de fevereiro de 2018. Link: https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/OEMDC/ADVEC/WEOORLD/CHN

crescimento do PIB desses países chegará a 4.7% em 2020, enquanto que para as economias avançadas a média do PIB será de 1.7% naquele mesmo ano. O BRICS, como grupo, manterá percentuais de crescimento acima dos países de alta renda e dos países em desenvolvimento, mas tal desempenho deve ser atribuído, sobretudo, às economias da Índia e da China (ver tabela 1).²⁷

	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Países de alta renda	1,7	2,3	2,2	2,0	1,7	1,6
Países em desenvolvimento	4,0	4,6	4,4	4,4	4,7	4,7
BRICS	4,4	5,2	5,3	5,2	5,3	5,3

Tabela 1. Fonte: World Bank – Global Economic Prospect.

Nesta mesma linha de raciocínio sobre a performance econômica dos países em desenvolvimento, vale mencionar estudo da PwC intitulado *“The World in 2050 – the long view: how will the global economic order change by 2050?”*. Tendo como referência o PIB em paridade de poder de compra, este estudo prevê um desempenho econômico destacado para os mercados emergentes que dominarão o ranking das 10 maiores economias do mundo em 2050 (tabela 2).²⁸ Com exceção da África do Sul, os outros quatro países do BRICS estarão entre as dez maiores economias.

²⁷ World Bank - Global Economic Prospect, 2019. Acesso no link: <http://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2019/01/08/darkening-prospects-global-economy-to-slow-to-29-percent-in-2019-as-trade-investment-weaken>.

²⁸ Relatório publicado em fevereiro de 2017. Link: <https://www.pwc.com/gx/en/issues/economy/the-world-in-2050.html>

Emerging markets will dominate the world's top 10 economies in 2050 (GDP at PPPs)

	2016	2050	
China	1	1	China
US	2	2	India
India	3	3	US
Japan	4	4	Indonesia
Germany	5	5	Brazil
Russia	6	6	Russia
Brazil	7	7	Mexico
Indonesia	8	8	Japan
UK	9	9	Germany
France	10	10	UK

 E7 economies
  G7 economies

Sources: IMF for 2016 estimates, PwC analysis for projections to 2050

Tabela 2: The World in 2050 (PwC)

Mas se há prognósticos positivos para as economias emergentes e os países em desenvolvimento, há, por outro lado, riscos não negligenciáveis em razão da tendência atual de expansão do protecionismo no comércio internacional. Relatório do Banco Mundial indica que a economia global deve desacelerar para 2.9% em 2019 por causa do enfraquecimento do comércio e da redução dos investimentos. A política externa protecionista e unilateralista dos EUA sob o governo do Presidente Donald Trump, submetida ao princípio do “America first”, juntamente com as tensões políticas dos EUA com a Rússia e a guerra comercial e tecnológica contra a China trazem ainda mais incertezas quanto ao futuro da economia global e da ordem internacional.

Diferentemente dos EUA, a China tem procurado apoiar o multilateralismo. Em março de 2017, o Ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi, anunciou a proposta do governo chinês de redefinir os contornos do BRICS a fim de incluir outras grandes economias em desenvolvimento. Esta proposta ficou conhecida como “BRICS Plus”. Segundo Wang Yi, a China “vai explorar as modalidades de expansão para o ‘Brics Plus’ e construirá uma parceria mais ampla, mantendo diálogos com outros países e organizações em desenvolvimento, para transformar o grupo na plataforma mais influente para a cooperação Sul-Sul no mundo”²⁹. Na opinião do economista chefe do Eurasian Development Bank (EDB), Yaroslav Lissovolik, ao referir-se à “Cooperação Sul-Sul”, o Ministro chinês evidencia que a proposta do BRICS-plus não é expandir “o núcleo da associação incluindo os maiores países desenvolvidos, mas aumentar a sua abertura e acessibilidade à integração de países do mundo em desenvolvimento”³⁰. Não se pode afirmar que se trata apenas de uma escolha meramente política pois a proposta tem razões econômicas se levarmos em conta as perspectivas de crescimento do PIB dos mercados emergentes e dos países em desenvolvimento.

O conceito BRICS-Plus gerou polêmica. Ainda que nenhum convite a um terceiro país tenha sido feito ou pedido de adesão formalizado – até porque o BRICS, por não ser uma organização internacional, não possui nenhum mecanismo formal de adesão de novos membros – especulou-se que a China teria interesse em convidar o México, o Paquistão e o Sri Lanka para ingressarem no BRICS naquele ano de 2017.³¹ Todavia, analistas indianos

²⁹ “China propõe o ‘Brics Plus’, com possível adesão de México, Paquistão e Sri Lanka”. Radio France International. Publicado em 20 de abril de 2017. (<http://br.rfi.fr/mundo/20170420-linha-direta-china-brics-plus>).

³⁰ China Daily. “‘BRICS Plus’ can become new integration model for world economy: EDB chief economist”. Em 17 de abril de 2017. Link: http://www.chinadaily.com.cn/business/2017-04/17/content_28957032.htm

³¹ “China propõe o ‘Brics Plus’, com possível adesão de México, Paquistão e Sri Lanka”. Radio France International. Publicado em 20 de abril de 2017. (<http://br.rfi.fr/mundo/20170420-linha-direta-china-brics-plus>).

consideravam estes dois últimos países como sendo pró-Pequim.³² Havia, ainda, uma percepção de que o “BRICS-plus” seria parte de uma estratégia da política externa chinesa de atrelar o BRICS ao projeto que é visto como prioritário para o governo chinês, qual seja, a iniciativa “Um Cinturão e Rota”, lançada pelo Presidente Xi Jinping em 2013 e que poderá ser, nas palavras de Tian Jinchun, a “maior plataforma econômica do mundo”³³, atravessando a Ásia Central até a Europa por meio de duas vias, sendo uma terrestre (Cinturão Econômico da Rota da Seda) e outra marítima (Rota da Seda Marítima do Século 21). No âmbito desta iniciativa, China e Paquistão firmaram um acordo em 2015 para a construção de um corredor econômico que passa por parte da Cachemira ocupada

br.rfi.fr/mundo/20170420-linha-direta-china-brics-plus).

³² The Times of India. “China wants ‘BRICS plus’ to include ‘friendly’ countries, plan might hurt India’s interests”. 9 de março de 2017. Link: <http://timesofindia.indiatimes.com/world/china/china-wants-brics-plus-to-include-friendly-countries-plan-might-hurt-indias-interests/articleshow/57542116.cms>.

³³ Tian Jinchun. “‘One Belt and One Road’: connecting China and the world”. McKinsey. Julho de 2016. Link: <http://www.mckinsey.com/industries/capital-projects-and-infrastructure/our-insights/one-belt-and-one-road-connecting-china-and-the-world>. Vale mencionar um fato que ocorreu em 2014, contado por Renato Baumann, e que pode servir de reflexão quando se discute a possibilidade de o BRICS ser absorvido pelo projeto “Um Cinturão e Rota”: “Em 2014, as celebrações dos primeiros dez anos do IBAS [Forum de diálogo trilateral que abrange a Índia, o Brasil e a África do Sul] foram canceladas no último minuto e propostas para realizar uma cúpula paralela desse grupo, para aproveitar a presença da reunião dos chefes de estado em Fortaleza para a cúpula dos BRICS, não se concretizou. Há, portanto, indícios de um movimento explícito em direção a um redirecionamento gradual de foco em favor dos BRICS e em detrimento do IBAS. Tendo em mente a grande distância entre a economia da China e as outras economias do grupo dos BRICS, há sempre o risco de que o grupo seja convertido em algo que se assemelhe a uma associação ‘China mais quatro’”. (Renato Baumann. “BRICS: Opportunity and Challenge for the International Insertion of Brazil”. In: BAUMANN, Renato, et al. **BRICS Studies and Documents**. Brasília: FUNAG, 2017, p 29).

pelo governo paquistanês e reivindicada pela Índia. O mal-estar entre Índia e China ficou exposto quando o governo indiano, tendo sido convidado pelo governo chinês, não compareceu ao “Forum Cinturão e Rota para Cooperação Internacional” realizado em maio de 2017, em Pequim.

Mesmo diante dos impasses dentro do próprio BRICS, a proposta do BRICS-Plus foi incluída na Declaração da IX Cúpula do BRICS, em Xiamen, nos seguintes termos:

“6. (...) Estimularemos nossa cooperação prática para impulsionar o desenvolvimento dos países do BRICS. (...) Também nos esforçaremos para firmar amplas parcerias com os EMDCs³⁴ e, nesse contexto, buscaremos práticas e iniciativas flexíveis e equilibradas para o diálogo e a cooperação com países não participantes do BRICS, inclusive através da cooperação BRICS Plus.”³⁵

Na declaração da X Cúpula dos BRICS menciona-se a realização da “segunda cooperação do BRICS Plus com mercados emergentes e países em desenvolvimento (EMDCs)”.³⁶ A despeito dos contornos ainda indefinidos sobre o conteúdo desta proposta, pode-se apontar alguns pontos positivos. O “BRICS Plus” pode ter o efeito de diluir o peso relativamente alto da economia da China

³⁴ EMDCs é a sigla em inglês para se referir aos “Mercados Emergentes e Países em Desenvolvimento”.

³⁵ Ministério das Relações Exteriores do Brasil. IX Cúpula do BRICS – Declaração de Xiamen, China, 4 de setembro de 2017. Tradução não-oficial. Documento disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17384-nona-cupula-do-brics-declaracao-de-xiamen-xiamen-china-4-de-setembro-de-2017>.

³⁶ Ministério das Relações Exteriores do Brasil. X Cúpula dos BRICS – Declaração de Joanesburgo, África do Sul, 27 de julho de 2018, parágrafo 9. Documento disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19236-x-cupula-dos-brics-declaracao-de-joanesburgo-27-de-julho-de-2018-ingles>.

e da Índia sobre o grupo, e está em sintonia com os diálogos de *outreach*. Estes diálogos dizem respeito à participação de Estados terceiros nas Cúpulas do BRICS na qualidade de convidados. O objetivo, neste caso, é divulgar o BRICS e aumentar o engajamento e a cooperação com outros países não integrantes do grupo, notadamente economias emergentes e em desenvolvimento, e também organizações internacionais e regionais relevantes.³⁷

Estes diálogos já vêm ocorrendo muito antes da proposta do BRICS-Plus. Em 2013, por ocasião da V Cúpula que se realizou em Durban, os líderes dos países BRICS reuniram-se com líderes de países do continente africano “para discutir como fortalecer a cooperação entre os países do BRICS e o continente africano”.³⁸ Na VI Cúpula, em Fortaleza, os governos dos países BRICS realizaram uma sessão conjunta com os líderes das nações sul-americanas, integrantes da UNASUL³⁹, “com vistas a promover a cooperação entre os BRICS e a América do Sul”⁴⁰. A VII Cúpula do BRICS em Ufá, na Rússia, realizou-se juntamente com a União Econômica Euroasiática e com a Organização de Cooperação de Shanghai (OCS) que tem como membros, além da Rússia e China,

³⁷ Na III Cúpula, os países BRICS declararam o seguinte: “Estamos abertos a um crescente engajamento e cooperação com terceiros-países, em especial os emergentes e em desenvolvimento, assim como organizações internacionais e regionais.” Declaração e Plano de Ação de Sanya, 14 de abril de 2011, parágrafo 6. Na declaração da V Cúpula, em Durban, 2013, os países BRICS retomam o assunto: “Encontramo-nos abertos a incrementar nosso engajamento e cooperação com os países não membros do BRICS, e, em particular, com as Economias Emergentes e Países em Desenvolvimento, e organizações internacionais e regionais relevantes, como previsto na Declaração de Sanya.” Declaração e Plano de Ação de eThekweni, parágrafo 3. E na VI Cúpula, em Fortaleza, em 2014, os países BRICS reafirmam sua abertura para aumentar o engajamento com outros países (Declaração da VI Cúpula, parágrafo, 3).

³⁸ V Cúpula, Declaração de eThekweni, em 27 de março de 2013, parágrafo 3.

³⁹ UNASUL (União de Nações Sul-americanas) é uma organização intergovernamental que reúne os doze países sul-americanos.

⁴⁰ VI Cúpula dos BRICS. Declaração de Fortaleza, 15 de julho de 2014, parágrafo 3.

o Cazaquistão, o Quirguistão, o Tadjiquistão e o Uzbequistão. Por ocasião deste encontro, a OCS estabeleceu os procedimentos de adesão para a Índia e o Paquistão que foram aceitos como membros desta organização dois anos depois. Na VIII Cúpula do BRICS, na Índia, os líderes dos cinco países reuniram-se com seus homólogos dos países da Iniciativa da Baía de Bengala para Cooperação Técnica Multissetorial e Econômica (BIMSTEC), que envolve, além da Índia, Bangladesh, Butão, Myanmar, Nepal, Sri Lanka e Tailândia. Na IX Cúpula foram convidados pelo governo chinês o Egito, a Guiné, o México, o Tadjiquistão e a Tailândia. E a X Cúpula, por sua vez, acolheu o “BRICS-Africa Outreach”.

Estes processos de *outreach* são conduzidos pelo país que hospeda e preside a Cúpula. Não há indicações de que os demais países do BRICS participam de modo decisivo da decisão sobre a escolha dos países não-BRICS a serem convidados para a Cúpula. Em outras palavras, os diálogos de *outreach* submetem-se aos interesses prioritários do país que hospeda a Cúpula e não ao interesse do conjunto do BRICS a partir de uma avaliação estratégica e consensual sobre este diálogo.

Por fim, é legítimo perguntar se o BRICS-Plus e os diálogos de *outreach* reforçam a agenda em defesa da reforma das instituições internacionais. No que diz respeito ao BRICS Plus, trata-se de avaliar se esta proposta traria o risco de tornar o BRICS uma plataforma restrita à cooperação econômica. E, no que diz respeito aos processos de *outreach*, trata-se de indagar se eles têm servido apenas aos interesses regionais dos países que sediam a Cúpula, pondo de lado a agenda política mais ampla do BRICS. De todo modo, tanto um quanto outro têm a vantagem de promover o multilateralismo e a construção de uma ordem internacional multipolar e mais democrática.

A primeira década do BRICS é marcada pelo esforço conjunto de ampliação da atuação diplomática do grupo. Mas a segunda década que se inicia em 2019 traz um novo desafio, agora intra-BRICS, revelado nos riscos de um retrocesso ao que havia sendo feito até então devido a um possível desengajamento de um de seus membros e à perda de impulso da agenda reformista.

4) A XI Cúpula do BRICS e o desafio intra-BRICS.

A XI Cúpula inaugura a primeira década do BRICS e será sediada no Brasil. Há dúvidas sobre se o atual governo brasileiro dará ao BRICS a mesma relevância que tinha outrora quando o grupo foi criado e o país era governado pelo Partido dos Trabalhadores. O atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, identificado como sendo representante da extrema-direita, tem manifestado publicamente a sua preferência por um maior alinhamento do Brasil com os Estados Unidos. Na opinião do diplomata Rubens Ricúpero, a subalternidade incontida do governo brasileiro em relação aos EUA é revelado em três fatos: 1) a oferta de uma base militar aos Estados Unidos; 2) o anúncio da mudança da embaixada brasileira em Israel da cidade de Tel Aviv para Jerusalém, e 3) a proposta de retirada do Brasil do Acordo de Paris sobre Mudanças Climáticas.⁴¹ Todas estas medidas foram anunciadas pelo Jair Bolsonaro sem que se pudesse saber quais ganhos adviriam para o Brasil e se elas refletiriam, de fato, o interesse nacional brasileiro. Setores da sociedade brasileira forçaram o governo brasileiro a recuar. Contudo, em nenhum momento o Presidente Bolsonaro explicitou um desejo irrevogável de abandonar aquelas propostas de política externa.

Além do alinhamento com os EUA, o governo brasileiro tem dado sinais de que terá uma política externa menos comprometida com o multilateralismo e com as organizações internacionais. Quando era candidato à Presidência da República, Jair Bolsonaro manifestou seu desapeço em relação à ONU declarando o seguinte:

⁴¹ Revista Época. "Submissão de Ernesto Araújo à Washington não respeita 'decência, soberania ou patriotismo'". Data da publicação: 28 de fevereiro de 2019. Link de acesso: <https://epoca.globo.com/ricupero-submissao-de-ernesto-araujo-washington-nao-respeita-decencia-soberania-ou-patriotismo-23489582>

“Se eu for presidente eu saio da ONU, não serve para nada esta instituição. É uma reunião de comunistas, de gente que não tem qualquer compromisso com a América do Sul, pelo menos”.⁴²

Uma interpretação menos pessimista atribuída a esta fala sustentaria haver uma preocupação do Bolsonaro com a América do Sul. Mas mesmo as organizações internacionais criadas com o intuito de promover a integração regional com os países da América do Sul estão na mira de seu governo. Ao ser questionado por uma repórter do jornal argentino *Clarín* se o Brasil continuaria no Mercosul, o Ministro da Economia do Brasil, Paulo Guedes, respondeu que o “Mercosul não será prioridade” e ainda declarou que “o Mercosul foi feito totalmente ideológico”, ignorando que tal organização foi fundada em 1991 quando o Brasil era governado por partidos identificados com as forças políticas da direita.⁴³ A União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) – esta, sim, criada durante o governo Lula, do Partido dos Trabalhadores – também é objeto de crítica sob um viés antiesquerdista de Bolsonaro. Em discurso proferido na Câmara Federal, em 9 de dezembro de 2014, quando ainda era deputado federal, Bolsonaro criticou a então Presidente Dilma Rousseff por estar se reunindo na UNASUL “com a escória da América Latina”. Esta retórica agressiva devia-se ao fato de que a maior parte dos países integrantes da UNASUL eram governados por partidos de esquerda.

Os discursos anticomunistas de Bolsonaro tornaram-se uma constante em sua campanha para a presidência em 2018.

⁴² G1. “Bolsonaro diz que vai tirar Brasil da ONU se for eleito presidente”. Publicado em 18 de agosto de 2018. Link de acesso: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/08/18/bolsonaro-diz-que-vai-tirar-brasil-da-onu-se-for-eleito-presidente.ghtml>

⁴³ Época Negócios. “Paulo Guedes: Mercosul não será prioridade no governo Bolsonaro”. Em 28 de outubro de 2018. Link de acesso: <https://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2018/10/paulo-guedes-mercossul-nao-sera-prioridade-no-governo-bolsonaro.html>.

Por meio deles reinstala-se no imaginário político dos eleitores a lógica binária da Guerra Fria, dividindo a sociedade brasileira entre aqueles que o apoiam e, de outro lado, como seu antípoda, os “comunistas” e “esquerdistas”. É razoável questionar qual será o impacto desta visão política enviesada do governo sobre a política externa brasileira, notadamente sobre a atuação diplomática do Brasil no BRICS que conta com dois importantes países governados por partidos comunistas, quais sejam: a China e a Rússia.

Há, ainda, outra clivagem no discurso político do governo de Bolsonaro que divide o mundo entre “Ocidente” e “Oriente”. O Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, em artigo publicado com o título “Trump e o Ocidente”, defende uma política externa de resgate dos “valores ocidentais” de modo que, segundo ele, o Ocidente não mais fique preso ao jogo da geopolítica pois, neste caso, “está fadado a perder”. Araújo finaliza o artigo declarando que “somente Trump pode ainda salvar o Ocidente”.⁴⁴ Desde esta perspectiva, como conciliar uma missão autoatribuída de resgate dos valores ocidentais em uma plataforma internacional cuja maior característica – e legitimidade – advém do fato de ser um agrupamento de países culturalmente e politicamente diversos, e onde os países militarmente e economicamente mais poderosos – no caso, os “RIC” do BRICS – estão no Oriente?

Estas declarações públicas conduzem à reflexão sobre qual será o grau de envolvimento do Brasil no grupo. Haverá risco do Brasil se retirar do BRICS ou se tornar um país menos comprometido com a proposta original? Matéria publicada no jornal Folha de São Paulo, em dezembro de 2018, revelou conteúdo de um texto escrito pelo Ministro das Relações Exteriores que havia sido enviado reservadamente para a equipe de campanha do Jair Bolsonaro. Nele, Araújo advoga uma política externa de “contestação ao eixo globalista China-Europa-esquerda americana” e defende que o Brasil questione os BRICS e tente substituí-lo por “um Brics

⁴⁴ Ernesto Henrique Fraga Araújo. “Trump e o Ocidente”. In **Cadernos de Política Exterior**/Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. Ano III, n. 6. Brasília: FUNAG, 2017, pp. 352 e 356, respectivamente.

antiglobalista sem a China". Araújo teria sugerido, ainda, "utilizar os organismos financeiros internacionais para frear a crescente dependência dos países em desenvolvimento em relação ao capital chinês. Virar o jogo da globalização contra a China".⁴⁵

Quais seriam os custos para o Brasil de assumir uma postura anti-China?

A balança comercial do país no acumulado de 2018 foi positiva com a China (US\$ 23.3 bilhões), Índia (US\$ 393,3 milhões) e com a África do Sul (US\$ 605 milhões). Foi negativa apenas com a Rússia em US\$ 1.3 bilhões. O BRICS dá ao Brasil um superávit de US\$23 bilhões, aproximadamente. Mas o superávit do Brasil com o BRICS equivale ao superávit que tem no comércio com a China, seu maior parceiro comercial desde 2009. Desde esta perspectiva, ser contra a China trará mais efeitos negativos para o Brasil do que ser contra o BRICS. A razão da rejeição à China é meramente político-ideológica pois não tem qualquer justificativa sob o ponto de vista econômico. Resta saber se o realismo imposto pela experiência de ser governo mudará substancialmente esta visão de mundo do governo brasileiro. Provavelmente, dentre as duas vertentes do BRICS, o governo Bolsonaro tende a diminuir o engajamento do Brasil na cooperação política e dará prioridade à vertente econômica em razão, sobretudo, da inauguração da sede regional do NDB no Brasil por ocasião da Cúpula de 2019. Se este evento se configurar suficiente para que o Brasil seja visto como um parceiro comprometido com o BRICS, então o grupo poderá estar conscientemente sacrificando a vertente política em prol da econômica.

⁴⁵ Folha de São Paulo. "Futuro chanceler propôs a Bolsonaro pacto cristão com EUA e Rússia". Em 16 de dezembro de 2018. Link de acesso: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/12/futuro-chanceler-propos-a-bolsonaro-pacto-cristao-com-eua-e-russia.shtml>.

5) Considerações finais

O mundo ocidental desenvolvido considerou o surgimento do BRICS com ceticismo. Afinal, como países geograficamente tão distantes e culturalmente diferentes poderiam impulsionar uma agenda comum capaz de fazê-los alcançar objetivos de interesse nacional que abrangessem, também, a reforma de organizações internacionais? Em outras palavras, como eles poderiam funcionar como um grupo?

A legitimidade do BRICS no cenário internacional advém da ação conjunta nos fóruns internacionais como o G20, das reivindicações por um sistema internacional multipolar, da construção de uma agenda multisetorial entre os seus membros e, também, como é comum se dizer, da grandeza dos números que o caracteriza. O BRICS conta com uma população total de, aproximadamente, 3 bilhões de pessoas, representando 42% da população mundial, é composto de países com grandes extensões territoriais, tem uma presença transcontinental que adiciona um valor estratégico ao grupo, e o seu peso econômico na economia mundial é significativo.

Mas a segunda década do BRICS inicia-se em um contexto de aumento das assimetrias econômicas entre os cinco países. O resgate da capacidade do grupo de atuar conjuntamente em outros fóruns multilaterais de natureza política é, hoje, uma questão em aberto.

A agenda em defesa da reforma das instituições internacionais de modo a refletir a nova configuração de poder internacional e aumentar a participação dos países BRICS nos processos decisórios internacionais de um modo compatível com a relevância de suas economias tem sido uma constante nas declarações das Cúpulas. No momento em que as organizações internacionais do pós-Segunda Guerra Mundial sofrem de paralisia institucional e crescente falta de legitimidade, iniciativas de ampliação de espaços de diálogo e de promoção da cooperação internacional como o BRICS-plus e os diálogos de *outreach* são bem-vindas pois promovem o multilateralismo e colaboram com a

construção de uma ordem internacional mais inclusiva. Resta saber se as vertentes econômicas e políticas do BRICS serão preservadas com estas iniciativas de expansão da atuação do grupo.

No que diz respeito ao NDB, a vertente econômica do BRICS tem o potencial de transbordar os contornos originais do agrupamento na medida em que o Acordo Constitutivo do Banco permite a adesão de países desenvolvidos, ainda que com certas limitações. Em contrapartida, mesmo com a presença de países desenvolvidos, o NDB pode vir a fortalecer, por meio de mecanismos institucionais, a agenda do BRICS em defesa da reforma do FMI e do Banco Mundial.

Já em relação à vertente política, questiona-se quais os efeitos dos diálogos de *outreach* e do BRICS-plus sobre o BRICS. De um lado, eles ampliam o espaço de ação política do grupo com países de perfis econômicos, territoriais e populacionais bem distintos dos cinco membros do BRICS; mas, de outro lado, mantém-se fiel ao objetivo de fortalecimento da cooperação Sul-Sul em consonância com o Comunicado Conjunto emitido no encontro em Ecatimburgo, em 2008, quando os líderes dos países BRIC declararam que “a cooperação Sul-Sul é um elemento importante dos esforços internacionais no campo do desenvolvimento”, situando o BRICS no grande conjunto dos países em desenvolvimento.

Mesmo tendo em conta as dificuldades internas e externas, O BRICS e o NDB tendem à expansão. Contudo, iniciativas de ampliação do diálogo ou de projeção institucional do BRICS podem tanto fortalecer a narrativa original do grupo, aumentando o nível de acessibilidade e influência dos países em desenvolvimento junto aos principais fóruns internacionais, como diluí-la em torno de uma agenda que dê menos ênfase às reformas das instituições internacionais. Em um mundo com tendências protecionistas, o prognóstico positivo a respeito das economias dos países em desenvolvimento revela a pertinência da proposta de ampliação do BRICS. Entretanto, ela pode trazer poucos benefícios se se mantiver o recorrente padrão de trocas comerciais que caracteriza a relação Norte-Sul.

É preciso situar o BRICS em seu contexto histórico para afastar o risco de se avançar na direção contrária àquela que motivou a sua criação. Se a agenda de reforma das instituições internacionais permanecer no horizonte do BRICS, então o projeto original, ampliado ou não com novos membros, terá sido preservado e mantido o seu ímpeto original às vésperas de iniciar a sua segunda década de existência. Do contrário, o BRICS terá sido mais uma tentativa fracassada de ação diplomática de países em desenvolvimento visando uma transformação da ordem internacional e do sistema internacional.

Referências

Declarações e Acordos

Agreement on the New Development Bank.

Delhi Declaration and Action Plan of the Fourth Summit, 2012.

Ethekwini Declaration and Action Plan of the Fifth Summit, in Durban. March, 2013

Joint Communiqué. BRICS Foreign Affairs Ministers' Meeting in Yekaterinburg, May 16, 2008.

Joint Statement of the First Summit, em 2009

Joint Statement of the Second Summit, em 2010

NDB's General Strategy: 2017-2021.

Sanya Declaration and Action Plan. Third Summit. Sanya (China), April 14, 2011.

Sixth Summit: Fortaleza Declaration, July 15th, 2014.

World Economic Outlook, FMI. January 2017.

Artigos e Notícias:

ARAÚJO, E. H. F. “Trump e o Ocidente”. In **Cadernos de Política Exterior**/Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. Ano III, n. 6. Brasília: FUNAG, 2017, pp. 323-357.

BAUMANN, R. “BRICS: Opportunity and Challenge for the International Insertion of Brazil”. In: BAUMANN, R. et al.. **BRICS Studies and Documents**. Brasília: FUNAG, 2017, pp.21-52.

China Daily. “‘BRICS Plus’ can become new integration model for world economy: EDB chief economist”. Em 17 de abril de 2017. Link: http://www.chinadaily.com.cn/business/2017-04/17/content_28957032.htm.

Época Negócios. “Paulo Guedes: Mercosul não será prioridade no governo Bolsonaro”. Em 28 de outubro de 2018. Link de acesso: <https://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2018/10/paulo-guedes-mercossul-nao-sera-prioridade-no-governo-bolsonaro.html>.

Folha de São Paulo. “Futuro chanceler propôs a Bolsonaro pacto cristão com EUA e Rússia”. Em 16 de dezembro de 2018. Link de acesso: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/12/futuro-chanceler-propos-a-bolsonaro-pacto-cristao-com-eua-e-russia.shtml>.

G1. “Bolsonaro diz que vai tirar Brasil da ONU se for eleito presidente”. Publicado em 18 de agosto de 2018. Link de acesso: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/08/18/bolsonaro-diz-que-vai-tirar-brasil-da-onu-se-for-eleito-presidente.ghtml>.

IMF DataMapper. Acesso em 22 de fevereiro de 2018. Link: https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/OEMDC/ADVEC/WEO_WORLD/CHN

JINCHEN, T. “‘One Belt and One Road’: connecting China and the world”. McKinsey. Julho de 2016. Link: <http://www.mckinsey.com/industries/capital-projects-and-infrastructure/our-insights/one-belt-and-one-road-connecting-china-and-the-world>.

LIEBER, R. J. **Retreat and its Consequences**: American foreign policy and the problem of world order. New York: Cambridge University Press, 2016.

New Development Bank: “BRICS New Development Bank hopes to expand by drawing other nations as members”. Link: <http://www.ndb.int/media/brics-new-development-bank-hopes-expand-drawing-nations-members/>.

PriceWaterhouseCoopers. Relatório publicado em fevereiro de 2017. Link: <https://www.pwc.com/gx/en/issues/economy/the-world-in-2050.html>.

Radio France International. “China propõe o ‘Brics Plus’, com possível adesão de México, Paquistão e Sri Lanka”. Publicado em 20 de abril de 2017. (<http://br.rfi.fr/mundo/20170420-linha-direta-china-brics-plus>).

Revista Época. “Submissão de Ernesto Araújo à Washington não respeita ‘decência, soberania ou patriotismo’”. Data da publicação: 28 de fevereiro de 2019. Link de acesso: <https://epoca.globo.com/ricupero-submissao-de-ernesto-araujo-washington-nao-respeita-decencia-soberania-ou-patriotismo-23489582>.

South China Morning Post. “China lowers 2019 GDP growth target to 6-6.5 per cent range”. Em 5 de março de 2019. Link: <https://www.scmp.com/economy/china-economy/article/2188625/china-lowers-2019-gdp-growth-target-6-65-cent-range>.

The Times of India. “China wants ‘BRICS plus’ to include ‘friendly’ countries, plan might hurt India’s interests”. 9 de março de 2017. Link: <http://timesofindia.indiatimes.com/world/china/china-wants-brics-plus-to-include-friendly-countries-plan-might-hurt-indias-interests/articleshow/57542116.cms>.

World Bank - Global Economic Prospect, 2019. Acesso no link: <http://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2019/01/08/darkening-prospects-global-economy-to-slow-to-29-percent-in-2019-as-trade-investment-weaken>.

